

Hellen Martins Rios

**“PRESERVE” OU “DEIXE RUIR”?
PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO AS PONTE
HERCÍLIO LUZ (FLORIANÓPOLIS – SC)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em História Cultural.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Letícia
Borges Nedel

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rios, Hellen Martins
"Preserve" ou "deixe ruir"? : processos de
patrimonialização da ponte Hercílio Luz (Florianópolis - SC)
/ Hellen Martins Rios ; orientadora, Leticia Borges Nedel -
Florianópolis, SC, 2016.
269 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Patrimônio Cultural. 3. Ponte Hercílio
Luz. 4. Tombamento. 5. Biografia Cultural. I. Borges
Nedel, Leticia. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**“Preserve” ou “deixe ruir”?: processos de patrimonialização da
ponte Hercílio Luz (Florianópolis – SC)**

Hellen Martins Rios

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

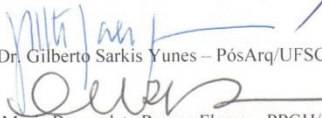
Banca Examinadora



Profa. Dra. Leticia Borges Nedel (Presidenta e Orientadora) – PPGH/UFSC



Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – PPGH/UFSC



Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes – PósArq/UFSC



Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 26 de fevereiro de 2016

À Dona Neves e ao Seo Ademir,
incentivadores e patrocinadores,
com amor e carinho.

Agradecimentos

Quando iniciei o curso de pós-graduação, não achei que agregaria tanto; posso dizer que construí e desconstruí a mim tanto quanto a este trabalho. Neste processo, quero agradecer aos meus pais, Dona Neves e Seo Ademir, pela oportunidade, apoio e incentivo incondicional. A minha irmã, Nanni, pelo olhar orgulhoso e incentivador.

Agradeço ainda à professora Letícia Borges Nedel pela aposta no trabalho quando aceitou orientá-lo, pela paciência e leitura atenta, crítica e encorajadora. Aproveito para agradecer às integrantes da banca da qualificação, professora Janice Gonçalves e professora Alicia Castells que foram gentis e atentas nas orientações do início deste percurso, e à banca de defesa, professor Reinaldo Lindolfo Lohn, professor Gilberto Sarkis Yunes, professora Maria Bernardete Ramos Flores e Professora Janine Gomes da Silva que aceitaram ler meu trabalho e argui-lo. Se a escolha foi por vocês é porque acreditamos que tiveram e têm muito a contribuir para pensar esta pesquisa.

Sou grata aos amigos que estiveram sempre presentes quando eu não estive. Katherini Coelho que ouviu muito e emprestou muitos livros nesses anos. Kelly Yshida e Patrícia Volk Schatz, companheiras de mestrado que encorajaram e que são exemplos. Carolina do Amarante, que compartilhou muito do que passei aqui. Marcello de Oliveira pelos ouvidos e empréstimos de livros. Cibele Cavalcanti, Julio Marcelino, Ana Carolina Alexandre, Fernanda Coelho, Leonardo Petersen, Camila Yumi, Felipe Lisboa, Marina Tillmann, amigos de longa data que pareciam mais ansiosos do que eu para esta defesa. Vanessa Conceição e Cauane Maia, parceiras dançantes e pensantes que me fazem olhar para além do meu umbigo. Ao Bruno, pelos ouvidos e peito sempre abertos para lamúrias e abraços. E por esquentar e enriquecer esse coração.

Quero ainda agradecer nominalmente aos entrevistados pela atenção, interesse e contribuição ao trabalho: Berend Snoeijer; Betina Maria Adams; Dalmo Vieira Filho; Djanira Maria Martins de Andrade; Edison Adrião Andrino de Oliveira; Esperidião Amin Helou Filho; Fátima Regina Althoff; Jalila El Achkar; Luiz Gonzaga Galvão; Norberto Ulysséa Ungaretti Junior; Silvia Nunes de Oliveira Puccioni; Suzane Albers Araujo. Aos servidores da Biblioteca Pública de Santa Catarina e dos arquivos (IPHAN; SEPHAN/IPUF; FCC; Câmara de Vereadores; Arquivo Público do Estado e do Município; ALESC; Gabinete do deputado federal Esperidião Amin) pela atenção e disposição. Ao PPGH, e à CAPES que me concedeu a bolsa de pesquisa

entre os meses de junho de 2013 e fevereiro de 2015, importante auxílio para que esta pesquisa fosse realizada.

“Haja hoje
Para tanto ontem”

Paulo Leminski



(Fonte: <http://we.art.br/>)

Resumo

Nesta pesquisa foram analisados os processos (cultural, político e administrativo) de patrimonialização da ponte Hercílio Luz. Ela é uma estrutura metálica de tecnologia pênsil com barras de olhal, construída no início do século XX, que está situada entre a porção insular e a porção continental da cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil. O estudo procurou observar a “biografia cultural” da ponte e demonstrar que seu valor patrimonial e monumental foi construído culturalmente na região, através de discursos que destacavam a memória política local, através da referência ao governador Hercílio Luz e de ideais de desenvolvimento urbano. Ela foi criada como monumento republicano, como ícone de modernidade e legado de Hercílio Luz. Seus tombamentos (municipal, estadual e federal) que aconteceram entre as décadas de 1980 e 1990, tornaram-se uma questão política de ampla abrangência, servindo como instrumento para a promoção política, turística e de valores regionais de determinados grupos. Mas a interdição do tráfego sobre sua estrutura e a obrigatoriedade de restauração, que indicaram sua obsolescência técnica e física fizeram da ponte um caso limite do patrimônio cultural, transparecendo as ambivalências entre o simbólico e a função utilitária. Esta dissertação está embasada em documentos relativos aos tombamentos, legislações municipais, estaduais e federais, jornais estaduais, entrevistas orais e pesquisas acadêmicas elaboradas principalmente na área de História.

Palavras-chave: Ponte Hercílio Luz. Patrimônio Cultural. Biografia Cultural. Tombamento. Florianópolis. Santa Catarina.

Abstract

In this research, it was possible to analyze processes (cultural, political and administrative) of patrimonialization of the Hercílio Luz Bridge. The bridge is a metal structure of suspension technology with eyelet bars built in the early twentieth century. It is located between the island and mainland portion of the city of Florianópolis, the state capital of Santa Catarina, in Southern Brazil. The study tries to show the "cultural biography" of the bridge and demonstrate that its patrimonial and significant value was culturally constructed in the region through speeches that highlighted the local political memory, by referencing the governor Hercílio Luz and urban development ideals. It was created as a Republican monument, a modernity icon and legacy of Hercílio Luz. It became a municipal, state and federal heritage between the 1980s and 1990s. It appeared as a political issue of broad scope, serving as a tool for political promotion, tourism and local values for some groups. However, the traffic interdiction on its structure and requirement of restoration that indicated its technical and physical obsolescence turn the bridge into a patrimony limit case, transpiring the ambivalences between symbolic and utilitarian function. The study is grounded on documents about historic landmarks, municipal, state and federal laws, state newspapers, oral interviews and academic research elaborated, mainly, in the area of History.

Keywords: Hercilio Luz Bridge. Cultural heritage. Cultural Biography. Historic Landmark. Florianópolis. Santa Catarina.

Lista de Tabelas

Tabela 1	128
Tabela 2	146
Tabela 3	147

Lista de Abreviaturas

AEMFLO – Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
APC – Área de Preservação Cultural
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CDL – Câmara de Dirigentes Logistas
CFC – Conselho Federal de Cultura
CI – Comunicação Interna
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
COTESPHAN – Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis
CR – Coordenadoria Regional
DAC – Departamento de Assuntos Culturais
DEINFRA – Departamento de Infra Estrutura
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DR – Diretoria Regional
ET – Escritório Técnico
FATMA - Fundação do Meio Ambiente
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FNPM – Fundação Nacional Pró Memória
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT/SP – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano
OAB - Organização dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Ação Cultural
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCH – Programa de Cidades Históricas
PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PPR – Partido Progressista Renovador
PPS – Partido Popular Socialista
PROTUR – Fundação Pró-Turismo
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
RBS – Rede Brasil Sul
SANTUR – Santa Catarina Turismo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município
SPHAN – Serviço/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STO – Secretaria de Transportes e Obras
SUSP - Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Sumário

Introdução: Preservar ou deixar ruir?	23
1. Ponte Hercílio Luz: um monumento “implicitamente tombado” 33	
1.1 Símbolo do porvir: a ponte e o governador Hercílio Luz.....	37
1.2 A “não-ponte”: segurança e interdição.....	68
1.3 Símbolo da cidade: Patrimônio cultural	80
2 Ponte Hercílio Luz: um monumento legalmente tombado	87
2.1 O lugar da ponte Hercílio Luz nas políticas e nas estratégias de preservação	88
2.2 “Divisão da Herança”: “constitui patrimônio...”	121
2.2.1 Uma ponte integrando discursos patrimoniais: o implícito e a técnica	128
3. Ponte Hercílio Luz: o monumento vai tombar?	145
3.1 As candidaturas da ponte a patrimônio cultural	147
3.2 Tombar e manter a que preço?	166
3.3 A que interessa o tombamento?	187
Considerações finais: A ponte ressoa.....	221
Referências.....	233
Apêndices	255
APÊNDICE I	255
APÊNDICE II	261
APÊNDICE IV.....	265
APÊNDICE V.....	269

Introdução: Preservar ou deixar ruir?

Em 1980, era publicado em Florianópolis, capital de Santa Catarina, um diálogo entre duas pontes: a ponte nova, construída então há cinco anos, a Colombo Machado Salles e a ponte velha, construída há 54 anos, a Hercílio Luz. Ambas ligam a porção continental com a porção insular do Estado:

Ponte Nova – Tu estás aí velha, preta e mal iluminada. Definitivamente não aguento mais ter-te ao meu lado. Entre nós há quase cinquenta anos de diferença e é impossível vivermos lado a lado.

Ponte Velha – Ora, este teu argumento de idade, sinceramente, não me comove nem me convence. Sim, sou bem mais velha que tu, mas, sem dúvidas, ainda sou mais elegante. Veja bem. Estou aqui há cinquenta e tantos anos, alta e com apenas duas pernas sobre o mar. Por outro lado, tu estas aí, baixinha, atarracada e, qual uma centopeia com não sei quantas pernas a te segurar. Quanto a minha cor, aproveite daí mesmo e veja que belo contraste proporciono quando do pôr do sol. E, não te esqueças querida, que para ti o sol nunca faz fundo...

PN – Estes teus argumentos são terrivelmente saudosistas e ecológicos. Eu sou o progresso. Minhas pernas são a segurança para todos que sobre mim passam, enquanto tu, apoiada nestas duas pernas que dizes elegantes, estás cai-não-cai já há algum tempo. Quanto ao sol, dispenso-o. Minha iluminação, perfeita e alegre o substituí perfeitamente.

PV – Voltando aos meus argumentos ecológicos, não sei se tu sabes que esta tua iluminação, todas as noites, mata milhares e milhares de insetos, que antes, meus amigos, jamais causaram dano. Já quanto a tua tão propalada segurança, tu não deves te esquecer que até bem pouco tempo atrás todos me preferiam. Depois, um decreto para te prestigiar ou para justificar a tua construção, desviou para ti os ônibus e caminhões.

PN – Ora, ora! Se usam mais e ainda te usam tanto, é apenas porque daí podem me ver melhor...

PV – Pois eu já penso que se me usam mais é porque passando dentro de mim todos podem sentir, na beleza da minha cinquentenária estrutura, o meu calor e o amor que dedico, desinteressadamente a esta cidade há mais de cinquenta anos.¹

Este diálogo poderia ter sido publicado na edição de ontem de um jornal de circulação estadual que não causaria estranhamento por anacronismo – exceto pelas marcas de idade do texto. No lugar de “ponte nova” seriam “pontes novas” – pois além da Colombo Salles em 1975, também foi inaugurada a Pedro Ivo Campos em 1991 - ou outra marca da modernidade que foi erguida em Florianópolis da década de 1970 até hoje: o aterro da Baía Sul, o centro de eventos Centro Sul, o terminal rodoviário Rita Maria, etc. As contraposições entre o novo e o velho, o moderno e o antigo, o desenvolvimento e a preservação são presentes na história da cidade e foram aqui representadas pelas pontes, ícones importantíssimos para a cidade de Florianópolis, sobretudo por causa das dificuldades de mobilidade urbana na qual a cidade sempre viveu. Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina e tem sua maior porção de terra situada em uma Ilha. Esta característica até certo ponto também justifica a importância conferida às "pontes" no imaginário local. Neste sentido, não são apenas ícones de uma modernidade incorporada como um valor consensual entre as elites políticas de Santa Catarina, mas um lugar em torno do qual se cristalizaram discursos sobre Florianópolis.

Dois anos depois daquela publicação, em 1982, a ponte Hercílio Luz foi interditada ao tráfego de veículos devido a um laudo técnico elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), sob a encomenda do Departamento de Estradas e Rodagem de Santa Catarina (DER/SC), o setor do governo responsável pela manutenção da estrutura. O laudo indicava intensa e extensa corrosão dos materiais que compunham a ponte e a necessidade de diagnósticos e ações mais

¹ Ponte velha X Ponte nova. De Luís Antonio Martins Mendes no Jornal A Ponte (terceira semana de março – 1980), p.13. A Ponte foi uma publicação semanal da Editora e Livraria Lunardelli, com sede em Florianópolis, criado em 1979 pelo editor e livreiro Odilon Lunardelli e encerrada em 1987.

efetivas quanto à sua sobrevida. A Ponte Hercílio Luz foi inaugurada em 1926. Construída com a estrutura metálica e com tecnologia moderna, é uma ponte pênsil sustentada por barras de olhal. No final da década de 1960, Santa Catarina recebeu a notícia de que a ponte *Silver Bridge* havia ruído e a *Saint Mary's Bridge* havia sido desmontada. Ambas foram pontes construídas nos Estados Unidos com a mesma tecnologia da ponte Hercílio Luz. A *Silver Bridge*, que ruiu, teve uma das barras de olhal que a sustentava rompida. As preocupações quanto à integridade estrutural da Hercílio Luz, portanto, se devem também a este fato.

Até então, estamos falando da constituição de uma rede viária de uma cidade no sul do Brasil, capital de Santa Catarina, em que uma das ligações entre a porção insular e continental apresentou problemas e foi interditada para que estudos e soluções pudessem ser realizados. Porém, a ponte Hercílio Luz é largamente identificada como o símbolo e o cartão postal da cidade de Florianópolis e do estado de Santa Catarina², caráter que é reiterado e estimulado pela historiografia, e foi tombada como patrimônio cultural pelo município de Florianópolis em 1992, pelo Estado de Santa Catarina e pela União em 1997. Junto às mobilizações para o tombamento federal, ela foi também cogitada por grupos locais a compor o acervo do Patrimônio da Humanidade das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). De 1982 (interdição) até 1997 (tombamento federal), a ponte Hercílio Luz foi reaberta em 1988 para o tráfego de pessoas, motocicletas, bicicletas, e em 1991 foi novamente interditada para obras de manutenção. Os tombamentos, portanto, aconteceram no período em que esteve sob a interdição, devida aos desgastes em sua estrutura.

Em 2005, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), então governador do Estado, iniciou o projeto atual da restauração da ponte Hercílio Luz e fez desta ação parte de sua plataforma de governo, prometendo a conclusão até o fim do mandato, em 2011³. Ele não foi o único. Desde o

² “Ponte Hercílio Luz é reeleita em pesquisa como cartão postal de Santa Catarina” Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/05/ponte-hercilio-luz-e-reeleita-em-pesquisa-como-cartao-postal-de-santa-catarina-4135941.html>> Acesso em 1 out.2015

³ Em 14 de outubro de 2005 foi produzido, pela Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Secretaria de Estado da Comunicação, um livreto de 12 páginas intitulado “Ponte Hercílio Luz 1922-2005.”, no qual a gestão daquele governador indicava o passo a passo dos trabalhos que seriam realizados na

tombamento federal, em 1997, os governadores prometem a finalização da restauração da ponte. Porém, dez anos passados desta licitação, dezoito do último tombamento e vinte e quatro anos de interdição definitiva, a ponte continua em fase de recuperação, com empresas de engenharia se sucedendo na responsabilidade de restaurá-la. Indicações de que o ideal, levando em conta questões como tempo e dinheiro, seria a desmontagem da ponte e a construção de outra são bastante presente nos discursos, inclusive políticos; porém, para os governadores que se sucederam no cargo, o valor histórico e arquitetônico da ponte - repito que ela é tombada nas três esferas de preservação cultural - é, embora considerado incalculável, maior do que esta facilidade.

Atravessando o mar, entre a Ilha e o Continente, a Hercílio Luz é também atravessada por discursos. Entre críticas a seu estado de conservação e segurança, e exaltações de imponência e patrimônio cultural de identificação do povo catarinense e florianopolitano, as reportagens de periódicos, os estudos acadêmicos, as ações de tombamento, enfim, os diferentes grupos, versam sobre o monumento que ela representa. Ela foi criada como monumento republicano, como ícone de modernidade⁴ e legado de Hercílio Luz, mas a ponte, tombada em três níveis, acabou tendo seu estatuto patrimonial questionado. Neste sentido, o que faz dela um caso limite do patrimônio? Quais as injunções que percorrem o processo de patrimonialização? O que a história social dos objetos patrimonializados pode revelar sobre os sistemas de valor produzidos e contestados nos processos de monumentalização?

Nas últimas décadas, o destaque às suas qualidades monumentais, que fazem referência à memória urbana de Florianópolis, símbolo e cartão postal da cidade, se alterna com as críticas à sua falta de funcionalidade como equipamento urbano. Trata-se do valor simbólico da estrutura, que foi sendo construído a partir da memória política e da

ponte após a licitação. Luiz Henrique da Silveira foi reeleito governador em 2008, mas se afastou do governo dois anos depois para concorrer ao senado.

⁴ Mário Coelho (1997) discorre em um dos capítulos de sua dissertação sobre a qualificação da ponte como “ícone da modernidade”, inserindo-a nos projetos de engenharia do século XIX e início do XX, período no qual se utilizava o ferro, aço e vidro para as construções – novos materiais da engenharia mundial. De acordo com ele, as arquiteturas de ferro eram vistas como a expressão da modernidade. Exemplifica com a construção da Torre Eiffel na França e a ponte do Brooklyn nos EUA.

legitimidade dada pela historiografia e imprensa, *versus* o valor de uso de uma estrutura de passagem que foi se perdendo na medida em que gestões políticas priorizavam outras demandas na capital. Ela se constitui como um bem cultural controverso devido a uma ambivalência entre monumentalidade simbólica e atual precariedade técnica. Suas qualidades relativas à engenharia moderna são relativizadas, trazendo um discurso diferenciado daquele da época de sua inauguração, quando se destacava como cartão postal, identificador da imagem da cidade e do progresso. Diante disso, instaura-se o debate entre “preservar” ou “deixar ruir”; abrem-se assim novos e ambivalentes sentidos para esse bem consagrado como patrimônio da cidade: o cartão postal da cidade, a estrutura responsável por fazer uma porção de terra isolada pela água se tornar a capital do estado; estrutura que separa a porção mais abastada da cidade - a Ilha, onde se diz que tudo é mais caro - do Continente - onde se diz que há mais violência. Mas também a estrutura representante da imobilidade – problema crônico da cidade e, indicada pela população como foco de corrupção, assalto ao dinheiro público pela restauração que não se cumpre, etc.⁵. Todos esses dados sugerem tanto razões para a patrimonialização quanto razões para o impacto exercido pela obsolescência física e tecnológica.

Desde 1991, a ponte Hercílio Luz não cumpre mais sua funcionalidade primária – estrutura de passagem; desde 1997, ela se tornou definitivamente patrimônio cultural. Mas, como a singularização (KOPYTOFF, 2008) dos bens culturais se relaciona com a função de ligação viária? Que correlações se estabelecem entre tombamento e restauração? A partir disso, tendo em vista as ambivalências citadas e os tombamentos que se efetivaram enquanto a ponte esteve interdita, esta pesquisa buscou estudar os processos pelos quais a ponte passou para ser preservada. Como os representantes das instituições de preservação se posicionaram sobre os tombamentos da ponte e a necessidade de restauração? Como agiram os atores sociais, institucionais e políticos participantes e agentes no processo? Em nome de que memória e identidade cultural estabeleceu-se a obrigação de preservar a ponte Hercílio Luz? A que/quem interessava os tombamentos da ponte?

A pesquisa partiu do conceito de patrimônio referenciado em José Reginaldo Gonçalves (2007) que o toma como uma categoria de

⁵ Considero o foco de corrupção por base em opiniões de leitores e charges publicadas em jornais estaduais. Não houve pesquisa sobre investimentos e retornos quanto à restauração.

pensamento, parte de um sistema total⁶, que articula diferentes esferas da vida social, com obrigações, crenças e conflitos correspondentes. O moderno conceito de patrimônio, por sua vez, indica que se trata de uma invenção e/ou construção como uma representação política na busca pela articulação e expressão da identidade e a memória de um grupo, Estado ou nação, conforme também é presente na Constituição Federal de 1988. Conceito bastante utilizado para patrimônios que remetem a uma cultura étnica, de que forma a ponte Hercílio Luz – estrutura moderna – identifica/identificou culturalmente a cidade de Florianópolis?

Foram três os tombamentos: o municipal, pelo Decreto n. 637 em 1992; o estadual, pelo Decreto n. 1830, em 1997; o federal pela Portaria n. 78 também em 1997. Os processos se iniciaram na década de 1980 e finalizaram na de 1990 e cabe destacar aqui uma expressão bastante utilizada para qualificar a ponte Hercílio Luz, e que eu tomei de empréstimo para intitular os capítulos: o conceito de monumento. Este conceito é bastante peculiar e já valora o que denomina. Para Françoise Choay em *A alegoria do patrimônio* (2006, p. 18), o monumento tem um modo específico de atuação sobre a memória:

Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade.

Considerar a ponte como um monumento, como acontece nos discursos relacionados a seu tombamento, já é uma consideração de valor quanto a sua representatividade. Um monumento, neste sentido, que tem suas condições sociais de produção definidas (LE GOFF, 1990) e as quais não devem ser negligenciadas quando considerado como documento de investigação social. Foi já com prévia denominação e levando em conta estas concepções que analisei os processos de

⁶ Faz referência a expressão “fatos sociais totais” cunhada por Marcel Mauss (1974) (apud Gonçalves, 2007, p. 110)

tombamento da ponte Hercílio Luz, os discursos acadêmicos, políticos e institucionais.

As fontes documentais utilizadas neste trabalho foram os processos de tombamento municipal (Arquivo SEPHAN/IPUF), estadual (Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural - FCC) e federal (Arquivo Central IPHAN); as legislações referentes à salvaguarda nas três esferas (decreto lei federal 25/37; lei municipal 1202/74; lei estadual 5689/80) e à criação das instituições responsáveis; jornais estaduais coletados nas pastas “Ponte Hercílio Luz” da Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina⁷; pesquisas acadêmicas da área de História; e documentações diversas do Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, do Setor de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, do Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin Helou Filho, relativo ao Senado Federal. As fontes orais (VOLDMAN, 2006) foram produzidas através de entrevistas com doze atores participantes dos processos, a saber: professor e engenheiro mecânico vinculado a UFSC, Berend Snoeijer (maio 2015); arquiteta vinculada ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (IPUF/SEPHAN), Betina Maria Adams (abril 2015); arquiteto ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao IPUF e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Dalmo Vieira Filho (agosto 2015); professora e historiadora aposentada Djanira Maria Martins de Andrade (outubro 2015); político catarinense, agente no processo de tombamento federal e em ações de preservação do patrimônio cultural municipal, Edison Adrião Andrino de Oliveira (outubro 2015); político catarinense, agente no processo de tombamento federal e então senador, Esperidião Amin Helou Filho (outubro 2015);

⁷ Cabe destacar que o jornal é considerado aqui como produtor de discursos, do ponto de vista do imaginário de determinado momento histórico. O discurso jornalístico legitima um passado e cria uma memória. Conforme indicou Mariani (1993, p. 33) “*capta, transforma e divulga* acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, *legitima*, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.” Jornais selecionados e classificados em uma pasta relativa à ponte Hercílio Luz, neste caso, constitui-se de um tipo de coleção, que também responde aos imaginários, tendo em vista que é resultado de uma ação humana específica.

arquiteta vinculada à Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Fátima Regina Althoff (maio 2014); arquiteta e ex-vereadora de Florianópolis, Jalila El Achkar (setembro 2015); professor e economista vinculado a UFSC e fundador da Fundação Pró-Florianópolis, Luiz Gonzaga Galvão (outubro 2015); servido público do TRE e ex-presidente da Fundação Pró-Florianópolis, Norberto Ulysséa Ungaretti Junior (agosto 2015); engenheira civil, especialista em restauração de bens culturais, aposentada pelo IPHAN, Sílvia Nunes de Oliveira Puccioni (setembro 2015); arquiteta vinculada ao IPUF/SEPHAN, Suzane Albers Araujo (abril 2015).⁸

O primeiro capítulo ocupou-se da construção cultural da ponte como um monumento implicitamente tombado⁹ – expressão que dá nome ao capítulo –, fazendo uma alusão às expressões observadas tanto nos processos dos tombamentos quanto nos jornais estaduais. Foi necessária a desnaturalização da ponte como um “monumento óbvio” para identificar os discursos presentes – principalmente na historiografia catarinense – que conferiram valor simbólico a uma ponte, equipamento de ligação viária entre Ilha e Continente, e que corroboraram a história política dos primeiros anos da República. Coube não negligenciar a condição insular de Florianópolis nesta construção.

A localização do bem cultural/monumento “ponte Hercílio Luz” nas políticas de preservação das três instâncias de preservação (a municipal, SEPHAN/IPUF; a estadual, FCC; e a federal, IPHAN) foi a

⁸ Cabe indicar que a coleta das fontes orais foi um recurso utilizado para apoiar a escrita histórica deste trabalho e que também me conduziu aos documentos que considerei mais adequados a esta pesquisa. As entrevistas foram agendadas previamente, e a explicação dos motivos de minha solicitação expressos. Um Termo de Consentimento de Uso e Divulgação foi assinado pelos entrevistados, permitindo que eu usasse a entrevista para esta pesquisa. Parti do princípio de que os entrevistados estavam conscientes de ter uma mensagem a transmitir sobre o tema proposto e em momento algum retirei esta posição adquirida por eles ao aceitarem a concessão da entrevista. Por fim, procurei relacionar as “suas verdades” com as fontes escritas que eu dispunha e com suas posições/atuções nos processos de patrimonialização da ponte, buscando entendê-las. Levei em conta também a localização dos testemunhos no tempo, ou seja, a atuação e instrução da história na memória (RICOEUR, 2003) nos relatos concedidos e a distância temporal entre acontecimentos e relatos.

⁹ Expressão utilizada pelo então deputado estadual Julio Teixeira na discussão na Assembleia Legislativa sobre a solicitação de tombamento estadual da ponte Hercílio Luz. (Projeto de Lei 89/96 – Centro de Memória ALESC).

problemática do segundo capítulo, “Ponte Hercílio Luz, monumento oficialmente tombado”. Assim, procurei mapear as políticas das instituições de preservação, em consonância com as legislações que as orientam, as estratégias de preservação e as peculiaridades da própria cidade nos anos 1980 e 1990. A recente abertura do conceito de “patrimônio cultural” – oficializado na Constituição de 1988 -, os discursos que justificaram os tombamentos da ponte Hercílio Luz e as apropriações discursivas da história, da engenharia e da política regional foram importantes para pensar sobre esta localização.

A pergunta se “o monumento vai tombar?”, como sugere o terceiro capítulo, faz alusão à ambiguidade semântica do verbo: a ação de tombamento, no sentido de preservação de bens culturais, e o significado literal de “fazer cair”¹⁰. Essa ambiguidade, em consonância à “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996), prevalece até hoje, e foi tensionada durante todo o processo, desde a década de 1980 até o fim da de 1990, pelas solicitações, pelos encaminhamentos institucionais, civis e políticos e pelos desfechos. Neste sentido, a imposição da restauração é o foco da análise desenvolvida no capítulo. As reflexões são relacionadas aos discursos políticos, de setores civis, mas politicamente engajados, e aos discursos dos Conselhos das instâncias de preservação e da engenharia – que se contrapõem – e que dialogam diretamente com as urgências da cidade de Florianópolis naqueles anos.

Busquei questionar o objeto de pesquisa tomando como norteadora a necessidade metodológica de traçar a “biografia cultural” de um bem patrimonial, tal como sugerido por Igor Kopytoff (2008, p.92), sobretudo devido à modificação de sua função social:

Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse ‘status’, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as ‘idades’ ou as fases da ‘vida’ reconhecidas de uma coisa, e quais

¹⁰Definição do verbo “tombar”. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tombar>> Acesso em 12 dez.2015.

são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim?

Para Arjun Appadurai (2008, p.51), “a perspectiva da biografia cultural (...) é apropriada a coisas específicas enquanto passam por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, assim, uma biografia específica, ou um conjunto de biografias.”. Ele ainda indica que, é a partir das trajetórias que “é possível interpretar transações e cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 2008, p.17). Este fio condutor foi essencial para que a proximidade temporal e geográfica, ou seja, o recuo (RIOUX, 1999) entre mim, pesquisadora nascida em Florianópolis, a patrimonialização e o objeto de pesquisa não fosse um problema, sobretudo porque as questões relacionadas à sua restauração e ao caráter simbólico e patrimonial permanecem atualmente. Conforme indico nas considerações finais, a ponte ressoa (GONÇALVES, 2007) de forma peculiar, pois as desconfianças da década de 1980, indicadas no início desta Introdução, ainda são presentes, com semelhantes embates discursivos entre “preservação” e “desenvolvimento”, “antigo” e “novo”: preservar ou deixar ruir.

1. Ponte Hercílio Luz: um monumento “implicitamente tombado”¹¹

Em 1996, em meio aos movimentos que visavam ao tombamento federal da ponte Hercílio Luz, reportagem do jornal *O Estado* em 13 de maio afirmava que “A Hercílio Luz já [era] considerada por todos como patrimônio histórico” e que o que chamaram de “velha ponte” merecia mais cuidado e atenção. Dalmo Vieira Filho (2015), arquiteto do quadro do IPHAN, considerou que antes mesmo do tombamento “seus efeitos já estavam produzidos, porque a ponte já fazia parte do sentimento da população”. Em 1995, o então secretário municipal de turismo Homero Gomes, indicava em Suplemento Especial do jornal *Diário Catarinense* de 13 de maio, que a ponte era a “identidade da cidade”, o “maior valor simbólico da Capital e de Santa Catarina”. Para o professor Mário César Coelho, (1997, p. 30) “Florianópolis se traduz nas imagens da ponte, [a ponte] é o símbolo que *melhor* representa a cidade, sua imagem evocativa, como um *eterno* cartão-postal.”

Há 70 anos, em 13 de maio de 1926, quando a ponte Hercílio Luz foi inaugurada, um hino foi cantado por alunos:

“Hoje hino a Hercílio Luz
 Com valor e vigor entoemos;
 O que a arte e a ciência produz
 Acabado e perfeito hoje vemos.
 Centenária ponte formosa
 Orgulhosa te vimos subir
 E subindo imponente e airosa
 És um emblema do nosso porvir
 Bela ponte firmada na terra
 Vais te erguendo garbosa nos ares,
 És lembrança feliz desta era,
 Ligas terras, dominas os mares.”¹²

¹¹ Referência ao pronunciamento do deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Julio Teixeira em 7 de maio 1996. (Projeto de lei n. 89/96 – Centro de Memória ALESC).

¹² “De provável autoria do poeta Trajano Margarida, foi composto um hino para ser declamado por alunos na festa de inauguração” da ponte. (COELHO, 1997, p.92).

A ponte Hercílio Luz, estrutura que liga duas porções de terra (continental e insular) do estado de Santa Catarina, em Florianópolis, foi inaugurada com uma cerimônia política e com a missão de ser centenária pelo que o discurso em torno dela prometia. Um “emblema do porvir” da região que a fez representativa de um período histórico. Ainda antes de ser governador do estado, Hercílio Luz já imaginava sua construção e previa que os que “são moços e terão oportunidade de muitas vezes por ela passarem, lembrar-se-ão sempre de quem a mandou construir.”¹³ De construção iniciada em 1922, ela é um registro materialmente visível da história da cidade, do estado de Santa Catarina e também do Brasil, sobretudo do que é acordado como “história oficial”, servindo para uma discussão mais ampla da sociedade. Após esta, que ficou conhecida como ponte “tipo Florianópolis”, outras duas pontes com tecnologia semelhante foram construídas nos Estados Unidos em 1928: a *Silver Bridge* e *Saint Mary’s Bridge*.

Mário César Coelho, arquiteto e doutor em História, indicou em sua dissertação de mestrado que “A ponte antes de ser usada como passagem, já era um símbolo representacional, narrativo, mítico.” (1997, p.90). Ela era um patrimônio do estado, no sentido de ser sua propriedade, mas também era um monumento por suas dimensões e atuação sobre a memória (CHOAY, 2006) e foi considerada implicitamente tombada por sua representatividade regional. A cidade de Florianópolis e o estado de Santa Catarina atualmente são representados pela ponte, que é o cartão postal de identificação de ambos. A historiadora aposentada Djanira Andrade (2015), autora da pesquisa de mestrado *Hercílio Luz uma ponte integrando Santa Catarina*, indicou que “a ponte sempre foi considerada um cartão postal”. Estas concepções, por sua vez, são imagens social, política e culturalmente construídas.

Estas afirmações de representatividade são sustentadas por pesquisas acadêmicas que tratam da historiografia catarinense e florianopolitana – as quais, por sua vez, dedicam um espaço à ponte, em momentos-chave dessas escritas. Seu protagonismo, entretanto, é mais notório nas primeiras décadas do século XX, quando foi construída, durante os governos de Hercílio Pedro da Luz (1918-1924); mas sem

¹³ Publicação “13-5-1926 – 13-5-1951 Ponte Hercílio Luz” de autoria de Mario Cândido da Silva, na *Revista Santa Catarina Filatélica* de 1951, edição comemorativa dos 25 anos da ponte Hercílio Luz. Página 8. (Setor Obras Raras – Biblioteca da UFSC).

deixar de dialogar com o fim do Império e início da República, no século XIX. Esta localização, que faz menção à periodização política nacional que separa Colônia (até 1822), Império (1822-1889) e República (1889 em diante) e o destaque ao governador em exercício, Hercílio Luz (1918-1924)¹⁴, são representativos da opção metodológica que enfatiza a trajetória política, os fatos políticos e militares, nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens.¹⁵

Assim, é acordado que a construção da ponte (1922-1926) foi orientada por políticas modernizadoras (que visavam tanto à integração do estado quanto à legitimidade da República) que estavam sendo implementadas em Santa Catarina, como reflexo de políticas semelhantes em capitais no restante do país – embora aqui não houvesse as mesmas condições estruturais (ARAUJO, 1989); e o responsável por elas, aqui, foi, principalmente, o então governador Hercílio Pedro da Luz. A ponte, assim, tem papel intimamente ligado aos cenários político e social, os quais indicavam uma remodelação da sociedade para este novo regime, o republicano, através de políticas modernizadoras e desenvolvimentistas da gestão política de Hercílio Luz (1894-1898; 1918-1922 e 1922-1924)¹⁶. Ela se tornou, inclusive, simbólica dos primeiros anos de República e do século XX, representante do “estadista”, de quem emprestou o nome, e do almejo de modernidade e desenvolvimento catarinenses. (ANDRADE, 1981; ARAUJO, 1989;

¹⁴ Considero nesta periodização duas gestões: de 1918 a 1922 e de 1922 a 1924. Esta segunda gestão, de dois anos, pois Hercílio Luz faleceu dois anos antes de findá-la.

¹⁵ Cristina Wolff (2009, p. 55) indica que não é de se espantar que as principais sínteses da história estadual, como um todo, optem por esta descrição da trajetória política, já que “O Estado de Santa Catarina é uma unidade política marcada por grande heterogeneidade cultural e histórica entre suas diversas regiões”.

¹⁶ Em 1918, Lauro Muller foi eleito como governador do Estado, porém deixou o cargo para ser senador e Hercílio Luz, seu vice, assumiu. De acordo com Piazza (2003, p;162), “nesta administração foi efetuado o saneamento da Ilha de Santa Catarina e o planejamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina até Araranguá.” Em 1922 foi eleito governador, e seu vice foi Antonio Pereira da Silva e Oliveira. Hercílio Luz morreu em 1924, e seu vice assumiu o mandato até 1926.

CABRAL, 1987; COELHO, 1997; MEIRINHO, 2000; PIAZZA, 1983; PIAZZA, 2003; SILVA, 2007).¹⁷

Para Roger Chartier (1990, p.17), “As representações do mundo social (...) são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” Neste sentido, o autor indica que

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p.17)

O principal objetivo de se ter consciência desta concepção na História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p.16-7). Neste sentido, de que forma e mobilizando quais interesses esta representatividade, que tornou a ponte cartão postal e “monumento implicitamente tombado”, foi construída?

¹⁷ Em Piazza (1983, p. 489), “Além da ponte metálica, ligando a Ilha de Santa Catarina ao continente fronteiro, o seu nome [Hercílio Luz] é símbolo das administrações catarinense e se espalha pelo território catarinense”; (2003, p.160), “Líder político cujo nome se perpetua, entre outras obras, através da ponte metálica que liga a Ilha de Santa Catarina ao continente fronteiro, Hercílio Luz”. Em Cabral (1987, p.292), “Extremamente popular, retirando diretamente do povo todo o grande prestígio de que desfrutou em longos anos de atuação, no seu primeiro governo deu grande impulso aos serviços públicos, visando modernizar o Estado e coloca-lo em situação de destaque dentro da comunhão nacional. Reformou totalmente o velho Palácio do Governo, abriu estradas, cogitou de dar ao Estado ferrovias e portos, ocupou-se da instrução pública. O seu segundo mandato marcou-se pelo saneamento da Capital e pela ligação da Ilha de Santa Catarina ao continente pela ponte que recebeu o seu nome, além de outras obras que o tornaram verdadeiro benemérito do seu Estado.”. Em Meirinho (2000, p. 146), “inaugurada, em Florianópolis, a majestosa ponte metálica ligando a Ilha de Santa Catarina ao Continente, denominada Hercílio Luz” no livro em que destaca as *Datas históricas de Santa Catarina*.

1.1 Símbolo do porvir: a ponte e o governador Hercílio Luz

A Ponte Hercílio Luz, além de estar intimamente relacionada ao governador que fez dela realidade - Hercílio Pedro da Luz -, está localizada na historiografia catarinense de forma com que sua importância seja vislumbrada como marco divisor entre duas eras: uma de passado e outra de futuro. Eram os anseios da passagem do “atrasado e pobre” para a “prosperidade e civilização”. (CHEREM, 2001).

A historiadora aposentada Djanira Maria Martins de Andrade elaborou o primeiro trabalho acadêmico sobre a ponte Hercílio Luz, na Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, quando fez parte da primeira turma de mestrado em História da Instituição. A dissertação foi defendida em 1978, e, posteriormente, em 1981, um livro foi publicado pela editora da mesma universidade. A importância e a circulação deste trabalho são dignas de nota, uma vez que é a partir dele (tanto em formato de dissertação quanto no formato de livro) que são construídos os embasamentos teóricos e pareceres¹⁸, os levantamentos históricos e as justificativas que levaram aos tombamentos da ponte. Além disso, o trabalho também é referência presente nas pesquisas acadêmicas que o sucederam e reportagens de periódicos que tratam da construção da ponte¹⁹. Ou seja, é a partir principalmente desta referência que as demais narrativas são também construídas, e corroboram a

¹⁸ A justificativa estadual é a única que utiliza o livro e não a dissertação como bibliografia.

¹⁹ Parecer técnico n.01/91 para tombamento federal (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN); Justificativa 004/96 para tombamento estadual (o único em que o livro é referenciado em detrimento à dissertação) (PFCC103/977 – FCC) ; Memorial Descritivo desenvolvido pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis Processo n.03/92 - Sephan/Ipuf) ; ARAUJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Mestrado (História): PUC-SP, 1989; COELHO, Mário César. **Moderna Ponte Velha**: Imagem & memória da ponte Hercílio Luz. Mestrado (História): UFSC, 1997; COSTA, Sandro da Silveira. **Ponte Hercílio Luz**: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960). Mestrado (História): UFSC, 2002; SILVA, Adalberto Ribeiro da. **Ponte Hercílio Luz**: um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História): UDESC, 2007; reportagem “A história da ponte que ligaria ‘o nada a coisa alguma’” de 10 de maio de 1981, autoria de Celso Vickenzi do jornal *O Estado*.

pesquisa realizada, produzindo um entendimento comum sobre os impactos, causas e consequências da construção desta estrutura. Seu discurso, portanto, é dotado de autoridade, diante do contexto em que ele está inserido – criação do Programa de Pós Graduação, linha de atuação do mestrado, tipo de historiografia, foco em estudos sobre Santa Catarina, etc.

Nesse sentido, em se tratando de trabalhos acadêmicos, inaugura-se na pesquisa de Djanira Andrade a problematização acerca das justificativas que levaram à construção da ponte, o legado do governador Hercílio Luz no início do século XX - que é pautado em outras produções catarinenses e jornais, indicando a problemática da extensão e construção da memória - e também as consequências mais imediatas desta obra de engenharia vistas na cidade. Esta consideração permite também empoderar a universidade²⁰ e o “novo intelectual” que surge com ela, da função de transmissores de conhecimento, como salienta Foucault (1969).

O trabalho teve como título *As influências da Ponte Hercílio Luz para o desenvolvimento da ilha de Santa Catarina* e foi orientado por Lawrence James Nielsen, professor estrangeiro que compôs o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal, que havia sido criado três anos antes da defesa desta dissertação, em 1975. Janice Gonçalves (2006) indica que Lawrence James Nielsen orientou trabalhos principalmente relativos à história demográfica no programa da UFSC, ou seja, pesquisas que tinham foco nos aspectos sociais e populacionais. Para Andrade (2015), a escolha por Lawrence James Nielsen não se deveu a “seus conhecimentos sobre a “ponte” ou sobre “desenvolvimento” social e econômico.” Sua orientação “priorizou a metodologia e a parte histórica no contexto nacional.” Para ela, “ele também tinha um conhecimento sobre a história de Santa Catarina,

²⁰ A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada a partir de projetos para a junção das Faculdades já existentes no estado (Faculdade de Direito de Santa Catarina; Faculdade de Medicina de Santa Catarina; Faculdade de Farmácia de Santa Catarina; Faculdade de Odontologia de Santa Catarina; Faculdade Catarinense de Filosofia; Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina; Escola de Engenharia Industrial (modalidades: Química, mecânica e Metalurgia); Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada), em um terreno doado pelo estado (Heriberto Hulse – 1958-1961) em 1960. Foi uma das instituições que foram criadas pela lei 3849 de 18 de dezembro de 1960, na gestão de Juscelino Kubitschek, que federalizou também outras universidades no restante do país.

como se fosse nascido aqui”. O coordenador do curso, na época, era o professor Walter Fernando Piazza que, juntamente ao professor Victor Antonio Peluso Junior (Geografia) e ao orientador, compuseram a banca examinadora do trabalho, escolhida pelo próprio Programa de Pós-Graduação (ANDRADE, 2015). Esta foi a segunda defesa de dissertação do programa, cuja área de concentração inicial era “História Social e Econômica da América e do Brasil”.

Havia, nas dissertações iniciais, um “esforço de sistematização e disponibilização de dados acerca da documentação de interesse para a história de Santa Catarina”, de acordo com Gonçalves (2006, p.36-7). Andrade (2015) também afirmou que

quando a gente tomou conhecimento [sobre os temas das pesquisas dos colegas de turma], eram na maioria teses voltadas para o estudo de Santa Catarina. Tiveram umas mais abrangentes, mas a maioria era relacionada ao estudo de Santa Catarina.

A prática de sistematizar e disponibilizar os dados sobre documentações de interesse para Santa Catarina está presente tanto na dissertação e no livro, em que as fontes documentais que a autora trabalha são transcritas praticamente de forma integral no corpo do texto, quanto em um artigo apresentado por Djanira Andrade ao IX Simpósio da Anpuh (Associação Nacional de História) em 1977, publicado no volume IV dos Anais “O Homem e a Técnica”. O artigo é intitulado “Fontes para o estudo da História de Santa Catarina”, e nele a historiadora expõe a listagem das coleções já organizadas do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.²¹

Cabe indicar aqui que, sete anos antes do Simpósio, em 1970, acontecia o “1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais”, encontro, do

²¹ Em 1982, Walter Piazza publicou artigo intitulado “A pesquisa histórica em Santa Catarina” na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nele, o historiador indicou os projetos de indexação e microfilmagens desenvolvidos pela universidade. Dentre eles, citou o de indexação realizado por Djanira Andrade no Arquivo do Estado: Correspondências dos Governadores do Estado a diversas autoridades, do projeto “As administrações catarinenses na República Velha.”.

qual resultou o documento, conhecido como Compromisso de Brasília. O Documento trazia à tona, dentre outras competências, a necessidade de mobilização do Estado para que especialistas elaborassem “monografias acerca dos aspectos sócio-econômicos regionais e valores compreendidos no respectivo patrimônio histórico e artístico”.²² Embora a ponte não fosse detentora ainda deste *status* formal de patrimônio, passava por um período que considero ser de transição, entre as décadas de 1970 e 1980, período no qual a dissertação de autoria de Djanira Andrade foi elaborada. A transição a que me refiro condiz com a construção da segunda ponte, Colombo Salles, o fechamento da ponte Hercílio Luz enquanto ligação viária e o início dos processos que visavam à sua patrimonialização.

No final de 1960, a ponte foi desacreditada enquanto equipamento de estrada de rodagem, pois uma das pontes construída com a mesma tecnologia de sustentação com barras de olhal, a *Silver Bridge*, nos Estados Unidos, ruína e a outra, *Saint Mary's Bridge* fora, por isso, desmontada. Assim, em meados da década de 1970, a cidade de Florianópolis ganhava outra ponte para auxiliar na função de ligação entre a porção insular (capital) e a continental, a Colombo Salles, inaugurada em 1975. Apesar do descrédito, a Hercílio Luz continuou como via até 1982, quando foi fechada para o tráfego após inspeções que indicavam intensa corrosão dos materiais de sua estrutura. A ponte, então com 56 anos, começava a ser considerada “velha” pelos discursos midiáticos, deixava de ser uma estrutura de passagem, de ligação entre a ilha e o continente, deixava de ter a utilidade para a qual foi construída. O sentido de “transição” está também relacionado à metodologia sugerida por Igor Kopytoff (2008), de “biografia cultural das coisas”, no sentido de compreender como determinada “coisa” é entendida e construída culturalmente. Ele perguntara-se “O que acontece quando uma coisa fica velha e sua utilidade chega ao fim?” Tem-se aqui um marco da utilidade da ponte; o encerramento de uma etapa da biografia para o início de outra.

Como veremos mais adiante, o Compromisso de Brasília é um marco da abrangência das políticas de preservação cultural no Brasil,

²² Esse Compromisso, que será minuciado no segundo capítulo, de forma geral, tratou da necessidade de formação de espaços que gerenciassem a preservação do patrimônio cultural em âmbito regional, ou seja, a descentralização (mas em trabalho conjunto) da responsabilidade de preservação, da nação para os estados e municípios.

porque indica a necessidade de descentralizar as ações para os estados e municípios. Em 1974, então, a criação do Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do município de Florianópolis se deu e a ponte Hercílio Luz foi indicada para compor a coleção de patrimônio cultural do município, embora esta indicação não tenha gerado processo (ADAMS, 2002). Neste sentido, uma pesquisa acadêmica sobre a “importância histórica” da ponte Hercílio Luz não poderia ser uma consequência destas ações em nível nacional? Os temas para as pesquisas de mestrado da Pós Graduação recém-criada não poderiam ser também motivadas por estas ações? Cabe indicar que Oswaldo Rodrigues Cabral e Carlos Humberto Correa, historiadores catarinenses e que pesquisaram Santa Catarina, estiveram presentes no Encontro e participaram do Programa de Pós Graduação, posteriormente.

De acordo com Andrade (2015), porém, a motivação para pesquisar a ponte Hercílio Luz não teve qualquer relação com estas ações. Nas palavras dela, foi porque:

era fascinada pela ponte Hercílio Luz como cartão postal. Então eu fiz [minha pesquisa] em cima da ponte Hercílio Luz, a importância da ponte no desenvolvimento da Capital. [o tema foi] Por motivação própria, foi vontade de estudar a ponte.

Andrade (2015) ainda afirmou que foi a escolha do tema que a levou a fazer outros trabalhos relacionados aos primeiros anos do século XX, sobre os governadores de Santa Catarina e carreira pública de deputados.²³

A dissertação de mestrado de Andrade deu origem, em 1981, ao livro intitulado *Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina*, publicado pela Editora da UFSC. O prefácio foi escrito por Esperidião Amin Helou Filho, então Secretário de Transportes e Obras do Estado (envolvido com as questões relativas à segurança da ponte Hercílio Luz) e deputado federal (1979-1982). Andrade (2015) afirma que a opção por Amin se deu por sua referência política no estado.

²³ De acordo com Andrade (2015), “Meu avô era deputado de Lages quando jovem. Então, em cima disso, o professor Walter [Piazza] pediu para eu escrever o desenvolvimento histórico da vida do meu avô no desenvolvimento da região serrana”.

Ele[Amin] era um político de nome, então foi uma escolha de alguém como referência política. Ele também estava envolvido com as questões da ponte, e a gente tinha interesse, porque ele estava a par de muito do desenvolvimento econômico, político e social da ponte, então não podíamos descartar essa situação. Ele poderia acrescentar ao trabalho.

Esperidião Amin teve e tem carreira política atuante no cenário catarinense. No período entre 1975 e 2014, ele foi prefeito de Florianópolis, governador, senador e deputado federal pelo Estado²⁴. Para este político, no prefácio, o impacto social que a ponte teve na região foi destaque na pesquisa de Djanira Andrade. Seu local de fala, diante de sua carreira política, corroborou a representatividade social de uma estrutura construída por um político considerado “mítico” (SILVA, 2007). Esperidião Amin escreveu na página 9:

Nos cinquenta e cinco anos de existência da Ponte Hercílio Luz muito se tem falado e diversos trabalhos têm sido publicados sobre alguns aspectos de sua construção, funcionalidade, beleza, conservação e até seu eventual colapso. No entanto, ela sempre foi considerada, nesses trabalhos, isoladamente da comunidade. Nesta obra, a autora, em excelente trabalho de pesquisa, procede uma abordagem sob todos os ângulos da sociedade à época de seu planejamento e construção, descendo a detalhes até então ignorados ou esquecidos. (apud ANDRADE, 1981).

²⁴ Esperidião Amin iniciou a carreira pública como Secretário Interino da Educação em 1971. Depois foi técnico da Telesc e diretor do Badesc. Foi prefeito de Florianópolis (1975-1978) e (1988-1990); governador de Santa Catarina (1983-1986) e (1999-2002); senador por Santa Catarina (1991-1998); se candidatou a governador em 2002 e 2006, mas perdeu para Luis Henrique da Silveira (PMDB); se candidatou a prefeito de Florianópolis em 2008, mas perdeu para Dário Berger (PMDB). Foi eleito deputado federal (1979-1982), (2010-2014) e (2014-atualmente).

A apresentação do livro, por sua vez, foi feita pelo professor Walter Fernando Piazza. Ele, além de membro da banca de dissertação e o coordenador do curso, como dito, foi fundador do mestrado em História da UFSC, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e é historiador de referência na historiografia catarinense.²⁵ O fato de ser referência para a História de Santa Catarina foi também motivo para que ele compusesse a banca, de acordo com Andrade (2015).

Na apresentação do livro, Piazza considerou que a pesquisa foi uma importante colaboração da autora para a historiografia catarinense, mas, diferentemente de Esperidião Amin, considerou que o destaque do trabalho estava na pesquisa sobre a vida e carreira política de Hercílio Luz:

Djanira Maria Martins Andrade soube, com vigor e sinceridade, mostrar-nos seu estudo consciente e seguro “Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina”, como a manifestação maior e a verdadeira dimensão, política e administrativa de Hercílio Luz, que é, na realidade, um aprofundamento no estudo biográfico deste eminente catarinense.

²⁵ Walter Piazza é bacharel em História (e Geografia) pela Faculdade Catarinense de Filosofia em 1957 e licenciado em 1960. Wolff (1994, p.8) o considera um historiador representante da “história tradicional”, história esta que dá “grande ênfase aos fatos políticos e militares”, obras que “apresentam grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens”; Dallabrida (1996, p.13) o considera pertencente ao “momento historiográfico da ‘história tradicional’”, porém, destaca uma característica dele que é incomum a estes historiadores: Piazza afirma que “a História é uma eterna revisão” no livro *Santa Catarina: sua história*. Já para Gonçalves (2006, p.115): “Piazza, embora oriundo da política e do jornalismo, simbolizará um novo modelo no campo historiográfico catarinense: para os bacharéis formados em História a partir dos anos 1970, o historiador passa a ser, antes de tudo, o professor – sobretudo, o professor universitário, formado pela universidade.” Piazza seria um representante da universidade, portanto, buscando a cientificidade do fazer historiográfico. Algo que buscou renovar também quando liderou o IHGSC em 1968, “buscaria renovar-se por meio de uma história que se pretendia científica, com o selo da universidade.” (2006, p.120)

A atenção dada por Piazza ao caráter biográfico do estudo de Andrade pode ser relacionada à sua atuação enquanto integrante do Instituto Genealógico Brasileiro. Em 1951, ele escreveu o “estudo histórico-genealógico” sobre Hercílio Luz na *Revista Santa Catarina Filatélica*, produção da Associação de Filatelia de Santa Catarina em comemoração ao 25º aniversário da Ponte Hercílio Luz. Nele, Walter Piazza inicia a escrita pela quarta geração de parentesco do ex-governador e indica que a genealogia é “um estudo dos caracteres que exornam uma família, que indicam um costado” (PIAZZA, 1951, p.46), sendo então um ramo auxiliar da História. De acordo com Andrade (2015), a opção pelo caráter político na escrita de sua dissertação e a mobilização da genealogia se deveu a uma escolha metodológica, mas também se deveu às aulas no Programa de Pós-Graduação, no qual Piazza era professor.

A partir das pesquisas feitas para este trabalho (as quais englobam documentos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relatórios de engenheiros sobre a construção da ponte, entrevistas e jornais de circulação estadual), Djanira Andrade construiu uma narrativa em sete capítulos que de maneira geral indica que “A Ponte Hercílio Luz foi um fator de suma importância para a vida econômica, social e política de Florianópolis.” (1981, p.15). Desta forma, enaltece a construção e, ao destacar a carreira política de Hercílio Pedro da Luz e ações necessárias à construção da ponte, também enaltece o governador. O trabalho é finalizado a partir de reflexões sobre “as influências e o impacto” (ANDRADE, 1981, p.18) causados pela ponte, já construída, na cidade e no estado.

Afim de que fiquem mais claras as escolhas dissertativas e a localização da ponte Hercílio Luz nesta obra – entre a ruptura de duas eras que condizem com a periodização política nacional: o atraso, representado pelo Império (1822-1889) e o passado, e o progresso, representado pela República (1889 em diante) e o futuro - é necessário entender o que ambas as periodizações significam tanto no imaginário quanto nas práticas, pois Andrade (1981) reflete, no fim do século XX sobre o início dele. Ou seja, há que se ter em mente a existência do intervalo temporal e o intervalo entre o que é vivido e o que é lembrado.

Para José Murilo de Carvalho (2014, p.10), “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças

de um povo.” O imaginário trabalha junto ao mito de origem, neste caso, do regime. Para Carvalho (2014, p. 13),

Com frequência disfarçado na historiografia, ou talvez indissolivelmente enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. No caso da criação de novos regimes, o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ou da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da ideia de deseabilidade e de superioridade da nova situação.

Neste sentido, Nossa Senhora do Desterro, como era chamada a Ilha de Santa Catarina nos tempos imperiais, tinha conotação de ser “pobre, pequena e atrasada”, mas que tinha expectativas de “grandeza, prosperidade e civilização.” (CHEREM, 2001, p. 297). Modificações importantes para a cidade foram delineadas desde o Império, mas só materializadas com a mudança para a República. Para o historiador Hermetes Reis de Araujo (1989)²⁶ essas mudanças foram efetivadas a partir de um novo quadro político que se instalou no Brasil após a Proclamação da República, mas que vinha se formando desde os anos anteriores à Abolição da Escravatura, em 1888, e teve forte destaque nas reformas urbanas e sociais.

A Proclamação da República diferente do que se supõe, deve ser entendida como um processo heterogêneo. O fato de ter sido gestada como um projeto civil, mas ter sido efetivada por forças militares já sinaliza para o distanciamento da população desta decisão; e além da população, outras esferas da sociedade também não foram englobadas na ação. As lutas entre facções e lideranças nos primeiros anos são indícios da insatisfação tanto com o governo, que era militar, quanto

²⁶ Dissertação de mestrado defendida em 1989 no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo intitulada *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Para a historiografia catarinense, a pesquisa de Araujo é uma das que se destacaram em uma nova concepção de escrita da história.

com o distanciamento dos ideais republicanos²⁷. Para Cherem (2001, p.336), na esfera política este descontentamento foi visto em Santa Catarina através do cargo de governador, que foi modificado 24 vezes entre 1889 e 1902, sendo que entre 1893 e 1894 o cargo foi trocado 6 vezes.

Outro registro do descontentamento esteve nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul²⁸, sob a identificação de Revolução Federalista.²⁹ Ela é um dos indicativos da não homogeneidade dos anseios brasileiros no final do século XIX. Para Meirinho (2000, p. 203) a Revolução foi uma “luta armada na disputa pelo poder que envolvia pretensões (...) tais como ambições pessoais, restauração da monarquia, proposta separatista e formação de uma confederação no Sul que incluía

²⁷ Cherem (2001, p. 305) indica que foram violentos enfrentamentos entre os interesses estaduais e federais e que as lideranças eram pouco articuladas e, “na maioria dos casos, pouco embasadas ideologicamente, com uma noção muito vaga sobre o sentido da República, da democracia ou da federação.”.

²⁸ De acordo com Cherem (2001, p.305) O Paraná teve um governo paralelo do Partido Republicano Paranaense, em 1894, em Ponta Grossa; Santa Catarina teve um governo paralelo dos federalistas em Desterro em 1893 e em Blumenau, dos republicanistas (PRC); Rio Grande do Sul teve um governo paralelo em Bagé, dos federalistas e em Porto Alegre, dos castilhistas. No norte do país, em Amazonas, houve, inclusive, a proclamação de um novo presidente. Desterro também foi sede do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil entre outubro de 1893 e abril de 1894, em oposição a Floriano Peixoto. O Objetivo desta instalação era organizar força pública, aumentando o apoio, para seguir para o Rio da Prata.

²⁹ De maneira geral, a Revolução Federalista foi uma revolta que compreendeu os anos entre 1893 a 1895, iniciada no Rio Grande do Sul, contrária ao governo de Julio de Castilhos e à nova política implementada pela Proclamação da República. Essa revolução, embora iniciada no Rio Grande do Sul, também atingiu os estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná, tomando proporções nacionais a partir do momento em que Floriano Peixoto, então presidente do Brasil declarou apoio a Castilhos, fazendo com que seus opositores apoiassem os “federalistas”. Ela demonstra heterogeneidade e instabilidade no processo de transição do Império para a República, embora o movimento não tenha sido vitorioso. Hercílio Luz manteve-se aliado a Floriano Peixoto e ao governo republicano. Mais sobre a Revolução Federalista em ROSSATO, Luciana; SERPA, Élio Cantalício. **Imagens construídas** imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896) /. Florianópolis, 1999. 128 f; MEIRINHO, Jali; PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). **A república em Santa Catarina (1889-1900)**. Florianópolis, 1979.

o Uruguai, positivismo, parlamentarismo”. Apesar de aglutinar diversas forças, foi uma Revolução não vitoriosa, e com a derrota dos federalistas, Hercílio Luz foi nomeado o governador do estado de Santa Catarina (1894-1898)³⁰, oferecendo apoio irrestrito ao então presidente Marechal Floriano Peixoto (que havia tomado posse da presidência da República após a renúncia de Deodoro da Fonseca em 1891) e ao regime republicano. Como homenagem ao marechal, o nome da cidade foi mudado em 1894³¹. De Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis.

Para Araujo (1989, p.113), Nossa Senhora do Desterro era uma alcunha trazida desde o século XVII, e que “mantinha viva a incômoda imagem de que o lugar já fora região de exílio, ponto de degredo”; já Florianópolis, para o mesmo autor, fez com que o nome passasse “a ter uma importância estratégica na construção de um centro político-administrativo que assegurasse o controle dos interesses” em jogo no novo regime. (ARAUJO, 1989, p.108). Cherem (2001, p. 323) parece corroborar a concepção ao fazer menção ao jornal *República* de 10 de julho de 1894, no qual era possível ler que: “Desterro é rebeldia. Desterro é regime decaído. Desterro é restauração da monarquia. (...) É nosso dever, pois, eliminarmos todas as denominações que contrariem direta ou indiretamente o sistema republicano.”.

Desta forma, iniciava-se a busca por legitimação deste novo regime, e, ainda neste primeiro governo de Hercílio Luz (1894-1898), o brasão de armas, a bandeira e o hino do Estado foram instituídos. Foi criado também o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina com apoio governamental e definido o primeiro mapa do território catarinense. Havia, de acordo com Santos (2000, p. 118-119), um esforço para a construção de uma identidade estadual e o IHGSC teve papel fundamental nesta ação. O Instituto “assumiu incumbências de

³⁰ O governo de Hercílio Luz, de 1894-1898, pode ser considerado o primeiro governo da República consolidada, uma vez que os governos anteriores, de 1889 até 1893, não tiveram uma perenidade, como caso de Lauro Muller que ficou de 1889-1891, as Juntas Governativas designadas pelo governo federal (novembro a dezembro de 1889 e 1891 a 1892), por governadores que eram contrários à República, como o caso de Manoel Joaquim Machado e Elyseu Guilherme entre 1892 e 1893. Apenas em 1894, quando Hercílio Luz foi nomeado governador que este cargo foi ocupado pelo quadriênio, findando também a Revolução Federalista, razão pelas tensões e conflitos políticos do período em Santa Catarina. (SILVA, 2007, p.11-9)

³¹ Em diversas referências se indica a lei n.111 de 1 de outubro de 1894 como a responsável pela mudança, porém não a localizei.

definir a trajetória da formação do povo catarinense e de justificar e valorizar os aspectos simbólicos da trajetória do povo e de suas lideranças políticas”, mesmo sendo uma Instituição “não-governamental”. Gonçalves (2006, p.66-7) salienta que “figuras políticas de especial relevo, nos primeiros momentos republicanos, foram sócio-fundadores da entidade”, mas só para citar como exemplo, Hercílio Luz, Felipe Schmidt e Gustavo Richard, que foram governadores entre 1894 e 1924. Assim, as primeiras versões da história estadual foram elaboradas por intelectuais ligados ao governo e ao Instituto. Para Gonçalves (2006, p.97), o Instituto, em seu início, “pode ser pensado como um dos instrumentos de acomodação das tensões e, simultaneamente, de legitimação de novos agentes na arena política”. A Academia Catarinense de Letras, inaugurada na década de 1920 também assume tarefas nesse sentido. Para Chagas (2009, p.141), os

processos de mudança política e social favorecem a ressignificação e a proliferação de novas imagens, palavras, sons e objetos vários, com o fito de ocupar, no imaginário social, o lugar dos velhos signos.

Para Carvalho (2014, p. 13), “Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.”. Neste sentido, as instituições, o hino e a bandeira criadas são simbólicos da moldura do imaginário republicano, assim como o governador Hercílio Luz, que teve agência diante destas ações, tornando-se um modelo, e um “mito” (SILVA, 2007) para a cidade.

Também como forma de consolidar a República, remodelar, sanear e ajustar as práticas de convívio urbano e, conseqüentemente apaziguar as investidas contrárias a ela, investiu-se também na política de integração do estado. Desta forma, já em 1895, muitas obras que visavam esta integração estavam concluídas e outras eram encaminhadas.³² Posteriormente, outras remodelações, dentre elas, rede

³² Araujo (1989, p.117) indica que “foi feita uma reforma administrativa que dotou o governo de uma Repartição de Obras Públicas de maior porte, organizou-se um serviço de estatística, foi reformado completamente o velho casarão colonial que servia de palácio do governo, construído um novo mercado um lazareto (...). Foram abertas estradas, implantadas redes telegráficas e cogitou-se a construção de ferrovias e portos.”.

de água encanada (1909), iluminação pública por energia elétrica (1910), rede de esgotos (1913-1917), drenagem e aterramento, calçamento de ruas, construção e reforma de edifícios públicos, etc. foram sendo desenvolvidas pelas autoridades públicas.³³

Tais ações de integração e saneamento também foram feitas no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil. Araujo (1989) indica, porém, que o contexto no qual a cidade de Florianópolis estava inserida não era o mesmo de outras grandes cidades do Brasil onde se desenvolveram políticas semelhantes. Enquanto outras cidades apresentaram alto crescimento populacional, concentrações industriais, aumento do número de operários e das camadas populacionais pobres, processos que faziam com que as medidas de remodelação se apresentassem como necessárias; em Florianópolis, esta situação não era vista, pelo contrário: eram baixas as taxas de crescimento econômico e populacional. Havia, no entanto, um fator em comum: o “anseio das elites locais em promover um amplo reajustamento social de sua população” (ARAUJO, 1989, p.11). As autoridades políticas apoiavam e buscavam apoio para esta remodelação. Andrade (1981), por sua vez, indica que as remodelações sociais foram necessárias porque no início do século XX havia um grande aumento populacional e para melhorar a projeção e integração da Capital com o restante do estado. A capital estava ameaçada neste período por projetos que previam sua mudança para outra cidade do interior.

Os programas de “viação” e “integração” tiveram orientação dominante dos governos que se sucederam com o início da República,³⁴ mas estes programas não alcançaram Florianópolis, pois, de acordo com Araujo (1989, p.108), a cidade “não correspondia às expectativas de desenvolvimento social e econômico divulgadas pelo discurso oficial sobre Santa Catarina.” Cabe indicar, porém, que a Ilha, onde estava situada a cidade, não dispunha de via de ligação terrestre com a parte continental. As travessias eram feitas sempre por balsas e barcos privativos e dependiam das condições do tempo.³⁵

³³ Neste período de 1900-1920, os governadores foram Felipe Schmidt (1898-1902); Lauro Muller (1902-1906); Gustavo Richard (1906-1910); Vidal Ramos (1910-1914); Felipe Schmidt (1914-1918); Hercílio Luz (1918-1922).

³⁴ Com destaque para as políticas de imigração e colonização, visando à ocupação das áreas de terra disponíveis no estado.

³⁵ A parte continental que atualmente faz parte da cidade de Florianópolis, anteriormente à construção da ponte Hercílio Luz pertenciam a São José.

Os primeiros anos de República, principalmente os primeiros anos do século XX, constituíram-se como um período em que as oligarquias comandavam a política catarinense – com respaldo pela política implementada pelo então presidente Campos Salles (1898-1902) -, assim como também acontecia no restante do país, através do controle do quadro político, da lealdade a líderes e a negação de benefícios à oposição por pequenos grupos. Para Meirinho (2000, p. 206) estas oligarquias começaram a ser delineadas com a vitória dos republicanos na Revolução Federalista e não nasceram de grupos familiares, econômicos ou no latifúndio, excetuando o grupo lageano dos Ramos (Vidal José de Oliveira Ramos Junior), que desde o Império manteve evidência no poder até os anos 1960. Para ele, no geral, essas oligarquias estiveram mais ligadas às lideranças urbanas, pois seus líderes surgiram de dentro dos quadros administrativos estaduais. Para Araujo (2004, p. 108), as oligarquias locais contavam com oportunidades, pois “além da autonomia para contrair empréstimos diretamente do estrangeiro, as terras devolutas de Santa Catarina, a exemplo das outras unidades da federação, passaram a ser propriedade dos governos estaduais.”.

A ponte Hercílio Luz está inserida nesses projetos de integração e também na política oligárquica. Andrade (1981) indica as dificuldades com que o acesso à Ilha, capital do Estado, era feito, já desde a sua fundação como cidade: como não havia uma ligação terrestre, usavam-se embarcações privativas, cuja travessia dependia tanto das condições climáticas e meteorológicas quanto das condições de manutenção das embarcações. Várias eram as reclamações quanto às condições dos barcos e lanchas e quanto à imprecisão do destino tomado no percurso, de cujo vento favorável dependia. Esses empecilhos foram considerados como justificativa por grupos políticos de expressão do Estado para a proposta de mudança da sede da capital, de Florianópolis para outra cidade³⁶ que fosse mais desenvolvida economicamente e possibilitasse

³⁶ A cidade de Florianópolis no início do século XX era menos desenvolvida economicamente do que outras pelo Estado, como Joinville e Blumenau que tinham um significativo crescimento. Além disso, seu acesso também era dificultado por se tratar de uma ilha, cuja travessia era feita unicamente pelo mar, através de lanchas e balsas privativas, e ficava à mercê das adversidades do tempo, fosse maré ou vento. As medidas desenvolvidas pelo governo dizem respeito às rodovias, saneamento básico, luz elétrica, entre outros. (ANDRADE, 1981; COSTA, 2007).

maior integração com o restante do Estado. (ANDRADE, 1981; ARAUJO, 1989; COELHO, 1997; COSTA, 2002; SILVA, 2007). A proposta de mudança da sede da capital, porém, não foi inaugurada nessa época. Araújo (1989) e Costa (2002) informam que o isolamento da capital era motivo de contestação desde, pelo menos, o século XIX, quando pedido para transferência da capital para Lages foi solicitado e aceito pela Assembleia Legislativa. A transferência foi, porém, vetada pelo então Presidente de Província sob a justificativa dos elevados custos que acarretaria aos cofres públicos. Os custos altos também justificaram a decisão pela permanência da capital em Florianópolis no século XX, mas a isto foram somadas as recentes disputas políticas pelas quais o Estado passara. Conforme Silva (2007, p.20):

mudar a capital, seja lá para qual região se pretendesse, iria provocar distensões políticas regionais. O Estado tinha recém-saído de embates de grandes perdas humanas, materiais e financeiras, como a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado. A mudança da capital poderia deflagrar uma nova onda de distensão e possíveis contendas, que pudesse vir a desestabilizar o equilíbrio das forças políticas regionais que sob a batuta unificadora do Paraná começavam a se afirmar politicamente, apresentando resultados práticos na transformação urbana de Florianópolis, e na abertura de estradas ligando as principais cidades do interior.

A possibilidade de distensões políticas ameaçaria também a República enquanto regime que buscava a consolidação após a derrota dos federalistas na Revolução Federalista. Desta forma, a busca pela integração do Estado seria a solução para o problema de isolamento da capital, sem que se mexessem consideravelmente nos cofres públicos e nos ânimos políticos já instáveis. A integração do Estado fazia parte do plano de governo desde os primeiros anos de República, sobretudo, com o primeiro governo de Hercílio Luz, que visava ao desenvolvimento econômico e social do Estado e ao acesso menos dificultoso à capital (ARAUJO, 1989). A forma de facilitar esse acesso sem transferir a capital seria a construção de uma ligação terrestre entre as duas porções de terra, ou seja, uma ponte. Foi chamada, primeiramente, de “Ponte da Independência”, porque sua construção foi iniciada em 1922, no centenário da Independência do Brasil. O nome Independência, porém

também poderia remeter à independência da Capital das balsas privativas pelas quais se fazia até então a travessia, o que dá à obra um caráter bastante político. A ponte Independência veio a se chamar posteriormente ponte Hercílio Luz, uma homenagem da Assembleia Legislativa de então a seu idealizador, que morrera em 1924, dois anos antes de sua inauguração.

Hercílio Luz, em discurso de 27 de setembro de 1920, abordou a assinatura do contrato que visava à construção da ponte.³⁷ Nas palavras de Hercílio Luz

A ponte sobre o estreito, velha aspiração dos catarinenses, e cujo decreto hoje assinarei, **não é uma obra de vaidade que pareça preferência pela Ilha e Capital**, em detrimento das demais zonas do Estado. É uma obra, reconhecidamente, de interesse geral, e que, por ocasião do nosso centenário afirmará praticamente a **união e a integridade** do nosso território, e das nossas aspirações, evitando que a cabeça mutilada continui (sic) fora do corpo. Nenhum dos municípios do Estado poderá sentir-se preterido, pois que antes de se resolver sobre a construção da ponte, tiveram eles satisfeitos pelo Governo os seus mais justificados interesses.

(...) A ponte, ligando a Ilha ao continente, é um **preito à Unidade Nacional**, homenagem que prestamos ao país no dia do centenário de sua independência, para que possamos merecer ainda maior **conceito da República** do que temos gosado (sic) até hoje.

É um **símbolo da união dessa União**, que, a despeito de todas as **rixas e todas as lutas do mundo e do país**, temos sabido manter como precioso **legado dos nossos descobridores, dos nossos povoadores e dos nossos homens de Estado**. (grifos meus).

³⁷ *Revista Santa Catarina Filatélica*, 1951. Discurso retirado do Jornal República, de 28 de setembro de 1920, como indica a Revista. Página 45. (Setor de Obras Raras – Biblioteca da UFSC)

Fica claro, portanto, que a construção da ponte Hercílio Luz foi a contrapartida necessária para alguns questionamentos do início do século: evitar a mudança da Capital, facilitando o acesso à ilha; promover a integração da Capital com o restante do Estado e do País; desenvolver economicamente a Capital, que também vivia empecilhos dessa ordem devido ao acesso dificultado; e simbolizar os anseios republicanos. Ela foi construída a fim de ser um monumento, sobretudo por estar corroborando um desígnio político de um governador e de um tipo de governo. Visava-se à perpetuação de sua memória através daquela construção. (CHOAY, 2006).

Este discurso de Hercílio Luz está presente na *Revista Santa Catarina Filatélica*, na edição de 1951, referente ao 25º aniversário da Ponte Hercílio Luz; uma das fontes para a construção da narrativa de Andrade (1981). Esta fonte, juntamente com a pesquisa de mestrado de Djanira Andrade, aparece citada nas três justificativas de tombamento da ponte Hercílio Luz (e também nas outras pesquisas acadêmicas realizadas sobre a ponte³⁸). A *Revista Santa Catarina Filatélica* (que tem no logo a imagem da ponte, possivelmente para fazer referência ao estado de Santa Catarina) era produção trimestral enviada aos sócios da Associação de Filatelia de Santa Catarina, como é informado na própria edição da revista. Atualmente, a Associação publica boletins informativos na web, sem uma periodicidade definida.³⁹

Esta edição da revista é composta por um compilado de textos que dissertam sobre a ponte. Seu conjunto possibilita observar a intenção da Revista e o discurso que ela elabora visando à construção de uma dada representação. Desta forma, já no texto de abertura, intitulado “Um homem... uma obra...” de autoria do então diretor da Associação, João Carlos Ramos, é possível observar como se dá a construção de uma relação direta e imbricada entre obra e criador – a Ponte e o governador Hercílio Luz:

³⁸ COELHO, Mário César. **Moderna Ponte Velha: Imagem & memória da ponte Hercílio Luz.** Mestrado (História): UFSC, 1997; COSTA, Sandro da Silveira. **Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960).** Mestrado em História UFSC. 2002; SILVA, Adalberto Ribeiro da. **Ponte Hercílio Luz: um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História): UDESC, 2007.

³⁹ Boletins disponíveis em <<http://www.afsc.org.br/boletins/boletim.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

SANTA CATARINA FILATELICA, dentro das finalidades a que se impôs a Associação de que é órgão, de batalhar pela elevação do nosso nível cultural, se sente imensamente honrada em poder reverenciar tão ilustre personalidade [governador Hercílio Luz], na ocasião em que a sua principal obra, a monumental Ponte Hercílio Luz, completa 25 anos de existência. Pois, si (sic) é verdade que se conhecem os homens pelos seus atos, podemos afirmar que aqui jamais pisou figura humana de tamanho porte. (grifo do texto) (1951, p.1)

São diversos os textos que, analogamente, também buscam não dissociar o criador e a obra e mobilizam o culto à memória “dos que merecem a nossa admiração e o nosso respeito.” (1951, p.5), conforme o texto “As Pontes na Filatelia”, também de João Carlos Ramos. Entre os que abordam a vida de Hercílio Luz estão os escritos intitulados “Um nome que ficou” de Antenor Moraes, no qual o exalta como o “homem que passou, mas ainda vive”, “o administrador emérito que deixou para a sua terra de nascimento, obras concretas que construiu para orgulho de sua gente.” (1951, p.10). O discurso de Rubens Ramos no encerramento das homenagens à memória de Hercílio Pedro da Luz, realizadas na Faculdade de Direito apregoava que “ao catarinensismo (sic) de Hercílio” correspondesse “o nosso catarinensismo, lembrando-o como exemplo, apontando-o como modelo às novas gerações, seguindo-o nos propósitos obstinados de exaltação triunfal da gleba insubstituível e, sobretudo, pagando o seu amor a Santa Catarina com o nosso amor à sua memória.” (1951, p.21). São transcritos dois discursos de Hercílio Luz em que ele enaltece esse chamado sentimento catarinense, no sentido de reconhecimento de uma identidade regional, de um “amor por Santa Catarina” (semelhante ao que é considerado como identidade nacional) e indica a importância da construção da ponte. Estes discursos auxiliam na aproximação daquele governador com o leitor – catarinense - da Revista.

A esses textos enaltecedores acrescenta-se “Hercílio Pedro da Luz”, de Zedar Perfeito da Silva, sobre a pessoa do ex-governador: um “político nato até pelo sangue”, pois que “descendia de uma família fidalga, como a dos Luzes, que desde a independência vinha tomando parte ativa em nossa vida pública” (1951, p.40 e 42). Renato Ramos da

Silva⁴⁰, em discurso feito em 1949 e transcrito para esta edição, homenageia o ex-governador, indicando que “ele não pertence ao passado. É força vibrante, exemplo no presente” (1951, p.60).

Walter Piazza então integrante do Instituto Genealógico Brasileiro e que viria a ser um marco na entrada da história em uma era historiográfica e científica (GONÇALVES, 2006) e primeiro coordenador do Programa de Pós Graduação em História da UFSC, pesquisador de referência em Santa Catarina, também está presente na coletânea, que conta com um estudo genealógico de sua autoria. Piazza conclui que a “administração [de Hercílio Luz] não pode, hoje, merecer críticas de quem se dedica ao estudo dos nossos problemas administrativos.” (1951, p.51), por ela ser exemplar e de importância ao desenvolvimento do estado. Gonçalves (2006, p.93) salienta a produção de Piazza como “manifestações claras de amor pela “pequena pátria””, Santa Catarina. A participação de Piazza em institutos, como o Instituto Genealógico, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras, criados com o início da República e cuja proximidade se mantinha aos governos estaduais nas décadas posteriores (GONÇALVES, 2006), auxilia a pensar os locais sociais de produção da historiografia e seus enfoques até então, sobretudo por ele ser um historiador que se manteve na graduação e na pós da Universidade Federal. Sua presença nesta edição da Revista pode ser vista como significativa destes interesses.

O enaltecimento da estrutura construída também foi abordado no compilado, dentre eles, Mário Cândido da Silva escreveu “13-5-1926 – 13-5-1951 Ponte Hercílio Luz”, no qual exalta a “cooperação da ponte” para o “desenvolvimento do Estreito, hoje maior e mais desenvolvido do que muitas cidades do Estado, e também [para o desenvolvimento] da Capital, que possui comunicações viárias com as principais cidades do Estado e com outros centros do País” (1951, p.9) Antenor Moraes, por sua vez, em “Ponte Hercílio Luz” enaltece a ponte através de uma poesia, na página 22:

“Eu gosto de te ver, estendida no espaço,
Retratando no mar tua estrutura de aço.

⁴⁰ Renato Ramos da Silva em 1950 era formando em Direito. Foi senador por Santa Catarina na década de 1960 e seu filho, Claudio Ávila da Silva, viria a ser prefeito de Florianópolis entre 1983 e primeiros meses de 1985, período no qual foi solicitado pela prefeitura o tombamento federal da ponte Hercílio Luz.

O cruzeiro a te olhar, lá de cima parecem
No silêncio do céu, guardar a tua prece.

És guardião fiel aos asares da sorte,
Da baía do sul, da baía do norte.
És caminho seguro às bípedes formigas
Que correm por teu leito, alígeras, amigas,

E vem trazer-te o pão, que seria bem caro
Se não fosse a visão de um estadista raro,
Daquele que sonhou (esclarecidamente)
Ligar torrão querido ao grande continente.

Foi obra de Titão que embora não se queira,
Ilá-de firme viver, gloriosa a vida inteira!
Nem ferrugem voraz, nem caruncho ou punilha
Jamais destruirão a PONTE MARAVILHA!”

Victor Antonio Peluso Junior, então professor de geografia e posteriormente pesquisador da Pós Graduação em Geografia e presidente do IHGSC, de 1971 a 1991, discorre sobre a “A Ponte Hercílio Luz e a expansão de Florianópolis”. Ele, diferentemente dos discursos feitos até então, considera a vinda dos imigrantes europeus no século XIX como crucial para a necessidade da abertura de novas estradas e a consequente construção da ponte. Difere, de certa forma, da concepção visionária com que os discursos até então consideraram Hercílio Luz. Para ele, foi devido à ponte que Florianópolis pode se desenvolver em território e na economia, aumentar a população urbana e responder à demanda automobilística que estava crescente. Tendo em vista que Peluso Junior é visto por Gonçalves (2006, p.84) como um dos pesquisadores do Instituto que problematizou, sobretudo a partir da década de 1970, a diversidade cultural e geográfica de Santa Catarina, as referências à imigração e ao desenvolvimento econômico e territorial podem ser entendidas. Ele era membro do IHGSC desde 1930, foi pesquisador referência em geografia em Santa Catarina. Quando de sua saída em 1991 do cargo da presidência, indicou Walter Piazza para o cargo. (GUIDI, 2010)

Em onze páginas, informações dos responsáveis pelo acompanhamento da construção pela *Byington & Sundstrom* (irmãos Corsini) imitam um diário no qual o “Desenvolvimento dos trabalhos da construção da Ponte Hercílio Luz”, é detalhado, desde os primeiros dias de sondagem da área, até o dia em que a construção foi finalizada. Em

cada uma das páginas, fotos “comprovam” o que está escrito, indicando a evolução da construção. Os responsáveis pela construção, *Byington, Sundstrom* e os irmãos Corsini, também têm espaço na coletânea, em “Nomes que devem ser lembrados”, o qual busca traçar uma sucinta e breve biografia deles. De forma semelhante, o relatório sobre a estrutura da ponte feito pelos engenheiros Oscar Machado da Costa e Mário de Faria Bello, que foi apresentado ao governo de Santa Catarina, também foi ali abordado. Intitulado “A Ponte Hercílio Luz apreciada por dois grandes engenheiros”, o relatório foi retirado da Revista Técnica n.14-15 de jan.-jun de 1948 e trouxe uma análise estrutural, que condizia com as expectativas e os anseios buscados pelo governo. Por fim, o texto “Uma maravilhosa obra de engenharia”, foi retirado do jornal *O tempo* de 13 de maio 1926. Como o título antecipa, o escrito (cujo autor não é identificado) enaltece a construção como “uma das maiores maravilhas da engenharia moderna” (p.52); “a mais importante da América do Sul e na espécie, a única construída, até hoje, em todo mundo” com o maior vão central da América do Sul. Além disso, traz informações que denotam excepcionalidade à ponte, numa clara propaganda a sua inauguração, acontecida no mesmo dia da publicação do discurso no jornal.

Interessa notar aqui, que as escolhas discursivas de Andrade (1981) corroboram este discurso empreendido pela Revista. As escolhas do texto que compunham a edição em homenagem ao 25º aniversário da ponte indicam determinada representação para a estrutura e para o governador: denotam a unicidade, a singularidade da construção e exaltam os feitos do “grande homem” Hercílio Luz, atribuindo-lhe as melhores qualidades do homem público, que constrói para seu governo um legado. É destacável, no entanto, a referência de forma mais direta aos diários e relatórios, mas, sobretudo, às escritas de Piazza e Peluso Junior no teor da escrita de Andrade (1981); ambos, por sua vez, foram personagens importantes na consolidação e institucionalização da Geografia e História em Santa Catarina, tanto em pesquisas da pós-Graduação, quanto no Instituto Histórico e foram professores e componentes de sua banca. A memória que a Revista publicada em 1951 buscou “cultuar”, neste caso, construir e transmitir é uníssona da ponte e de seu idealizador, que sempre aparecem entrelaçados nos textos. Lohn (2002), neste sentido, indica que na década de 1950 a imagem de Hercílio Luz ainda era bastante reverenciada, como um exemplo a ser seguido para alcançar o “futuro moderno e desenvolvido”.

De forma muito semelhante, parte fundamental da argumentação da pesquisa de Djanira Andrade está pautada na gestão política de

Hercílio Pedro da Luz. Nos anos de início do século XX, Hercílio Luz deteve um grande destaque, sobretudo devido a sua posição no então PRC (Partido Republicano Catarinense), que acarretou na construção do “hercílioismo”⁴¹, conforme indicou Meirinho (2000). Para Meirinho (2000, p. 204) isso se deveu à participação deste político nos processos anteriores e posteriores à Revolução Federalista e à sua atuação no governo do estado, sobretudo no quadriênio de 1894-1898. Além disso, também nos contextos de remodelações e modernização da capital e do Estado, em seus segundo e terceiro governos, (1918-1922 e 1922-1924)⁴², os quais foram caracterizados principalmente por obras na Capital, em especial, a Avenida⁴³ e a Ponte Hercílio Luz, finalizadas em 1922 e 1926, respectivamente. Cherem (2001) indica que foram os jornais os responsáveis pela captação e difusão da República, sendo o elo entre o público e privado. O apoio dos jornalistas foi fundamental para a campanha republicana, uma vez que “O domínio e a posse de um jornal era também indicativo de poder político, de possibilidade de articulação e mobilização.” (CHAGAS, 2009, p.157). Para Silva (2007), jornais de circulação estadual, principalmente o *A República*, que era partidário de Hercílio Luz noticiavam com entusiasmo os feitos do “estadista”, e possibilitavam a construção desta percepção social de destaque.

⁴¹ Para Meirinho (2000, p.204) é um movimento semelhante ao florianismo (Floriano Peixoto) e ao castilhismo (Julio de Castilhos), que remete à instabilidade política, de sucessão de crises, dos primeiros anos de República. Para ele, “estes fenômenos inserem-se na História do Brasil envolvendo os setores das camadas médias urbanas e a pequena burguesia em torno de figuras sinalizadas pela popularidade e pelo carisma.”

⁴² Hercílio Luz era candidato a vice-governador de Lauro Muller em 1918. Porém, após a eleição, Lauro Muller renunciou ao cargo, ficando com a presidência do senado e Hercílio Luz se tornou governador. Ambos são considerados por Meirinho (2000, p. 207) como centrais na política catarinense até a década de 1920. Hercílio Luz também foi eleito em 1922 para a gestão até 1926, mas morreu dois anos antes, em 1924.

⁴³ Seu nome original era previsto para ser Avenida do Saneamento, pois canalizou o riacho da “fonte da Bulha” no centro da capital e demoliu os “cortiços” próximos, reurbanizando e melhorando as condições sanitárias de uma extensa área. (ARAÚJO, 1989, p.111). Apesar de proporcionar as melhorias, desalojou diversas famílias e contribuiu para iniciar o processo de ocupação dos morros pela população mais pobre, que já vinha perdendo suas casas desde a década de 1910.

Através de referências presentes na *Revista Santa Catarina Filatélica*, de periódicos estaduais (principalmente *O Estado*⁴⁴) e de biografias sobre o governador, Andrade (1981, p.54) exalta qualidades de um “político nato” e “notável administrador” (1981, p.68). Ao longo da análise ela procura dimensionar a influência e importância do governador no Estado enquanto personalidade política e cidadão catarinense, conforme observou Piazza ao situar a dissertação no terreno da história política. Andrade (1981, p. 51) considerou que

a história da construção da Ponte Hercílio Luz se integra na conjuntura histórico-política dos governos de Hercílio Pedro da Luz, pois este estadista preocupou-se com o desenvolvimento de todo o Estado.

Para ela, os processos pelos quais Hercílio Luz passou para erguer a ponte, como os empréstimos e as outras obras feitas em sua gestão, que visavam à modernização do Estado, foram parte do “prisma desenvolvimentista do político” (1981, p.161), pois “a Ponte foi apenas um dos muitos projetos de desenvolvimento dos sistemas rodoviários, de saúde pública e de modernização da vida catarinense. (ANDRADE, 1981, p.51). A autora trança reiteradamente a vida pessoal e profissional-política de Hercílio Luz, através da sequência de acontecimentos que levaram à construção da ponte (aspectos que indicaram a necessidade da ponte, detalhamento da contratação de empréstimos⁴⁵, as etapas de construção) e das etapas de vida do ex-governador até sua morte, dois anos antes da inauguração da estrutura.

⁴⁴ Jornais da década de 1920, 1930 e 1970, conforme as referências bibliográficas e de fontes utilizadas. (ANDRADE, 1981).

⁴⁵ De acordo com Andrade (1981), para as obras de modernização, foi necessária a contratação de um empréstimo internacional, pois Santa Catarina não dispunha do montante necessário. Contraído esse empréstimo, a ponte, que foi projetada pela *Byngton & Sundstron*, pode ter sua construção iniciada em 1922 (com atraso de 2 anos, justificado pela demora na chegada do dinheiro). A construção durou quatro anos e foi concluída em 1926. Nas referências pesquisadas há diferentes constatações sobre a empresa. Para Djanira Andrade, a empresa é americana e os engenheiros responsáveis eram *Robinson & Steinmann*. (1981, p.87). No parecer técnico n.01/91 contido no processo de tombamento federal (Processo n.1137-T-85- Arquivo Central do IPHAN), para Marcus Ribeiro, a empresa construtora é brasileira, fundada em São Paulo no

Esta opção discursiva condiz com o que Wolff (2009) classifica como história tradicional, uma vez que Andrade (1981) utiliza como referência para sua pesquisa trabalhos que são localizados na perspectiva da história política, mas também condiz com a construção social destes personagens (ponte e Hercílio Luz); tal qual apontaram Esperidião Amin e Piazza nos prefácios do livro.

Adalberto Ribeiro da Silva (2007) produziu um Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, intitulado *Ponte Hercílio Luz: um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito*, em que procurou estudar a forma com que o *Jornal República* noticiava tanto o processo de construção, como o governo de Hercílio Luz. Para ele, o *Jornal República* auxiliou na construção de um imaginário social que os destacava a ambos – o estadista e a sua obra (a ponte) - de forma eloquente, a qual a historiografia do período corrobora.

Silva justifica a existência do *Jornal República* em Santa Catarina, como uma forma de auxílio para a consolidação do regime e, também, de apoio ao então governador

Nesse cenário conflituoso, permeado por vaidades pessoais e interesses políticos, necessário se fazia, também, um projeto de mídia jornalística capaz de sustentar no seio da população o projeto político republicano espelhado numa liderança que inspirasse confiança, e um programa que assegurasse um grau de previsibilidade dos acontecimentos que pudesse conferir segurança tanto à população quanto aos pequenos investidores que começavam a apostar no desenvolvimento do Estado e na transformação de Florianópolis. (SILVA, 2007, p.24)

Para Silva (2007), a ponte foi utilizada pelo jornal *A República* como a obra fundamental para a “vinculação do projeto político republicano para consolidar a efetiva substituição do sistema monárquico em Santa Catarina, consolidado nos governos de Hercílio

início século XX, em sociedade estabelecida entre dois engenheiros americanos: *Albert Byington e Alfred Y. Sudstrom*. Os engenheiros responsáveis são os mesmos.

Pedro da Luz.” (SILVA, 2007, p.21), tratando-se, então, de uma obra e um idealizador representantes de uma cisão entre diferentes eras da história do Estado – Império e República. Esta cisão é significativa para entender a trajetória da ponte, pois dá dimensão à importância política com a qual ela foi englobada pelos discursos políticos e historiográficos. A ponte é, neste sentido, a responsável pela retirada de Florianópolis da situação de atraso, a qual ela estava fadada pelo seu isolamento insular. O destaque midiático informado por Silva (2007) possibilitou observar a transformação do imaginário de uma época – exposto através dos periódicos – em memória a ser transmitida; a qual corrobora valorização implícita a uma estrutura urbana que possibilita a ligação com um futuro almejado.

Durante o período analisado pelo historiador, foi possível observar que o jornal passou a dar ênfase à precariedade do serviço de transporte das lanchas, além de ir explorando a necessidade da construção da ponte e o processo de construção da obra. Depois, quando Hercílio Luz adoeceu, passou a explorar o quadro de saúde do então governador. Por fim, deu destaque às solenidades em homenagem a Hercílio Luz, morto em 1924 e as festividades de inauguração da ponte em 1926. (SILVA, 2007, p.28)

Neste sentido, o jornal mantinha o governador presente no cotidiano popular através da forma emblemática de representação, a fim de “ampliar a credibilidade do governo junto à opinião pública” para garantir a liderança de Hercílio Luz à frente do Partido Republicano Catarinense, buscando “consagrar sua marca às gerações vindouras”. (SILVA, 2007, p.40). Auxiliado pelo jornal, Hercílio Luz entrava para a história, mitificado como lenda, sendo assim considerado também pela historiografia produzida posteriormente, como pode ser observado e acordado em manifestações de historiadores consagrados na História de Santa Catarina e também pela pesquisa de Andrade (1981). Assim a ponte, gradativamente, foi se constituindo a “identidade” de Florianópolis e do Estado e, posteriormente, monumento de apelo turístico. Nas palavras de Silva (2007, p.92)

A ponte passou a exercer um papel de importância vital no desenvolvimento social e econômico da região, reverberando por todo Estado, vindo configurar no imaginário da população o sentimento de orgulho e identidade (...) consolidou a cunhagem de Hercílio Luz à

condição de um mito local, cognominado por Evaldo Pauli⁴⁶ como ‘governador inconfundível’.”

A ponte e o governador foram inseridos no imaginário social como símbolo e figura modelo (CARVALHO, 2014) do desenvolvimento e do progresso de Florianópolis. O trabalho de Silva (2007) permite observar esta construção que foi se desenvolvendo durante aqueles anos e se reproduziu posteriormente, da ponte como a representante do progresso e do futuro e de Hercílio Luz como visionário e o exemplo de político. Além da exaustividade relativa à história política sobre o governo de Hercílio Luz, Djanira Andrade procurou finalizar sua pesquisa “medindo o impacto” da construção da ponte na sociedade. Ela uniu os aspectos políticos, econômicos e sociais que tratou durante o livro para concluir que:

a Ponte Hercílio Luz contribuiu para a evolução urbana da Grande Florianópolis. Não somente conservou a vida política da Capital, além da econômica, mas também contribuiu para o seu crescimento, visto que este crescimento ocorria em torno das vias de acesso à Ponte. (ANDRADE, 1981, p.162)

Ainda segundo Andrade (1981, p.162) a ponte Hercílio Luz “permitiu a comunicação fácil, necessária para a evolução da Grande Florianópolis.” Como visto no excerto destacado acima, esta fácil comunicação trouxe outras melhorias: o que Djanira Andrade considerou como a “conservação da vida política da Capital” diz respeito à manutenção da capital na Ilha. Ou seja, sem a ponte, tornar-se-ia inviável essa permanência, sob a reiterada justificativa da dificuldade de acesso a então sede administrativa do estado, uma vez que, como visto, a travessia entre Ilha e Continente era feita somente através do mar (dependendo também das condições dos barcos e do tempo). O aspecto econômico a que ela fez referência diz respeito às melhorias (e construção) das vias para o transporte terrestre. Estas estradas se ligavam à ponte e possibilitavam a passagem tanto de pessoas, quanto de alimentos, e mercadorias para o comércio, os quais

⁴⁶ Autor da biografia do ex-governador, intitulada “Hercílio Luz, governador inconfundível”, de 1976. Foi também sócio do IHGSC entre 1968-2005 (GONÇALVES, 2006).

proporcionaram o desenvolvimento comercial de outras regiões dentro e fora da Ilha. De acordo com esta perspectiva, a ponte teria vindo suprir uma necessidade, e juntamente a outras obras de modernização, proporcionaria à sociedade da época uma nova concepção econômica, social e política de cidade. Neste contexto, Hercílio Luz foi a figura política que fez isso possível.

Atuando sob o imaginário social, para Araujo (1989, p.125-6), a ponte auxiliou na modificação da paisagem da capital, que passou a ampliar as áreas urbanas do continente e findou as precárias travessias de barco.

De acordo com os discursos das elites e dos políticos na época, [a ponte foi] muito mais do que um conforto para a população, pois passou a ser considerada como monumento máximo a representar o empenho e os anseios pela instauração de uma modernidade burguesa em Florianópolis.

A ponte foi lida a partir dos discursos da elite e dos políticos e, neste sentido, ela seria a inauguração de um marco de uma obra de engenharia social, “que dividiria um tempo passado de atraso e um outro tempo que supostamente se anunciava como portador do progresso” conforme indicou José Boiteux⁴⁷, que corroborava os ideários republicanos (BOITEUX, J. apud ARAUJO, 1989, p.126). Dentro desta perspectiva:

A Ponte da Independência procurava ser uma ruptura não só a nível de sua funcionalidade, mas também como um ‘monumento máximo’, símbolo de ascensão à modernidade. (...) Além da passagem, a ponte já nascia enquanto monumento da modernidade, representando um período significativo na mudança da imagem da cidade. Uma visão de progresso que representava o rompimento com uma mentalidade de atraso, um divisor de águas e efetivamente o primeiro elo de

⁴⁷ Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras. Foi secretário de Lauro Muller (governador na primeira gestão da República por indicação de Deodoro da Fonseca). Considerado o responsável pela instalação do ensino superior no estado.

ligação entre a Ilha e o Continente. (COELHO, 1997, p.78)

Sandro da Costa, em dissertação defendida em 2002 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada *Ponte Hercílio Luz: mudanças urbanas em uma cidade insular*, atentou-se para as modificações mais imediatas vistas na cidade, até 1960, como consequência da construção da ponte Hercílio Luz. Sem perder de vista o fato de que as mudanças foram se concretizando de forma gradativa no correr dos anos, e não instantaneamente como sugerem as análises mais entusiasmadas, Costa (2002, p.37) indica que:

a ponte Hercílio Luz (...) implicou na retirada do antigo cemitério municipal, e, conseqüentemente, na higienização e valorização de regiões da cidade anteriormente desprestigiadas. Além disso, implicou num processo de renovação arquitetônica das ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt que, a partir de 1926, se converteram nas vias preferenciais de escoamento do tráfego motorizado rumo ao centro da cidade. Estas ruas sofreram, portanto, um processo de modernização edílica (sic) que afastou a velha aparência colonial que as caracterizava desde o final do século XVIII e início do século seguinte.

Era, portanto, a construção de uma memória condizente com os interesses de então, pois ao mesmo tempo em que a ponte inaugura uma memória, sua construção é a destruição de outra(s), que não era(m) a(s) almejada(s) então. Afinal, o cemitério e a paisagem urbana de outrora se caracterizavam como uma memória urbana. A diferenciação entre o antes e o depois foi considerada necessária pelas elites e políticos para o período, entre a antiga Nossa Senhora do Desterro e a moderna Florianópolis (ARAUJO, 1989; COSTA, 2002) a qual era publicizada entusiasmadamente pelos jornais, conforme indicara Silva (2007). Com a modificação das ruas, a intensificação da circulação de pessoas e automóveis pelas áreas públicas do centro também foi notório no período. Conforme já apontado aqui, as diversas modificações auxiliadas também pela construção da ponte intuía associar a República, Hercílio Luz e a modernidade que seria alcançada *versus* o Império, representado pelos monarquistas, e a visão colonial. Para Carvalho (2014) é pelo imaginário que “as sociedades definem suas

identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.” Desta forma, tinha-se em foco a construção de um futuro diferente do presente e do passado em que Florianópolis vivia e viveu.

As modificações, porém, concentraram-se na parte central da Ilha, devido ao incremento do transporte rodoviário e a existência de uma única ligação entre Ilha e Continente. Uma vez que o norte, por exemplo, com chácaras e terrenos baldios não dispunha de acessos conservados para a ponte, e o sul, como exemplo o Ribeirão da Ilha, que utilizava mais da via marítima para contatos com o continente, através da Enseada do Brito na Palhoça. (SANTOS, 1997). Houve a valorização das áreas centrais que dispunham de infraestrutura e serviços, proximidade do Mercado Público, do Porto e da Ponte, tanto para moradia – sobretudo pelas camadas privilegiadas - quanto para comércio. As populações menos favorecidas foram retiradas para encostas dos morros e bairros periféricos da Ilha e do Continente. (COSTA, 2002)

O Continente, como visto, também foi área em que as consequências da construção da ponte foram sentidas. Costa (2002, p. 106) salienta que “o desenvolvimento urbano de Florianópolis, Estreito e municípios circunvizinhos orientou-se para as vias terrestres que os ligavam à ponte.”, os quais foram tomados por estabelecimentos comerciais e residenciais, fazendo aumentar a circulação populacional e comercial. Sugai (2002), por sua vez, esclarece que as consequências imediatas para São José e Palhoça foram de gradativa estagnação econômica. Estes municípios, que se valiam do serviço de transporte marítimo, fecharam seus negócios. Com a ponte, o serviço não era mais utilizado em larga escala e houve a possibilidade de procura dos habitantes destes municípios por bens e serviços oferecidos pela Capital. Nesse contexto, as relações espaciais entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu começavam a se estreitar e se fortalecer.

O Estreito, a partir de 1944, deixou de ser território de São José para ser anexado a Florianópolis, um processo administrativo que somado à construção da ponte, gerou três consequências, de acordo com Maria Inês Sugai (2002)

- 1) a formação e a expansão do setor imobiliário no Continente e na Ilha; 2) a ocupação, por frações da classe dominante, de áreas no Continente, formando novos bairros residenciais

de alta renda, além daquele situado ao norte da península central na Ilha que [...] estas camadas sociais já vinham ocupando desde o século XIX. 3) a hesitação dos setores de alta renda em adicionar sua expansão na Ilha e em transferir suas áreas residenciais e equipamentos para o Continente que [...] perdeu até o início da década de 50.

O Estreito, ainda na década de 1920 – antes da construção da ponte - já começava a sentir a expansão das atividades imobiliárias. “Entre 1924 e 1925, as primeiras ruas foram abertas no Balneário do Estreito e as primeiras terras loteadas” (SUGAI, 2002, p.50), tanto pelos proprietários fundiários que negociavam com os setores populares, quanto pelas camadas mais ricas e influentes da sociedade que lotearam e comercializaram áreas dos bairros de Coqueiros e Balneário Estreito. “Ocorreu, portanto, em função da maior acessibilidade, um processo gradativo de integração do espaço intraurbano do Estreito com o núcleo urbano na península da Ilha” (SUGAI, 2002, p.50), também decorrente da criação de linhas de ônibus a partir de 1930 e da suspensão da cobrança de pedágio para pedestres na ponte, aumentando o fluxo de acesso à Ilha. Sugai (2002) esclarece ainda que, anteriormente à construção da ponte havia setores imobiliários, vinculados a estruturas de poder e oligarquias locais, interessados na exploração de terras da área continental.

Analisados estes trabalhos, que ressaltam a “etapa de vida” da ponte de maior destaque – construção, relação direta com o ex-governador Hercílio Luz, com o imaginário político e a República - nota-se que sua transmissão foi feita por elites e políticos locais. Chagas (2009, p.138) sugere que “A memória política, ao ser invocada, não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada nas experiências objetivas e subjetivas daquele que lembra.” Assim, para Andrade (1981), a ponte representou modificações significativas principalmente em três aspectos: político, com a decisão pelo destino da capital entre grupos de expressão; econômico, com as mudanças vistas na Ilha e continente, especulação imobiliária e desenvolvimento econômico; e social, com o aumento populacional e as novas necessidades dessa população (alimentação, transporte, mobilidade, comércio, etc.). A ponte, considerada consequência de um governo “desenvolvimentista” (ANDRADE, 1981, p.161), cujos anseios respondiam à consolidação da República e a consequente modernização

e preparação para o futuro, também se tornou símbolo desta forma de governar, no destaque e indicação direta ao governador responsável por sua construção: Hercílio Luz. Nesse sentido, ela é considerada um marco de um tempo e de um idealizador: construída para marcar época, orientada para um “novo tempo” que viria a se concretizar através da sua funcionalidade social, ser estrutura do sistema viário.

Esta construção cultural que relaciona indissociavelmente a ponte e seu idealizador dá pistas para entender a construção da valoração consensual acerca da ponte e de seu caráter implicitamente tombado, pois está relacionada à questão de propriedade. Conforme indicou Gonçalves, (2007, p. 110) “A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários”. Estes objetos são, de alguma forma, “extensões morais e simbólicas de seus proprietários”.⁴⁸ Para Gonçalves (2007, p.123) essa relação também se dá baseada na memória, pois “se estabelece uma relação metonímica entre proprietário e propriedade; entre monumento e passado”. Estes objetos, na reflexão de Gonçalves (2007), não se constituem como meros objetos, mas possuem uma representatividade, um simbolismo. Não se trata de uma ponte apenas como equipamento urbano, mas da “ponte homônima ao governador que melhor geriu ao estado”; da ponte que permitiu a manutenção da capital em Florianópolis; da ponte que não permitiu que a cidade se mantivesse “subdesenvolvida” e colonial. A ponte, praticamente, é personificada; a identidade da ponte está indissociavelmente ligada à do possuidor/realizador – Florianópolis e Hercílio Luz. A partir dos trabalhos analisados, é possível dizer que Florianópolis “tem” a ponte e tudo o que significa em termos de progresso graças a Hercílio Luz. A ponte não existiria se não fosse o ex-governador, bem como Florianópolis permaneceria no “atraso”, etc. Por este motivo, tornou-se monumento representativo do progresso e da modernidade destacadas no período.

Em contrapartida, uma possibilidade de reflexão alternativa indicada por Nereu do Vale Pereira, em 1974, contradiz algumas premissas sobre a construção da ponte. De acordo com ele, “a ponte não trouxe o progresso aspirado. Obra de arquitetura invejável, passa a ser o símbolo do Estado, porém não altera o panorama econômico da cidade”. (PEREIRA, 1974, p.57). Coelho (1997, p.75) corrobora esta concepção

⁴⁸ Gonçalves (2007, p. 110) faz referência a Marcel Mauss em produção de 1974.

ao salientar que “Mesmo depois de construída a ponte, a cidade acabou não se desenvolvendo rapidamente como o previsto, justamente pela sua falta de conexão rodoviária e ferroviária.”⁴⁹ Sugai (2002, p.53) indica que as primeiras consequências para cidades do continente foram de estagnação e na Ilha “não houve um crescimento econômico imediato (...) apenas mais tarde e articulado a outros fatores e ações.”

Estas perspectivas apontam para uma outra fase de vida da ponte, que vai ser ainda mais alarmada posteriormente aos anos 2000. Se até então a ponte era inserida nas políticas de trocas mercantis da região, através das práticas e da sua utilidade como uma ligação viária necessária e que trouxe progressos urbanos e condisse com os discursos políticos, nas décadas de 1980 e 1990 ela vai ser retirada desse sistema e sua orientação será para a singularização (KOPYTOFF, 2008), através de um discurso semelhante, mas voltado à representatividade da cidade e não mais à representatividade de progresso, uma vez que ela já era considerada a “ponte velha”.

Neste período, o crescimento populacional da região e o aumento do número de veículos, que geraram congestionamentos sobre a ponte Hercílio Luz, e os problemas com a manutenção da estrutura seriam decisivos para que ela deixasse de reinar solitária, abrindo caminho para o clamor pela construção de novas vias, a fim de que os congestionamentos na ponte cessassem e a segurança da travessia fosse garantida. Novamente os discursos visavam ao desenvolvimento, ao crescimento e ao progresso.

1.2 A “não-ponte”⁵⁰: segurança e interdição

A historiografia está de acordo com um tipo de concepção da representatividade social da ponte e do governador, que como defendido por Silva (2007) ressoavam na esfera pública através do periódico *A República* e pelos interesses historiográficos. Com o tempo, porém, a

⁴⁹ Sugai (2002, p. 51) indica que o investimento na construção da ponte “causa surpresa não apenas pela dimensão de Florianópolis – na época com um pouco mais de 40.000 habitantes –, mas também em função dos poucos automóveis, das estradas precárias e das poucas conexões rodoviárias com outros distritos, entre os municípios e com outros Estados.”

⁵⁰ Referência ao termo utilizado pelo historiador Mário César Coelho (1997, p.5).

ponte encontraria novo significado para além de objeto representante destes anseios por mudanças políticas, econômicas e sociais do início do século XX tanto nos jornais, quanto na historiografia e na percepção cotidiana. O cenário social se modificaria com o passar das décadas e as aspirações políticas e econômicas encontrariam outro norte – o Norte da Ilha.

Reinaldo Lindolfo Lohn, em tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2002 analisou “os contornos políticos do imaginário e das representações sobre o futuro de Florianópolis” (2002, p.10), entre os anos de 1950 e 1970. Trouxe à tona, portanto, um contexto histórico-social em que se destacava a necessidade de readequação da cidade, capital de Santa Catarina, para se desenvolver econômica e politicamente dentro do Estado. Indo de encontro às conclusões de Andrade (1981) e às expectativas da construção da ponte, Lohn (2002) indicou que a cidade de Florianópolis continuava não sendo “integrada” ao restante do Estado em 1950. Agora, porém, a falta de integração não era porque inexistisse ligação terrestre entre Ilha e Continente, como na década de 1920, mas mesmo com ela, a única ligação até então, seu caráter insular era mais acentuado por seu isolamento. De acordo com Lohn (2002, p.29), a cidade passava a usar cada vez mais o transporte rodoviário, mas as estradas eram precárias até o interior e a única ligação por terra com o restante do país, até o asfaltamento da BR-101 no início da década de 1970, “era uma estrada sem pavimentação”. Havia poucas alternativas para os moradores da cidade, “o que se expressava em sua área urbana tímida, concentrada em torno da praça principal e um arruamento ainda colonial”. A situação da cidade era considerada marginal se comparada ao crescimento econômico de regiões mais industrializadas, como o Norte do Estado e o Vale do Itajaí. A economia urbana de Florianópolis foi apoiada na função administrativa da cidade como capital de Santa Catarina, sobretudo devido ao fraco movimento portuário visto no início do século XX (tanto relativo ao transporte marítimo quanto ao comércio exportador) e construções e postos de trabalho estavam diretamente relacionados a esta função administrativa, pois dependiam da ação direta do poder público, “com a instalação de órgãos da administração estadual e federal”.

O cenário desenhado pelo historiador mostra Florianópolis cada vez mais acanhada diante da política nacional de substituição das importações e entrada de capital externo. Contrário ao que se almejou no início do século XX, o atual distanciamento do mar, alcançado principalmente pela construção da ponte Hercílio Luz, de demais obras

públicas e pela orientação de dirigentes políticos, impedia níveis maiores de desenvolvimento econômico, enquanto a ligação terrestre ia se enfraquecendo diante do outro mar, o mar de carros. Nesse período, os principais discursos – ou ao menos os que tiveram mais força - que refletiam na opinião pública anteviam – novamente e finalmente - a possibilidade de mudar a cidade, fazendo-a se desenvolver, alcançar o progresso. Maria Inês Sugai (2002, p.53) salienta que o período entre a década de 1930 e meados da de 1940 foi um momento de transição, que visava à década de 1950, na qual ações modernizadoras e de redefinição urbana foram discutidas em Florianópolis através do Plano Diretor, um plano urbano cujo objetivo era o de conceber a cidade e o sistema viário, desenvolvido por urbanistas de Porto Alegre. Para Lohn (2002) a partir da década de 1950, buscou-se trilhar caminhos possíveis para alcançar o futuro e que, embora houvesse diversas vozes na cidade indicando direções, o traçado abraçado pelos dirigentes políticos foi o que englobava uma rede político-empresarial que via na Ilha (principalmente ao Norte) – e não na cidade como um todo – um local de investimentos turísticos.

Parísio Cidade em artigo publicado no jornal *O Estado* em 1950 ressaltava que:

o futuro já havia sido traçado, prometendo grandes realizações, pois a cidade teria seu destino vinculado às suas belezas e às suas tradições. Florianópolis teria um futuro garantido, pois tinha atrações como a ponte Hercílio Luz, as “praias piscosas e lindas”, “a vegetação verde e florida”, a “fartura das suas lavouras, a “operosidade do seu povo”, a “grandeza do valor político dos seus homens”” (apud LOHN, 2002, p.36)

A ponte Hercílio Luz, corroborando a concepção vista na *Revista Santa Catarina Filatélica* e aqui já indicada, reaparecia na década de 1950 como atração turística. Era uma ponte para ser vista, como obra de arte, um monumento. Sua função enquanto passagem já não era suficiente para sua representatividade monumental. Porém, não só a ponte era lembrada nesse período, o governador Hercílio Luz era a inspiração dos proponentes desse novo almejado futuro, já que ele, “com sua “atração pelo futuro” teria vencido “o reacionarismo” para tornar realidade “o sonho de ligar a Ilha ao Continente”.” Realçava-se a necessidade de reavivar a “audácia” de Hercílio Luz quando construiu a ponte. (apud LOHN, 2002, p.47; 243). Estes discursos destacavam a

busca por ações que visavam ao progresso da cidade, e, neste período, à atração de turistas e à construção de uma capital voltada ao turismo.

A gestão do governo do estado esteve há dez anos sob o comando da UDN (União Democrática Nacional), com a eleição de Irineu Bornhausen em 1951. Em 1961, porém, o PSD (Partido Social Democrático) – partido de maior apoio em Florianópolis – retornou ao governo com a eleição de Celso Ramos. Apesar de serem partidos de oposição, para Lohn (2002, p. 38) as “diferenças de ordem ideológica eram muito menos importantes do que as disputas pelo controle da capacidade de investimento e empregabilidade do Estado em áreas e setores de crescimento imobiliário.”

Em 1956, Jorge Lacerda tomava a cadeira de governador do estado. Um acidente aéreo em 1958 o impediu de cumprir seu mandato, e seu vice, Heriberto Hülse governou até o fim da legislatura. Este período pós-guerra trazia a ideia de transformação. Em âmbito nacional, havia o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que atuara como catalizador de imagens que valorizavam a industrialização e a modernidade. O poder público tentou equiparar a ponte Hercílio Luz a esse cenário, com as primeiras obras de restauração da estrutura, que se deram entre as décadas de 1950 e 1960: foi feita a troca do piso de madeira por asfalto, a fim de que ela fosse “modernizada”. Estas obras se iniciaram em 1960, no governo de Hülse, e finalizaram no de Ivo Silveira (1966-1971).

Na cidade de Florianópolis, a elaboração e proposição do Plano Diretor de 1952 é emblemático destas transformações, pois indicava que a cidade estava planejando seu futuro, tomando como referência a ação de urbanistas, os quais tinham papel intervencionista e de normatização das práticas sociais no espaço urbano. Desta forma, viu-se como necessária “a convergência dos grupos dominantes no sentido de controlar os meios possíveis de elaboração das políticas de desenvolvimento que seriam implementadas para a cidade”. A eleição de Osmar Cunha em 1954 além de indicar o domínio do PSD em Florianópolis, indicava esta direção, pois, em pouco tempo, ele iniciou diversas obras na cidade. (LOHN, 2002, p. 254)

O ímpeto modernizador e desenvolvimentista dos anos cinquenta trouxe novamente a situação da capital para a ordem do dia: diante da Ilha não integrada, mudar a capital de Florianópolis para uma cidade do interior era viável? Lohn (2002) salienta que a alternância das estruturas de poder estabelecidas no Estado foi determinante para essa situação, ganhando força com a chegada da UDN, que era o partido com maior representatividade no industrializado Norte do Estado, ao poder

estadual. Para a elite política de Florianópolis e o PSD, que era o partido de maior força na capital, constituiu-se assim uma séria ameaça aos seus interesses. Além do enfraquecimento do PSD no cenário estadual, os argumentos para a mudança da capital, que tomavam vista da opinião pública, assemelhavam-se aos do início do século XX: inferioridade econômica da cidade – redução da importância do porto - em relação a outros municípios que viam crescimentos industriais e o Oeste com a agro-indústria e a posição geográfica que dificultava a integração com o restante do Estado.

Florianópolis não havia se desenvolvido como se esperava com as promessas de modernização do início do século XX e da Ponte Hercílio Luz, conforme também alarmavam os historiadores. Nada havia que justificasse sua condição de Capital, uma vez que ser a Capital, a sede do poder estadual, era considerada a única fonte de importância de Florianópolis no cenário catarinense. Quando comparada a cidades do interior, ela perdia no quesito desenvolvimento econômico. Era uma das menores capitais do país, com arrecadação bastante frágil. A manutenção da capital na Ilha e a detenção da administração estadual e do poder político era, portanto, a única forma de garantir importância para a cidade, já que as elites da capital se viam impossibilitadas de atingir progresso econômico equiparável às áreas de colonização alemã. Para que houvesse a manutenção de seu estatuto político, de acordo com Lohn (2002, p.143), “a estratégia era clara: valorizar Florianópolis por sua história e tradição e, ao mesmo tempo, lançar as bases para uma modernização que pudesse sustentar sua posição à frente do Estado.”

É de meados do século XX também o enaltecimento da colonização açoriana/portuguesa em Santa Catarina e em Florianópolis, através de incentivos e promoção do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (por exemplo, o I Congresso de História Catarinense, como parte da comemoração do 2º Centenário da Colonização Açoriana). Se no início do século XX, as políticas eram contrárias ao habitante “indolente” da Ilha (ARAUJO, 1989), neste momento, suas características eram enaltecidas e reconhecidas dentro da História. De alguma forma, a referência a Hercílio Luz, nascido em Florianópolis e o responsável pela manutenção da Capital na Ilha era destacada também neste período.

Nereu do Vale Pereira (1974) defende, através de pesquisa sobre modernização e desenvolvimento de Florianópolis, que os períodos de modernização da cidade dependeram muito de investimentos externos (como foi o caso da construção da ponte Hercílio Luz e das outras obras de modernização do início do século XX) e do governo federal:

Economicamente débil, e amparada apenas na administração pública ou no comércio de abastecimento local, a cidade sempre se viu envolvida num círculo vicioso de pobreza e numa total dependência externa. (PEREIRA, 1974, p.59)

De acordo com o sociólogo, somente após 1960 a cidade encontraria um caminho que visasse à modernização e ao desenvolvimento econômico mais uma vez necessário para a permanência da Capital na Ilha. A partir da década de 1950, governadores começaram a planejar suas ações e gestões. Na gestão de Irineu Bornhausen (UDN), foi elaborado o Planejamento de Obras e Equipamentos em 1955 para atender aos setores produtivos da economia através da infraestrutura. Victor Antonio Peluso Junior foi coautor do plano e seu Secretário. Ele já havia sido Secretário de Agricultura (1953) e presidente da Comissão de Energia Elétrica do Estado (1952). Conforme indicou Guidi (2010), “as estradas de rodagem foram um dos principais alvos dos projetos desenvolvimentistas executados nos anos 1950”, mas, como afirma Alberto Goularti Filho, foi na gestão de Celso Ramos (PSD) com o PLAMEG (1961-1965) – Plano de Metas do Governo - “que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infraestrutura social básica e para financiar o capital privado local.” (2007, p.186) O POE foi elaborado para ser decenal, neste sentido, abarcar os mandatos de 1956-60 e 1961-65, porém, em 1961, o partido de oposição chegou ao poder instalando outro Plano e o governo anterior, de 1956-1960 sofreu instabilidade com a morte de Jorge Lacerda. De acordo com Goularti Filho (2007, p.191) “no governo Jorge Lacerda-Heriberto Hülse (1956-60), não houve um arranjo político e institucional voltado para o planejamento, foram apenas parcialmente cumpridas algumas metas do POE”. Não foi possível precisar as ações desenvolvidas pelo POE, mas foi “considerada a primeira grande experiência de planejamento estatal em Santa Catarina”. (GUIDI, 2010, p. 232)

O PLAMEG I e os planos que se sucederam até o ano de 1979 – Plano de Metas do Governo II (PLAMEG II, 1966-1970 – gestão Ivo Silveira), Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD, 1971-1974 – Colombo Salles) e Plano de Governo (PG, 1975-1979-Antonio Carlos Konder Reis) - nesse último em menor proporção – tinham quatro grandes áreas de atuação: área financeira; área de transporte; área de energia; e de telecomunicações. Enquanto o PCD, que era uma

concepção de desenvolvimento que estava em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento (Médici), “elencava os obstáculos que impediam o desenvolvimento do Estado e [elencava] soluções, as quais passavam por, entre outros, a formação de uma mão-de-obra tecnicamente qualificada” - tecnocratas -, o PG, intitulado “Governar é encurtar distâncias”, parecia negligenciar os problemas vistos mundialmente e em nível nacional, que apontavam para uma retração da economia, a crise do chamado “milagre econômico” e um discurso político retórico (ACORDI, 2011, p.79). Para Assis (2000, p. 64), o objetivo do PCD era “consolidar o sistema, corrigir as distorções naturais e transmitir às próximas gerações os instrumentos definitivos que conduziriam a sociedade, que despontava no horizonte dos tempos, reclamando progresso, bem-estar e justiça social.”.

Florianópolis também acompanharia este processo, porém, com planejamentos que indicavam a indústria turística, uma indústria-sem-chaminé, considerada ideal para a cidade. Reinaldo Lohn (2002), de acordo com suas pesquisas, aponta o turismo como o carro chefe dos governos que se seguirão nesses anos, a partir da década de 1950. A cidade começava a se repensar enquanto capital turística, a partir de remodelações, como a reurbanização do centro e a urbanização em direção aos balneários, como destaca Leonora Portela de Assis (2000). O Plano Diretor de 1952 já indicava essa direção, mas na década de 1960, a Ilha conheceria “os aterros das baías norte e sul: fundamentais para receberem uma segunda ponte, inaugurada em 1975, e a Avenida Beira-mar Norte.” (ASSIS, 2000, p.58). De acordo com Lohn (2002), a Avenida Beira-mar foi a única das grandes obras previstas pelo Plano Diretor que foi efetivamente concretizada. O Plano não previa os aterros ou mais pontes, e indicava um rumo de industrialização para a cidade; porém esta direção foi contraposta à que visava ao turismo na Ilha, que era condizente com uma rede político-empresarial que visava lucros com a “indústria-sem-chaminé”. Foi durante o governo de Colombo Salles (1971-1975) que a segunda ponte que liga o Continente e a Ilha de Santa Catarina foi construída. A década de 1970 pode ser considerada como um período em que se buscava uma “nova capital”, “um tempo marcado pela escolha de soluções rodoviárias” (SANTOS, 1997), que era visto por todo o país, numa identificação do progresso pautada no automóvel e nas autoestradas (ACORDI, 2011).

Já neste período, começou a aparecer na cidade uma ainda embrionária indústria do entretenimento, possibilitando a exploração por quem soubesse oferecer atrativos, quer dizer, a indústria do turismo.

Porém, esta indústria teve maior expansão apenas mais adiante, como salienta Helton Ouriques (1996, p.72)

As atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças sócio-espaciais no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte Norte da Ilha de Santa Catarina, locais de até então relativa estagnação sócio-econômica, onde predominavam comunidades peixeiro-artesanais.

Tratava-se de um novo período, uma nova concepção e imaginário de cidade e de sociedade. Mas a Hercílio Luz enquanto a “ponte velha” da cidade dialogava de que forma com esta nova concepção?

Andrade (1981, p.135) já no fim da década de 1970 fazia referência à “idade” e ao caráter ambíguo da ponte, “alvo de orgulho e, às vezes, ataques polêmicos”. Ela se referia, principalmente, às suspeitas quanto à situação da estrutura, que se acentuaram no fim dos anos 1960, com a queda da *Silver Bridge (Point Pleasant Bridge)*, ponte construída em 1928, similar à catarinense, que unia os estados de Ohio e West Virginia nos Estados Unidos. A *Silver Bridge* desabou em 30 segundos no dia 15 de dezembro de 1967 às 04h55min da tarde: “Naquele momento passavam sobre as pistas 31 carros, ocasionando a morte de 46 pessoas. Apenas 20 pessoas se salvaram.” (COELHO, 1997, p.98) Outra ponte similar, construída em 1929, era a *St. Mary's Bridge*, que foi desmontada logo após esse desastre. Com estes acontecimentos, a Hercílio Luz ficou ainda mais sob suspeita quanto à sua segurança estrutural.

Autoridades, dentre elas do governo federal, preocuparam-se com o estado de conservação da Hercílio Luz, pois “apesar de [as outras pontes] serem menores que a Ponte de Florianópolis, eram estruturas muito semelhantes quanto ao sistema de sustentação.” (COELHO, 1997, p.80). Esse acidente, somado ao aumento do fluxo de carros que passavam sobre a ponte, apressaram estudos que visavam aferir a segurança da estrutura. Havia também a previsão de que, com o aumento de carros, a Hercílio Luz sozinha não fosse suficiente para garantir o fluxo constante de veículos, aumentando, assim, os

engarrafamentos na ponte, na Ilha e no Continente. No *Jornal de Santa Catarina*, em 23 de março de 1973, menção foi feita a este cenário:

A ponte velha e a ponte nova são os assuntos mais badalados atualmente na Ilha. A Assembleia Legislativa fala diariamente nela, o Conselho de Desenvolvimento do Município reuniu-se terça feira para debater “os constantes congestionamentos na Ponte Hercílio Luz, ficando acertado que nos próximos dias será realizada reunião com diversos órgãos da Ilha, para tratar de um plano conjunto que amenize a situação”. Já se fala numa campanha “ande a pé ou de bicicleta na ponte”. Os vereadores vão se avistar com o prefeito para dar sugestões sobre como resolver os engarrafamentos. O Detran [Departamento Estadual de Trânsito] aumentou seu efetivo, para disciplinar o tráfego nas cabeceiras da ponte, no lado da Ilha e no Continente, e elaborou um plano de atuação.

A possibilidade/necessidade da nova ponte, de acordo com as orientações políticas para a cidade, levou a movimentações governamentais em 1970, através do Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD), planejamento governamental do governo de Colombo Salles (1971-1974), que dentre outros objetivos, visava esta construção, com previsão de término para 1974, conforme noticiava o mesmo periódico. A ponte, denominada de Colombo Salles, porém, foi inaugurada em 1975, fazendo com que o tráfego fosse dividido entre ela e a Hercílio Luz. Ainda na esteira da queda da *Silver Bridge*, é possível notar em 1976 reportagens que indagam sobre a segurança da ponte, demonstrando certa confusão de posicionamento. Reportagem d’*O Estado* em 16 de maio enfatiza que há 50 anos, quando foi construída “já se duvidava da sua resistência”, situação que foi levantada novamente com a mudança do piso da ponte, por asfalto, mas que foram contraditas pelo tempo. De acordo com a reportagem “O tempo provou o contrário, mas não eliminou a desconfiança da população, cada vez maior à medida que a ponte envelheceu.” Justificada pelos mesmos acontecimentos, mas também pela previsão de usufruto da estrutura ser de 30 anos e ela já aniversariar em 50, a reportagem completava “É preciso ressaltar, porém que sua estrutura previa a passagem de uma

locomotiva com vários vagões e que isso não aconteceu. Talvez por isso mesmo ela continue resistindo ao tempo.”.

Diante da nova concepção social e política do Estado e da cidade, a ponte Hercílio Luz parecia não mais caber entre as duas porções de terra. Ela era considerada “velha”, principalmente, quando da inauguração da “nova”, fazendo aumentar o contraste. Dentro de certezas ou incertezas, foi encomendado da empresa que cuidava da conservação da ponte, desde 1961, a Machado da Costa S/A, um estudo das condições da ponte. O objetivo, segundo a Secretaria dos Transportes e Obras seria, “evitar a queda da ponte e apagar de vez as dúvidas em relação a sua capacidade de resistir ao tráfego.” Em 10 de janeiro de 1978, reportagem d’*O Estado do Paraná* informou que o governo estadual contratara a empresa para estudo de verificação de estabilidade da ponte, “uma reavaliação estrutural, de alto nível, capaz de indicar, não somente a segurança que hoje oferece a obra, como também os meios e providências a tomar para preservá-la útil ao Estado.” A intenção era que o relatório final deste estudo fosse “o documento básico, fonte de consulta do comportamento material e estrutural reguladores da segurança da ponte, que é, atualmente, a única no gênero no mundo.” Por fim, a reportagem indicava três objetivos que seriam cumpridos pelo Estado com esse contrato:

[objetivo] de segurança, por avaliar as condições de utilização da obra; histórico, por cumprir o dever de preservar a notável obra de engenharia do Estreito da Ilha de Santa Catarina; e técnico, por oferecer a engenharia mundial, a situação material e estrutural da Ponte Hercílio Luz, após 50 anos de serviços.

Nesta época, fins da década de 1970, Djanira Andrade, que escrevia a dissertação sobre a Hercílio Luz, procurou defender a manutenção de sua estrutura, pautada no fato de que a ponte, “com toda a sua velhice (...) ainda é bastante importante e necessária.” (ANDRADE, 1981, p.159). Andrade fez a afirmação sob a justificativa de que houve a necessidade da construção de uma segunda ponte para que, junto com a Hercílio Luz, pudesse auxiliar no problema da mobilidade no acesso à capital, e não no fechamento desta e construção de mais duas para desempenhar esta função: “se não existisse a ‘Hercílio Luz’ seria necessário construir outra [ponte]” (ANDRADE, 1981, p.162) Ou seja, nesta perspectiva, a ponte, acompanhada da segunda via,

Colombo Salles, continuaria servindo como ligação entre Ilha e Continente, conforme fora projetada. Trata-se de um argumento baseado na utilidade da ponte enquanto instrumento de passagem, que, embora considerada já ultrapassada, permanecia com a função de auxiliar na mobilidade. Uma negação de sua obsolescência.

Apesar dessas concepções, a Hercílio Luz foi interditada em 22 de janeiro de 1982, após laudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (Relatório 16.777), ter indicado intensa corrosão da estrutura e perigo de rompimento das barras de olhal (estrutura de sustentação da ponte). A decisão foi tomada em uma reunião da Secretaria de Obras e Transportes. A necessidade de uma terceira ponte ficou mais presente e esta só viria a ser inaugurada em 1991.

O impacto de seu fechamento sobre o sistema viário foi grande: congestionamentos e uma nova adaptação da população à condição da existência de, novamente, apenas uma ligação entre Ilha e Continente. Foi uma interdição que visava “uma forma mais segura de realizar os serviços de manutenção sobre a ponte, expondo menos os usuários aos riscos de um colapso” (COELHO, 1997, p.119). O jornal *A Gazeta* noticiava, em 21 de março de 1984, que os trabalhos de recuperação foram iniciados no dia seguinte à interdição. Em 1988, a “ponte velha” foi reaberta ao tráfego leve (motos, bicicletas, carroças, pedestres), sob a justificativa de que a estrutura não havia sofrido danos nos seis anos em que esteve fechada, que foram feitos os reparos necessários, inclusive o reforço do olhal com cabos de aço. Porém ainda havia a suspeita de insegurança.⁵¹ Reportagem do *Diário Catarinense* do dia 13 de maio de 1988 noticiava algo semelhante, ao informar que as obras encontravam-se paradas devido a “dificuldades financeiras e cambiais” e que “desde que a ponte foi interditada, em 22 de janeiro de 1982, até sua reabertura nesse ano [1988], não houve nenhuma alteração na sua estrutura”. Nesse sentido, Coelho (1997, p.119) salientou que “Até 1996, setenta anos de inauguração da ponte, a manutenção foi pequena à espera de recursos e de viabilização técnica e financeira para a reforma.” A partir do início da década de 1990, a ponte não fazia mais parte do sistema viário da cidade, uma terceira via foi construída em 1991 – ponte Pedro Ivo Campos – e a Hercílio Luz foi definitivamente fechada. Utilizando a expressão de Coelho (1997) a ponte Hercílio Luz se tornava uma “não-

⁵¹ O *Diário Catarinense* de 13 de maio de 1988 informou que a Assembleia Legislativa pediu informações sobre a situação da ponte para a Secretaria de Transportes e Obras.

ponte”: não era utilizada para tráfego de carros, não era utilizada para tráfego de pedestres e veículos leves e mantinha-se sob o risco de queda.

Mário César Coelho em dissertação de mestrado em História elaborada na Universidade Federal de Santa Catarina e defendida em 1997, intitulada *Moderna Ponte Velha: imagem e memória da ponte Hercílio Luz*, desenvolveu reflexões sobre esta nova situação da ponte. O historiador discorreu sobre o caráter peculiar da construção que se constituiu, com o passar dos anos, em uma “moderna ponte velha”. Em cinco capítulos, ele procurou discutir as imagens da ponte (fotografias, pinturas, cartões postais) , o que as perspectivas escolhidas procuravam priorizar e de certa forma, embora interdita, identificou sua representatividade simbólica e urbana enquanto integrante da paisagem. Ele a interpretou como um elemento de passagem, que vai perdendo sua utilidade primária enquanto ponte e vai se tornando uma “obra fantasmagórica”. Para o historiador, ela

passou a ser apenas uma ponte para olhar, objeto de pura contemplação. Tornou-se paisagem, memória e imagem da cidade. (...) acabou se tornando uma ruína da modernidade. Um lugar cada vez mais distante da experiência de passagem. Uma não-ponte. (COELHO,1997, p.5)

Esta nova situação após sua interdição, traz, para o autor, outra perspectiva, ao gerar um “afastamento físico da ponte, que continua a servir a cidade, agora como monumento.” Para ele, “Sua importância atual está em podermos admirá-la, em nos dar referência visual, simbólica, afetiva.” (COELHO, 1997, p.8) Esta nova função da ponte é a ela atribuída, principalmente “Por seu estado de deterioração e abandono”, que, de acordo com ele, a transforma em uma ruína . Operando o conceito de Pierre Nora (1984), para Coelho (1997, p.28) ela se tornou

Um lugar sobre o qual todos podem contar uma estória, da qual todos os habitantes locais já ouviram falar, um lugar da memória. A Ponte Hercílio Luz perdeu sua função primeira, não é permitida a passagem.

Acredito, ainda, que não se trata aqui apenas da destituição da função de passagem, ameaçada pela obsolescência, mas é também a função de representação de um período sublime. Desta forma, são duas as funções da ponte trazidas pelas pesquisas acadêmicas e pelos jornais:

a de ser um equipamento urbano útil enquanto participante do sistema de estrada de rodagem, servindo para ligar a Ilha ao Continente e para integrar e desenvolver o Estado; e a de ser um monumento, obra exemplar, representante e identificadora do porvir, de um regime de governo e de um governador. Porém, com os problemas de segurança e a consequente interdição, ambas as funções se veem balançadas. Principalmente após a queda da *Silver Bridge* e do desmonte da *Saint Mary's Bridge*, o que era símbolo do porvir virou símbolo do passado, tornou-se obsoleto. Trata-se da indicação da mudança de sua “biografia cultural” (KOPYTOFF, 2008), quando sua carreira se modifica em sua trajetória, a qual pode indicar também a mudança em sua história social. A fim de entender a biografia cultural de objetos, Kopytoff (2008, p.92) perguntara “Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim?”

Neste sentido, o que acontece, então, quando a utilidade de passagem e ligação da ponte chega ao fim? O que acontece quando o equipamento urbano começa a representar obsolescência, “velhice” e não mais modernidade, “novo”? Como uma “ponte velha” com problemas nos materiais da estrutura poderia ser representativa da modernização e do progresso? O que acontece quando a segurança de sua estrutura é posta em questão e se aproxima o perigo de seu desaparecimento físico?

1.3 Símbolo da cidade: Patrimônio cultural

Qual é a carreira considerada ideal para uma ponte? De acordo com Kopytoff (2008, p.91) “Existem expectativas biográficas, as quais podem ser consideradas as biografias típicas de determinadas coisas em determinadas sociedades.”, um tipo de biografia considerada representativa de uma “carreira social bem-sucedida.” A biografia da Ponte Hercílio Luz não parece ser uma biografia ideal de pontes, tendo em vista que, conforme trabalhado neste capítulo, sua função extrapolou a de passagem, e a ponte é representativa na memória política local e na construção da imagem da cidade, sobretudo enquanto cartão postal, além de se encontrar interdita para tráfego.

Conforme indicou Coelho (1997, p. 125), um cartão postal é a “identidade de uma cidade, o seu referencial coletivo. É através dele que conhecemos os pontos turísticos mais importantes: arquitetura, monumentos, cultura local”. Antes da construção da ponte Hercílio Luz, a imagem que representava a Ilha de Santa Catarina era o Palácio

localizado nas imediações da praça XV de Novembro no centro da Capital. Prédio do século XVIII, foi construído para ser sede do governo da Capitania de Santa Catarina. No fim do século XIX, na gestão de Hercílio Luz, foi reformado e passou a se chamar “Palácio Rosado” e, posteriormente, em 1954, quando a sede do governo foi transferida para a Casa da Agrônômica, o Palácio ficou com a nomenclatura de Palácio dos Despachos. Em 1979, passou a se chamar Palácio Cruz e Sousa (pela Lei 5512/1979) em homenagem ao poeta catarinense e, desde 1986, abriga o Museu Histórico de Santa Catarina. Foi tombado pelo poder estadual em 26 de janeiro de 1984 (Decreto 21.326). Após a construção da ponte, na década de 1920, porém, a imagem que passou a representar a cidade foi a da estrutura de aço. Para Andrade (2015), a ponte “sempre foi considerada um cartão postal.” O caráter de identificadora da cidade iniciava com sua construção, que carregava consigo também a simbologia abordada no início deste capítulo. Foi, conforme indicou Coelho (1997, p. 6), um produto industrial que se tornou símbolo da modernidade de Florianópolis. Que assim como outras construções de ferro feitas no período, passou a ser “referência para a população onde estava inserida” (COELHO, 1997, p.51) Mas era também um símbolo indissociável do governador.

Há objetos arquitetônicos que perdem sua função de origem, mas que continuam com uma importância tão pregnante que acabam simbolizando uma cidade inteira. Uma arquitetura deteriorada que se mantém viva por sua força enquanto forma, arquitetura, memória, vestígio de uma época. Algumas imagens conseguem aglutinar, traduzir uma cidade num instante. Basta pensarmos em alguns símbolos conhecidos e suas respectivas cidades: a Torre Eiffel em Paris, A Torre de Pisa, o Coliseu em Roma, a Ponte Hercílio Luz em Florianópolis. São imagens reproduzidas em larga escala nos cartões postais, nos mapas, em placas e geralmente fazem parte de um itinerário significativo da cidade. São imagens evocativas. (COELHO, 1997, p.29)

Márcia Fantin em seu livro *Cidade Dividida*, a comparou a outros monumentos referenciais de cidades pelo mundo afora: “Não há quem

pense em Paris e não se lembre da torre Eiffel; (...) ou Rio de Janeiro e não imagine o Cristo Redentor; e em Floripa⁵², a Ponte Hercílio Luz.”.

A preocupação quanto à utilidade da ponte surge mais destacadamente após a interdição em 1982, já que anteriormente não se problematizava sua utilidade por ser a única ligação entre Ilha e Continente. É nas décadas de 1980 e 1990 que nas páginas dos jornais estaduais é possível observar que a ponte Hercílio Luz aparece tratada de forma nostálgica e personificada, como “velha senhora”, hoje “doente” e necessitada de cuidados. Edy Leopoldo Tremel, escritor catarinense, publicou em 1982 o livro *Ponte Hercílio Luz redondilhas* no qual dava essa mesma dimensão ao problema estrutural da ponte, ao dotá-la de sentimentos: “Será que ela está sofrendo? / Não é de ferro comum. / Seu coração bate forte / No peito de cada um.” (1982, p.11) O jornal *Cobertura* de julho de 1984 já se antecedia na manchete: “A ponte vai ser curada”, fazendo referência ao seu estado estrutural, ao noticiar que chegariam “ao Brasil, nas próximas semanas, os especialistas norte-americanos que vão produzir os medicamentos adequados para o rejuvenescimento da velha ponte Hercílio Luz, tradicional cartão postal de Florianópolis.”. Esperidião Amin (2015), que era o Secretário de Transportes e Obras quando aquela Secretaria optou pela interdição da ponte, afirmou que “No dia da interdição, eu chorei. Passei por baixo dela e senti como se ela tivesse alma“. Estas concepções creditam à ponte um caráter simbólico, de identificação e que convergem à construção de uma memória social e política, sobretudo pelos intelectuais, elites e políticos locais.

Com seu fechamento e a destituição de sua função utilitária, a ponte sai do circuito de trocas mercantis e busca-se outra função para ela, sua biografia cultural não é mais a típica de uma ponte, pois nem toda ponte se torna um patrimônio cultural. Considerá-la “um cartão postal desde sempre” e cuidar dela como se cuidasse de um ente querido auxilia em muito na construção narrativa que almeja tombá-la e preservá-la, como identificadora da cidade e do estado, de um governo que é em larga medida considerado importante e essencial para a História da região. Tais expressões denotam também a forma como ela é apropriada, a simbologia do caráter patrimonial e valorativo implícito. É a partir de 1985 que os processos de tombamento são iniciados, sob a iniciativa política.

⁵² Forma popular com que a cidade de Florianópolis é conhecida.

O *status* de “ponte velha” garantia um “caráter patrimonial” a que Djanira Andrade também fez menção na década de 1970, ao indicar que os jornais, desde sua construção, tinham-na como manchete, fosse pelas informações à época da inauguração ou pela necessidade de sua conservação:

Não só a imprensa, mas também o governo sempre se mostraram interessados na conservação desse patrimônio que é a Ponte ‘Hercílio Luz’, que agora [1970-1980] goza de título de patrimônio histórico no orçamento do Estado⁵³. (ANDRADE, 1981, p.135)

No fim da década de 1970 e início da de 1980, a ponte ainda não se constituía legalmente como um patrimônio cultural, nem havia mobilização explícita para seu tombamento. A autora justifica o título referido à preocupação do governo pela contratação de engenheiros para examinar a ponte, a fim de ser efetivada sua recuperação e conservação; possivelmente ao considerar que a preocupação com “conservação” e não simplesmente “reforma” fosse uma tomada de decisão do governo para a preservação de um patrimônio histórico e cultural. Para Kopytoff (2008), “grande parte da singularização coletiva é alcançada pela referência à passagem do tempo.”, ou seja, a partir da retirada do circuito das trocas econômicas, tem sua singularização legitimada quando “fica velha”, e aí seu significado, já existente, sobrepõe-se à sua utilidade sem maiores prejuízos.

A ponte, que teve seus tombamentos realizados durante a década de 1990, já era reconhecida como “patrimônio cultural”, constituída no imaginário político e social a partir dos discursos políticos e historiográficos que, por vezes, se completavam. Tendo em vista que havia um interesse público em sua manutenção e que os discursos em torno dela faziam referência à identidade, à ação e à memória de um grupo, conforme apregoado pela Constituição (1988, art. 216), a ponte era, tacitamente, um patrimônio cultural. Conforme indicou Coelho (1997, p. 52), “A partir do momento em que passam a ser incorporadas à

⁵³ Ressalto aqui que o tombamento estadual (bem como os outros, municipal e federal) só se efetivou na década de 1990. Quer dizer, tanto no fim da década de 1970 quanto no início de 1980, mesmo com a interdição (que aconteceu em 1982), a ponte ainda se constituía como parte integrante do sistema de rodagem do Estado. Não encontrei, nesse sentido, referência a esta transferência no orçamento público.

paisagem, as obras passam a produzir os significados de uma nova sensibilidade (...) tornando-se muitas vezes monumentos representativos de uma época.” No caso da Hercílio Luz, além de uma época, ela denota a identidade da cidade, e era o símbolo que “melhor identifica Florianópolis”.

Para Joel Candau (2014), a existência de uma “identidade coletiva” está baseada em um processo contínuo, que engloba as interiorizações de representações sociais, seu reconhecimento diante destas representações (no caso, a identificação) e sua externalização pelos indivíduos. Neste sentido, sua localização na cisão entre duas eras, de atraso/Império e progresso/República e a indissociabilidade do governador que fez dela possível, são emblemáticas para entender sua trajetória biográfica e a sua representatividade enquanto “patrimônio implicitamente tombado” e identidade coletiva da cidade. Essa memória política, legitimada pela História, é base para uma retórica política e de valor regional que se apoia no imaginário social representado pela figura mítica de Hercílio Luz (SILVA, 2007) e na simbologia e significado que “o monumento” representa. A ponte torna-se referência visual, simbólica e afetiva que, de acordo com Coelho (1997, p. 142), é assimilada pela população, evidenciada pela quantidade de reproduções gráficas, “num constante caleidoscópio de imagens. (...) Sua imagem é associada à divulgação de eventos que acontecem na cidade, *souvenirs*, produtos, marcas e logotipos de estabelecimentos.”

Porém, apesar de ter os efeitos da patrimonialização já produzidos no imaginário político e social, sua materialidade, ou seja, suas condições estruturais que indicavam obsolescência física e técnica teriam que ser solucionadas, a fim de garantir sua conservação e a segurança na sua proximidade. A partir daí, iniciaram-se os processos de tombamento, como uma forma de garantir a sobrevivência do monumento.⁵⁴ Consagrada nas três esferas de poder público, tornou-se *herança* compartilhada entre o Município, o Estado e a União durante a década de 1990. Mário Coelho (1997, p.1-2) não se deteve ao caráter patrimonial da ponte, mas seu discurso – talvez já levado pela instituição do valor patrimonial legal através dos tombamentos quando

⁵⁴ As pesquisas feitas não se atêm a este aspecto biográfico, embora façam menção: Djanira de Andrade (1981) faz referência a uma identificação como patrimônio cultural, porém, os tombamentos, de forma jurídica, ainda não haviam sido efetivados; e Mário Coelho (1997) cita os tombamentos ocorridos na década de 1990, mas não se atêm aos processos.

desenvolveu sua pesquisa – enalteceu a sua estrutura de forma a não haver dúvidas quanto à sua representatividade no cenário urbano, na apresentação de seu trabalho:

A Ponte Hercílio Luz é o grande elemento urbano de Florianópolis e um dos mais importantes monumentos de Santa Catarina e do Brasil, tendo inestimável valor simbólico e afetivo para a população. Por sua importância histórica e estética e ainda, como forte elemento simbólico e referencial, a ponte participa efetivamente na construção de uma identidade da cidade.

2 Ponte Hercílio Luz: um monumento legalmente tombado

Após a interdição, em 1982, os processos de tombamento da ponte Hercílio Luz foram tomando corpo e finalizaram no decorrer da década de 1990. A ponte Hercílio Luz foi tombada nas três esferas de poder público: pelo município de Florianópolis através do decreto n.637 de 04 de agosto de 1992, cuja solicitação foi feita em 1990; pelo estado de Santa Catarina através decreto n. 1830, de 13 de maio de 1997, cuja solicitação foi feita em 1996 e pela União pela Portaria n. 78, de 15 de maio de 1997 e sob a inscrição n. 547 no Livro Tombo em 5 de agosto de 1998⁵⁵, cuja solicitação data de 1985. Cabe indicar que os processos compuseram um período em que o tombamento deixava de ser a única fonte da qual emanava o reconhecimento legal/jurídico/oficial como patrimônio, embora ainda fosse seu principal instrumento. Tendo a Constituição de 1988 como marco, outras formas de proteção foram consolidadas a fim de preservar o patrimônio cultural brasileiro, como inventário, registros, vigilância e desapropriação (art. 216, parágrafo 1º).

Há legislações em cada esfera que condizem com os “critérios” que, identificados nos objetos, indicam a existência de um patrimônio cultural. Porém, a instituição de um patrimônio não é simplesmente uma ação objetiva que elenca características e contabiliza as propriedades de determinados objetos. Por ela perpassam questões subjetivas e de interesses pontuais que são mobilizadas tanto pelos responsáveis pelas ações que constroem discursos patrimoniais a fim de legitimar o ato de preservação, como por outros atores exteriores às instituições de preservação. Além disso, como toda legislação, as de preservação patrimonial respondem à interpretação de suas diretrizes, diante de conjunturas, interesses e estratégias, ou seja, ela não é somente mobilizada a fim de referenciar ações ou comprová-las por meio de um

⁵⁵ Em 1997, a portaria n.78 de 15 de maio de 1997 tombava a ponte, porém, de acordo com o Decreto-lei n.25/37, “O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.” A ponte foi inscrita no Livro Tombo Histórico em 5 de agosto de 1998, sob a numeração 547. Embora haja referência à efetivação do tombamento através de aprovação do parecer no ano de 1997, como indica a reportagem do jornal *O Estado* de 13 de maio, considerarei o ano de 1998, pois comporta a legislação; que é o que me proponho a discutir neste capítulo. Todavia, não ignoro o conhecimento da ação já em 1997, como será visto no próximo capítulo.

documento legal.

O desenvolvimento dos três processos de tombamento tiveram diversas particularidades e dialogaram com outros setores para além das instituições de preservação. Agora, me interesse por localizar as ações de proteção no Município, no Estado e na União, de acordo com suas legislações e as estratégias de preservação de cada órgão (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município/Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – SEPHAN/IPUF; Fundação Catarinense de Cultura – FCC; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) nos determinados momentos históricos que permitiram a inserção da ponte Hercílio Luz em suas coleções patrimoniais. Tendo em vista que os processos demandam justificativas elaboradas pelo quadro técnico de cada instância, me interesse também por relacionar estas legislações e estratégias com estas produções. Assim, buscar responder: de que forma e mobilizando quais estratégias discursivas e políticas patrimoniais, foi construído o valor patrimonial institucional para o tombamento da ponte Hercílio Luz?

As conjunturas nacional e local nos quais as legislações foram sancionadas, os momentos nos quais os discursos patrimoniais foram produzidos, as estratégias discursivas adotadas por cada autor, podem informar sobre questões relativas aos órgãos de preservação e às práticas de preservação adotadas por eles. Tendo em vista que estas instituições agem sobre a apresentação que a sociedade faz de si para si mesma (KOPYTOFF, 2008), importa observar quem age e a forma com que a ação se dá.

2.1 O lugar da ponte Hercílio Luz nas políticas e nas estratégias de preservação

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, os três entes políticos (Federal, Estadual e Municipal)⁵⁶ tem competência comum

⁵⁶ Nas Constituições anteriores, porém, a discriminação das esferas não é clara, fazendo referência à competência do “Poder Público” na proteção dos monumentos de valor histórico e artístico. Apenas na Constituição de 1934, no artigo 148: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” No artigo 10, inciso III, por sua vez, a competência é concorrente entre União e Estado, visando “proteger as

para “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (inciso III, art.23). A União protegeria os bens cujo interesse fosse nacional; os Estados, os de interesse estadual; e os municípios, de interesse local. Essa proteção, porém, se dá concorrentemente para a União e os Estados, conforme o inciso VII do artigo 24 da mesma Constituição: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”. Este artigo não indica a competência municipal. As competências do município, por sua vez, estão descritas no artigo 30 da Constituição Federal de 1988, no qual se lê, no inciso IX que compete ao município “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”, e também “legislar sobre assuntos de interesse local” e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (incisos I e II).

As legislações regionais – estadual e municipal - de preservação do patrimônio cultural já existem em Santa Catarina e em Florianópolis desde 1974. A Constituição vigente no ano das sanções destas legislações de proteção patrimonial era a promulgada em 1967 por Costa e Silva, no regime civil militar. Ela considerava no artigo 172 que o “amparo à cultura” era dever do Estado e em parágrafo único deste mesmo artigo que “os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” deveriam ficar sob a “proteção especial do Poder Público” (parágrafo único, art.172)⁵⁷. Não havia discriminação dos poderes, nem indicação de legislação referente a cada uma das esferas. As sanções das legislações de preservação, conforme dito, são datadas de 1974, mas seus processos iniciaram no início dos anos 1970, três anos após aquela promulgação e um após a Emenda Constitucional n.1 de 1969, que não alterou o artigo supracitado.

Interessa notar aqui que, anteriormente à Constituição de 1988, apenas as Constituições de 1934, promulgada por Antônio Carlos

belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.

⁵⁷ Mesmo com a Emenda Constitucional n. 1 de 17/10/69, a determinação foi a mesma, compondo agora, o art. 180, parágrafo único. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm> Acesso em 01 nov. 2015.

Ribeiro de Andrada, e a de 1937, promulgada por Getúlio Vargas, fizeram distinção entre as três esferas públicas na proteção patrimonial. Em 1934, cabia às três esferas a proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País” (art.148) e competia concorrentemente à União e Estados a proteção, impedindo sua evasão.⁵⁸ Em 1937, cabia também às três esferas a proteção e os cuidados especiais aos “monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza” (art. 134)⁵⁹. Cabe indicar aqui que o Decreto-Lei, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, é datado de 30 de novembro de 1937, vinte dias após a instituição do Estado Novo, regime político gerido por Getúlio Vargas, que preconizava, dentre outros, ideais nacionalistas para o Brasil, com reconhecimento e valorização nacionais. A proteção patrimonial foi um dos pilares desta política, também com a criação do Serviço de Preservação Histórico e Artístico Nacional.

Joaquim Arruda Falcão, em 1984, indicou haver uma “desimportância relativa que os regimes pós-Estado Novo e seus opositores deram à questão do patrimônio histórico e artístico nacional.” (FALCÃO, 1984, p.24). As constituições federais de alguma forma são deladoras deste caso. Apenas em dois momentos considerados chave (anos 1930 e anos 1980) para as políticas de preservação em nível federal, as Constituições Federais que são as determinações mais gerais sobre o país, dão maior espaço às outras esferas políticas e tratam do patrimônio histórico e artístico, no primeiro caso, e cultural, no segundo, de forma mais direta. O período no qual a ponte Hercílio Luz é indicada para a constituição de patrimônio cultural legal através do tombamento na esfera federal condiz com a década de 1980, quando é possível identificar uma nova prática na Instituição Federal.

O tombamento federal, enquanto medida de preservação, é a mais antiga forma de proteção patrimonial⁶⁰ no Brasil e remonta à década de

⁵⁸ Constituição de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em 1 nov. 2015.

⁵⁹ Constituição de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em 1 nov. 2015.

⁶⁰ Outras formas de preservação patrimonial, por exemplo: preservação das jazidas arqueológicas (lei n.3924/61) através de cadastro, restrição de circulação

1930⁶¹. O primeiro órgão federal, o então SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi criado pela Lei 378 de 1937, juntamente à primeira legislação que dispõe sobre a proteção patrimonial, o Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, após a promulgação da Constituição Federal de 1937. Pautado na Lei, o SPHAN teria a função de “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.” (art. 46º, lei 378/37). Embora o SPHAN tenha modificado sua nomenclatura e sido extinto em determinados momentos da história do Brasil⁶², ele – hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – continua sendo o órgão responsável pela preservação em nível federal, assim como o Decreto-Lei n. 25/37 é a legislação que rege a proteção patrimonial federal, através do tombamento, até hoje.⁶³

Como visto, o Brasil estava sob a presidência de Getúlio Vargas, governo constituído por políticas nacionalistas que culminaram em 1937

de bem móvel (lei n.4845/65), registro de bens chamados imateriais (Decreto n. 3555/2000) e mais recentemente, a chancela da paisagem cultural (Portaria 127, de 30 de abril de 2009). O tombamento é, porém, o mais conhecido e por dispor sobre bens materiais móveis ou imóveis, foi a medida adotada para a preservação da ponte, o caso de interesse desta pesquisa.

⁶¹ A intenção preservacionista, porém, não se iniciou apenas com a criação do órgão. Ela começou a ser fomentada já na década de 1920, quando inspetorias estaduais em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco atuavam nessa vertente, mas sem a pretensão federal. Esta surgiu em 1934, através da criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais, com sede no Museu Histórico Nacional, que atuou por três anos até a criação do SPHAN e sua consequente extinção. (OLIVEIRA, 2008)

⁶² Inicialmente chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre 1946 e 1970, Diretoria - DPHAN – e, a partir da década de 1970, Instituto - IPHAN. Em 1979, o Instituto se divide em Secretaria – SPHAN – normativa e Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM – executiva. Em 1990, foi extinta e em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC - ao passo que em 1994 volta a ser IPHAN, através da medida provisória n° 752, órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC), formato institucional que é mantido até hoje.

⁶³ Ao Decreto-lei foram inseridas duas determinações posteriores: em 1941, pelo decreto-lei n. 3866, que dispunha sobre o cancelamento do tombamento pelo presidente da República; e em 1975, pela lei 6292, que introduzia a homologação ministerial ao tombamento, após parecer do Conselho Consultivo. (RABELLO, 2009).

no regime de Estado Novo. “Novo” porque se propunha “nacional” e buscava sua legitimidade no passado para se lançar no futuro. Este cenário tem claras influências tanto na criação do órgão, quanto na forma como ele foi gerido nos anos que se seguiram, como indica Oliveira (2008, p. 122):

Para o SPHAN era possível restaurar e preservar o passado – um passado autêntico -, e com essa releitura do passado se construir o futuro. (...) Conhecer o passado, a tradição ajudaria a iluminar a construção de uma nova consciência para o futuro.

Falcão (1984, p. 26) indica que o SPHAN surgiu em um “processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país.”⁶⁴ Os desafios do novo órgão eram diversos, mas a opção para as primeiras medidas foram as defesas das construções coloniais e da arte barroca. Neste período, quem dirigia o SPHAN era Rodrigo Melo Franco de Andrade e, conforme analisa José Reginaldo Gonçalves (1996), sua política era baseada na valorização da tradição, com a preservação de monumentos, como documentos da identidade da nação. O arquiteto Lucio Costa, também representativo desta etapa da política de patrimonialização, foi “uma espécie de “teórico” do Patrimônio”, cujo conhecimento mais proeminente era da arte colonial. (SANTOS, 1996, p.77) Para Santos (1996, p.78), Lucio Costa, junto de Oscar Niemeyer, Mário de Andrade e outros arquitetos e/ou intelectuais modernistas, foi “um dos principais articuladores dos princípios simbólicos sob os quais se armam as narrativas em torno do patrimônio”, formando um padrão de conduta da época. Instituiu-se um discurso patrimonial de monumentalidade, conforme indicou Gonçalves (1996). Esta concepção foi presente no Instituto durante 30 anos.

A ponte é praticamente contemporânea destas primeiras ações federais. Ela, uma construção de 1926, somava dez anos quando da

⁶⁴ Para Falcão (1984, p.27) “o Estado amplia a sua presença [nas atividades culturais] através da criação de uma série de novas instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional de Teatro, o IPHAN.”

criação do órgão federal de preservação. Em 1985, quando foi feita sua solicitação para o tombamento, a ponte já somava 60 anos e a gestão do IPHAN era outra: as ações eram pautadas em outras formas de preservação para além do próprio tombamento e da categoria da monumentalidade, as quais por tanto tempo foram as orientadoras; havia outra concepção inclusive dos conceitos de patrimônio e de cultura, os quais foram oficializados com a Constituição de 1988. A gestão do IPHAN em 1985 era de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, que dirigiu o Instituto até 1987. As mudanças, embora marcadas pela entrada do designer Aloísio Magalhães na direção do Instituto em 1979, já podiam ser percebidas anos antes.

Em 1967, publicação do jornalista Franklin de Oliveira, *A morte da memória nacional*, denunciava a situação preocupante dos bens patrimoniais brasileiros na década de 1960. Viagens, principalmente a Minas Gerais, mas também a outros estados brasileiros, que tinham patrimônios culturais sem manutenção, foram narradas por ele e a preocupação com suas situações estruturais se mostrou latente. Bastante semelhante ao que era noticiado nos primeiros anos de atuação do Instituto Federal de preservação patrimonial, nos anos 1930. Para ele

O Brasil está [em 1967] correndo o perigo de transformar-se em nação historicamente desmemoriada. E isso porque as instituições culturais destinadas a preservarem o nosso patrimônio histórico e artístico, a guardarem a presença viva de tudo quanto os brasileiros fizeram, com engenho e arte, para nos converterem em autêntica nacionalidade, entraram em pleno processo de desintegração. Não há, atualmente, no país uma única repartição cultural que não esteja sob ameaça de colapso. (OLIVEIRA, 1967, p.41)

Havia, de acordo com o jornalista, um processo de descaracterização das cidades brasileiras, que ia se consumando através de construções em desacordo com a moldura histórica e artística das cidades, como exemplo, Diamantina. A partir das denúncias, o jornalista refletia sobre as possibilidades de mudança desse quadro considerado desintegrador e expunha algumas medidas que considerava fundamentais para que o patrimônio nacional não se perdesse. Ele salientou, portanto, a necessidade de um momento de transição da Instituição de preservação federal, de mudança de estratégia. Propôs a

mobilização e conscientização do povo brasileiro, o qual deveria se solidarizar com os órgãos de preservação, a fim de evitar a transformação do Brasil em uma “nação historicamente desmemoriada” (OLIVEIRA, 1967, p.157). Esta ideia da perda da memória nacional remete à “retórica da perda”, que conforme defende Gonçalves (1996), é presente nas duas gestões mais estudadas do IPHAN (Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães) e condiz com a emergência da preservação dos patrimônios culturais que estariam desaparecendo, em nome da preservação da identidade nacional. Ou seja, a preservação dos símbolos que possibilitariam a “narração da nação.” (PEREIRA, 2009). A “retórica da perda”, por sua vez, parece um conceito presente em todo tipo de processo de preservação de identidade e memória, por atuar afetivamente, no sentimento de pertencimento e identificação.

Nesse mesmo ano de 1967, devido à saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o arquiteto Renato Soeiro tomou posse da direção do então DPHAN e sua gestão, que se manteve até 1979, fez parte de um contexto histórico diferente do dos primeiros anos. Embora o período em que ele esteve na direção da Instituição não seja amplamente abordado pela literatura que discute o patrimônio cultural, sua gestão, durante o período de regime militar (1964-1985), é importante para observar e entender mudanças na Instituição e nas ações a partir deste período, e, sobretudo, porque compreende o período no qual as movimentações regionais - em Santa Catarina e Florianópolis - para criação de legislações e órgãos de preservação tomaram forma.

De acordo com Pereira (2009), a gestão de Soeiro (1967-1979) tomou parte das agendas políticas, econômicas, ideológicas e sociais do regime militar, e conseqüentemente, constituiu um novo cenário para as políticas de preservação cultural.⁶⁵ Para ela, no regime militar, a cultura foi identificada como um importante campo para a efetivação dos projetos econômicos e ideológicos. (PEREIRA, 2009, p.70).

⁶⁵ Em homenagem do IPHAN a Renato Soeiro em 2005, exaltam-no como um presidente que “Discretamente e sem protagonismo, (...) realizou uma verdadeira revolução no órgão. Foi ele quem transformou a antiga DPHAN, com apenas duas diretorias e quatro distritos, no Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional que conhecemos dotando-o de Regimento Interno, seis Diretorias Técnicas, Assessoria Jurídica e nove Diretorias Regionais.”, sem o qual a fase de Aloísio Magalhães não teria sido possível, pois a chamada “fase moderna” se iniciou com Renato Soeiro. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363> > Acesso em 2 de março de 2015.

A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto lei n.74 de 21 de novembro, já é indicativo da intenção de instituir políticas patrimoniais regionais. A constituição do Conselho Federal era de quatro câmaras com membros nomeados pelo presidente da República, e dentre elas, havia a de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁶⁶. O CFC tinha dentre as competências, a promoção da defesa e conservação do patrimônio histórico (art.2º, alínea d) e também o estímulo à criação de Conselhos Estaduais de Cultura, “visando ao levantamento das necessidades regionais e locais, nos diferentes ramos profissionais, e ao desenvolvimento e integração da cultura no País”; (art.2º, alínea k)⁶⁷. De acordo com Leonardo Brant (2009, p. 58), o CFC deveria formular as políticas culturais e apresentar projetos para a criação do Plano Nacional de Cultural, mas o Conselho também apresentou planos para a criação dos órgãos e conselhos regionais. De forma geral, o CFC deveria atender as peculiaridades regionais, mesmo sendo o órgão destinado a “defender, estimular e coordenar, nas suas linhas mestras, um plano nacional.” (BRANT, 2009). Embora a proposta visasse descentralizar as ações de proteção, para Pereira (2009, p.68)

reafirmava o controle e a monopolização do poder decisório, pois os conselhos estaduais de cultura, ao trabalharem sob as diretrizes culturais estatais, atendiam ao objetivo estatal de integrar as partes a partir de um centro de decisão.⁶⁸

⁶⁶ De acordo com Pereira (2009, p.68), eram enviadas a esta câmara “demandas por conservação e restauração de obras de arte, edificações tombadas e de museus.”

⁶⁷ Decreto lei n.74 de 21 de novembro de 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10074.htm> Acesso em 01 nov. 2015.

⁶⁸ Leonardo Brant (2009, p. 58) indica que em 1961, Jânio Quadros reativou o Conselho Nacional de Cultura, “composto por representantes do setor artístico e de órgãos governamentais” e propunha a criação de um Plano Nacional de Cultura, mas em 1962, o órgão voltou a ser subordinado ao MEC, devido a sua renúncia e às mudanças políticas que se sucederam. Também de acordo com este autor, o Conselho Federal de Cultura, criado em 1966, foi uma recomendação de uma comissão criada no governo de Castello Branco para apresentar sugestões para a reformulação cultural do país.

Seguindo esta linha, os Compromissos de Brasília e de Salvador, de 1970 e 1971, respectivamente, encontros “para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”, realizados na gestão Soeiro, foram emblemáticos por consolidarem ideias que estavam sendo disseminadas. O Compromisso de Brasília⁶⁹ fazia recomendações para que, dentre outras coisas, houvesse a ação supletiva de estados e municípios, através da criação de órgãos regionais que, “com a orientação técnica da DPHAN” (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atuariam na “proteção dos bens culturais de valor regional” e, supletivamente ao órgão federal, na “proteção dos bens culturais de valor nacional” (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970). De forma complementar, o segundo ato, o Compromisso de Salvador⁷⁰, reiterava o Compromisso anterior, recomendando a criação de órgãos, dentre os quais o Ministério da Cultura (que atuava então junto ao Ministério da Educação desde 1953), Secretarias ou Fundações Culturais e legislação em âmbito estadual. Este Compromisso também recomendava a promoção dos patrimônios culturais através do turismo, visando à preservação e divulgação dos bens culturais. Importante notar que o próprio Decreto-Lei 25/37 indicava a realização de acordos com os estados, cuja justificativa era para “melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.” (art.23), embora não parecesse indicar uma descentralização como a proposta então.⁷¹

Ambos os compromissos consolidaram este cenário nacional que estava se formando e, por conseguinte, conduziram à possibilidade

⁶⁹ “1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais” Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> Acesso em 01 nov. 2015.

⁷⁰ “2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil”. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Salvador%201971.pdf>> Acesso em 01 nov. 2015.

⁷¹ “Até 1970, apenas sete Estados tinham estrutura para exercer trabalhos de preservação: Paraná (1948), Rio Grande do Sul (1950), antigo Estado da Guanabara (1967) e São Paulo, Bahia e Ceará (1968)” (Motta, 2000 apud Pereira, 2009, p.69).

de criação das leis e dos órgãos estadual e municipal de preservação patrimonial. Estes são eventos lembrados pela maioria das pesquisas relativas à preservação patrimonial em nível regional. Além disso, estavam concomitantemente em ligação com outras medidas importantes no contexto nacional de regime militar. A cultura era considerada uma questão de soberania e segurança nacionais. De acordo com Pereira (2009), um dos aspectos do regime esteve pautado na reorganização da economia brasileira, diante do processo de internacionalização do capital, então, era necessária uma nova organização da sociedade e uma das formas encontradas para garantir a divulgação de valores e visões de mundo concernentes ao regime foi a cultura.⁷² Foi criado o DAC, Departamento de Assuntos Culturais em 1970, vinculado ao então IPHAN⁷³, e o PAC, Programa de Ação Cultural, criado em 1973 afirmava a “necessidade da presença do Estado no desenvolvimento da Cultura”. Em 1975, com a criação da Política Nacional de Cultura, Geisel, “concretizou o reconhecimento oficial da necessidade de incluir a cultura no programa de desenvolvimento e segurança do governo militar”. (BRANT, 2009, p. 59). A aproximação da cultura – com a ajuda da comunicação em massa, controlados pela política de telecomunicações – a outros campos, entre eles, o turismo e a mídia, para Pereira (2009, p.66) teve o objetivo de integrar a nação, para “unificar as diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal.” Cabe indicar que diversos setores foram criados, a fim de tentar controlar as produções e inserir o Brasil no círculo dos países de primeiro mundo. Dentre os órgãos, estão os de turismo e telecomunicações entre 1965 e 1969⁷⁴.

⁷² “A intervenção estatal na área da cultura não é uma prática recente na história do Brasil. Desde o século XIX a cultura, no seu sentido amplo, tem sido instrumentalizada pelo Estado de forma estratégica para a constituição ou a consolidação de discursos sobre a identidade nacional e na construção de laços de solidariedade político-afetivos.” (PEREIRA, 2009, p.66).

⁷³ Através do Decreto n. 66.967, de 27 de julho de 1970, que dispunha sobre a organização administrativa do MEC. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>> Acesso em 01 nov. 2015..

⁷⁴ EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações (1965); Conselho Nacional de Turismo, EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e Instituto Nacional do Cinema (1966); Ministério das Telecomunicações (1967) e EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filme (1969).

Em 1973, a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH)⁷⁵ dava pistas da aproximação mais efetiva da ação de preservação com o turismo, indicada pelo Compromisso de Salvador (1971) fazendo com que a preservação dos bens culturais fosse inserida nos planos de desenvolvimento econômico do país, uma vez que a indústria do turismo estava em expansão. O Programa estava inserido no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do Governo Médici (1969-1974), para os anos de 1972 a 1974⁷⁶, e objetivava, dentre outras medidas, a geração de renda pelo incremento da atividade turística e conservação do patrimônio histórico. Desta forma, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. Miceli (1984, p.101-2) indica que o apoio governamental à preservação patrimonial derivava da importância política em se ampliar a presença pública na área de produção cultural, tendo em vista a expansão das redes privadas e a conversão da preservação do patrimônio cultural em um terreno de consenso para agentes cujos interesses e motivações colidiriam em outros gêneros nos quais as problemáticas estivessem mais ligadas à atualidade política e social.

Por outro lado, Falcão (1984, p.31) indica que havia a partir de meados da década de 1970 uma crise de legitimidade do regime político e uma crise de eficiência operacional do modelo econômico. Para ele,

quer por pressão do voto, dos movimentos sociais e da reorganização da sociedade civil, quer pela necessidade de o regime se modernizar para se manter (e seguramente por ambas), o fato é que, a nível de Estado, criaram-se espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes, ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes.

⁷⁵ Iniciou na região do Nordeste, mas em 1976 se estendeu para o Sudeste. Em 1979 foi incorporado à agora Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).

⁷⁶ O I Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como a terceira ressalva: a inclusão de medidas que visassem “ao incremento do turismo tanto de correntes turísticas, internacionais como internas, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm> Acesso em 01 nov. 2015.

Para Miceli (1984, p.100-1), as mudanças vistas nas políticas de preservação patrimonial de deveram também ao “alheamento de importantes segmentos intelectuais e artistas em relação às iniciativas governamentais” e ao *marketing* do regime que procurava melhorar sua imagem e, desta forma, “requeria a definição de espaços institucionais” para canalizar recursos para gêneros mais dependentes do apoio do governo, como a preservação patrimonial.

O Centro Nacional de Referências Culturais, que é considerado um importante passo nesta mudança de direção tem por característica principal não ter sido gerido dentro do governo. Para Falcão (1984, p.31) o CNRC “foi uma iniciativa externa e estranha aos planos e programas culturais até então oficialmente dominantes.” Criado em 1975, seus trabalhos incidiram sobre projetos que visavam o mapeamento, a documentação e o entendimento da diversidade cultural brasileira trazendo à tona o artesanato, levantamentos socioculturais, a história da tecnologia e ciência no Brasil e o levantamento de documentações sobre o Brasil. Tinha em seus quadros designers, físicos, antropólogos, sociólogos, e assim, tinha programas e desempenhos plurideológicos e pluridisciplinares. Tinha também autonomia para definir programas, gerir recursos e contratar pessoal. O Centro obteve apoio através de um convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério de Educação e Cultura, o Ministério de Indústria e Comércio, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal, conforme apontado por Falcão (1984, p. 32).

O Ministério de Indústria e Comércio sugeria para a área uma nova política de preservação de espírito empresarial e economicamente viva, “integrada ao cotidiano (sic) econômico do cidadão brasileiro.”. Indicava que “qualquer intervenção na área de preservação cultural, para ser nacionalmente abrangente, necessita[va] dos recursos federais e do poder de regulamentação do Estado.” (FALCÃO, 1984, p.32). Tanto o PCH quanto o CNRC buscavam o diálogo com os planejamentos governamentais.

Com o entendimento destas questões, fica clara que a gestão de Soeiro não poderia ser considerada apenas uma continuação das políticas do início das ações de tombamento, como é largamente indicado nos estudos sobre as políticas de preservação patrimonial. O modelo de desenvolvimento era notoriamente outro, no qual aspectos ligados à abrangência das ações de preservação e ao fomento ao turismo e ao desenvolvimento urbano/econômico estavam sendo incorporados às

ações da Instituição e, por consequência, modificando o foco, inclusive, para as novas mudanças – mais profundas – que estavam por vir. Denota também o caráter processual das modificações na Instituição Federal, as quais são pensadas, estudadas e testadas até se concretizarem em mudanças efetivas em diferentes gestões.

Em 1979, Soeiro foi destituído do cargo, para entrada de Aloísio Magalhães, que permaneceu até 1982. Neste mesmo ano, o IPHAN se dividiu em Fundação Pró-Memória, instância executiva, e Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico, normativa. O CNRC que, como visto, fora criado em 1975, era dirigido por Magalhães e foi incorporado ao órgão federal também em 1979, juntamente com o PCH, criado em 1973. Sob a gestão de Magalhães, o foco do Instituto Federal esteve na abertura da noção de patrimônio, visando “focar o lugar dos sujeitos como atores sociais e patrimoniais” (LIMA FILHO, 2009, p.615).

Para Falcão (1984, p.33), como a noção de patrimônio se relaciona ao entendimento sobre o conceito de cultura, tomou-se, então, que a noção de cultura era vista enquanto processo e se relacionava à atitude do cidadão diante deste processo, indicando continuidade – que transforma o processo cultural em processo histórico – e heterogeneidade/complexidade – que o situa numa nação geográfica, étnica, social e tecnologicamente diversificada. Com este sentido,

O patrimônio cultural a se preservar será sempre “refeito” no presente. A preservação de hoje não é determinante por uma interpretação fixa do patrimônio passado. Preservar não é preservar um passado imóvel. É tarefa mais complexa, dinâmica, abrangente. (FALCÃO, 1984, p.33)

Magalhães buscou atuar tendo por base três noções: a de continuidade, de bens culturais e de cultura jovem. Quer dizer, de modo geral, considerava a importância de conhecer o passado, tomar posição diante dele e ir em direção ao progresso através da conscientização e da conservação; se opunha à noção de patrimônio histórico que era definida pela proteção unicamente de monumentos, representantes da elite branca, civil, militar ou eclesíastica, até então, embora a tenha incorporado considerando-a partícipe dos bens culturais, os quais poderiam ser o histórico, o ecológico, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber, representantes tanto da elite já incorporada quanto do povo, de diferentes etnias; abrangeu a cultura jovem, diante da possibilidade de invenção e criação dela, ou seja, de inovação, uma vez que não haveria

parâmetros culturais definidos. (MAGALHÃES, 1997) Para Gonçalves (2007), o discurso patrimonial desta nova fase é a de “cotidiano”, em contrapartida ao de “monumentalidade” que é considerada a “primeira fase”, sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Esta abrangência das concepções de patrimônio e de cultura foi oficializada na Constituição de 1988. Através dos artigos 215 e 216. O artigo 216, especificamente determina que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Para Meneses (2012, p. 33), então, a Constituição de 1988 foi um marco, pois reconheceu a “posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade.”. Tendo em vista que as orientações acerca da preservação do patrimônio cultural previstas no Decreto-lei n. 25/37 não foram modificadas, acredito que estas estratégias patrimoniais vigentes na Instituição Federal estão diretamente relacionadas à possibilidade de anexação da ponte Hercílio Luz na coleção de patrimônios culturais da União. Medidas que fazem parte de uma abertura da noção de cultura, patrimônio e valoração - concomitante a uma abertura política do país e à redemocratização, a partir de 1985 -, visando ao desenvolvimento econômico através também do turismo e focando o olhar também para a “história da tecnologia e ciência no Brasil”, conforme indicou o CNRC, e às instituições de valor coletivamente pela sociedade, conforme os discursos do “patrimônio implicitamente tombado” indicavam. A ponte, enquanto representante de um período que visava à modernização e à engenharia civil no Brasil, embora monumento imponente e representante também da vitória política oligárquica, já que como foi

visto, está diretamente relacionado ao governador que a construiu, Hercílio Luz, estaria de acordo com as novas estratégias políticas de preservação do patrimônio cultural. A ponte Hercílio Luz foi, portanto, a primeira ponte metálica a ter o tombamento solicitado e aberto no IPHAN, em 1985.

Um encaminhamento⁷⁷ feito pelo órgão federal para a Diretoria Regional é exemplar desta diretriz, no qual indicava a retomada dos estudos de pontes metálicas propostas para tombamento, as quais seriam “bens não tradicionais”⁷⁸. No estado, juntamente à Hercílio Luz, havia também a proposição de tombamento da ponte sobre o rio Itajaí-Açu, em Blumenau. Nesse sentido, era reiterada a importância de um “estudo preliminar sobre a construção de pontes metálicas em Santa Catarina ou mesmo no sul do País.” Este estudo visava “um quadro mais amplo de exemplares” para que se pudesse “criteriosamente, escolher e justificar os tombamentos federais de obras d’ arte deste material”, denotando claramente o processo de colecionamento (CLIFFORD, 1994), pelo qual os bens são submetidos a compor o rol de patrimônio cultural. Na mesma documentação, a arquiteta informou que pontes metálicas “só agora tem se constituído objeto de estudo nesta Instituição.”⁷⁹

Dentre os bens tombados pelo Instituto Federal até então, 1987,

⁷⁷ A informação n. 021/87 faz a seguinte solicitação: “Parecer técnico sobre tombamento; Proprietário e responsável pela manutenção; Dados sobre uso e estado de conservação; Fotografias originais (não xerox); Planta de localização assinalando elementos arquitetônicos e/ou paisagísticos de seu entorno que possam acrescentar mérito para o tombamento; Dados histórico/arquitetônico; Outros elementos que sejam considerados importantes para o processo em pauta”. (Processo n.1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz - Arquivo Central IPHAN).

⁷⁸ Expressão utilizada pela arquiteta Celia Perdigão Gelio, então vinculada à Coordenadoria de Proteção da SPHAN na Informação n. 021/87 constante no processo federal. (Processo n.1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz - Arquivo Central IPHAN).

⁷⁹ Informação n.021/87 de 30 de março de 1987, de autoria da arquiteta da SPHAN, Celia Perdigão Gelio. A 10ª Diretoria Regional da SPHAN, situada em Porto Alegre, era a responsável pelos assuntos federais em Santa Catarina. Neste período, quem dirigia a diretoria era Julio Nicolau Barros de Curtis, portanto, a documentação foi para ele direcionada, através da solicitação feita pelo ofício n.042/87, expedido em 7 de abril de 1987, da coordenadoria do SPHAN, Dora M.S. de Alcântara. Em Santa Catarina, havia o Escritório Técnico da 10ª DR, situada na FCC sob a responsabilidade do arquiteto Dalmo Vieira Filho. Nesse sentido, ele também teve participação ativa neste processo.

havia pontes, mas não eram metálicas. Ainda em 1938, dois processos foram abertos, um da Ponte Grande (também conhecida como Ponte Zacarias de Góis e Vasconcellos) em Oeiras, no Piauí, que foi tombada no ano seguinte (inscrita nos Livros Histórico e de Belas Artes); e outro, da ponte Jesuítas sobre o Rio Guandu, na capital do Rio de Janeiro, tombada em 1938 (Livros Histórico e de Belas Artes). A primeira era de pedra, e a segunda de pedra e alvenaria. Em 1950, houve o tombamento (inscrição Livro de Belas Artes) de seis pontes localizadas em Ouro Preto, Minas Gerais - todas de alvenaria e pedra - através de um único processo aberto em instância federal: Ponte da Barra, Ponte Antonio Dias, Ponte São José (ou Ponte dos Contos, ou Ponte Grande de São José), Ponte do Pilar, Ponte do Rosário (ou Caquende), Ponte Seca. No mesmo ano de abertura do processo federal da Ponte Hercílio Luz, 1985, houve a abertura do processo que visava o tombamento federal da Ponte do Imperador, localizada em Ivoti, no Rio Grande do Sul. Feita de pedra, foi tombada em 1988 (Livro Histórico). (APÊNDICE II) Todas estas pontes foram construídas com pedra e alvenaria.

Após a ponte Hercílio Luz, outras quatro pontes metálicas tiveram processos abertos para tombamento federal: em 1989, foi aberto o processo para tombamento da Ponte João Luis Ferreira (ponte não pênsil, também chamada de Ponte Metálica, o cartão postal de Teresina) localizada entre Piauí e Maranhão, que foi tombada em 2011 e inscrita nos livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico⁸⁰; em 2009, a ponte Internacional Mauá (entre Rio Grande do Sul e Uruguai), que foi tombada em 2012 (inscrita nos Livros Histórico, Artes Aplicadas e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) e a ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra, em Mato Grosso do Sul, também em 2009 (Livros Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico). No ano de 2010, a ponte pênsil Affonso Pena, localizada entre Goiás e Minas Gerais, teve seu processo aberto para tombamento federal, sendo finalizado em 2012, com inscrição no Livro Tombo Histórico e de Belas Artes em 2014. Esta é a ponte mais semelhante à Hercílio Luz, a diferença se dá no tamanho e no tipo de sustentação. Inaugurada em 1911, a Affonso Pena é menor e sustentada por cabos de aço, enquanto a Hercílio Luz é maior e sustentada por barras de olhal. (APÊNDICE III).

⁸⁰ Informações retiradas da Lista de Bens Tombados do IPHAN. Disponível em <
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pel_o_iphan_%202015.pdf> Acesso em 23 de maio de 2015.

Quando a solicitação para o tombamento da ponte Hercílio Luz foi enviada ao IPHAN, em 1985, as políticas de preservação regionais eram ainda bastantes recentes, estavam ainda se estruturando; ambas haviam sido criadas em 1974 e ainda passavam por reorientações legais e de órgãos responsáveis pelas ações de proteção.

Os cenários políticos de Santa Catarina e de Florianópolis se assemelhavam ao nacional naqueles anos. Durante os anos 1960, o planejamento econômico foi uma solução encontrada pelo governo do estado que teve no PLAMEG (Plano de Metas do Governo)⁸¹, no governo de Celso Ramos (1961-1965) seu símbolo mais proeminente. Para Lohn (2002, p.66) “significava o nacional-desenvolvimentismo chegando ao Estado, após um período que fora marcado em todo o país, durante o governo Kubitschek, por uma enorme ânsia de crescimento acelerado”. Este planejamento se sobrepôs, inclusive, ao Plano Diretor de Florianópolis da década de 1950 no que tangia às modificações que visavam ao desenvolvimento do turismo, pois os ideais de futuro e modernização, em Florianópolis, aliaram-se à indústria do turismo, considerada pelos discursos mais fortes como a vocação natural da cidade. Tanto que o Plano de Desenvolvimento Integrado, finalizado em 1969, condisse com estas aspirações por modernidade do município e, dentre as propostas, ele institucionalizou a opção pelo turismo na Ilha de Santa Catarina.

De acordo com Adams (2002, p.89), “foram as transformações urbanas daí resultantes, aliadas a uma nova forma de compreender a cidade, que propiciaram a instalação de uma política municipal de preservação”. O Projeto Catarinense de Desenvolvimento, do governo Colombo Salles (1971-1975), cuja inspiração era do Programa de Metas e Bases para a Ação do governo do presidente Médici (1969-1974) (RICHTER, 2009), também coincidia com as aspirações municipais. Assim, como uma consequência da valorização das ações de planejamento no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis, e da abertura das políticas de preservação na esfera federal (Compromissos de Brasília e de Salvador), mas, principalmente, por vontade de pessoas envolvidas com a cultura no estado e no município, as legislações e os

⁸¹ De acordo com Lohn (2002, p.364), “as diretrizes gerais do PLAMEG significam a busca do crescimento acelerado através de investimentos estatais maciços em infraestrutura e industrialização de base, acompanhando a tendência nacional que também incluía a abertura da economia para o capital estrangeiro, ampliando o progresso tecnológico.”

órgãos para a preservação do patrimônio cultural foram criadas em 1974.

Cabe ressaltar que a inexistência de instituições estaduais e municipais até então não significou a ausência de preservação de bens localizados nestas localidades. Elas existiram, mas foram diminutas, somando 11 tombamentos federais entre os anos de 1938 e 1974, período que compreende os anos em que as ações federais se iniciam e que a legislação regional é implementada. Os critérios para a seleção dos bens estavam pautados no Decreto-Lei n.25/37, e foram tombamentos isolados de bens que seguiam a noção de excepcionalidade e estavam ligados à história política nacional (GONÇALVES, 2011). Os primeiros foram ainda na década de 1930, quatro fortalezas em um mesmo processo: a fortaleza de Santo Antônio, de São José da Ponta Grossa e de Sant'Ana em Florianópolis e a de Santa Cruz de Anhatomirim em Governador Celso Ramos; e o Palácio dos Príncipes em Joinville, no ano seguinte, em 1939. Na década de 1950 foram dois tombamentos: Casa de Victor Meirelles, em Florianópolis (1950), e Casa à Praça da Bandeira, atual Museu Anita Garibaldi, em Laguna (1954). E na de 1960, quatro: Cemitério Protestante, em Joinville (1962); Parque à Rua Marechal Deodoro, 365, em Joinville (1965); e Sobradão e Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila de São Miguel, em Biguaçu (1969). Ainda em 1974 foi solicitado o tombamento do prédio no centro de Florianópolis, onde foi a antiga Alfândega, tombado em 1975. (IPHAN, 2013) (APÊNDICE IV). A responsabilidade regional estava na atuação da 10ª Diretoria Regional, sediada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Apenas posteriormente, já com a Fundação Catarinense de Cultura criada, houve a criação oficial da 12ª Diretoria Regional, agora, em Florianópolis, que teve nomenclatura modificada em 1990 para 11ª Coordenadoria Regional e 11ª Superintendência Regional, como é atualmente. (ALTHOFF, 2008, p.72-4)

Se as sanções das legislações datam de 1974, as movimentações e intenções em prol da preservação do patrimônio regional são anteriores a esta data e não credito aqui apenas aos Compromissos de Brasília e Salvador já citados. No estado, as primeiras iniciativas para instalação de políticas culturais são da década de 1950, quando, no governo de Jorge Lacerda (UDN) (1956-1960), houve a criação da Diretoria de Cultura, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, pela Lei 1463 de 30 de abril de 1956. Uma das competências da diretoria era a “promoção de estudos sobre todos os aspectos da cultura e artes no Estado, a realização dos serviços de natureza cultural e artística” (art.22). Um dos serviços prestados era o de

“Difusão Cultural”, em que uma das seções abarcava “Museus e monumentos históricos” (art.11, inciso 4, alínea e.; art.24, inciso V, alínea e). Era ainda bastante incipiente, mas já denotava um interesse estadual.

No governo seguinte, em 1961, pela Lei n. 2975, sancionada por Celso Ramos (PSD) (1961-1965), foi criado o Departamento de Cultura (art. 4º) também vinculado à mesma Secretaria, Secretaria de Estado dos Negócios da Educação Cultural. Dentre as funções do Departamento estava a de “promover atividades culturais relativas às Ciências, Letras e Artes; (...) e proteger obras e documentos de valor artístico, literário e histórico.” (art.6º) Nesta mesma lei, foi criado o Conselho Estadual de Cultura (art.9º)⁸², que seria “integrado por pessoas de capacidade comprovada no campo das Ciências, Letras e Artes” e teria a função de “colaborar com o Secretário de Estado na direção e organização dos Serviços Culturais, apresentando sugestões no sentido de desenvolvê-los e aperfeiçoá-los.” (parágrafo 2º art.9º). De acordo com a lei, museus, arquivos, bibliotecas e teatros seriam órgãos subordinados ao Conselho (art. 12).

As especificidades sobre o Conselho Estadual de Cultura foram definidas em 1967, no governo de Ivo Silveira (1966-1970), através da lei n. 4086⁸³, que definia que o Conselho era “o órgão de planejamento, orientação e coordenação das atividades culturais de Santa Catarina” (art 1º). Ele devia ser constituído por “câmaras ou comissões, para deliberar sobre assuntos pertinentes às artes, às letras e às ciências” e uma destas câmaras seria “destinada aos assuntos do patrimônio arqueológico, histórico e artístico estadual.” (parágrafo 5º e 6º, art.2º). Semelhante ao Conselho Federal de Cultura, criado em 1966⁸⁴, este tinha a competência, dentre outras, de “cooperar para a defesa e conservação do patrimônio arqueológico, histórico e artístico do Estado;” (alínea g,

⁸² De acordo com a lei, “O Diretor do Departamento de Cultura, cargo em comissão, será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo e escolhido, por sua reconhecida competência em qualquer campo da cultura.” (art. 30, lei 2975/61).

⁸³ Esta lei é revogada em 1980 pela lei 5719, que, por sua vez, também é revogada pela lei 7986 em 1990 e, finalmente, revogada pela lei 8952 em 1993. Em 1996, há a sanção da lei 10308, alterada pela lei 12.343/02 e, revogada pela lei 14.367/08.

⁸⁴ Decreto n. 74 de 21 de novembro de 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10074.htm> Acesso em 01 nov. 2015.

art.3º)⁸⁵. Foi, porém, somente no fim do governo de Ivo Silveira e incentivado por ele, que uma legislação que orienta a forma como proteger os patrimônios estaduais foi abordada pelo governo estadual.

Estudos foram feitos por uma comissão criada pelo então governador Ivo Silveira, a fim de que fosse criado o “Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Paisagístico de Santa Catarina”. Como representante desta comissão e da UFSC, o médico, professor, pesquisador e escritor Oswaldo Cabral foi um dos signatários do Compromisso de Brasília (1970), anteriormente abordado, que visava à descentralização das ações federais e à criação de leis suplementares.⁸⁶ Um projeto de lei que definia diretrizes para a preservação do patrimônio cultural foi então elaborado por Cabral, (ADAMS, 2002; GONÇALVES, 2011), porém a aprovação da legislação aconteceu apenas em 1974, no governo de Colombo Salles (1971-1974), a lei n. 5056 de 22 de agosto e de forma diferente da proposta por Cabral.⁸⁷ Embora revogada em 1980, pela lei n.5.846, e parcialmente alterada em 1993 pela lei n.9.342, ela é sinalizadora da formação do campo de preservação patrimonial estadual.

Com a lei n.5056/74 o órgão responsável pelo tombamento seria o Departamento de Cultura, que fora criado em 1961, após ser ouvido o Conselho Estadual de Cultura (art.1º), que fora criado em 1967. Uma das funções do Conselho era emitir parecer quanto a assuntos de natureza cultural solicitados pela Secretaria. (art.3º, lei 4086/67). Porém, já em 1975, no governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), através da lei 5089/75 que dispunha sobre administração estadual, era prevista a criação de uma fundação de apoio para tratar das questões culturais do Estado, como aponta o inciso VIII do art. 103 e o art. 112.

⁸⁵Esta função é reiterada pelo art.123, alínea e, da lei 4394/69 que “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.” Dentre outras competências da lei 4086/67, saliento a ligação com a esfera nacional em: “c) elaborar o Plano Estadual de Cultura, para aplicação dos recursos estaduais à difusão cultural; d) colaborar com o Conselho Federal de Cultura, como órgão consultivo de assessoramento, na formulação, execução e fiscalização do Plano Nacional de Cultura;” (parágrafo 2º, art.9º).

⁸⁶ Como representantes de Santa Catarina, também assinaram o Compromisso os professores Jaldir Bhering Faustino da Silva, Secretário de Estado da Educação e Cultura, Carlos Humberto Pederneiras Correa, Diretor do Departamento de Cultura.

⁸⁷ Semelhante ao que acontecera com o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto lei n. 25/37.

Tal definição está em consonância com o Compromisso de Salvador, assinado em 1971, ao se recomendar a criação de “Fundações de Cultura no âmbito estadual.” Cabe indicar, porém, que esta lei entrou em vigor no dia 15 de março de 1979, quando já iniciava a gestão de Jorge Bornhausen (1979-1982).

Assim, em 1979, sob o decreto n.7439, foi instituída a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) (art.1º). Entre os seus objetivos está o de “executar a política de desenvolvimento cultural formulada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo” (inciso I, art.2º); “apoiar a preservação dos valores culturais caracterizados nas manifestações artísticas e tradicionais representativas da personalidade da gente catarinense” (inciso III do art. 2º); “estimular, através da ação planejada, a pesquisa e o estudo relacionado com as ciências, letras e artes” (inciso VI, art.2º) e “promover a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina” (inciso VIII do art. 2º). Interessante notar que nem a legislação de 1975 (Lei n. 5089), nem a que a alterou, em 1979 (Lei n. 5516), expunham de forma clara a função de promoção da defesa do patrimônio pelo órgão. Ambas, cujas disposições eram sobre a administração estadual, indicavam de forma genérica no art.112, inciso III, a função de “apoiar a preservação dos valores culturais caracterizados nas manifestações artísticas e tradicionais representativas da personalidade de gente catarinense”, ou seja, não tomavam a responsabilidade pelas ações de preservação. Outro ponto importante é a atenção às “manifestações artísticas representativas” da população, sinalizando também para as mudanças que estavam acontecendo em nível cultural federal. Com a revogação da Lei n. 5056 de 1974 pela Lei n.5846 de 1980, que dispunha sobre a preservação do patrimônio estadual, a Fundação se tornou o órgão responsável pela promoção do tombamento (art.4º da Lei n. 5.846 de 1980), retirando a função da alçada do Departamento de Cultura.⁸⁸ Atualmente é a Fundação Catarinense de Cultura que promove as ações de tombamento e a Lei n. 5846, de 1980, que rege estas ações.

Com a indefinição do órgão responsável pela ação de preservação no estado até 1980, a existência da lei desde meados da década de 1970 não garantiu o início das ações de proteção. Estas começaram apenas com a FCC, nos anos 1980. O primeiro processo, de acordo com a

⁸⁸ Além da mudança do órgão, agora, o tombamento precisaria “do parecer do Conselho Estadual de Cultura e, agora, também, da homologação do governador” para ser efetivado. (art. 4º da Lei n. 5846 de 1980).

listagem existente no site da Fundação Catarinense de Cultura, é de 1983 (Processo de Tombamento n.:001/83), visando ao tombamento da Igreja Nossa Senhora da Piedade e ruínas adjacentes, no município de Governador Celso Ramos, porém o decreto de tombamento (n.3458) só foi homologado em 23 de novembro de 2001. No ano de 1984, outros três processos foram iniciados, mas diferente do de 1983, foram finalizados no mesmo ano: do Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis; do Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages; e o Acervo Arqueológico do Pe. João Alfredo Rohr.⁸⁹ Durante a década de 1980, outras seis edificações foram tombadas em nível estadual.⁹⁰ Desta forma, então, iniciaram-se as ações efetivas visando à proteção dos bens culturais do estado de Santa Catarina pelo próprio estado.

A ponte Hercílio Luz, embora considerada pela Fundação uma “representante incontestada de Santa Catarina”,⁹¹ conforme indicado na justificativa de tombamento, não fez parte das estratégias de preservação da Fundação. Nos primeiros anos de atuação da FCC, os trabalhos se concentraram no conhecimento e proteção do patrimônio catarinense através da produção de inventários. Estes inventários priorizaram os remanescentes das imigrações, principalmente, açoriana, alemã e italiana em Santa Catarina – como o Inventário das Correntes Migratórias - conforme indica Fátima Regina Althoff (2008; 2014), arquiteta, funcionária da FCC desde 1983 e autora da justificativa de tombamento da ponte Hercílio Luz. Outros inventários foram

⁸⁹ O Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis (P.T.n.:002/84), foi tombado pelo decreto n.21.326 de 26 de janeiro de 1984. O Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages (P.T.n.:003/84) pelo decreto n.21.327 no mesmo dia; e por portaria, de n.056 de 14 de novembro, o Acervo Arqueológico, o do Pe. João Alfredo Rohr S.J. (P.T.:n.004/84).

⁹⁰ Outras ações durante a década de 1980: Conventinho Frei Rogério em Lages (decreto n. 25116 de 20 março de 1985 – P.T.n.005/84); Antiga Casa de Campo do Governador Hercílio Luz em Rancho Queimado (decreto n. 25880 de 5 junho 1985 – P.T.n.:006/84); Solar Ferreira de Mello em São José (decreto n. 26608 de 15 julho 1986 – P.T.n.:007/86); Estação de Elevação Mecânica – Museu do Saneamento – em Florianópolis (decreto n.31255 de 31 dezembro 1986 – P.T.n.:008/86); Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis (decreto n.1304 de 29 de janeiro de 1988 – P.T.n.:009/87) e Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, também em Florianópolis (decreto n.1303 de 19 janeiro de 1988 – P.T.n.:010/87).

⁹¹ Referência à justificativa n. 004/96 do processo estadual. (Arquivo Diretoria de Patrimônio – FCC)

desenvolvidos em nível regional, como o “Caminho das Tropas”, “Roteiros Culturais Sul”, “Roteiros Culturais de Santa Catarina”, “Projeto Identidades das Cidades Catarinenses”. Como resultado destas ações, em Santa Catarina na década de 1990, “avolumaram-se ações de inventário e processos de tombamento estaduais, com ações específicas de pesquisa, seleção e proteção de edificações em todo o Estado.” (FONSECA, 2014).

Entre 1991 e 1994 a Fundação Catarinense de Cultura seguiu as indicações que o plano de Governo de Wilson Kleinubing (PFL) (Plano SIM – Saúde, Instrução e Moradia) definiam. (ALTHOFF, 2008). De acordo com ele, a execução do “Programa Turismo Cultural” seria o “maior esforço já realizado no Estado visando à recuperação do patrimônio histórico-cultural.” (KLEINUBING; KONDER-REIS, 1991, p.6/13 apud ALTHOFF, 2008, p. 88). A associação entre o turismo e a preservação, como previsto já em nível federal, traria a garantia de um retorno econômico às ações de preservação. Dalmo Vieira Filho, empossado como Diretor de Patrimônio Cultural da FCC entre 1991-1994 foi quem escreveu o capítulo relacionado ao turismo cultural e fez menção à inserção da ponte nas políticas estaduais.

Eu escrevi o capítulo “turismo cultural” praticamente todo. Eles não mudaram praticamente nenhuma vírgula, e foram acrescentados alguns artigos do Frank Graf em Blumenau, com relação a dados de museus. Mas tudo o que foi produzido por nós foi transcrito no “Plano Sim”, e eu acredito que a ponte estava ali sim. Como prioridade, como bem cultural. (VIEIRA FILHO, 2015)

Apesar de indicar a presença da ponte no planejamento, também indicou que a situação em que a ponte se encontrava – interdita e com estudos sobre sua integridade estrutural sendo realizados em nível federal – não a caracterizava como uma prioridade estadual na prática. Althoff (2014) também indicou que até o tombamento da ponte Hercílio Luz ser solicitado em 1996, não havia uma movimentação da FCC para este fim, “podia até ser que tinha uma intenção pra se fazer isso, mas o *start* se precipitou por esse pedido”, embora ela também fosse considerada dentro da FCC um patrimônio implícito. A gestão de Dalmo Vieira Filho (1991-1994) foi marcada por uma grande ação de

tombamentos (aproximadamente 300 edificações no Estado)⁹² e a criação do Museu do Mar em São Francisco do Sul. De alguma forma, interessava às políticas estaduais continuar agindo nos bens que tinham mais acesso, e prorrogar a atuação preservacionista sobre a ponte – sobre a qual outras instâncias já estavam atuando. O governo do estado atuava com o DER nas obras de manutenção da estrutura como um equipamento urbano.

No início dos anos 1990, houve bastantes modificações nas orientações das práticas de preservação no Estado. Em 1993, três leis foram modificadas: a Lei 8245/1991 que dispunha sobre a organização da administração pública, e que teve seu art. 57, sobre os objetivos da FCC, modificado pela Lei n. 9343/93. Nesta, a Fundação Catarinense de Cultura seria a responsável por “iniciar e informar, nos termos da legislação específica, os processos de tombamento estaduais” (inciso IX, art.57). Outra modificação foi na própria Lei n. 5846/80 que dispunha sobre a preservação do patrimônio estadual, que foi parcialmente alterada pela Lei n. 9342 de 1993, aumentando a abrangência do patrimônio cultural, e, por consequência, aumentando a abrangência do Livro Tombo. Cabe notar também, que as determinações sobre o Conselho Estadual de Cultura também foram modificadas nesse ano,

⁹²Em dezembro de 1994, no fim do mandato, foram enviadas 211 notificações de tombamento. No ano seguinte, muitas impugnações foram solicitadas e a ordem foi de “suspensão imediata de todos os processos, tornando nulas notificações” (ALTHOFF, 2008, p.90). Porém, os técnicos da Diretoria do Patrimônio da FCC buscavam o diálogo, pois impugnar as solicitações poderia causar a perda desses patrimônios através de demolições que buscavam evitar novas solicitações pela Fundação. A proposta da Diretoria foi a formação de uma comissão para que fosse feita a revisão dos tombamentos, a Comissão Técnica Extraordinária para Análise dos Tombamentos Estaduais (COTEATE), formada por: Faculdade de Arquitetura da UFSC, IPHAN, IAB, SEPHAN/IPUF e órgãos de planejamento e prefeituras dos municípios envolvidos. Os trabalhos da Comissão finalizaram no final do ano de 1995, porém as notificações foram enviadas novamente apenas no fim do mandato, em 1998. Mais em ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense:** a gestão do patrimônio urbano de Joinville. Florianópolis, SC, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade; FONSECA, Karla. **Patrimônio em contraste:** as ações de litígio na proteção do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010). Dissertação (mestrado). História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC, 2014.

através da Lei n. 8952/93. Dentre as mudanças, uma que se destaca é a definição, esboçada em 1967 e reiterada em 1980 (Lei n. 5719), da função de “emitir pareceres sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado, nos termos da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980” (inciso IX, art.2º). Desta forma, o Conselho Estadual se colocava como mais efetivo no processo de tombamento realizado pelo Estado de Santa Catarina, definindo também dentre duas Câmaras Permanentes, a de Patrimônio Cultural (art.9º Lei n. 8952/93)⁹³. Em 1996, por sua vez, o Conselho Estadual de Cultura se tornou órgão vinculado à FCC (art.1º), pela Lei n.10308/96 e a Câmara destinada a assuntos do patrimônio foi abrangida para “Câmara do Patrimônio Cultural e Natural” (inciso VIII, art.8º)

Interessa notar aqui como a FCC e a legislação estadual para preservação foram se estruturando no decorrer do tempo, de acordo com os interesses relativos a políticas culturais e econômicas, os quais direcionavam a ação de preservação para outras prioridades. Até então, embora estivesse nos planos da Instituição, o tombamento da ponte não estava nas estratégias práticas de preservação, principalmente porque, de acordo com Vieira Filho (2015), a preocupação da Instituição Estadual era de tomar bens que fossem ser realmente preservados e conservados, e a situação da ponte Hercílio Luz não dava pistas para esta conclusão. O processo que visava a este tombamento só foi aberto em 1996, sob uma solicitação da ALESC, embora tenha havido, pelo menos duas solicitações anteriores – em 1985 e em 1991, aos governadores (solicitações que não constam no processo estadual presente na FCC, ou seja, não se tornaram processos abertos). A ponte foi tombada pelo estado no ano seguinte à solicitação, em 1997. Dos tombamentos realizados pelo estado de Santa Catarina há apenas duas pontes: a Hercílio Luz foi a primeira, com processo aberto em 1996 e finalizado em 1997; e a ponte Metálica entre Rio Negrinho e Mafra, cujo processo foi aberto em 2000 e finalizado em 2002. Em 1998, partiu da FCC uma notificação para o tombamento da “Ponte Coberta sobre o Rio Cubatão”, mas o processo, até então, não foi finalizado (APÊNDICE V).

Em 1997, a instância municipal já havia tombado a ponte Hercílio Luz fazia cinco anos. Em 1992, o então prefeito Antônio Henrique Bulcão Vianna – que havia sido eleito como vice-prefeito de

⁹³ Pela lei 5719/80, havia a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico (art.8º), porém com a Constituição de 1988, a expressão “Patrimônio Cultural” foi cunhada em substituição ao “patrimônio histórico e artístico”.

Esperidião Amin Helou Filho (PDS) - havia sancionado seu tombamento pelo decreto n. 637. A instância municipal parece ter a característica de se adiantar nas ações, pois semelhante ao que aconteceu no Estado, a legislação que dispõe sobre a preservação do patrimônio municipal também foi sancionada em 1974, mas foram quatro meses antes daquela, em 2 de abril, sob a identificação n.1202, na gestão de Nilton Severo da Costa. Segundo Betina Adams (2002, p.92) esta foi “a primeira iniciativa municipal no âmbito do estado de Santa Catarina”. A movimentação que fazia vista à lei já era notada em 1970 em Florianópolis, a qual tendo uma vez instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento, iniciou uma “parceria entre Prefeitura e a Universidade no estabelecimento, em âmbito municipal, de ações de preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, cultural e natural” (ADAMS, 2002, p.90), concomitantemente então à assinatura do Compromisso de Brasília que dispunha sobre tal. É importante notar que é neste contexto que os planos de desenvolvimento são também propostos para Florianópolis.

A legislação n. 1202/74 além de dar orientação sobre a preservação do patrimônio municipal, também criou um órgão para atuar nessa vertente. O Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, o SPHAM⁹⁴, ficou, assim subordinado à Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (art. 4º). Nereu do Vale Pereira⁹⁵, membro da COTESPHAN, representando a UFSC, em 28 de junho do mesmo ano, escreveu o que seria o “Esquema de Trabalho”, indicando as atribuições da Comissão que integraria o Serviço (cujo nome sugerido por ele seria “Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis – COTESPHAN”). A atribuição principal seria a de assessoramento ao SPHAM, salientando que “a Comissão não pode[ria] descer a tarefas executivas, aliás, o que seria absurdo dela esperar.”

⁹⁴ Betina Adams informa sobre as modificações que a sigla sofreu com o passar do tempo (SPHAM, SPHAN E SEPHAN). “a partir da resolução do Conselho Deliberativo do IPUF-CONDEL – 02/84, que altera a estrutura organizacional do IPUF, a sigla passa a ser definitivamente SEPHAN.” (ADAMS, 2002, p.91)

⁹⁵ Nereu do Vale Pereira é sociólogo e economista, foi membro do IHGSC e instituiu o EcoMuseu do Ribeirão da Ilha, mantido pela Fundação Cultural Açoriana. Suas pesquisas tem enfoque na cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina. Além de participar do Conselho Estadual de Cultura, também foi membro da Comissão municipal de patrimônio.

Apesar disso, nos primeiros anos, a política municipal foi desenvolvida justamente pela COTESPHAN, de acordo com Betina Adams (2002). Essa situação possibilita indagar: o município, naquele momento, não dispunha de quadro técnico para compor o Serviço, para ser necessário o desenvolvimento das políticas pelo Conselho? Richter (2009) indica que nesse início a atuação de profissionais das áreas de História, Sociologia e Antropologia, foi significativa, em contraposição à área de Arquitetos, devido à falta de uma escola de arquitetura em Santa Catarina. E que essa foi uma característica marcante dos primeiros anos de trabalho, que também condicionou os primeiros tombamentos municipais. (ADAMS, 2002)⁹⁶.

Assim como a legislação municipal que foi anterior à estadual, as ações de proteção municipais também se anteciparam àquela. Agilidade que se deveu também à participação dos professores da UFSC na COTESPHAN, conforme indica Betina Adams (2002, p.92 e 98), colocando “a ação municipal de Florianópolis entre as primeiras iniciativas de tombamento municipal no Brasil.” De acordo com a autora, em 1975, houve dois tombamentos: um em área natural, o tombamento das dunas da Lagoa da Conceição, buscando preservar o atrativo turístico da área e proteger contra remoção de areia e construções imobiliárias; o outro em área cultural, através do Decreto n. 1341 de 17 de dezembro de 1975, tombamento de seis igrejas (São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, no centro; Nossa Senhora das Necessidades, em Santo Antônio; Nossa Senhora da Conceição, na Lagoa; Nossa Senhora da Lapa, no Ribeirão da Ilha e São Francisco de Paula, em Canasvieiras). Durante a década de 1970 ainda foram tombados o Santa Catarina Country Club, em 1979⁹⁷ e bacia da Lagoa do Peri, em 1976. Para Adams (2002, p.98),

⁹⁶ Adams (2002) indica os membros da COTESPHAN, que listo aqui: historiadores Carlos Humberto Pederneiras (até 05/79), Sara Regina Silveira de Souza (até 02/77), que volta em 1979 e pede afastamento em 1980 – todos da UFSC. O sociólogo Nereu do Vale Pereira que permanece de 1974 a 1980; os arquitetos David Ferreira Lima, de 1974 a 1977; e Moisés Lyz de 1977 a 1980; o antropólogo Silvio Coelho dos Santos de 1977 a 1980, quando pede afastamento; e os advogados da procuradoria do município Juarez Mey de Souza de 1974 a 1977 e José Ouriques Fernandes a partir de 1977.

⁹⁷ “Então propriedade do “Santa Catarina Country Club”, trata-se de uma casa de chácara, executada por profissionais vindos de Montevideo e um dos poucos exemplos remanescentes dessa tipologia, com características ecléticas e cuja solução de sótão é inusitada no Estado. (solicitação feita por Esperidião Amin

tais tombamentos se justificam porque “prevalencia em Florianópolis o conceito ainda tradicional da preservação, relativo à valorização dos monumentos em vista do seu valor histórico e artístico.” Porém, não se pode negligenciar o interesse pela preservação de bens naturais, como caso da bacia da Lagoa do Peri e das Dunas da Lagoa da Conceição, diferentemente da visão tradicional de preservação. De alguma forma, ambos os tombamentos condizem com as práticas observadas no município de Florianópolis, relativas às defesas contra as especulações imobiliárias e ao aproveitamento turístico das “belezas naturais” da Ilha.

Em contraposição, são dignas de nota as resistências ao tombamento sentidas na cidade. Exemplos desses casos foram o próprio Santa Catarina Country Club, o forte Santa Bárbara e o Miramar (este último demolido um pouco antes da criação da lei em 1974)⁹⁸. Outro ponto a ser destacado é que a COTESPHAN, nos primeiros anos, não tinha o cuidado de resguardar o entorno dos bens tombados, como fazia a instância federal, o que também auxiliou nos efeitos limitados da iniciativa municipal. Os tombamentos realizados foram feitos de forma pontual, não considerando as inserções urbanas.

Por isso, já no fim da década de 1970, as ações foram se modificando. Na gestão municipal de Francisco de Assis Cordeiro (PDS), através da Lei n.1674 de 1979⁹⁹, foi feita uma reforma administrativa no município e o – agora - SEPHAN e a COTESPHAN foram vinculados à estrutura administrativa do recém-criado IPUF, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (criado pela Lei n. 1494/1977), como órgãos de aconselhamento. O IPUF, por sua vez, era o órgão de assessoramento vinculado ao Prefeito (inciso III, art.27, Lei n.1674). Cabe notar que outros órgãos que prestavam assessoria eram o Departamento de Turismo e Cultura (DIRETUR), que fazia parte do Gabinete do Prefeito (inciso I, art.27, Lei n. 1674), o qual era responsável, dentre outras atividades, pela “Administração do patrimônio histórico e cultural do município” (art.31, Lei n. 1674). Se a

na condição de associado em 1979. O tombamento foi sancionado pelo decreto 45 – 23/03/1979). (ADAMS, 2002, p.102) Ver também RICHTER, Fábio Andreas. **Corpo e alma de Florianópolis**: o patrimônio cultural na ação do governo do município - 1974 a 2008. Mestrado (História): UDESC, 2009.

⁹⁸ Mas informações sobre esses casos em RICHTER, Fábio Andreas. **Corpo e alma de Florianópolis**: o patrimônio cultural na ação do governo do município - 1974 a 2008. Mestrado (História): UDESC, 2009.

⁹⁹ Parcialmente modificada pelas leis 1726/1980 e 1782/1981.

administração cabia ao gabinete, ao IPUF cabia, dentre outras, as atividades de dar “Diretrizes sobre o patrimônio histórico, artístico e natural.” (art.33, Lei n. 1674). Com a Lei n.1674/79, a COTESPHAN foi mantida (art.49) e sua formação determinada: em parágrafo único ficava instituído que o presidente da Comissão seria o presidente do IPUF, e os demais membros seriam escolhidos pelo prefeito. Foi a partir desta vinculação que a preservação passou a ser concebida como elemento integrante do Planejamento Urbano da cidade, culminando, inclusive em modificações na legislação urbana vigente, a fim de abranger a preservação do patrimônio cultural do município, conforme indica Adams (2002).

Adams(2002) considerou que a atuação municipal de preservação cultural também foi modificada, a partir da década de 1980, incorporando gradativamente a ela os novos princípios internacionais e a concepção do bem cultural como elemento participante do cotidiano da cidade. De acordo com a autora, foi um período de intensa movimentação visando à preservação. Já no ano de 1980, a Lei n. 1715/80 procurou alterar alguns dispositivos do Plano Diretor de 1976, para que se pudesse evitar danos ao patrimônio histórico e cultural ameaçado pela especulação imobiliária. Desta forma, ficou determinado que “As edificações localizadas na poligonal (...) com mais de 30 (trinta) anos de construção, somente poderão ser demolidas ou objeto de modificações exteriores, após previa anuência da COTESPHAN.” (art.2º, parágrafo 3º). Esta era uma alteração do artigo 20 do Plano Diretor vigente. Essa resolução buscava a proteção dos imóveis antes que as ações de preservação e inventariação fossem colocadas em prática. Tratava-se da área mais central da cidade, à qual as pontes Hercílio Luz e a Colombo Salles davam acesso direto.¹⁰⁰

Entre os anos de 1981 e 1984 as atividades da COTESPHAN

¹⁰⁰ A poligonal está discriminada no art. 14, parágrafo 3º da lei n. 1440/76 “edificações localizadas na parte da zona central, composta pelas quadras inferiores da poligonal formada pela Rua Padre Roma incluídos os terrenos Lindeiros até a profundidade de 50,0m, Rua Frederico Rola, Rua Francisco Tolentino, Rua Antônio Luz, Avenida Hercílio Luz, Rua José Jaques, Rua Anita Bittencourt, Praça Pereira Oliveira, Rua Arcipreste Paiva, Rua Marechal Guilherme e ligação com a Avenida Osmar Cunha e terrenos Lindeiros até a profundidade de 50,0m e Rua Jerônimo Coelho – incluídos os terrenos Lindeiros até a profundidade de 50,0m, Rua Vidal Ramos incluídos os terrenos Lindeiros até a profundidade de 50,0m, Rua Álvaro de Carvalho, Rua Tenente Silveira até encontrar a Rua Padre Roma”.

foram suspensas (Adams, 2002). Mas, em 1984, a fim de regulamentar as funções daquelas instituições, sob o Decreto n. 046 de 27 de março, o então prefeito definiu que o SEPHAN passaria a ser, então, a estrutura administrativa executiva (art. 2º) e a COTESPHAN, encarregada do assessoramento do IPUF e do prefeito municipal (art. 3º), em assuntos relacionados à sistemática de tombamento, aproveitamento dos bens tombados, pareceres em processos de tombamento, convênios que colaborassem com a defesa, preservação e restauração de bens, elaboração de projetos de pesquisa e/ou levantamentos de bens (incisos I a V).¹⁰¹ O SEPHAN só fora instalado em 1984, mas Adams (2002, p.115) defende que antes disso, “o IPUF já realizava estudos relativos à preservação de seu patrimônio.”

O site institucional do SEPHAN/IPUF em publicação de 2012, de forma semelhante ao que era tratado na década de 1980 indica que

O objetivo fundamental da preservação do patrimônio cultural de natureza material de Florianópolis é a conservação do substrato histórico existente e das técnicas construtivas, resultando em sua permanência no tempo e no espaço, visando o resgate a continuidade e valorização da identidade cultural local. Tal acervo está consolidado como marco referencial na paisagem ambiental e deve estar integrado à vida cotidiana da população e à dinâmica

¹⁰¹ Também nesta lei de regulamentação foram definidos os membros do SPHAN e da Comissão, quer dizer, os cargos que também teriam lugar nas instituições, a saber: “O SPHAN terá um coordenador e um secretário, a serem nomeados pelo Chefe do o Executivo Municipal, cujas atribuições serão definidas pelo Diretor Presidente do IPUF” (Parágrafo Único); “A COTESPHAN será composta por 09 (nove) membros, tendo na Presidência o Diretor Presidente do IPUF” (art.4º) e “Os demais membros que compõem a COTESPHAN serão o Procurador Geral do Município, o Secretário de turismo, Cultura e Esportes, um representante da área artística, um representante da área histórica, um representante da área arquitetônica, um representante da área arqueológica e natural, um representante da área de ciências humanas e um representante da área cultural.” (Parágrafo Único). Este quadro foi modificado pelo decreto n.521/89-A de 21 de dezembro de 1989.

econômica da cidade¹⁰².

A arquiteta Betina Adams ocupou a cadeira da gerência do Serviço de 1984 até o ano de 1991, sendo substituída pela arquiteta Suzane Albers Araujo, de 1991 até 1993. A COTESPHAN voltou também às atividades em 1984 com novo quadro de membros. De acordo com Richter (2009), o corpo técnico se tornou permanente, e se destacavam agora, profissionais de Arquitetura e Urbanismo. O quadro que antes era formado somente por profissionais da área acadêmica, foi acrescido por um que abrangia as áreas de interesse, formado por instituições convidadas e outras da estrutura organizacional e da Secretaria Municipal: Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Município, Área Artística da UDESC, Área Histórica da UFSC, Área Arquitetônica da IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), Área Arqueológica e Natural da FATMA (Fundação do Meio Ambiente), Área de Ciências Humanas da OAB (Organização dos Advogados do Brasil) e Área Cultural da FCC. A partir de 1988, o quadro foi constituído com a Procuradoria Geral do Município, Fundação Franklin Cascaes, UFSC, UDESC, IPHAN, FCC, IAB e FATMA; e partir de 1990, além destes, SUSP (Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos) e OAB. (ADAMS, 2002).

A área municipal passava, então, por importantes modificações na estruturação interna da Instituição para o trabalho de preservação patrimonial aliado ao planejamento urbano da cidade. A Declaração e Manifesto de Amsterdã de 1975 é referência internacional da mudança de perspectiva do patrimônio, passando a incluir o planejamento territorial e urbano. A cidade de Florianópolis já na década de 1980 crescia rapidamente, sobretudo, pelo turismo esboçado como carro chefe desde meados do século XX e pela procura de trabalho nas empresas criadas a partir da década de 1960. Com a cidade também crescia o interesse imobiliário que ameaçava as construções históricas.

No ano de 1985, nova adequação legal foi realizada no sentido do planejamento urbano. Pela Lei n.2193 de 03 de janeiro, que dispunha “sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina”, determinavam-se também Áreas de Preservação, e, dentre elas, a Área de Preservação Cultural (APC). Elas eram definidas

¹⁰² Patrimônio Cultural de Natureza Material. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_09_2012_17.31.42.c65ce49008bc7bc1d872630ece1317e.pdf> Acesso em 01 nov. 2015

como “aquelas destinadas à preservação de sítios de interesse histórico, antropológico e arqueológico” (art.26) e se subdividiam em três: Histórica (APC-1); Paisagem Cultural (APC-2); e Arqueológica (APC-3). A primeira, definida como áreas que “se destinam à conservação do patrimônio histórico e etnológico, abrangendo monumentos, edificações, espaços e povoações;”, a segunda, áreas “que se destinam à proteção das paisagens e aspectos culturais resultantes das tradições agrícolas, pastoris e pesqueiras;”, e a terceira como áreas que se destinam à “conservação dos sítios pré-históricos, e dos vestígios deixados pela ocupação humana tais como os fósseis, utensílios, monumentos e inscrições rupestres.” (incisos I, II e III, art.26). Desta forma, aspectos da preservação patrimonial foram inseridos na alçada do Planejamento dos Balneários. Para Adams (2002, p.125), foi esta incorporação que contribuiu para a “consolidação da estratégia adotada de criação de zonas de proteção para o conjunto do território municipal, objetivando a compatibilização de diretrizes urbanas para os setores históricos da Área Central da Cidade.”.

As ações de preservação isoladas deram lugar às ações de tombamento de extensos conjuntos de edificações, que se caracterizaram como “a principal parcela do acervo patrimonial hoje preservado” (ADAMS, 2002, p. 125) Preserções foram feitas em núcleos do interior da Ilha pela APC-1; APC-2 e APC-3. Em 1986, pelo Decreto Municipal n. 270, de 30/12/1986¹⁰³, o então prefeito Edison Andrino de Oliveira (PMDB) tombou dez conjuntos urbanos na Área Central da cidade. Esta foi uma ação complexa, pois somou 340 edificações tombadas, “formando pequenas ilhas incrustadas em um tecido urbano extremamente denso” (ADAMS, 2002, p.126). No fim, representou a preservação de 661 edificações, com 321 unidades de acompanhamento, ou seja, que podiam ser “adequadas ou demolidas, desde que a reconstrução seguisse parâmetros de valorização do acervo preservado.”.

Esta ação é considerada de bastante importância para a preservação patrimonial em Florianópolis. Apesar de ter sido resultado de um único decreto e ter como consequência diversos processos de impugnação, foi considerada uma ação necessária diante da especulação imobiliária no centro da cidade na época. (ADAMS, 2015; ARAUJO, 2015; EL ACHKAR, 2015). Para Andrino de Oliveira (2015), natural da

¹⁰³ Decreto n. 270/86. Disponível em < <http://leismunicipa.is/fpmno>> Acesso em 01 nov. 2015.

Lagoa da Conceição na Capital, sua gestão na prefeitura esteve voltada ao “turismo, mantendo, preservando a natureza” e às “raízes da cidade”, tomando como base a colonização açoriana e mais interiorana. Esta ação de proteção se deveu, então, à existência de ações de especulação na cidade, que visavam às casas remanescentes da cultura açoriana:

Nos primeiros meses de governo, eu comecei a enfrentar um problema que não era meu, era de [governos de] antes: geralmente o empreendedor, o empresário da construção civil, não tinha autorização, mas dava um jeito de colocar a casa [de valor histórico] no chão. Derrubavam a casa de madrugada. E essa casa não era tombada, não tinha proteção (...) eu acho que [o decreto] foi um ato muito legal, porque se hoje existe ainda alguma preservação, eu acho que contribuí um pouco para isso.

Adams (2002, p.126) expõe os objetivos e justificativas da preservação destes dez conjuntos através do relatório do processo de tombamento:

Guardar os diferentes momentos históricos, conservando não só os imóveis, como o traçado de determinadas vias públicas mais importantes, sem afetar, no entanto, o desenvolvimento da cidade, e aliando-se à política municipal de Desenvolvimento Turístico da Ilha de Santa Catarina. A preservação de ambientes com características arquitetônicas evitaria a perda de identidade da cidade com sua gente e com o seu passado. Daí a opção ter sido a de conservar conjuntos arquitetônicos e não apenas imóveis isolados. (IPUF/SEPHAN, 1991, apud ADAMS, 2002, p. 126).

Esta ação fez parte de uma estratégia de preservação da Instituição Municipal, conforme salientou Adams (2015), que corroborou a entrevista de Andriano de Oliveira (2015). A estratégia buscava “trabalhar em cima do acervo mais vulnerável, porque de modo geral, esse acervo corria um risco maior” (ADAMS, 2015). A ação, então, abrangeu as edificações da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, como o Estaleiro Arataca, a Fábrica de rendas e bordados, a Fábrica de Gelo e a Fábrica de Pontas Rita Maria, mas a ponte Hercílio

Luz não foi incluída. Adams (2015) e Araujo (2015) lamentam a não inserção da ponte nestas políticas de preservação urbana, que são consideradas importantes para a coleção formada atualmente. “Foi um equívoco”, argumenta Adams (2015), “ela poderia ter entrado no conjunto”.

Apesar de não compor as ações a partir da Instituição, a ponte Hercílio Luz foi objeto de um processo aberto no SEPHAN/IPUF em 1990, por iniciativa política. A solicitação partiu da então vereadora Jalila El Achkar (PV) em 1990, arquiteta de formação e respondendo a uma preocupação sobre a proteção da ponte contra a especulação imobiliária (EL ACHKAR, 2015), conforme já indicado por Adams (2002; 2015), Andrino de Oliveira (2015) e Araujo (2015).

Vê-se que nas três esferas, a ponte se precipitou a ser inserida na coleção patrimonial em momentos de modificações legislativas e de modificações de estratégias de preservação: federal com a abertura da noção de patrimônio e cultura, quando novos exemplares de diferentes objetos também seriam estudados e reconhecidos como patrimônio da nação; estadual, onde embora fossem priorizadas as *heranças* da colonização, com a mudança da legislação, passou a englobar as paisagens como resultado do agenciamento humano; e municipal, com mudanças de estratégias de preservação, com a definição das áreas de preservação cultural aliadas ao crescimento e planejamento urbano. Nenhuma das três ações, porém, teve iniciativa a partir das ações diretas das instituições de preservação, a partir de seu quadro técnico. Este, por sua vez, teria que estudar a estrutura a fim de justificar ou não sua inserção na coleção patrimonial dos três níveis. Kopytoff (2008) indicara que importa saber quem age na Instituição de preservação e de que forma se dá essa ação. Tendo em vista que cada legislação que dispõe sobre a preservação patrimonial define diretrizes e critérios em cada esfera a partir da legislação e tem também suas próprias estratégias de preservação, me interessa agora identificar como se deu a construção do valor patrimonial institucional da ponte que justificasse seu tombamento.

2.2 “Divisão da Herança”: “constitui patrimônio...”

A ponte Hercílio Luz, como já abordado no primeiro capítulo, foi se constituindo como um monumento implicitamente tombado pelos discursos historiográficos, políticos e midiáticos. Essa construção foi efetiva a ponto de ela ser considerada um “monumento óbvio”, para a qual faltaria apenas ter o reconhecimento legal pelos técnicos

responsáveis por justificar esta ação nas instituições de preservação. Gonçalves (2007, p.14) nos alerta para a maneira naturalizada com que os monumentos circulam significativamente em nossa vida social por categorias culturais ou sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos. Assim, como foram identificados os discursos que naturalizaram o valor simbólico da ponte no imaginário social, as inserções da ponte às coleções patrimoniais municipal, estadual e federal também devem ser desnaturalizadas nesta construção valorativa.

As legislações, em cada esfera de poder político, têm critérios gerais para determinar seus patrimônios culturais. Porém, esses critérios são bastante generalizantes e cabe, então, aos técnicos de preservação, respondendo às estratégias de preservação, garantir sua empregabilidade e elaborar os argumentos que justifiquem o tombamento. Para François Hartog (2006, p.272), “o patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos.” Pomian (1984) esclarece que são semióforos os objetos destituídos de sua utilidade, mas que mantêm seu significado, caracterizados, principalmente por seu deslocamento dos contextos originais e suas reclassificações nos espaços de memória, que elaboram para eles um discurso. Quando se cogitaram os tombamentos da ponte, sua função relativa à utilidade viária estava ameaçada pelas inseguranças estruturais e pelo seu recente fechamento. Ela foi então reclassificada no contexto social, houve uma ruptura: o equipamento urbano de passagem se tornou, primeiro, implicitamente um patrimônio cultural e depois, no contexto das instituições de memória, oficialmente um.

Mais voltado para as instituições de preservação, José Reginaldo Gonçalves (2007, p.141) propõe que os patrimônios culturais podem ser analisados como discursos patrimoniais. De acordo com o autor:

Os ‘discursos do patrimônio cultural’, presentes em todas as modernas sociedades nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de ‘identidades’ e ‘memórias’, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades.

Partindo dessa premissa, nos sentidos mais diretos do termo “discurso” com o qual Gonçalves dialoga, a articulação do tombamento levará em conta os interesses das instituições de preservação, dos

autores das ações/pareceres e dos meios políticos, a fim de indicar uma imagem da sociedade para si mesma. Gonçalves (2007) destaca nesta reflexão dois discursos patrimoniais relativos aos momentos do Instituto Federal: de monumentalidade e o de cotidiano. Enquanto o primeiro diz respeito às maravilhas de uma história heroica, o segundo faz menção à identificação cotidiana e presença do patrimônio cultural na vida da população.

Como visto, as legislações que dispõem sobre a proteção patrimonial municipal e estadual tem como marco o ano de 1974, enquanto a federal é remetida ao início do século XX, na década de 1930. Assim, tem-se a lei municipal, (Lei n. 1202/1974), estadual (Lei n. 5846/1980¹⁰⁴) e federal (Decreto-Lei n.25/37) que, embora gestadas em épocas diferentes, com imaginários diferentes, definem a constituição do patrimônio de forma muito semelhante entre si, corroborando as definições do Decreto-Lei n. 25/37, o primeiro dos três marcos legais a ser produzido e que serviu de referência para os demais. Cabe ressaltar que as formas de interpretação da lei e atuação das instituições quanto às constituições do patrimônio cultural, por sua vez, condizem com as conjunturas políticas nas quais são criadas e são aplicadas, respondendo principalmente à ordem ideológica.

Partindo do Decreto-Lei n.25/37, de âmbito federal, mais conhecido e mais referenciado, tem-se no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (...)

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido

¹⁰⁴ Foi sancionada, em 22 de agosto de 1974, a Lei n. 5056 que dispunha sobre o patrimônio cultural do estado. Não faço referência a ela nesta leitura dos critérios que constituem o patrimônio, pois não houve, no período em que ela ficou ativa, solicitações ou efetivações de tombamento. Desta forma, considero a Lei de 1980 como referência para este tópico.

dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

A legislação municipal, n. 1202 de 1974, sancionada pelo então prefeito Nilton Severo da Costa, ao indicar a constituição do patrimônio, não especifica a “localização” da referência aos fatos históricos, nem outros valores que não o cultural, mas indica a conservação por “valor cultural a qualquer título”, dando, assim ainda a maior abrangência interpretativa para a lei, e não faz referência ao agenciamento pela indústria humana.

Art. 1º Constituem patrimônio histórico e artístico do Município de Florianópolis, os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título. § 1º - Equiparam-se aos bens a que se refere o "caput" do presente artigo, e são sujeitos ao tombamento, os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza.

A Lei estadual, n.5846 de 1980, modificada pela Lei n.9.342 de 1993¹⁰⁵, sancionada pelo então governador Jorge Konder Bornhausen, além de "bens móveis e imóveis" indica como tendo valor histórico e artístico as "obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da História", em âmbito geral, ou seja, não determinando a relação direta com a História do estado. Os valores históricos ou artísticos podem ser identificados ainda em obras de arte e nos documentos e coisas que apresentem “excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso.” Cabe salientar a determinação da Lei, de um “valor histórico

¹⁰⁵ As modificações desta lei dizem respeito à determinação do livro tomo indicado no inciso I do artigo 5o. Desta forma, a redação “Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, onde serão inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular”, presente na lei de 1980 é redigida para “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Ecológico, onde serão inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e, também, os monumentos naturais dotados de valor ecológico”. (lei n. 9342 de 1993).

ou artístico” para todos os “critérios” aqui indicados. A modificação advinda com a Lei de 1993 possibilitou que se inserisse a proteção a paisagens, sítios e monumentos, naturais ou “agenciados pela indústria humana”, os quais não eram presentes até então:

Art. 1º Integram o patrimônio cultural do Estado, os bens móveis e imóveis que, pelo interesse público em sua conservação venham a ser tombados pelo órgão competente.

Art. 2º Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

A semelhança, de forma geral, entre as três redações não é casual. As legislações estadual e municipal são consequência também dos Compromissos de Brasília e Salvador, de 1970 e 1971. O Compromisso de Brasília recomendava a colaboração do então DPHAN “com os Estados e Municípios que ainda não tiverem legislação específica, fornecendo-lhes as diretrizes tendentes à desejada uniformidade”. Ou seja, através da base dos critérios que definiriam o que seria o patrimônio em nível federal, as demais legislações seriam elaboradas. Os tombamentos, então, responderiam a critérios semelhantes, mas difeririam principalmente em abrangência e quanto às especificidades de cada local e políticas de preservação.

Observando essas premissas, a fim de que a ponte fosse tombada, ela teria que ser justificada como “propriedade” representativa de uma coletividade, justificada pela História ou por valores considerados técnicos acerca da arte, da arqueologia, da arquitetura, etc. presente nas três esferas: no município, no estado e no Brasil, como uma “divisão da herança”. Para isso, os autores das justificativas teriam que buscar argumentos que condissessem com a valoração e o *status* a que se propunham defender, através da produção de discursos patrimoniais.

Ulpiano Bezerra de Meneses (2012) em conferência realizada em 2009, em Ouro Preto, visando à reflexão sobre algumas premissas do patrimônio cultural, apontou para a necessidade de refletir sobre a

valoração dos bens culturais, ao considerar que “Fala-se muito em valor, mas é raro que se saiba, precisamente, do que se está falando e de suas consequências.” (2012, p.31) Por exemplo, a própria escrita do art. 2º da Lei n. 5846 de 1980 que indica que “obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas (...) que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso” são considerados de “valor histórico ou artístico para os fins desta lei”. Ou seja, não há um critério definido sobre o qual se está falando aqui ou ainda, uma determinação de valor mais clara.

Neste sentido, Meneses (2012) propõe a reflexão sobre quem atribui/quem cria o valor do bem cultural, abordando a etapa anterior e posterior à Constituição Federal de 1988, quando houve uma cisão da forma de concepção do patrimônio nacional. Enquanto, na etapa anterior, era o poder público que instituía o valor, respondendo, sobretudo, à técnica, através do próprio tombamento, na etapa posterior haveria o reconhecimento de que “os valores culturais (os valores em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade.” (2012, p.33) E, dentro de tal perspectiva, privilegiar-se-ia a perspectiva do usuário. O autor propunha, então, um roteiro para identificar o valor cultural de um bem, com o qual buscarei dialogar a partir dos discursos dos pareceristas. Acredito que, observando a abrangência das legislações federal, estadual e municipal, o entendimento da valoração proposto por Meneses (2012) dá pistas de como os processos foram abordados pelas instituições, ou seja, quais as preocupações para justificar o valor patrimonial institucional. De alguma forma trata-se de identificar os discursos patrimoniais das determinadas instituições.

De acordo com Meneses (2012, p.35-8), as formas de valoração dos bens culturais podem ser categorizados, e destaco aqui três valorações por ele indicadas: o valor cognitivo pode ser atribuído quando o objeto estiver sendo tratado como documento, para o qual se dirigiriam questões “para obter, como resposta, informação de múltipla natureza”, ou seja, quando o objeto “tiver condições de conhecimento, ou constituir oportunidade relevante de conhecimento – qualquer conhecimento”; o valor formal ou estético se refere ao objeto que é ou também é percebido “não tanto como documento, (...) para produzir informação, mas como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu “eu” com o “mundo externo” ou “transcendente” (...) Neste sentido, a estética seria uma mediação; e o valor afetivo que seriam “Os valores que costumamos chamar de históricos (mas relacionados à memória e não a conhecimento controlado)”. Estes valores não seriam propriamente

históricos, já que se trataria de formulação de autoimagem e reforço de identidade. “São afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens. (...) envolvem mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social”. Cabe indicar que, para Meneses (2012) a noção de valor histórico adotada no Decreto-Lei n.25/37 vai na direção do valor afetivo, pois “seleciona objetos que são contaminados pelo contato com eventos e personalidades; nada impede, contudo, que eles possam ser alvo de valores cognitivos, se tratados como documentos.”

É responsabilidade da equipe técnica das instituições de preservação a elaboração de pesquisas que justifiquem a inclusão dos objetos solicitados ao tombamento à coleção patrimonial.¹⁰⁶ Althoff (2014), Adams (2015) e Araujo (2015), arquitetas vinculadas aos órgãos de preservação municipal e estadual, indicaram a importância da justificativa técnica a fim de legitimar a ação de proteção, para que ela não se paute apenas na decisão do executivo. A ponte, agora já convertida em bem cultural, teve as justificativas elaboradas nas décadas de 1980 e 1990. Os pareceres emitidos pelas instâncias municipal e estadual (*Memorial Descritivo* e Justificativa n.004/96, respectivamente) foram produzidos por arquitetas (Betina Adams e Suzane Albers no primeiro [1987-199], e Fátima Regina Althoff no segundo [1996]) e o parecer federal (Parecer Técnico n.01/91), por um engenheiro e historiador de arte (Marcus Tadeu Daniel Ribeiro [1991]). Os pareceres dos Conselhos, que deram o aval final à decisão, por sua vez, datam de 1990¹⁰⁷, no primeiro caso; de 1997, de autoria do relator Dalmo Vieira Filho, no segundo e, por fim, de Max Justo Guedes, em 1996 e 1997, no terceiro. Porém, como dialogam mais diretamente com processos externos às instituições, tratarei deles no próximo capítulo. Uma tabela facilita a sistematização destes dados:

¹⁰⁶ Participando da pesquisa “Sementes de Civilização: narrativa histórica e proteção estadual de bens culturais em Santa Catarina (1974 a 2006)”, coordenada pela prof^a. Dr^a. Janice Gonçalves em 2011, pude notar que nem todos os processos possuem justificativas para o tombamento.

¹⁰⁷ O Conselho municipal não teve um parecerista relator. Quando a ponte foi tombada, o Conselho estava extinto. A primeira reunião do Conselho, em 1990, concluiu pela negação do tombamento.

Ano de solicitação do tombamento	Ano do parecer	Nível do tombamento	Autor do parecer	Profissão do autor do parecer
1990	1987 - 1991	Municipal	Betina Adams e Suzane Albers Araújo	Arquitetas do SEPHAN/IPUF
1985	1991	Federal	Marcus Tadeu Daniel Ribeiro	Historiador da arte e engenheiro civil vinculado ao IBPC
1996	1996	Estadual	Fátima Regina Althoff	Arquiteta Diretoria de Patrimônio/ FCC

Tabela 1

Os anos em que foram elaborados, os autores, suas formações profissionais e os níveis nos quais o tombamento incidiria são importantes para o entendimento de seus discursos patrimoniais e do tipo de valoração conferida à ponte.

2.2.1 Uma ponte integrando discursos patrimoniais: o implícito e a técnica

Dentre as justificativas e pareceres, apenas um, o que embasa o tombamento municipal, foi desenvolvido ainda na década de 1980, pois buscava, quando de sua produção, responder a uma demanda federal.

Em 1985 havia sido solicitado pela Prefeitura Municipal o tombamento federal da ponte Hercílio Luz ao SPHAN/FNPM. Para que aquele pudesse ter prosseguimento, em 1987, foi reunida, por Betina Adams e Suzane Albers Araujo, arquitetas ligadas ao SEPHAN/IPUF, documentação que respondesse aos “aspectos históricos”, “detalhamento técnico” e “situação atual do entorno”. Esta pesquisa foi nomeada de *Ponte Hercílio Luz – Memorial Descritivo*. Apesar de ser uma produção que visava ao tombamento federal¹⁰⁸, pois foi enviada ao SPHAN como um estudo prévio do município, foi também utilizada para embasar a justificativa de tombamento municipal, que foi solicitada posteriormente, em 1990, sendo para isso, revisada em 1991.

O documento assinado pelo então diretor do IPUF, engenheiro Ulf Hermann Mondl e pela arquiteta Suzane Albers Araujo, então gerente do Serviço indicava que

A proposição do tombamento municipal da Ponte Hercílio Luz, que liga a Ilha de Santa Catarina ao Continente, é uma das mais antigas reivindicações de diversos segmentos da sociedade catarinense.

As referências principais para argumentar o tombamento da ponte estavam pautadas na pesquisa de Djanira Andrade (1981) e na edição de 1951 da *Revista Santa Catarina Filatélica*. Ao desenvolver um pequeno histórico sobre a ponte, as autoras buscavam argumentar que: a ponte é “símbolo da cidade de Florianópolis”, “importante marco histórico arquitetônico, um monumento símbolo da própria Ilha, elo indissociável da história de Florianópolis.” Neste sentido, o discurso historiográfico que indicava a ponte implicitamente tombada era mobilizado aqui e corroborava a representatividade da ponte na memória política e na história regional, ao utilizar justificativas semelhantes às utilizadas por Andrade (1981) e pelos textos da *Revista Santa Catarina Filatélica* para argumentar sobre a necessidade e o processo de construção da ponte. O enfoque dado vincula a ponte “a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título” (art 1º, Lei n. 1202/1974), pois relaciona a construção à manutenção da

¹⁰⁸ “A proposição do tombamento federal da Ponte Hercílio Luz, que liga a Ilha de Santa Catarina ao Continente, é uma das mais antigas reivindicações de diversos segmentos da sociedade catarinense.”, conforme indicava o *Memorial*. (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Capital – dado emblemático acerca dela – e à qualificação enquanto o “maior vão pênsil da América do Sul”.

Além desta valoração que pode ser indicada como afetiva (MENESES, 2012), pois faz referência à identidade e memória local e influência de grandes personalidades, as autoras referem-se à materialidade da estrutura que seria tombada: indicam medições de construção, como peso, altura e quantidade de material utilizado, os quais podem ser interpretados como de valor cognitivo (MENESES, 2012). Informam também sobre a situação da estrutura, interditada e com problemas estruturais identificados pelas inspeções, mas não dão tanto destaque para esta situação. Esta justificativa foi produzida no período em que a ponte foi reaberta para tráfego leve, de motocicletas, pedestres e ciclistas (1988-1991), então não se esperava que a ponte fosse interditada novamente. Condizente com as políticas de preservação municipais e em consonância com as políticas de planejamento urbano, no fim da década de 1980 e início de 1990, o discurso patrimonial não poderia deixar de destacar a proposta da área de entorno, o qual se constituía de um conjunto na Área Central da cidade, englobando o

conjunto “Rita Maria” (representativa da antiga área portuária e primeiro ciclo industrial da cidade, com armazéns, fábricas e uma pequena vila operária - Fábrica de Pregos e Pontas (1869), Estaleiro Arataka (1907) e Fábrica de Rendas e Bordados (1917)); Forno Incinerador de Lixo (1914), marco do saneamento e o Forte Sant’Ana.

Para Betina Adams (2015) e Suzane Araujo (2015), a rapidez com que o processo foi encaminhado fez com que não houvesse tempo para fazer novas pesquisas e estudos sobre a ponte Hercílio Luz para serem inseridas na justificativa municipal. Atualmente, elas consideram que a ponte tem uma história na cidade para além do que foi exposto no *Memorial Descritivo*. Indicam que o reconhecimento municipal está ligado à sua concepção como um “lugar de memória” (NORA, 1984), na materialidade de um local que tem “uma importância simbólica muito grande” (ADAMS, 2015) para a História de Florianópolis e do Brasil. A primeira referência é feita à localização da ponte no Canal do Estreito, o ponto mais próximo entre a Ilha e o Continente. De acordo com Adams (2015),

A sede da capitania estava aqui na Ilha, que se localiza muito próxima ao continente, junto ao limite sul do Tratado de Tordesilhas, ou seja, junto ao limite sul do Império Português no mundo. Esse canal era o único acesso, já usado pelos indígenas, e depois usado por todos... a travessia já era feita por aqui. Então a ponte foi construída em um lugar que era simbolicamente muito importante já na época do Império Português, porque era o acesso à sua capitania mais meridional, local que servia de suporte para a expansão territorial portuguesa. Essa ponte tem essa questão simbólica, de se situar no acesso à capitania mais meridional. É nesse sentido que eu estou pensando sua importância. A população estava reivindicando a ponte como seu símbolo em termos estéticos, e certamente sua estética é de uma obviedade incrível. Hercílio Luz teve essa força, esse ideal de vanguarda, de realmente ter conseguido fazer essa ponte acontecer para garantir a posição da Ilha de Santa Catarina como capital. Então a ponte tem essa questão simbólica, essa questão muito forte, de estar situada no que nós chamamos, e criamos na legislação municipal essa categoria legal¹⁰⁹, os locais de memória. Nós podemos dizer que existem lugares que são lugares de memória da cidade, e este certamente é um, talvez um dos mais expressivos locais de memória do município de Florianópolis e até do estado de Santa Catarina.

Adams (2015) ainda salientou a importância tecnológica “de ponte pênsil” da ponte Hercílio Luz, em contexto nacional e mundial:

¹⁰⁹ A Lei municipal n. 7955 de 2 de setembro de 2009 dispõe sobre a implantação da política cultural locais de memória. Posteriormente, a lei foi revogada pela 8209/2010, a qual deu nova redação. Entende-se, por locais de memória, “pontos com significação histórica e cultural, onde aconteceram e acontecem atividades referenciais.” (parágrafo único, art.1) e previa proteção dos locais “em sua dimensão física através de inventário para posteriormente ser sinalizados através de placas contendo referências culturais e históricas de Florianópolis.” (art. 2º).

Tecnologicamente falando, de forma bem geral, o sistema de construção de pontes tem um histórico: se construía pontes de um jeito, e a partir de certo momento, esse modo de fazer, como é o caso da ponte Hercílio Luz, que é pênsil, estruturada em olhais, foi abandonado e o processo de construção de pontes toma outro rumo. Não estou falando de estética, mas da tecnologia de fazer ponte. E eu sei que, por exemplo, já vieram grupos de estudos da Ásia para estudar essa ponte, porque entendiam ela excepcional no mundo. Não é porque as outras três pontes pênsis, construídas com a mesma tecnologia caíram, é porque é um jeito de fazer ponte, é uma tecnologia de construção de ponte que teve seu fim, que não existe mais, não se faz mais. Aqui se mantém um exemplar desta tecnologia construtiva. Obviamente, a gente só soube disso depois do tombamento [municipal], e por isso ninguém se preocupou em aprofundar essa argumentação. Mas se a gente precisasse argumentar de novo a favor da ponte, eu usaria esse como uma das maiores justificativas para pensar sua indicação como patrimônio da humanidade.

O *Memorial* elaborado pelas arquitetas, como visto, fora enviado para o SPHAN ainda na década de 1980, em 1987. Mas para a produção do parecer¹¹⁰ que condizia com o tombamento federal produzido por Marcus Tadeu Daniel Ribeiro (engenheiro e historiador da arte), essa fonte de pesquisa não foi utilizada como referência. Seu discurso, porém, se assemelha ao municipal e ao estadual porque ele também utilizou como fonte a pesquisa de Djanira de Andrade (1981). Há, então, juízos convergentes nas argumentações, sobretudo quanto à importância

¹¹⁰ Marcus Tadeu Daniel Ribeiro divide seu parecer em seis capítulos, intitulados: Considerações preliminares; Histórico; Descrição e histórico da construção da ponte; O objeto tecnológico em seu tempo; Tombamento e entorno; e Conclusões. Desses, o capítulo Histórico é subdividido em: Ponte Independência: a visão da obra de engenharia como instrumento de ação política; e A ponte: o auge de um projeto inacabado. Já o “O objeto tecnológico em seu tempo” é subdividido em: Nova forma da treliça do vão central; Uso de torres oscilantes; e Considerações estéticas. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

regional da ponte Hercílio Luz, traduzida, principalmente, pela reiteração de sua função decisiva para a permanência da Capital na Ilha, o desenvolvimento econômico e à “representatividade para a região”. Utilizando a categoria proposta por Meneses (2012), existe um valor cognitivo bastante expoente, uma vez que o parecerista faz dela um monumento que pode ser questionado enquanto documento (LE GOFF, 1990), que tem suas condições sociais de produção – enquanto estrutura urbana e patrimônio implicitamente tombado – definidas.

Nas considerações preliminares, o parecerista inicia a narrativa já atribuindo valor excepcional ao bem cultural, indicando que ele apresenta “elevado valor histórico para Santa Catarina”, “sendo talvez seu mais conhecido ícone, pelo qual o estado é simbolizado e identificado em cartões postais.” De forma a atestar o amplo apoio ao tombamento da ponte, o autor lista os interessados pela sua preservação:

o interesse pela preservação da ponte tem sido manifestado também por outros segmentos da sociedade – a universidade federal local, a imprensa e uma subscrição popular¹¹¹ –, que nela reconhecem a importância de seu valor histórico e estético, enquanto obra de engenharia, integrando-se na paisagem de Florianópolis como referencial identificador daquela cidade e do estado.¹¹²

Apesar de mobilizar valorações semelhantes às mobilizadas no *Memorial Descritivo*, o foco do parecer técnico federal não é o mesmo que o municipal e o estadual. Este, peculiarmente, condiz com o reconhecimento da ponte enquanto monumento exemplar da engenharia civil do Brasil, entendida como obra de arte, e aqui, não por suas dimensões, mas por seu “lugar na história”, cuja construção é datada do início do século XX. É interessante notar a referência que o historiador e engenheiro dá ao contexto político e econômico brasileiro do período de sua construção, que, diferentemente das outras narrativas que enaltecem de forma reiterada o governador Hercílio Luz e as obras de modernização desenvolvidas por ele, localiza o governador como um

¹¹¹ Na documentação não há referência à mencionada manifestação. Araujo (2015), por sua vez, indicou que “houve mobilização pública e de alguns segmentos sociais” para o tombamento federal na década de 1990.

¹¹² Página 1 do parecer n.01/91(Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

administrador de seu tempo, ou seja, um político ciente do contexto brasileiro e com um plano político definido.

No plano histórico regional, a ideia de sua construção foi importante para o desenvolvimento e a integração da Ilha de Santa Catarina com o resto do estado. Representou também um instrumento utilizado por Hercílio Luz na luta política pela continuidade da capital catarinense em Florianópolis. No âmbito nacional, ela se inseriu num contexto de modernização do sistema viário existente em vários estados, os quais sentiam a necessidade de aprimorar os meios de transporte, tanto para promover maior integração entre suas cidades, como também para melhorar as condições de escoamento dos bens que ali eram produzidos para exportação.¹¹³

Neste sentido, no plano nacional, a referência a uma memória política local não se constitui como justificativa para o tombamento. Ao utilizar como fonte de pesquisa, periódicos como a “Revista Brasileira de Engenharia” e “Brasil Técnico – revista científica, técnica e econômica de engenharia e indústria”, Marcus Ribeiro faz um panorama significativo acerca dos projetos da área portuária e desenvolvimento dos portos no país na década de 1920. Através deles, localizou a ponte no cenário nacional no período. As referências ligadas ao início do século XX intuíram a visualização de um cenário que indicava ações políticas, econômicas e sociais ligadas à construção do monumento, representando “um reflexo do impulso que a construção civil vinha recebendo nas primeiras décadas da República, em função do desenvolvimento verificado em determinados setores econômicos.”¹¹⁴ Destaque também é dado à história da engenharia no Brasil, que está ligada à do desenvolvimento da exportação no país, com a qual se fez sentir a necessidade de melhorias para o escoamento da produção

¹¹³ Página 8 do Parecer Técnico n.01/91, constante do subcapítulo “A ponte: o auge de um projeto inacabado”. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹¹⁴ Página 6 do parecer técnico n.01/91. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

nacional através de investimentos na área de transporte e nos portos.¹¹⁵
 Para Marcus Ribeiro:

é o que explica a significativa ênfase com que a engenharia no Brasil é requerida, nesta época [início do século XX], para a construção e melhoramento de estradas, incluindo suas obras-de-arte (pontes, túneis, etc), bem como para o aparelhamento dos diversos portos existentes nas costas do país.¹¹⁶

(...)

O período histórico em que se insere a construção desta ponte, em especial na fase de concorrência pública que escolheu a firma¹¹⁷ responsável para tal empresa, é marcado pelo rápido desenvolvimento das técnicas empregadas na construção civil, sobre a qual refletia-se (sic) também os avanços do desenvolvimento

¹¹⁵ Marcus Ribeiro usa como referências os artigos da revista brasileira de engenharia: “A Ponte de Santa Catarina” de dezembro de 1920, de Oscar Machado da Costa; “A Ponte de Itajuru”, de junho de 1926; “Quatro diferentes tipos de pontes de concreto armado para estradas de rodagem construídas entre 1924 e 1926” de outubro de 1926, de Thor Johnes; “O maior arco de concreto armado”, de janeiro de 1920; “Pontes de aço ou pontes de concreto?” de novembro de 1924, de George Ribeiro. A edição de dezembro de 1922 da “Brasil Técnico – revista científica, técnica e econômica de engenharia e indústria”. A Revista *American Society of Civil Engineers* de 1928, com artigo “*The eye-bar cable suspension bridge at Florianópolis, Brazil*”, dos engenheiros D.B. Steinman e William Grove. Relacionado ainda ao período do início do século XX, além dos periódicos, o relatório “Ponte Hercílio Luz – relatório apresentado ao governador de Santa Catarina pelos engenheiros Oscar Machado da Costa e Mario de Faria Bello”, datado de 1926, que traz referências sobre a construção. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹¹⁶ Página 6 do parecer n.01/91. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹¹⁷ Marcus Tadeu Daniel Ribeiro indica que a empresa construtora da ponte, *Byington & Sundstrom Contracting Engineers* é brasileira, fundada em São Paulo início século XX, em sociedade estabelecida entre dois engenheiros americanos: Albert Byington e Alfred Y. Sudstrom. O projeto da ponte, por sua vez, foi feito por Holton D. Robinson e D. B. Steinman, engenheiros norte-americanos. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

tecnológico mundial.¹¹⁸

Uma vez fixado o seu estatuto como “obra de arte e de engenho”, era preciso buscar na técnica o elemento legitimador da preservação, tratando-se nesse caso de aferir sua unicidade e excepcionalidade enquanto marco histórico da engenharia. Nesses termos é defendido o tombamento do monumento por se constituir em registro da evolução tecnológica, um “notável testemunho da história da engenharia civil no Brasil e no mundo”:

É a partir da memória técnica da ponte que se deve procurar aferir seu valor como obra de engenharia. Estes pressupostos prescindem, portanto, da aferição do valor cultural deste bem a partir, por exemplo, da extensão de seu vão central, argumento utilizado amiúde para conferir, a esta obra, um certo visio de notabilidade – de fato, o maior vão da América do Sul, possuindo o maior vão suspenso em sistema de barras de olhal do mundo, na época de sua construção. Sua importância, no entanto, deriva da tecnologia nela empregada, tanto na fabricação dos materiais que ali foram utilizados, como no cálculo de sua trama estrutural, que lhe confere, dentre outras características, um desenho novo, revolucionário, tecnicamente falando.¹¹⁹

(...)

A ponte Hercílio Luz apresenta várias inovações em seu projeto, que a situam como uma obra de engenharia da maior expressão nos contextos nacional e internacional. Analisando-se a memória técnica elaborada pelos engenheiros que a projetaram, observa-se a utilização de elementos estruturais inovadores para a época, bem como a conjugação de recursos técnicos nunca antes utilizados no cálculo de uma obra desta natureza.¹²⁰

¹¹⁸ Página 14 do parecer n.01/91. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹¹⁹ Página 14 do parecer n.01/91. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹²⁰ Página 15 do parecer 01/91. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

(...)

A Ponte Hercílio Luz apresenta, no entanto, duas grandes inovações em sua concepção de cálculo da treliça de reforço, diferenciando-a, na época de sua construção, das demais existentes no Brasil e no resto do mundo. A primeira diz respeito à conjugação, num só elemento estrutural, do cabo de sustentação do vão central com uma parte da corda superior da referida treliça. (...) O segundo ponto (...) é a variação que sua altura apresenta ao longo de toda a extensão do vão central.

No plano internacional, este tipo de treliça foi pela primeira vez adotado na Ponte de Florianópolis, considerando-se discussões anteriores por engenheiros de vários países. (...) deve-se registrar que a ponte de Florianópolis foi, de fato, a primeira obra-de-arte construída com este perfil de treliça de reforço em todo o mundo. Sua notabilidade foi, por esta razão, de significativa expressão no meio técnico de então, tendo servido, inclusive, como referencial tipológico para a denominação de outras estruturas, semelhantes àquela empregada na ponte Hercílio Luz, construída em outros países. Cita-se como exemplo o caso dos projetos propostos para *Sydney* (Austrália), em 1923, e a ponte *Poin Pleasant* (Ohio-EUA), que foram apresentados nas discussões do Encontro da Divisão Estrutural da ASCE, em janeiro de 1926 (N.Y.), como modelos do “tipo Florianópolis”, de vez que propunham o mesmo princípio de viga rígida com altura variável, tal qual havia sido utilizada na ponte Hercílio Luz.¹²¹

Marcus Ribeiro, a fim de garantir a valoração condizente com o tombamento em nível nacional, contradiz, inclusive o *Memorial Descritivo* que credita tecnicamente à ponte o maior vão central da América do Sul como característica de unicidade. Não se trata, portanto, da monumentalidade por ela mesma e das “grandes dimensões” da estrutura, mas da “memória técnica” (nas palavras do autor), de aspectos

¹²¹ Páginas 20-22 do parecer 01/91. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

técnicos e tecnológicos ímpares, de seu conjunto, que reverbera na história da engenharia mundial. Trata-se, portanto, do reconhecimento da engenharia brasileira, pois, para justificar este tombamento, o parecerista considera que os motivadores são “históricos e, principalmente, tecnológicos”¹²², e a ponte é considerada “testemunho da evolução histórica da tecnologia no Brasil”¹²³.

Marcus Ribeiro, engenheiro e historiador de arte, responde, assim, às especificações do Decreto-Lei n.25/37 tal como apontado no artigo 1º “bens (...) imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” e no parágrafo 2º “paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido (...) agenciados pela indústria humana.” Mas para além das especificações do Decreto que buscam o valor do patrimônio dentro da História do Brasil e do agenciamento humano, as novas práticas da Instituição Federal, através da CNRC e da abrangência aos patrimônios da “história da ciência e tecnologia no Brasil”, como visto anteriormente, abriram espaço para questões relativas à técnica e engenharia de construção e localizaram a ponte como patrimônio nacional.

Também por sua forma de abordagem sobre a ponte, o engenheiro Marcus Tadeu Daniel Ribeiro foi o que mais problematizou sua questão estrutural e material, fazendo referência aos estudos técnicos que já tinham sido realizados pelo IPHAN e outras empresas de engenharia na estrutura¹²⁴. A fim de viabilizar o tombamento, apesar da situação estrutural e de interdição, sugeriu convênio entre entidades da

¹²² Parecer n. 01/91, pagina 32 (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹²³ Parecer n. 01/91, pagina 32. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹²⁴ Informação n.008/88 de Silvia Puccini de 26 de maio de 1988; Parecer da Comissão para Coordenação e Fiscalização dos Serviços de Conservação da Ponte Hercílio Luz, de José Mauro Lopes Pereima e Wilson Kopsch, de 3 de junho de 1987; *Report of Inspection II: Ponte Hercílio Luz* de Gaston Arango, 22 de outubro de 1922 e *Report of Inspection: Ponte Hercílio Luz* de Gaston Arango de fevereiro de 1982; Relatório n. 16.177 – exame preliminar da Ponte Hercílio Luz, de Antonio Carlos Gomes et all, 3 de dezembro de 1981; Parecer – objeto: Ponte Hercílio Luz de Berend Snoeijer de 22 de abril de 1988; Parecer sobre a delimitação da área de proteção da Ponte Hercílio Luz, de Dalmo Vieira Filho de 5 de outubro de 1988. (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

área de “pesquisa tecnológica no Brasil e os órgãos responsáveis pela manutenção da ponte” para “garantir o acompanhamento e assessoramento técnicos necessários para a recuperação, em definitivo.”¹²⁵

Já na Justificativa n.004/96, estadual, Fátima Regina Althoff, arquiteta do quadro da FCC, corrobora o discurso historiográfico catarinense, de forma ainda mais eloquente do que o feito pelas responsáveis pelo *Memorial Descritivo*. Ao utilizar como referência bibliográfica pesquisa acadêmica de Oswaldo Cabral¹²⁶ e biografia do governador Hercílio Luz, *Hercílio Luz – Governador Inconfundível* de Evaldo Pauli¹²⁷, a autora aborda aspectos que enaltecem a História política da Ilha de Santa Catarina e a carreira política e social do governador Hercílio Pedro da Luz. Através da pesquisa de Djanira Andrade (1981), reitera a concepção de intenso desenvolvimento urbano após a construção da ponte e importância na memória política pela manutenção da capital.

Fátima Althoff se preocupa também com os aspectos técnicos da ponte, utilizando como referência artigos da *Revista Santa Catarina Filatélica*, os quais, embora enfatizem valores afetivos (MENESES, 2012) sobre a ponte, abordam questões técnicas a partir, sobretudo, do relatório de engenheiros na época de sua construção. Corroborando a justificativa federal, faz indicações sobre sua estrutura, motivos pelos quais, ela foi precursora:

Além de suas excepcionais dimensões, ela foi, à época de sua construção, precursora de três características em pontes de longo vão:

1 – A utilização de correntes de barras de aço

¹²⁵ Parecer n.01/91, página 32 (Processo n. 1137-T-85 – Arquivo Central do IPHAN).

¹²⁶ Oswaldo Cabral é uma das principais referências sobre a história de Santa Catarina. É considerado integrante da chamada “história tradicional” por Wolff (1994) e Dallabrida (1996). O livro referenciado por Fátima tem foco sobre “as transformações na administração pública nos níveis civil, militar e eclesiástico, que proporcionaram o desenvolvimento de Santa Catarina”, sendo indivíduos da elite, os agentes, de acordo com Dallabrida (1996, p.12-3) Importante notar que Cabral foi também o representante da UFSC no Compromisso de Brasília assinado em 1970 e trouxe contribuições para o cenário historiográfico e cultural catarinense e para a preservação do patrimônio cultural.

¹²⁷ Escritor catarinense sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

suportando o vão principal.

2- Novo tipo de vigas mestra suspensas pelas correntes, oferecendo quatro vezes mais rigidez com dois terços do material utilizado numa viga mestra convencional.

3 – Primeira ponte pênsil na América com torres de aço articuladas na base, permitindo às torres o movimento de berço, imitando os movimentos fletores.

Por fim, se coloca, junto da FCC, quanto ao valor do monumento, indicando que:

reconhecemos o grande valor que a ponte representa para a imagem do Estado, nacional e internacionalmente, sua contribuição na consolidação do desenvolvimento da cidade de Florianópolis como capital o Estado, além de sua raridade como obra de arte de engenharia, sem precedentes.

A ponte, por ser um patrimônio de propriedade do estado, é aqui exaltada quanto à sua representatividade para Santa Catarina, pois é considerado “o mais representativo monumento estadual e merecedora incontestemente do título de Patrimônio Histórico e Arquitetônico Estadual.” Como visto, as ações da FCC desde a sua instalação estiveram mais ligadas ao reconhecimento das heranças das etnias que imigraram para o estado, embora a concepção da ponte dentro da FCC tenha sido também de um monumento implicitamente tombado. Althoff (2014) indicou em entrevista: “a gente [FCC] sempre a considerou um patrimônio histórico”.

Assim, a arquiteta tende a priorizar a narrativa econômica, política e social que diz respeito às “melhorias” garantidas pela construção da ponte para o Estado e à permanência da capital, sem negligenciar a obra de engenharia civil. Denota valoração cognitiva, embora mobilize de forma contundente aspectos identitários, condizentes com a valoração afetiva. (MENESES, 2012). Mobiliza a memória política e se pauta, sobretudo, na concepção de um monumento implicitamente tombado. Busca, assim, responder também ao artigo 2º da Lei estadual n. 5046/1980 que vincula o patrimônio cultural do estado a “fatos memoráveis da História”. Em nenhum momento, faz menção aos dois outros tombamentos: o municipal, já efetuado; e o

federal, que corria no IPHAN. Na entrevista, ela relatou que os outros tombamentos eram desconhecidos na FCC, quando o pedido foi feito pela ALESC.

Para Althoff (2014), embora sem omitir a necessidade de identificar o que chamou de “relevância histórica” e “características técnicas”, o mais importante na elaboração da justificativa seria alcançar, de forma narrativa,

A representatividade estadual, nacional e internacional também. A raridade e a excepcionalidade, que eu acho que é aquilo que mais realmente importa e a representatividade dela para os moradores do Estado de Santa Catarina e de Florianópolis, só que no nosso caso estamos falando do Estado, então para o Estado.

As questões de segurança e conservação foram rapidamente abordadas ao indicar que a ponte estava interdita. Fátima Althoff, na justificativa, apenas afirmou “que sua recuperação é tecnicamente viável” e não tratou mais da questão. Na entrevista, a percepção é a mesma. “Tecnicamente tudo é possível. Só precisa ter mais dinheiro ou menos dinheiro.” (ALTHOFF, 2014). Para Fátima Althoff, o tombamento da ponte Hercílio Luz era parte das “coisas exemplares que poderiam ser tombadas a qualquer momento.” Ela afirmou que

Não existia nenhuma emergência [para o tombamento]. Não que o tombamento deva ser feito só a partir de emergência, mas... a emergência no caso da ponte era a necessidade de restaurar.

Neste sentido, a ponte parecia só precisar da “burocracia” justificada por parecer e homologada pelo governador, como rege a legislação, para garantir o título que sempre fora seu. E para viabilizar outras ações de conservação, as quais seriam postas em prática após o reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

Para Pomian (1984, p.68), “é a linguagem que engendra o invisível”, ou seja, ela que permite a comunicação entre o mundo visível (presente) e o invisível (passado). Nas palavras dele, “a linguagem permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto.” Ou seja, a

intermediação entre o visível, palpável e o invisível, passado, acontece por intermédio de uma construção de discursos e sentidos sobre o objeto; enunciação e fundamentação de valores, pois estes, embora sejam comumente assim considerados, não são “previstos geneticamente”. (MENESES, 2012, p.39).

Neste sentido, através das argumentações para os tombamentos da ponte, os discursos patrimoniais foram construídos pelos pareceristas (arquitetos, historiador e engenheiro). Foi com base, sobretudo, em seus interesses de atuação que atribuíram e que registraram, (institucionalizaram) os valores ao bem em questão. Adams (2015) havia indicado que “a arquitetura não estuda pontes, essa questão tecnológica é de competência da engenharia”. Desta forma, de acordo com sua área de conhecimento e da localização da ponte, cabia a ela mobilizar a historiografia, a memória política local, e as estratégias de preservação municipais que priorizavam o planejamento da cidade e a preservação de conjuntos urbanos. Foi este o direcionamento que ambas as arquitetas, Albers e Adams, deram ao seu parecer. Althoff, por sua vez, seguiu uma linha semelhante, denotando, maior referência à memória de Hercílio Luz, tendo em vista que sua ação foi como governador, mas sem negligenciar os aspectos de engenharia. Já Marcus Ribeiro desenvolveu outros argumentos que, corroborando o estatuto de obra de engenharia, encontrou na técnica as justificativas para a preservação nacional.

De modo geral, semelhante aos critérios de definição do patrimônio cultural vistos na legislação, os argumentos abordados pelos pareceristas evidenciam a circularidade existente entre o discurso patrimonial e o historiográfico. A perspectiva da historiografia catarinense elaborada por Djanira Andrade em *Hercílio Luz, uma ponte integrando Santa Catarina*, produzida na década de 1970, abordada no primeiro capítulo foi solicitada a compor as três argumentações. A concepção da ponte enquanto “cartão postal” é também alimentada pela referência feita à edição de 1951 da *Revista Santa Catarina Filatélica* que comprova tal retroatividade, através dos textos enaltecedores da obra e de seu criador. Cabe ressaltar que as produções historiográficas que problematizam a ponte, enquanto cartão postal, enquanto ponte interdita, enquanto mito construído foram produzidas apenas após a produção desses pareceres, a partir de 1997.

Reiteradamente alude-se a argumentos e representações da ponte na história regional, de Santa Catarina e de Florianópolis, tais como: “símbolo da capital”, “cartão postal representativo da cidade”, agente integrador da capital com o estado e deste com o país. O discurso que

mais se distancia desta perspectiva é o produzido para o tombamento federal, elaborado pelo historiador e engenheiro civil, por buscar também outras referências de pesquisa e argumentos para justificar o tombamento na esfera federal. Além da historiografia, a restauração é ponto aglutinador dos documentos, na medida em que se faz presente em todas elas, de forma mais ou menos emergencial para o tombamento.

Neste sentido, a justificativa federal aponta para a necessidade de restauração, que faz dela um “pré-requisito” para o tombamento, enquanto as justificativas locais parecem considerar a restauração uma consequência direta do tombamento, reproduzindo a retórica da perda mencionada por José Reginaldo Gonçalves (1996). A “retórica da perda” seria a justificativa para o tombamento, tendo em vista que um patrimônio representa uma memória e uma identidade nacional, e que seu desaparecimento por negligência do poder público, significaria também a perda desta memória e desta identidade. As justificativas foram elaboradas em momentos em que as problemáticas relativas à restauração eram bastantes presentes na imprensa, sobretudo devido à sua situação de interdição e incerteza de restauração. Tratou-se da ponte como uma estrutura que se não recebesse os devidos cuidados do poder público também poderia desaparecer, fazendo desaparecer uma memória, uma identidade que se buscava manter. O quadro técnico das instituições, então, corroborou a defesa deste patrimônio, argumentando e elaborando a justificativa que fazia parte do rito administrativo do tombamento. As referências à restauração e à obsolescência física da ponte pelas justificativas, sobretudo a federal, indicam que havia outras questões para além das internas das instituições de preservação, das políticas culturais, e das estratégias de preservação.

3. Ponte Hercílio Luz: o monumento vai tombar?

Quem ia à banca de jornal em Florianópolis no ano de 1982 já podia ler as manchetes: “Ponte pode cair se apenas um dos elos romper”, “Ponte velha fadada a virar monumento”, “Rompe elo da Ponte Hercílio Luz”. Eram edições do jornal *O Estado*, de janeiro, fevereiro e outubro de 1982, respectivamente, noticiando a interdição da Ponte Hercílio Luz, que havia sido decretada em 22 de janeiro daquele ano e a necessidade de restauração da estrutura. Reportagem d’*O Estado* de 16 de março de 1983¹²⁸ indicava que os gastos com a barra de olhal rompida foram altos, e que para a total restauração seriam necessárias novas negociações. Em 1984, o jornal *A Gazeta* indicava que as obras de restauração da ponte estavam excedendo o prazo estipulado pelas autoridades responsáveis porque faltavam recursos ao estado para a ação. Em outubro de 1984, no entanto, o então governador Esperidião Amin indicava em reportagem também no jornal *O Estado*¹²⁹ que pelo montante de dinheiro necessário para a restauração, seria mais viável derrubar a ponte, mas que esta não era uma opção que estava em pauta porque a ponte era “um patrimônio da Cidade e do Estado”.

As problemáticas da viabilidade de restauração e da segurança da estrutura fizeram parte da história da ponte Hercílio Luz, desde sua construção, mas principalmente a partir da década de 1960, quando uma das pontes construídas seguindo a mesma tecnologia de ponte pênsil (*Silver Bridge*) ruiu nos Estados Unidos. Com a interdição na década de 1980, os jornais estaduais acompanhavam a situação de instabilidade da estrutura. Como visto, outra ponte foi construída em 1975, a Colombo Salles, a fim de auxiliar na ligação entre a Ilha e Continente, mas ainda assim, era necessário que a ponte recebesse cuidados, conservação e manutenção enquanto um equipamento urbano. A preocupação com a estrutura foi também presente nos processos de tombamento da ponte.

¹²⁸ “65 mil veículos no caos diário de atravessar a ponte /A difícil cura da ponte sexagenária.” Reportagem de Luiz Fernando Arzua Bond. *O Estado*, de 16 de março de 1983. (Pasta “Ponte Hercílio Luz”, Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

¹²⁹ “Finalmente a ponte será restaurada”. *O Estado*. Outubro de 1984. (Pasta “Ponte Hercílio Luz”, Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

Nas justificativas de tombamento, como visto, enquanto houve pareceristas que, representando as determinadas Instituições, preocupavam-se de forma mais enfática com a restauração, considerando-a determinante para que houvesse ou não a proteção legal, outras pareciam não considerá-la um agravante, embora tomassem a “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996) da estrutura como uma das justificativas para sua preservação. Ou seja, tomavam-na como representante de uma memória que corroboravam em perpetuar, ligada à memória de uma elite política da cidade e do estado, à história da engenharia no Brasil, à manutenção da Capital na cidade, ao desenvolvimento social e econômico da cidade de Florianópolis, e também indicavam a necessidade de sua restauração, a fim de que a representação fosse de sua integridade e não de sua ruína. Neste sentido, a restauração foi tensionada durante todo o processo, cabendo indagar a partir das duas semânticas do verbo: A ponte vai “tombar”? Houve e há na tecnologia estrutural obsoleta (ponte pênsil com sustentação por barras de olhal) e também em seu tombamento visando à preservação, um “desafio”¹³⁰ para a engenharia quanto à sua recuperação.

Como visto, a solicitação federal foi feita em 1985, a municipal em 1990 e a estadual em 1996. As aberturas dos processos, portanto, seguiram uma direção: federal, municipal e estadual. As homologações, ou seja, as efetivações dos tombamentos seguiram outra: municipal, em 1992; estadual, em 1997; e federal, em 1998. As tabelas (tabelas 2 e 3) abaixo facilitam essa observação.

Solicitações de tombamento da ponte Hercílio Luz		
Federal	Municipal	Estadual
1985	1990	1996

Tabela 2

¹³⁰ De acordo com a engenheira especializada em restauração de bens culturais, Silvia Puccioni (2015) a ponte Hercílio Luz poderia ser considerada uma obra complicada de se restaurar, no entanto, não seria de fato um desafio, uma vez que ela acredita que existe solução para a ponte, ou seja, sua restauração é possível. O que poderia inviabilizar seria o investimento na obra. (Entrevista com Silvia Puccioni (2015), arquivo pessoal).

Homologações de tombamento da ponte Hercílio Luz		
Municipal	Estadual	Federal
1992	1997	1998

Tabela 3

Ao observar estas datas, enfatizo três pontos que julgo importantes para pensar o tema e discorrer este capítulo: primeiro, as solicitações para o tombamento se iniciaram na esfera federal. Segundo, as homologações dos tombamentos tiveram a forma crescente na hierarquia política, ou seja, iniciaram no nível municipal, passando pelo estadual e finalizando no federal, a despeito de as solicitações de tombamento terem iniciado na esfera federal, depois na municipal e, por fim, na estadual. Terceiro, a solicitação estadual ter sido a última a ser acatada, tendo em vista que a ponte é uma estrutura de propriedade estadual. O que esses pontos indicam sobre os interesses no tombamento da ponte Hercílio Luz?

3.1 As candidaturas da ponte a patrimônio cultural

De acordo com a antropóloga Elsa Peralta (2003), o patrimônio cultural tem três funções, e uma delas é a função política. São, portanto, os meios políticos, constituídos ou não, que ativam o patrimônio, através da memória coletiva, buscando a legitimação simbólica de ideologias que vão de acordo com os programas políticos por eles veiculados. Cabe ter em mente que a memória tem um caráter seletivo e a ação política é capaz de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir memórias. (CHAGAS, 2009, p. 136).

As solicitações de tombamento podem ser feitas por quaisquer indivíduos, não necessitando ser agente público, político ou de outra instância. (art. 6º, 7º, 8º e 9º, Decreto-Lei n.25/37; art.6º, Lei estadual n. 5846/1980; art.7º, 8º, 9º e 10, Lei municipal n. 1202/1974), mas as proposições para tombamento da ponte Hercílio Luz foram todas iniciativas políticas, quer dizer, foram solicitações feitas pelas esferas políticas: municipal e estadual, de Florianópolis e Santa Catarina. Embora haja referência feita por Adams (2002; 2015) de que a ponte Hercílio Luz fazia parte dos monumentos propostos por técnicos para

tombamento municipal desde 1974, quando da criação do SEPHAN¹³¹, foi somente três anos depois da interdição de 1982, que as movimentações para o tombamento legal da ponte Hercílio Luz efetivamente iniciaram. Em 1985, foram duas as solicitações e ambas partiram do setor municipal, porém nenhuma delas para o tombamento naquela esfera. Partindo da Câmara de Vereadores, em nome do então vereador do município Gualberto Cesar dos Santos (PFL), uma indicação foi destinada ao então Governador do Estado, visando ao tombamento em nível estadual¹³² - o qual não resultou em nenhuma ação - e, partindo da Prefeitura Municipal¹³³ a solicitação para o tombamento em nível federal – que gerou abertura de processo. Desta forma, a primeira solicitação de tombamento da ponte foi para a Instituição Federal em 1985, mas este pedido era composto apenas por uma súmula histórica, baseada no livro de Djanira Andrade (1981) e

¹³¹ O Arquivo Central do IPHAN dispõe do “Inventário da Ponte Hercílio Luz”, porém os documentos do destacam a transformação do Forte Santana em Museu entre 1975 e 1979. O Forte Santana está localizado embaixo da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz. (Inventário da Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹³² Gualberto César dos Santos foi suplente do vereador Aloisio Acácio Piazza entre 05 de fevereiro e 31 de dezembro de 1985. Em 01 de fevereiro de 1987 retomou como titular, quando Acácio Piazza assumiu um posto na ALESC. A indicação, de numero 567 do então vereador do município de Florianópolis, Gualberto Cesar dos Santos, era para envio de expediente ao governador do estado sugerindo “a transformação da Ponte Hercílio Luz em monumento histórico”, em 16 de setembro de 1985. (Pasta Gualberto César dos Santos - Arquivo da Câmara de Vereadores de Florianópolis). O governador era Esperidião Amin Helou Filho (PDS).

¹³³ A referência que indica que o autor da solicitação como a Prefeitura Municipal é o parecer técnico do então Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, de autoria do engenheiro e historiador da arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, datado de 1991. A referência que indica o ano de abertura do processo é a Informação n. 021/87 “O processo foi aberto oficialmente em 1985”, a numeração do processo, n. 1137-T-85 e a Informação n. 08/85 de 8 de janeiro de 1985, de Umberto Napoli, então arquiteto da DTC/SPHAN, que solicitava mais informações para o processo à 10ª DR. A súmula histórica e as duas fotos em xerox que constam na documentação para o tombamento federal no Arquivo do IPHAN não tem data, nem remetente. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

duas cópias de fotos da ponte em preto e branco¹³⁴.

Diferentemente do que tal documentação notoriamente rasa para o desenvolvimento do processo de preservação poderia sugerir, o SEPHAN/IPUF, responsável pela preservação patrimonial do município, estava atuante¹³⁵ e ciente de como encaminhar um processo como este. Através de Comunicações Internas entre o Gabinete do Prefeito e a diretoria do IPUF (datadas de março, abril e maio de 1986) foi ressaltada a intenção em se tombar a ponte como patrimônio federal, indagando sobre a forma como se deveria montar o processo¹³⁶, pois, o tombamento poderia “garantir verbas” para a restauração. A primeira “CI” é destinada à Silvia Lenzi, então diretora do IPUF remetida do Gabinete do Prefeito, em nome de Sérgio Gonzaga. Nela, a pergunta é se seria possível tombar a ponte para conseguir verbas do Ministério da Cultura. Interessa frisar aqui que o Ministério da Cultura havia sido criado no ano anterior, em 1985. A partir desta criação, a atuação estatal na cultura possibilitou novas formas de financiamento à atividade cultural. A resposta à pergunta do Gabinete do Prefeito já indicava a ambiguidade da relação com a ponte Hercílio Luz, pois concluía que seria “mais fácil batalhar o recurso junto ao Ministério dos Transportes” e indicava ser este um assunto do governo do estado e da prefeitura municipal, embora considerasse o tombamento da ponte uma ideia bastante interessante.¹³⁷

Apesar disso, somente em julho de 1987, após solicitação federal da Coordenadoria de Proteção da SPHAN,¹³⁸ um material mais

¹³⁴ Os documentos que compunham esse pedido inicial são indicados na Informação n.021/87 e estão presentes no primeiro volume do processo existente no Iphan. Esta súmula é basicamente um fichamento do livro de Djanira Andrade. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹³⁵ Entrevista realizada com Betina Adams e Suzane Albers Araujo (2015) (Arquivo pessoal).

¹³⁶ Foi indicado que para montar o processo seria necessário fazer pesquisa em teses na UFSC para elaborar o que seria a “justificativa histórica” e “justificativa de importância do bem”. Seria necessário também o “mapa de localização e entorno”, a “minuta do decreto” e “fotos” da estrutura. (Arquivo Sephan/Ipuf).

¹³⁷ (Arquivo SEPHAN/IPUF).

¹³⁸ Informação n.021/87 de 30 de março de 1987, de autoria da arquiteta da SPHAN, Celia Perdigão Gelio. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

aprimorado foi produzido pelo SEPHAN/IPUF. Tratou-se do *Memorial Descritivo*, de autoria das arquitetas Betina Adams e Suzane Albers Araujo, elaborado, a fim de responder à solicitação de “dados sobre uso”, “planta de localização”, “elementos arquitetônicos e/ou paisagísticos do entorno” e “dados histórico/arquitetônico”. Este material foi um indicador da intenção municipal com o tombamento federal, pois se utilizava de uma retórica de identidade social local, mas fazia menção à preservação federal como uma antiga reivindicação da sociedade florianopolitana e catarinense, denotando importância abrangente a esta ação e um reconhecimento da “importância da ponte para o Brasil”.¹³⁹

Curiosamente, este material foi encaminhado ao então Ministro da Cultura, Celso Furtado e não à Coordenadoria, pelo então prefeito Edison Andrino de Oliveira (PMDB), representando a Prefeitura Municipal¹⁴⁰, informando que o *Memorial Descritivo* compunha um sucinto material sobre esta causa e que a Prefeitura estava elaborando o processo de pedido de tombamento federal. Edison Andrino de Oliveira era deputado estadual em 1985, quando o primeiro pedido foi feito. De acordo com ele, em entrevista, com sua eleição para prefeito e por ver que na SPHAN “estavam trabalhando nisso”, fez “questão de ratificar o pedido, porque podia ser que o primeiro tenha extraviado ou não tenha sido [visto]” (ANDRINO DE OLIVEIRA, 2015). Edison Andrino de Oliveira, nesta documentação para o tombamento, justificava que, por a ponte ser um monumento que era o verdadeiro símbolo do município, cuja tecnologia teria características extremamente singulares com valor estético também significativo, mereceria o “reconhecimento oficial de sua importância em nível nacional”. É interessante indicar que a Portaria Federal n. 11, de 11 de setembro de 1986, no artigo 3º, incisos I, II e III, determina que a proposta de tombamento poderia ser dirigida “às Diretorias Regionais da SPHAN” onde o bem se situasse; “ao Secretário

¹³⁹ Memorial presente no Ofício 499-87 de 06 de julho de 1987 enviado do IPUF para Dalmo Vieira Filho, responsável pelo Escritório Técnico da 10ª DR. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁴⁰ Edison Andrino de Oliveira havia sido eleito diretamente nas eleições de 1985, para um mandato de 3 anos. No ofício nº 001345, de Edison Andrino para Celso Furtado em 27 de julho de 1987, o prefeito solicitou informações sobre o processo de tombamento federal do Ribeirão da Ilha, e enviou o Memorial Descritivo produzido pelo IPUF, após informar que “estamos elaborando o processo de pedido de tombamento federal da ponte Hercílio Luz”. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

da SPHAN; ou ao Ministro de Estado da Cultura.” Talvez, por isso e por suas ações enquanto prefeito municipal na área patrimonial¹⁴¹, haja a concepção equivocada (por algumas documentações e entrevistas realizadas) de que este encaminhamento feito em 1987 por Edison Andrino de Oliveira foi o pedido que abriu o processo para o tombamento federal, quando o processo tem abertura, como visto, em 1985.¹⁴² Para Edison Andrino de Oliveira (2015), o envio da documentação diretamente para o então Ministro estava relacionada a questões político partidárias, condizentes com a abertura de uma possibilidade que para ele era importante: tombar a Hercílio Luz. Segundo Andrino de Oliveira (2015),

eu tinha boas relações com o Celso Furtado, ele tinha uma origem dentro do PMDB, eu ajudei a fundar o partido, ele também... Então eu achei que era a oportunidade de a gente ter [esse tombamento]... Porque o grande patrimônio histórico da cidade era a ponte. Claro que os casarios têm toda uma história, mas a ponte era uma grande referência física.

Tendo em vista que Hercílio Luz parece habitar as representações de bom administrador/homem público entre a elite política local, Edison Andrino de Oliveira, através do contato com Celso Furtado, explicitava a rede social que estava ali formada. A reiteração do pedido, que poderia ser considerada “errônea” do ponto de vista burocrático do processo, foi a constituição de uma das possíveis opções em sua ação social, e, desta forma, houve a escolha de um curso de ação em detrimento de outros

¹⁴¹ Cabe reiterar também que Edison Andrino de Oliveira fez uma grande ação de tombamento em 1986, no centro da cidade, a fim de preservar casas e conjuntos que estavam ameaçados por empreendimentos imobiliários. (ANDRINO DE OLIVEIRA, 2015). Isto quer dizer, seu mandato se preocupou com questões de preservação ambiental e cultural. Mais no capítulo 2.

¹⁴² Como não há remetente nos documentos enviados a então SPHAN para o tombamento federal e há indicação em 8 de janeiro de 1985 de que haveria a necessidade de maiores documentações, concluo que o pedido foi feito nos primeiros dias do mês de janeiro de 1985. Neste período a responsabilidade pela prefeitura de Florianópolis era do então deputado Cláudio Ávila da Silva, com base em lei promulgada dia 3 de janeiro. Em março daquele ano a prefeitura já mudou de gestão.

dentro deste contexto (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 44). Sua atuação em prol da cultura – um tema importante para um intelectual politicamente engajado como era Celso Furtado – fazia acumular capital político, tanto com o eleitorado, quanto com o partido. O envio da ratificação do pedido ao Ministro parece indicar uma finalidade política e estratégica, de acionar as redes de reconhecimento intra-partidário – tendo em vista que Andrino de Oliveira indicou proximidade com o Ministro - para viabilizar o tombamento e teve como resultado para a memória, a relação direta entre o pedido de tombamento federal e sua gestão municipal, que também esteve relacionada à defesa do patrimônio cultural da cidade.¹⁴³

O “recomeço” dos trabalhos que, em princípio, a solicitação desta nova documentação fomentou¹⁴⁴, ficou condicionado aos estudos técnicos e de responsabilidade sobre a segurança e restauração da estrutura. Estes estudos foram elaborados ao longo de quase uma década, entre os anos de 1987 e 1996, por órgãos interessados: o órgão federal, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)/Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e Escritório Técnico (ET) da 10ª Diretoria Regional (DR); o órgão municipal, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN)/Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF); o governo do estado, Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SC)¹⁴⁵; e a Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina. Estes estudos foram elaborados entre os anos de 1987, ano do “recomeço dos trabalhos” e o de 1996, ano em que o processo seguiu para o Conselho Consultivo para ser discutido e finalizado. De acordo com a documentação, embora o governo do estado estivesse representado pelo DER e a 10ª DR fosse atuante, em nenhum momento a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) foi participante

¹⁴³ A identificação dessas redes, por sua vez, é percebida no decorrer de todo processo.

¹⁴⁴ Não há menção ao envio também desta documentação da Prefeitura ao SPHAN. Porém, o Ministro fez o encaminhamento à Coordenadora de Proteção do então DPHAN e o Memorial Descritivo é documento constante do Processo n. 1137-T-85 no Arquivo Central do IPHAN.

¹⁴⁵ O DER (Departamento de Estradas de Rodagem) se juntou ao DEOH (Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas) em 2003, com extinção subsequente e criação do DEINFRA (Departamento de Infra Estrutura) pela Lei Complementar n. 244, de 30 de janeiro de 2003. O DEINFRA passou a operar a partir de 2005 e é hoje o responsável pelas obras na ponte Hercílio Luz.

desses estudos.

Inserido neste período de estudos técnicos para o tombamento federal, em 1990, o processo para o tombamento municipal foi aberto, também por iniciativa política. Apesar de haver as movimentações na Instituição de Preservação Municipal que visavam ao tombamento federal, a solicitação para o tombamento municipal, que resultou em processo, partiu da Câmara dos Vereadores do município, de autoria da então vereadora e arquiteta Jalila El Achkar (PV), em 1990.

Para Betina Adams (2015) e Suzane Albers Araujo (2015), que atuavam no SEPHAN/IPUF também naquele período, a iniciativa não partiu daquela Instituição principalmente devido a uma estratégia de preservação do patrimônio. De acordo com elas, a COTESPHAN vinha atuando com outro conceito de preservação e havia muito trabalho a ser feito no período¹⁴⁶: “a atuação da Instituição estava mais voltada à proteção do acervo mais vulnerável, representado pelos conjuntos urbanos e pela arquitetura vernacular, postergando, assim, a atenção aos grandes monumentos.” (ADAMS, 2015) A estratégia de preservação municipal conforme já salientado no capítulo anterior, priorizava “a incorporação dos novos princípios de integração na urbe, ao invés da seleção rigorosa de bens de valor excepcional.” (ADAMS, 2002, p. 114). A estrutura urbana era contemplada em detrimento da valorização do que era pontual. “Foi conferido valor em outros campos da vida, sobretudo àqueles referentes ao cotidiano e dos fazeres, bem como aos aspectos simbólicos.” (ADAMS, 2002, p.114).

De alguma forma, pareciam ser os grandes monumentos sendo retirados da agenda de preservação municipal em favor de conceitos socialmente mais inclusivos de preservação, conforme a direção nacional. O sentido de singularidade regional e local, que era presente no contexto de identidade nacional foi despertado aos poucos na política municipal. De acordo com Adams (2002, p.115), “esse sentido de identidade foi valorizado, também, através do crescente movimento do setor turístico”. Como o SEPHAN, a partir de 1979, começou a fazer parte do IPUF, havia a preocupação na legislação municipal com a preservação e o planejamento urbano. No Plano Diretor de 1976,

¹⁴⁶ No período, o SEPHAN/IPUF estava trabalhando nas reavaliações do Decreto 521 de 1989 que classificou os conjuntos tombados em 1986 em áreas de preservação. Tais ações foram de grande porte e geraram diversas impugnações, levando a Instituição a se dedicar a este trabalho. Mais em Adams (2002) e no segundo capítulo.

constavam as áreas de proteção e, com o Plano dos Balneários de 1985, foi introduzido um novo conceito, com as Áreas de Preservação Cultural, abrangidas em áreas de interesse histórico, antropológico e arqueológico (APC-1, APC-2 e APC-3, respectivamente). Neste sentido, buscava-se a preservação de conjuntos urbanos, como o que aconteceu na ação municipal decretada em 1986. Em Florianópolis, havia também intensa especulação imobiliária, que se valia da falta de proteção legal aos casarões e demais edificações consideradas importantes para o que viria a ser a coleção patrimonial da cidade, conforme indicaram Andrino de Oliveira (2015), Adams (2015) e Araujo (2015). Já a fim de evitar a destruição deste acervo, antes de ser possível efetivar ações de inventariação e medidas de proteção, uma lei foi promulgada em 1980 (Lei n.1714/1980).

Neste sentido, Adams (2015) e Araujo (2015) reiteraram que não se tratou de uma determinação de importâncias, a qual renegaria a importância da ponte e dos grandes monumentos para integrar a coleção do patrimônio cultural do município. Tratava-se também de que a ponte Hercílio Luz demandava a atenção de outras instituições, e desta forma, não dependia unicamente da Instituição Municipal. De acordo com Adams (2015): “Na hora em que algo levasse a atenção pública à ponte, muita gente se mexeria. O acervo vulnerável corria um risco muito maior, já que não havia tanta atenção para ele.” Esta concepção quanto à responsabilidade sobre a ponte, por sua vez, parece ter sido a de todas as instâncias, o que acabou fazendo com que a ponte não obtivesse o cuidado decisivamente de nenhuma esfera durante um longo período.

A esfera municipal (executivo e SEPHAN) se preocupava bastante com a responsabilidade quanto ao tombamento e manutenção da ponte. Adams (2015) e Araujo (2015), embora conscientes de que a responsabilidade da manutenção era do estado de Santa Catarina¹⁴⁷, indicaram que “os prefeitos acreditavam que se tombassem, teriam que investir recursos municipais para a restauração e tais recursos eram inexistentes.” (ARAUJO, 2015). O município tinha pouquíssimos recursos, conforme indicou Andrino de Oliveira (2015), principalmente nos primeiros anos após a abertura política, situação que começou a se modificar apenas progressivamente após a Constituição de 1988 e a

¹⁴⁷ Conforme indicou o Ofício 0023 de 3 de março de 1988 de Neri dos Santos, então secretário de Transportes e Obras de Santa Catarina ao então diretor presidente da SEPHAN, Osvaldo Campos Mello. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

Reforma Tributária que possibilitou o aumento de recursos para as prefeituras. De acordo com Araujo (2015) e Adams (2015), esta concepção causou receio por parte dos prefeitos que se sucederam no cargo, os quais não discordavam da representatividade do monumento, mas indicavam que a responsabilidade seria das instâncias estadual e federal, omitindo-se de tal ação. Apesar disso, ambas não discordavam de que a ponte Hercílio Luz poderia ter sido inserida na ação de tombamento realizada em 1986 no município, tombando dez conjuntos urbanos na Área Central da cidade de Florianópolis, a fim de que a ponte também fosse protegida. Estes tombamentos foram decretados pelo então prefeito Edison Andrino de Oliveira em 1986, instituindo, então, as Áreas de Proteção Cultural da Área Central. Foi considerada a maior ação de proteção patrimonial de Florianópolis e a responsável pela manutenção da maioria do acervo patrimonial da cidade, conforme visto no capítulo anterior.

Também inconformada com a não inclusão da ponte naquela ação, em agosto de 1990, a vereadora Jalila El Achkar (PV) propôs através de ofício ao então prefeito para que se procedesse ao tombamento da ponte.¹⁴⁸ Ela, que é arquiteta com especialização em planejamento urbano¹⁴⁹, tinha recém entrado para a função política e pública. Fora eleita em 1988, para atuação entre 1989 e 1992, em um momento em que as demandas ambientais e de planejamento urbano estavam em voga no Brasil e em Florianópolis. Jalila El Achkar (2015) fez questão de salientar que naquela eleição fora eleito um grupo mais à esquerda para a Câmara de Vereadores, os quais, além dela, estavam Clair Castilhos Coelho (PSDB), João Guizoni (PCdoB), Vilson Rosalino da Silveira (PCB), Vitor Sérgio Schmidt (PT). Para ela, “houve também uma renovação na Câmara, pois vários dos vereadores da legislatura anterior não se reelegeram” (EL ACHKAR, 2015). Aquela foi a segunda eleição direta para vereadores no município de Florianópolis após a

¹⁴⁸ Indicação n. 480/90 que resultou no Ofício n. 1285/90 (Pasta de Jalila El Achkar - Arquivo da Câmara dos Vereadores da Prefeitura de Florianópolis)

¹⁴⁹ Conforme entrevista concedida à autora, Jalila El Achkar (2015) é formada pela UFSC em 1986 com especialização pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) no Rio de Janeiro. Participou da elaboração do Plano Diretor da cidade de Piráí do Sul, no Paraná, sua cidade natal. De acordo com ela, sua filiação no Partido Verde estava ligada a sua identificação com preservação e planejamento urbano. Foi Presidente da Comissão do Meio Ambiente nos dois primeiros anos de mandato. (Arquivo pessoal).

ditadura militar, a primeira havia sido em 1982 para uma legislatura de 6 anos.

Além da inconformidade com a situação da ponte, conforme indicou El Achkar (2015), a iniciativa para solicitação do tombamento da ponte se deveu também a seu contato com antigos colegas de faculdade que trabalhavam na SPHAN e no IPUF. Esta rede de sociabilidade proporcionava sua interação sobre as questões patrimoniais da cidade, tendo em vista que a vereadora buscava utilizar seu cargo na prefeitura para ações que julgava importantes para o planejamento urbano, conforme indicou. Adams (2015) indicara que Jalila El Achkar “foi uma vereadora que se empenhou muito na luta pelo patrimônio da cidade.” Araujo (2015), por sua vez, destacou que ela sempre foi “entusiasmada com a preservação” e que “Ela, como vereadora, e representante das pessoas que a elegeram, viu que isso [o tombamento da ponte Hercílio Luz] seria uma forma de reforçar uma questão importante para a cidade.”

Jalila El Achkar (2015) justificou também que a solicitação se deveu principalmente à preocupação com a manutenção de um patrimônio que era e é símbolo da cidade, sobretudo diante de um dos projetos¹⁵⁰ da gestão executiva eleita também em 1988. O então prefeito Esperidião Amin Helou Filho (PDS) e seu vice, Antônio Henrique Bulcão Vianna, previam a construção de um Hotel 5 estrelas na cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, onde é atualmente o Parque da Luz. (EL ACHKAR, 2015). Esperidião Amin Helou Filho (2015) salientou que este projeto havia sido uma iniciativa no sentido de possibilitar que a cidade se desenvolvesse. De acordo com ele:

aquele espaço que é chamado Parque da Luz era um conjunto de lotes perdidos: havia casa construída, havia o galpão dos Tenentes do Diabo, uma sociedade carnavalesca, e não estavam titulados. Ali foi o cemitério antigamente. Havia um projeto para passar uma rua pelo meio [do Parque] para ir direto para a ponte. Havia terreno do estado, do município e de particular. Em 1989, eu desenvolvi um projeto para incorporar tudo para a Prefeitura, fizemos todas as permutas, ou

¹⁵⁰ De acordo com Jalila El Achkar (2015), os outros dois projetos de enfoque do então prefeito eram relacionados ao Hotel na Ponta do Coral e à Marina da Portobello na Barra da Lagoa. (Arquivo Pessoal).

seja, conseguimos resolver a questão fundiária e lançamos um edital para, em troca da cessão do terreno para a construção do hotel, nos darem um centro de convenções e o prédio da prefeitura. Houve licitação e quem ganhou foi o Bamerindos, que infelizmente desistiu. Não conseguimos desenvolver, mas ganhou a concorrência. (...) Seria um grande espaço público: prefeitura, centro de convenções, e o hotel, que seria a parte do concessionário. O lucro dele seria ter um hotel de sua propriedade ali por um tempo (...). [A ideia era] Fazer duas obras públicas sem dinheiro, incluindo o prédio da prefeitura que até hoje não tem. (AMIN HELOU FILHO, 2015)

Havia, portanto, concepções diferentes para a área e sobre a gestão da cidade. Para Amin Helou Filho (2015), não havia relação entre o tombamento oficial da ponte como patrimônio cultural e a construção do hotel, nem para a aplicação de recursos para sua restauração, embora considerasse que para o hotel também seria interessante a ponte aberta para uso de carros, como um equipamento urbano. De alguma forma, denota uma escolha administrativa que priorizava um tipo de cidade, condizente com os anseios de desenvolvimento turístico vistos até então e desde meados do século XX, voltada para a via rodoviária, grandes empreendimentos e baseada em redes político-empresariais. Já para El Achkar (2015), a importância era da área patrimonial e ambiental, que deveria ser preservada, tendo em vista os ideais de planejamento urbano, a fim de não criar demandas que a região não pudesse comportar, como aumento populacional e aumento de carros – e consequentemente, de estradas. Sua justificativa para o pedido de tombamento em 1990, por sua vez, era a reiterada pela historiografia, invocando uma identidade coletiva, de a ponte ser “nosso cartão postal”, “monumento símbolo de Santa Catarina”, e possuidora de “um importante valor histórico que se mistura com a própria história da cidade.”

O projeto para o hotel não seguiu adiante e, a partir desta indicação da então vereadora, um processo¹⁵¹ foi aberto no SEPHAN.

¹⁵¹ Processo n. 2566/90 SEPHAN/IPUF de acordo com o Livro Ata do SEPHAN/IPUF. (Arquivo SEPHAN/IPUF).

Em 19 de outubro de 1990 aconteceu uma reunião da COTESPHAN¹⁵² para sua discussão. Não houve um parecerista relator, mas a reunião com registro da conclusão no Livro Ata. Os pareceres dos participantes da reunião foram favoráveis à necessidade de tombamento, corroborando o que foi exposto no *Memorial Descritivo*, com o amplo conhecimento da existência do processo federal que corria desde 1985. Porém, a determinação da reunião foi de encaminhamento para o tombamento estadual¹⁵³. As justificativas para isso eram semelhantes às preocupações da esfera federal, que neste período fazia os estudos técnicos sobre a estrutura: a Comissão alertava sobre o desconhecimento de diagnóstico definitivo de conservação e estabilidade da estrutura; a existência do exemplar que ruiu e o outro que foi reconstruído (indicando as pontes estadunidenses); além dos elevados custos para que pudesse se fazer a conservação.¹⁵⁴

Ciente da negativa da COTESPHAN ao tombamento municipal, a Câmara dos Vereadores do Município, que havia se mobilizado para o tombamento estadual já em 1985, mobilizou-se novamente em 1991¹⁵⁵. Uma solicitação para o posicionamento do então governador Dr. Vilson Kleinubing (PFL) sobre a viabilidade de tombamento da ponte foi feita pela então vereadora Jalila El Achkar (PV). Neste requerimento,

¹⁵² A indicação de que houve esse processo é resultado de pesquisa no Livro Ata do Sephan/Ipuf. Documentação sobre o processo não foi encontrada no Sephan. Os participantes da reunião foram: Wilson de Jesus Cunha Silveira (arquiteto), Roselys Correa dos Santos (professora História), Sandra Makowieky Salles (professora Artes), Rodolfo S. Motta Filho (arquiteto), Roberto Kastner Mattar (advogado), João Carlos S. de Souza (professor), Betina Maria Adams (arquiteta), Eliane da Veiga (arquiteta). (Livro Ata do Sephan/Ipuf).

¹⁵³ Ofício n.950/DIPRE/90 do presidente da COTESPHAN Wilson Jesus da Cunha Silveira para o então prefeito Antonio Henrique Bulcão Vianna, de 6 de novembro de 1990. (Pasta Jalila El Achkar - Arquivo da Câmara de Vereadores da Prefeitura de Florianópolis).

¹⁵⁴ Informações contidas na ata n.20/90 existente no Livro Ata do SEPHAN. Um mês antes, em 03 de setembro, Jalila El Achkar (PV) solicitara em requerimento (n.200/90) “o envio de expediente, ao senhor governador do Estado de Santa Catarina – Dr. Casildo Maldaner – solicitando informações acerca dos estudos e pesquisas técnicas relativos ao material e a estrutura da ponte Hercílio Luz, bem como a sua conservação.” Devido a pedido federal (Of. N.300 de 11 de julho de 1989. Pasta Jalila El Achkar - Arquivo da Câmara dos Vereadores da Prefeitura de Florianópolis).

¹⁵⁵ Requerimento 057/91 (Pasta Jalila El Achkar - Arquivo da Câmara dos Vereadores da Prefeitura de Florianópolis).

corroborando o parecer da COTESPHAN e, conseqüentemente, a concepção municipal, a vereadora indicava que “a hipótese de tombamento por parte do município” era “totalmente descartada”, pois, “as autoridades municipais, apesar de reconhecerem a importância da ponte como monumento símbolo de Florianópolis” afirmavam que o município não tinha “condições de efetuar o tombamento.”.

Esta solicitação, porém, também não foi acatada pela esfera estadual, e as esferas federal e municipal recuavam diante da finalização do tombamento da ponte Hercílio Luz, principalmente pela responsabilidade de conservação que a ação de tombamento implicava, além de receio pela responsabilidade de tomar um imóvel na proporção da ponte Hercílio Luz, no sentido de interferir nas políticas de manutenção e, conseqüentemente nos trabalhos do DER/SC, o responsável por tais atividades. As legislações que dispõem sobre o tombamento nas três instâncias indicam a responsabilidade do proprietário pela conservação/restauração, porém, quando comprovada a falta de recursos do proprietário, uma das opções dispostas é a execução da obra por conta da instância em que o bem foi tombado: se tombamento federal, por conta da União; se estadual, por conta do Estado e, se municipal, por conta do Município. (Artigo 19, parágrafos 1º, 2º e 3º do Decreto federal 25/37; Artigo 15, parágrafos 1º, 2º e 3º Lei Estadual 5846/80; Artigo 20, parágrafos 1º e 2º e artigo 21 da Lei Municipal 1202/74).

Apesar da primeira negativa do SEPHAN/IPUF e da afirmativa de que o tombamento municipal seria “totalmente descartado”, em 03 de agosto de 1992, nova indicação¹⁵⁶ de solicitação do tombamento da ponte Hercílio Luz, como patrimônio histórico do município¹⁵⁷ partiu novamente da Câmara de Vereadores, de autoria desta mesma vereadora. A justificativa foi feita sob os argumentos reiterados de “relevância histórica do monumento” cujo “valor histórico se mistura com a própria história da cidade”, de ser símbolo e cartão postal da cidade e de Santa Catarina, do tombamento como antiga reivindicação

¹⁵⁶ Indicação n. 454/02 que resultou no Ofício n. 849/92, de 05 de agosto de 1992, destinado ao então prefeito Antônio Henrique Bulcão Vianna. (Pasta Jalila El Achkar – Arquivo da Câmara de Vereadores da Prefeitura de Florianópolis).

¹⁵⁷ Proposição IND/00480/1990; Proposição REQ/00200/1990; Proposição REQ/00057/1991; Proposição IND/00454/1992. Disponíveis em < <http://www.cmf.sc.gov.br/transparencia-na-cmf>> Acesso em 16 jun. 2014.

da sociedade.

Para a arquiteta, ex-vereadora, a solicitação se justifica porque a ponte

não pertence atualmente e já não pertencia mais a nós de Florianópolis. Santa Catarina quando mostra uma foto, mostra a ponte. Pode mostrar as dunas, o mar, mas isso tem em qualquer lugar, a ponte só tem aqui. (EL ACHKAR, 2015).

A utilização de expressões retóricas como “monumento símbolo” e “relevância histórica”, por exemplo, parecem buscar uma autoexplicação dos motivos que levariam ao tombamento da ponte, os quais são, em determinados momentos, considerados “óbvios”¹⁵⁸, pois a ponte já era considerada “implicitamente tombada”, bastando apenas a burocracia governamental para fazer sua preservação constitucional e garantir a conservação por base da lei. O apelo imagético da ponte indica que ela tem também apelo identitário. Conforme defende a “imagem de marca” disseminada da cidade, a ponte é cartão postal e símbolo do estado, e conforme defende a historiografia, seu valor histórico está nas conquistas que a construção da ponte trouxe para a cidade.

Este apelo identitário também é visto de forma semelhante na solicitação para o tombamento em nível estadual. Solicitação duas vezes ignorada quando feita pela Câmara Municipal aos governadores do Estado (1985 e 1991), só se tornou um processo administrativo na FCC, após solicitação feita pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) a esta Fundação, em 1996.¹⁵⁹ Esta solicitação foi resultado de discussão de um projeto de lei¹⁶⁰, de autoria do então deputado estadual Cesar Souza (PFL), que visava tornar “monumento e patrimônio histórico e arquitetônico estadual a Ponte Hercílio Luz”, ou

¹⁵⁸ Adams e Araujo (2015) indicam também a “obviedade” que seria a ponte como patrimônio cultural; Althoff (2014) e Vieira Filho (2015) indicam que a ponte já era considerada patrimônio do estado antes de seu tombamento. (Entrevistas de arquivo pessoal).

¹⁵⁹ Em nenhum momento é feita referência a nenhuma destas solicitações, nem aos processos municipal e federal pela documentação oficial (embora haja referência ao tombamento municipal na solicitação enviada à FCC, o restante do processo não o menciona).

¹⁶⁰ Projeto de lei n. 89/96 de autoria do então deputado César Souza, datado de 25 de abril de 1996. (Centro de Memória da ALESC).

seja, visava criar uma lei que seria a responsável por tombar a ponte como patrimônio do estado. Este projeto foi composto pela proposta das diretrizes da lei - que seria criada -, justificativa para que a ponte fosse tombada, e desenho da região na qual a ponte se localiza, entre a Ilha e o Continente. A justificativa reiterava a historiografia aqui já indicada e fazia referência às questões de identidade coletiva e também à “obviedade” da importância da ponte, ao iniciar com a seguinte frase:

A Ponte Hercílio Luz, além de ser um monumento histórico de Engenharia Civil em Santa Catarina, é sem sombra de dúvida a maior obra arquitetônica de identificação do povo catarinense.¹⁶¹

O documento tinha seu embasamento “legal” na Constituição Estadual (inciso III do art. 9º e VII do art. 10º), a qual determina que as três esferas (estado, união e municípios) têm a competência de “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.” e que o Estado deve legislar concorrentemente com a União sobre a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.” (os quais corroboram a Constituição Federal de 1988). Diante do conhecimento legal sobre tombamentos e preservação patrimonial, esta proposição de um projeto de lei para tombar a ponte se mostra muito peculiar, pois ela exemplifica a abrangência das possibilidades de interpretação de leis. A legislação concorrente à União sobre a proteção patrimonial já havia sido promulgada em 1980 e ela dispunha da competência do Estado sobre a proteção dos documentos, obras, etc., como visto no segundo capítulo. Através da interpretação do então deputado, a forma encontrada para se fazer o tombamento em nível estadual seria com a promulgação de uma lei que visasse unicamente essa ação, devido a um possível desconhecimento acerca da legislação que dispõe sobre os tombamentos ou visando acumular também capital político diante da representatividade que a ponte e Hercílio Luz tem no imaginário da cidade e facilitar o andamento do processo, presumindo dificuldade se por via normal. Tratar-se-ia de utilizar sua função pública e política para facilitar o alcance de uma

¹⁶¹ O documento segue com um breve histórico, indicando datas consideradas importantes (construção – 1922 a 1926; interdição - 1982 e 1991) e medições técnicas da ponte. (Projeto de lei n. 89/96 - Centro de Memória da ALESC).

meta. Esta ação pode ser interpretada com base em Kopytoff (2008, p.100) indicando a afirmação de poder, pois “Muitas vezes o poder se afirma simbolicamente, alegando precisamente o seu direito de singularizar um objeto”. Desta forma, traria para si a autoria do processo e acumularia capital político. A ação do deputado, sob o aval dos demais, faria do tombamento, que é um processo administrativo que culmina no legislativo, apenas um processo legislativo. A representatividade popular dos deputados, a aplicação de seu dever e poder de legislar, nesse sentido, seriam considerados suficientes para a decisão de um tombamento.

Esta interpretação da PL foi acatada, primeiramente, sob os mesmos argumentos legais embasados na Constituição Estadual, pelo então deputado Leodegar Tiscoski (PPR¹⁶²) que foi relator do projeto, mas foi refutada pela então deputada Ideli Salvatti (PT), que recomendou seu arquivamento. Sua argumentação validava a intenção de se tomar a ponte, mas fazia referência à Lei estadual n. 5846 de 1980 e concluía que a ação de tombamento não competia à ALESC, mas à FCC, como dispõe esta legislação. Apesar de não ser responsabilidade da Assembleia, a então deputada não deixou de enfatizar a necessidade de engajamento do poder legislativo para que o tombamento se efetivasse, indicando que o projeto de lei proposto equivocadamente pelo deputado poderia se transformar em solicitação para a FCC, através de moção, com o aval da Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo da Assembleia. Ou seja, tentar-se-ia chegar ao tombamento através de mobilização política, formação de um grupo de pressão que, estruturado, influenciaria a decisão. Porém, antes mesmo desta conversão, em 13 de maio de 1996, a Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo da Assembleia enviara solicitação para tombamento estadual a então presidente da FCC, Walkiria Maria Rafael, abrindo, portanto, o processo estadual.¹⁶³

¹⁶² Partido Progressista Reformador, criado em 1993 pela junção entre o PDS (Partido Democrático Social – que foi sucessor da ARENA em 1980) e PDC (Partido Democrata Cristão). (CARREIRÃO, 1995; 2006).

¹⁶³ O Ofício n. 030/96 de 13 de maio de 1996 que foi endereçado à FCC foi assinado pelo presidente e vice-presidente da Comissão, respectivamente Ciro Marcial Roza (PFL) e Reno Caramori (PPR); pela proponente Ideli Salvatti (PT) e pelos membros da mencionada Comissão: deputado Jandir Bellini (PPR), Luis Roberto Hersbt (PMDB), Volnei José Marastoni (PT), Eni Voltolini (PPR) e Manoel Mota (PMDB). Os dois últimos, apesar de haver seu nome

Deixando um pouco de lado a questão pragmática de abertura de um processo de tombamento, a iniciativa para a proposição de um projeto de lei visando unicamente o tombamento do “monumento” que era a ponte Hercílio Luz pode ser justificada também pelo entendimento coletivo da importância histórica da estrutura pelos políticos e como uma alternativa para corroborar a busca pelo tombamento federal. Em abril de 1996, já havia, de forma mais intensa, mobilizações política, midiática e de grupos de expressão social, visando ao tombamento federal e o então deputado César Sousa, que apresentava um programa de auditório na televisão aberta, atuava cedendo espaço semanalmente em seu programa para as discussões sobre aquele processo.¹⁶⁴ Além disso, notou-se que o entendimento da importância da ponte, a partir da discussão desta PL, era unanimidade dentro da Assembleia. O projeto foi convertido em moção¹⁶⁵ como proposto pela relatora Ideli Salvatti (PT), em 28 de maio de 1996, pela votação da maioria dos deputados e enviado à FCC. Um dos deputados, porém, votou contrário¹⁶⁶. Tratava-se do então deputado Julio Teixeira (PFL) que considerava que não competia à ALESC a solicitação para tal ação, pois ela deveria partir do Conselho de Cultura ou do governo estadual, devido às responsabilidades que o reconhecimento do valor patrimonial traria para a instância que a tombasse. Apesar do adendo, ele considerou, no

discriminado não assinaram o ofício. (Projeto de lei n. 89/96 -Centro de Memória da ALESC).

¹⁶⁴ Em entrevista concedida à autora, Ungaretti Jr. (2015) indicou que Cesar Souza o convidava semanalmente para em seu programa de televisão, discutir as questões sobre o tombamento federal da ponte Hercílio Luz. (Arquivo Pessoal). Imagens das entrevistas e participações no programa foram gravadas por Norberto Ungaretti Jr. e também cedidas à autora para a elaboração desta pesquisa.

¹⁶⁵ Moção n. 008-96, aprovada em 4 de junho 1996, endereçada a ao Diretor Geral da FCC, Paulo Arenhart em 11 de junho de 1996 pelo ofício n. 570/96. (Projeto de lei n. 89/96 – Centro de Memória da ALESC).

¹⁶⁶ Houve apenas um voto em contrário, e, através da comparação das assinaturas presentes nos documentos, trata-se do Deputado Julio Teixeira (PFL). De acordo com ele, “A ideia de uma simples solicitação ao egrégio Conselho Estadual de Cultura não pode ser formalizada pela Assembleia Legislativa, sob pena de abdicação de grau institucional do Poder.” A ALESC, poderia, no entanto, solicitar um histórico sobre o possível processo de tombamento ou informações sobre deliberações relativas ao processo. (Projeto de lei n. 89/96 – Centro de Memória da ALESC).

parecer que emitiu, o já existente caráter monumental da ponte, que “pelos aspectos históricos ou arquitetônicos ou mesmo de técnica construtiva” ela era um monumento “implicitamente *tombado* por todos os cidadãos catarinenses, brasileiros e mesmo de outros países, exatamente pela raridade de suas características e pela longevidade alcançada” (grifo do próprio texto). Desta forma, apesar de contrário à elaboração da moção, ia ao encontro dos demais deputados quanto à consensual importância histórica e simbólica da estrutura.¹⁶⁷

Neste sentido, expressões como “antiga reivindicação do povo catarinense”, na concepção de que a ponte “é nosso cartão postal”, “identificadora do povo catarinense”, “símbolo da nossa gente” e “patrimônio implicitamente *tombado*”, expressões utilizadas pelos autores das solicitações do tombamento, fica clara a intenção de singularizar a ponte, como algo “sagrado” para Florianópolis e para Santa Catarina, que merece uma atenção diferenciada da que vinha recebendo enquanto equipamento urbano. Localiza a ponte na memória coletiva da cidade.

A memória coletiva aqui mobilizada pela esfera política condizia com um trabalho de articulação e localização das lembranças em quadros sociais comuns para compor um “acervo de lembranças compartilhadas”. (POLLAK, 1989). As referências que estruturam a memória individual e que a inserem na memória de uma coletividade, buscando reforçar a coesão social pela adesão afetiva a um grupo, neste caso, seriam os lugares de memória e o patrimônio cultural institucionalizado. Para Pollak (1989, p.11),

memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.

Neste sentido, trataria de institucionalizar um patrimônio cultural que é largamente considerado como identificador da região, que é um bem cultural que remete às experiências coletivas da sociedade (não é difícil ouvir alguém que tenha uma história sobre a ponte Hercílio Luz). A demanda está presente, sobretudo, na menção ao local ocupado pela

¹⁶⁷ Voto em separado de Julio Teixeira, página 21 do projeto de lei n.89/96. (Projeto de lei n. 89/96 – Centro de Memória da ALESC).

ponte Hercílio Luz na “memória coletiva” dos habitantes de Santa Catarina e turistas, como símbolo representacional e identificador da região, o qual deveria ser dotado de duração e estabilidade, para que se evitasse o risco de ser esquecido nesta função simbólica. A preservação e a memória caminham juntas, uma vez que só há memória se houver sua transmissão e sua transmissão é alcançada, também, pela preservação dos “lugares de memória” (CHAGAS, 2009).

É a partir deste processo que se alcançaria a “singularização”, conforme enunciada por Kopytoff (2008), a qual denotaria à ponte outro *status* social, indicando que ela não estaria no universo das coisas comuns, mas nas coisas incomuns, únicas, autênticas, singulares – as quais não podem ser trocadas dentro de quaisquer sistemas econômicos, mas que ocupam um local especial na sociedade e uma “sacralização”. As coisas singulares são classificadas e reorganizadas pelas culturas, que “impõe[m] uma ordem cognitiva coletivamente compartilhada” (KOPYTOFF, 2008, p. 96). Esta concepção da ponte, amplamente difundida no meio político, tinha por base a ideia de que a coletividade também a detinha. Com base também em Kopytoff (2008, p; 110), a “singularização de objetos dentro de uma sociedade, (...) como é feita por grupos, (...) porta um certificado de aprovação coletiva e canaliza os impulsos individuais de singularização”.

Diferentemente dos processos municipal e federal, o processo estadual não encontrou dificuldade em ter prosseguimento na FCC. Talvez porque no mesmo dia em que houve a proposição para projeto de lei de César Sousa, o então vereador D.J. Machado tenha enviado à então presidente da FCC, Walkiria Rafael, um ofício com a solicitação para que ela determinasse estudos para o tombamento da ponte como patrimônio catarinense.¹⁶⁸ Porém, a problemática da restauração não ficou encoberta e se assemelhou às preocupações das outras esferas políticas. No ano da elaboração da moção, em 1996, este então deputado, Julio Teixeira (PFL), ressaltou que o tombamento atraía responsabilidades de conservação, pois o tombamento nada mais seria “do que a carta de intenções ou compromisso que o Poder Público assume de determinar a conservação do bem tombado ou, no caso de obra ou prédio estadual, de conservá-lo.” Acrescentou ainda de forma preocupada, que esta conservação estava há muito tempo omitida, pois a

¹⁶⁸ Ofício 457/96 de 25 de abril de 1996, de autoria de DJ Machado, então presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis para Walkiria Rafael, presidente da FCC. (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin Helou Filho).

ponte estava há cinco anos interditada definitivamente (desde 1991) para que a restauração pudesse ser realizada e não havia, até então, uma resposta definitiva.

Durante os períodos em que foram discutidos os processos, as ressalvas das três esferas quanto ao tombamento da ponte indicavam, de forma mais ou menos enfática, a restauração como condicionante: na esfera federal (1985-1998), a então SPHAN indicava que os trabalhos só prosseguiriam com a certeza da viabilidade e da existência dos recursos para a restauração; na municipal (1990-1992), o SEPHAN recomendava a indicação ao tombamento estadual pelos altos custos da restauração; na estadual (1996-1997), antes mesmo de haver a solicitação, um deputado alertava sobre as responsabilidades contraídas com o tombamento e, nesse sentido, a necessidade da restauração. Os textos que solicitaram o tombamento da estrutura, por sua vez, buscavam se inserir de forma mais enfática nos discursos que investem sobre a afetividade, e não trataram da restauração de forma tão técnica, mas não descartaram sua obrigatoriedade: o federal e o municipal foram pedidos nos primeiros anos após a interdição e o estadual foi solicitado em meio aos processos que buscavam definitiva restauração e a finalização do processo federal. Neste sentido, o que implicava falar na restauração da ponte Hercílio Luz para seu tombamento? Em que medida a viabilidade e o custo da restauração impactaram o processo de tombamento?

3.2 Tombar e manter a que preço?

Para que se entenda o que a restauração implica para o tombamento da ponte é imprescindível entender “o que é a ponte”, ou seja, de forma geral, como foi feita, quais suas características principais e como é sua funcionalidade. A ponte Hercílio Luz é uma estrutura metálica, sustentada por barras de olhal, cabos de aço e treliça de rigidez no vão central. Foi projetada por David Steinman e ficou conhecida como “ponte tipo Florianópolis” na história da engenharia. De acordo com o engenheiro, professor de engenharia mecânica da UFSC que estudou a Hercílio Luz, Berend Snoeijer em 1988¹⁶⁹, as pontes que foram construídas sob esta tipologia apresentavam uma característica nova, não por serem pênseis, mas por causa da sustentação com barras de olhal que formavam uma ligação do tipo corrente, ao invés dos cabos

¹⁶⁹ Parecer sobre a ponte Hercílio Luz. Autoria Berend Snoeijer. 1988. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

de aço até então utilizados. Tratava-se, de acordo com Coelho (1997, p.80) da primeira vez em que “era empregado o sistema de sustentação de cadeias de barras de olhal para pontes pênséis na América Latina.” Esta modificação, de acordo com o Snoeijer (2015), também diminuía o custo da obra. Além do diferencial da sustentação, pois não era comum o uso de barras de olhal, outra variação tecnológica foi a estrutura da torre que era formada por peças metálicas em forma de treliça, que, de acordo com Hayashi (2012, p. 61) eram “muito mais leves do que as antigas torres de pedra.” Por ser considerada um marco na engenharia, tornou-se referência internacional, inspirando, por exemplo, a construção da *Silver Bridge* e da *Saint Mary’s Bridge*, nos Estados Unidos. (HAYASHI, 2012).

Coelho (1997, p.64) indicou que as “pontes metálicas conseguem grandes avanços, mas também são as que exigem maior cuidado”. Por causa destas características, desde a construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, a manutenção da estrutura era indicada como de extrema importância, pois o aço se oxidaria muito facilmente com a umidade, que era bastante presente no canal do Estreito, onde a ponte foi erguida. De acordo com Berend Snoeijer (2015), a salinidade que entra em contato com o metal através dos ventos é a principal responsável pela corrosão do material e pela perda da característica de isostaticidade, peculiar à ponte pênsil. A isostaticidade é o que permite que o metal das barras se flexibilize, de acordo com os ventos e a temperatura, ou seja, permite que o material acompanhe os movimentos das torres pelo sistema de articulação, e que distenda com o calor e encolha com o frio, sem sofrer danos materiais.

Porém, para que a manutenção, através da inspeção e reparação de possíveis problemas nos materiais pudesse ser feita, era necessária a captação de recursos. Num primeiro momento, a forma encontrada pelo governo do estado foi a captação através de pedágios cobrados a quem atravessasse a ponte. Mas conforme apontou Snoeijer em 1988, a ponte ficou por longos anos sem esse cuidado e foi somente a partir de 1954 que ela foi submetida a um processo sistemático de manutenção.¹⁷⁰ Uma das grandes modificações pela qual a ponte passou se deu no piso, com a troca do de madeira por asfalto, tendo início no ano de 1960, no governo de Heriberto Hülse (1958-1961) e finalização no governo de Ivo Silveira (1966-1971). O processo federal levou em conta excertos de

¹⁷⁰ SNOEIJER, Berend. Parecer. Objeto: Ponte Hercílio Luz. 1988. P.2 (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

reportagens da *Revista Sul*, que indicaram que até 1967, os trabalhos de manutenção eram feitos por quem “trabalhava na pavimentação, pois as verbas eram pequenas para manter uma turma de conserva”, e as inspeções eram feitas por trabalho especializado. Também em 1967, a *Silver Bridge*, considerada ponte irmã da Hercílio Luz, por ter sido construída com a mesma tecnologia, caiu nos Estados Unidos, devido ao rompimento de uma das barras de olhal. Devido a este acidente, logo em seguida, a outra, *Saint Mary’s Bridge*, foi desmontada. Assim, as atenções se voltaram para a ponte Hercílio Luz, a única ainda de pé com o mesmo tipo de tecnologia. Receava-se que ela tivesse o mesmo destino das outras duas. Mas de acordo com o engenheiro diretor do DER em 1967, Cleones Bastos, se a ponte fosse submetida à manutenção constante, apresentaria condições de segurança ao tráfego. Em 1984, em reportagem ao jornal *O Estado*¹⁷¹, Bastos, então presidente da Comissão de Obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz mantinha a defesa da manutenção e restauração, porque “uma vez restaurada, a ponte Hercílio Luz pode durar pelo menos mais 100 anos.” Para ele, havia maior resistência e possibilidade de alteração em uma estrutura metálica do que em estrutura de concreto.¹⁷² Havia, nos discursos, expectativas de que a ponte pudesse ter a certificação de segura, e que pudesse cumprir sua função de ligação entre Ilha e Continente, conforme fora projetada.

Apesar da mesma tecnologia, a ponte Hercílio Luz era diferente das outras americanas quanto à sustentação, conforme indicado na inspeção feita em 1982 pela empresa construtora da ponte, *Steinman Boynton Gonquist & Birdsall*¹⁷³: ela foi projetada com quatro segmentos de barras de olhal, o que aumentava sua segurança, diferentemente das outras americanas cuja suspensão era composta por apenas dois segmentos. A diminuta quantidade de segmentos deixava-as mais suscetíveis a riscos de colapso – como efetivamente aconteceu.

O DER, executando as tarefas de manutenção da ponte no final

¹⁷¹ O Estado 28 de março de 1984. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

¹⁷² *Revista Sul*, 1970. A ponte Hercílio Luz foi projetada para suportar trilhos e a passagem de um trem. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁷³ *Report of Inspection: Ponte Hercílio Luz for the Departamento de Estradas de Rodagem Florianópolis Sta., Catarina, Brazil.* página n. 3 (tradução minha). (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

de 1981, observou defeitos em várias regiões nas proximidades dos olhais. Por isso, no final daquele ano, em dezembro, a pedido do Departamento, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo realizou uma inspeção na ponte¹⁷⁴. Os defeitos que foram observados, de acordo com a inspeção, originaram-se de recalque, da óbvia corrosão generalizada, devido à localização da ponte (beira-mar e sujeita a ventos frequentes), mas não havia a fadiga dos materiais. A conclusão a que chegaram foi que havia um grande risco de colapso da estrutura, embora não pudessem precisar seu tempo de sobrevida. Dentre as opções de manter a ponte em uso, com risco para os usuários, ou interditá-la, com incômodo para a população que perderia uma das ligações entre Ilha e Continente (a Colombo Salles já havia sido inaugurada em 1975), a recomendação do IPT foi a de interdição. No entanto, a interdição não solucionava todos os possíveis problemas, pois havia o risco de a ponte ruir com o próprio peso e, assim, o IPT também recomendou que se tomassem outras medidas de segurança.¹⁷⁵ Após este laudo, em janeiro do ano seguinte, 1982, a ponte foi interditada a quaisquer tráfegos, após uma reunião na Secretaria de Transportes e Obras do Estado.¹⁷⁶ De acordo com Esperidião Amin Helou Filho (2015), que em 1982 era Secretário de Transportes e Obras, “ninguém achava que não havia riscos depois de ler o laudo. Se o engenheiro assinasse [a interdição], eu era o segundo a assinar”.

Já para o engenheiro mecânico ligado a UFSC, Berend Snoeijer (2015), a “interdição na época não era uma necessidade primordial, pois o principal problema da ponte era – e ainda é - a carga que seu próprio peso causava para as estruturas de sustentação.” devido à falha na função de isostaticidade. Desta forma, “evitar o tráfego não auxiliaria na sobrevida da ponte”, ou seja, não faria com que a estrutura se mantivesse em pé por mais tempo. O engenheiro, porém, reforça que a

¹⁷⁴ Relatório n. 16.177. Exame preliminar da Ponte Hercílio Luz. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁷⁵ Recomendaram também a apreciação por outros engenheiros dos estudos feitos pelo IPT. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁷⁶ Anotações na cópia do laudo técnico do IPT pertencente a Esperidião Amin indicam os participantes da reunião e como votaram em relação a “suspensão ou interdição” da ponte, resultando em um total de 9 votos favoráveis e 8 votos contrários à interdição. Destes, destaco a UFSC contrária e o IPT favorável. (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin).

“interdição foi uma forma de prevenir vítimas, pois sem o tráfego de pessoas, não haveria vítimas diretas caso ela ruísse, como aconteceu nos Estados Unidos no final da década de 1960”, quando diversas pessoas morreram em decorrência da queda da *Silver Bridge*, pois passavam sobre ela no momento da ruptura da barra de olhal.

Outras inspeções realizadas na ponte foram feitas pela empresa americana, que projetou a Hercílio Luz, *Steinman Boynton Gronquist & Birdsall* em fevereiro e em outubro de 1982. Foram encomendas do DER/SC, a fim de que se determinasse a condição da ponte, por ter sido recentemente interditada. Ambas as inspeções concordavam com a manutenção da ponte fechada ao tráfego devido às más condições de conservação. Em fevereiro, então, foi feita uma inspeção visual das áreas que eram acessíveis sem a necessidade de um aparelhamento especial. Nela foi detectada grande deterioração nas barras de olhal, responsáveis pela sustentação da estrutura. Os responsáveis pela vistoria recomendaram uma inspeção mais aprofundada para que tais problemas pudessem ser reparados e para que outros específicos pudessem ser sinalizados. Nesse sentido, a empresa concluiu que a ponte poderia ser adaptada e reparada para voltar ao tráfego normal, pois, no geral, estava em boas condições. O problema mais alarmante era da deterioração das barras de olhal – as responsáveis pela sustentação - fazendo com que os demais problemas, como as rachaduras observadas, não fossem considerados críticos.¹⁷⁷ Esta inspeção indicou que a ponte deveria se manter fechada ao tráfego até que reparações fossem feitas nas barras de olhal¹⁷⁸ e que as condições de tempo fossem monitoradas, pois uma grande preocupação com a estrutura era relacionada aos ventos e tempestades que pudessem influir na estabilidade da ponte. As indicações feitas no documento escrito em inglês quanto aos processos de restauração utilizavam a expressão *retrofit*.

Esse conceito tem origem na indústria aeronáutica e é associado à sustentabilidade, sobretudo ao impacto da construção civil no meio ambiente. De acordo com SILVA (2013, p.17), “associa-se à atualização de equipamentos e sistemas obsoletos, para que possam ser reaproveitados em processos produtivos.” A partir principalmente da

¹⁷⁷ De acordo com o relatório da *Steinman*, estas deveriam ser inspecionadas de forma mais aprofundada numa posterior inspeção. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁷⁸ Documento escrito em inglês, tradução minha. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

década de 1990, passou a ser utilizada na arquitetura para “qualificar a modernização de edificações deterioradas e suas reinserção às dinâmicas urbanas na Europa e Estados Unidos.” Assim, de forma geral, *retrofit* seria a operação de solução sobre estruturas pré-existentes.

Paralelamente a estes laudos, manchetes em jornais estaduais indicavam que a UFSC atuaria também na observância do problema estrutural da ponte. De acordo com o jornal *O Estado*, de 29 de dezembro de 1982, a UFSC faria análise das condições da ponte Hercílio Luz, através de um convênio entre o Governo do Estado e a UFSC para o projeto “Ensaio de Materiais e Análises de Tensões na Ponte Hercílio Luz”, elaborado e desenvolvido pelo Departamento de Engenharia Mecânica daquela Instituição. De acordo com a reportagem, este projeto fora elaborado pelos professores de engenharia Berend Snoeijer, Carlos Alberto Schneider e Edison da Rosa e tinha por objetivo descortinar as causas da “fratura de um dos elos das barras da corrente”. Berend Snoeijer (2015) indicou que era necessário saber “Por que aquilo lá em cima [a barra de olhal] rompeu? Por que as tensões ficaram tão fortes que a barra não resistiu?” Para ele, era uma questão muito crítica e que deveria ser avaliada. Por isso, a intenção era

subir lá [na corrente de olhais] e fazer uma réplica. Pegar o material colocar na fratura e, no microscópico eletrônico, analisar se foi fratura de fadiga, fratura brusca por problema na região da barra, defeito interno no material, micro-trinca ou inclusão não metálica, alguma impureza que pudesse ter gerado a condição para que somado à força, tensão de sollicitação, levasse à ruptura daquilo.

Este grupo também avaliaria o projeto de recuperação elaborado pela empresa *Steinman*, mas de forma a analisar sua viabilidade, sem ter qualquer tipo de relação com a empresa. Na reportagem, Schneider alertava que a Universidade não participava do estudo de uma solução para a ponte nem teria qualquer responsabilidade no projeto dos Estados Unidos. De acordo com ele, os trabalhos de acompanhamento teriam por objetivo reunir conhecimentos e proporcionar a equipes locais o *know how* para que em eventuais casos futuros, a própria Faculdade

executasse os serviços necessários.¹⁷⁹ Reportagem do jornal *O Estado* de 28 de março de 1984 indicou que o então presidente da Comissão de Obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz, Cleones Bastos, considerava importante o trabalho conjunto entre a empresa americana, os engenheiros do DER e a UFSC para o aprendizado sobre pontes pênsis, o qual, de acordo com ele, era quase inexistente no Brasil. Ao comentar a inspeção da *Steinman*, em entrevista, Berend Snoeijer (2015) considerou que ela estava “fora da realidade”, pois não propunha a restauração da Hercílio Luz, mas a construção de uma nova ponte¹⁸⁰, por um valor exorbitante. Em parecer emitido por Snoeijer, em 1988, ele acreditava que era provável que o motivo de ruptura de um dos olhais pudesse ter sido o excesso de tensões devido à falta de movimentação entre as barras e o pino que as prende, inviabilizando a ação de isostaticidade da estrutura. Porém, em entrevista em 2015, ele indicou que não fora possível identificar o motivo da ruptura do olhal naquela época, por causa dos trabalhos de manutenção desenvolvidos na ponte pelo DER: “o ponto no qual houve a ruptura foi pintado com diversas demãos de tinta, impedindo assim a análise do motivador do colapso.” (SNOEIJER, 2015). Para o professor de engenharia da UFSC Fabio Cordovil, conforme relatou em reportagem à edição de 26 e 27 de outubro de 1986, “soa estranha a justificativa da interdição da ponte a partir da constatação de um olhal partido, sem o estudo das reais causas desse defeito.”

Cabe indicar que havia entre a UFSC e o Governo do Estado grande discordância sobre estes trabalhos¹⁸¹. Desde o início da década

¹⁷⁹ Reportagem *O Estado* de 4 de janeiro de 1983. Antes disso, porém, na edição de 9 de julho de 1982, a reportagem indica que a UFSC participaria do projeto de recuperação da ponte, “na parte de consultoria”. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

¹⁸⁰ O jornalista Maurício de Oliveira (1997, p.15), em reportagem publicada (feita para reportagem especial de 70 anos da ponte para o jornal ANCapital), intitulada “Hercílio Luz, tragédia anunciada”, coincidentemente, fez menção de que, com a interdição “Ficou decidido que [a ponte] se tratava de um “caso perdido” e que a prioridade seria construir uma nova ponte.” Mas aqui fazendo referência a uma quarta ponte e não a substituição física da Hercílio Luz por uma nova versão dela mesma.

¹⁸¹ Dalmo Vieira Filho (2015), em entrevista, também menciona estes desentendimentos que aconteceram principalmente entre o fim da década de 1980 e início de 1990. Para ele, havia “um enorme acúmulo de *expertise* pela Universidade Federal. Eles praticamente montaram uma réplica em um

de 1980 até o final dela, os jornais se tornavam palco dessa instabilidade. Enquanto os professores se consideravam boicotados pelo estado de Santa Catarina e excluídos dos estudos técnicos, porque, de acordo com eles, o estado não considerava o Departamento de Engenharia capaz de realizar a inspeção, jornais indicavam que o DER buscava os professores para consultoria do projeto de restauração. O professor de engenharia mecânica da UFSC, Caspar Erich Stemmer¹⁸², que “desde a interdição da ponte Hercílio Luz se posicionou contra a condução do processo” indicou na reportagem “Stemmer estranha a posição do governo”, datada de 1 de outubro de 1982, que o “Governo do Estado está contratando apenas pessoas de fora para procederem aos exames e análises necessárias”. De acordo com ele,

Só o Governo do Estado não reconhece [a potencialidade do centro] (...) preferindo contratar empresas estrangeiras (...) estão fazendo as coisas escondidos, ou por medo que reclamemos ou para não ensinarem como estão fazendo. Assim, se daqui a alguns anos acontecer um problema semelhante, continuaremos não sabendo e novamente empresas de fora terão de ser contratadas.

Berend Snoeijer (2015) enfatizou que a UFSC tinha

um grupo bem forte na área de estruturas metálicas lideradas pelo professor Domingos Boechat Alves, que era um dos cientistas de

departamento sobre a Ponte Hercílio Luz. Naquela época não existiam tantos recursos de informática como temos agora, mas eles tinham simulações, diagramas de força. Apesar disso, eles eram podados pelo estado. Veja o absurdo.”. Vieira Filho (2015) considerou que a Universidade teria muito o que aprender com a ponte “Sobre fundações, estruturas, ligas metálicas, arte de mexer com aço, ferro, fundições”. (arquivo pessoal).

¹⁸² Stemmer foi um dos primeiros professores do curso de Engenharia da Universidade Federal e foi reitor da UFSC entre 1976-1980. De acordo com Blass e Guerra (2007, p. 10), “A implantação do curso de Engenharia Mecânica surgiu praticamente no vácuo e o sucesso do empreendimento muito se deve ao Prof. Caspar Erich Stemmer”. O professor foi entusiasta da parceria entre Universidade e empresariado. Foi também Ministro de Ciência e Tecnologia do governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1994 e 1995. Faleceu em 2012.

estrutura de naves espaciais. Ele trabalhava na NASA e foi trazido de volta pelo governo brasileiro: cientistas brasileiros que estavam no exterior tinham diversas vantagens para voltar para o Brasil e ele veio para Florianópolis. Ele criou um grupo de análise de estruturas de análises de tensões, já usando computador e aí nós calculamos a tensão em todo o sistema, tudo direito. Um trabalho que resultou em vários volumes de material. Mas o que se dizia? Como um pessoal que não tem experiência com grandes estruturas poderia fazer alguma coisa? Aí fomos jogados para escanteio.

O professor Fábio Cordovil, na entrevista na edição de 26 e 27 de outubro de 1986 do *Jornal de Santa Catarina*, indicava que houve um “boicote sistemático, por parte do governo, à participação dos professores na formulação da solução do problema [da inspeção e restauração da ponte Hercílio Luz]”. Para ele,

diversos artifícios foram utilizados para a realização do boicote, desde a destruição do vestígio de rompimento do “olhal” supostamente partido, até o acesso às informações dos procedimentos técnicos adotados para a elaboração do projeto de recuperação.

A dúvida do professor Cordovil estava no motivador da ruptura do olhal, tendo em vista que uma ruptura como esta não seria fácil de acontecer, de acordo com um estudo feito no primeiro relatório sobre a ponte, elaborado ainda em 1926. De acordo Cordovil, “em todas as ocasiões nas quais o governo estadual divulga alguma informação sobre a recuperação da ponte Hercílio Luz, sempre confunde os dados e colide com declarações anteriores, ou com posições assumidas pelo secretário de Transportes e Obras.”¹⁸³

Em 15 de março de 1988, o jornal *Diário Catarinense* noticiou que o Governo não permitiu os estudos de levantamento sobre a ponte,

¹⁸³ Reportagem da edição de 26 e 27 de outubro de 1986 do *Jornal de Santa Catarina*. “Sob o signo da desconfiança”, de Aldo Grangeiro e “Soa estranha a justificativa da interdição”, escrito por Fábio Cordovil. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

que seriam realizados por Berend Snoeijer, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, e uma equipe de técnicos da universidade coordenada por ele. O jornal *Diário Catarinense* de 13 de maio de 1989, por sua vez, faz menção ao convênio assinado entre Governo do Estado e UFSC, para a “recuperação completa da Hercílio Luz” De acordo com Caspar Erich Stemmer, que era o coordenador do projeto e assessor especial da STO (Secretaria de Transportes e Obras), a FIESC (Fundação do Ensino de Engenharia de Santa Catarina), ligada à Universidade, iria conceber o projeto e a execução ficaria por conta de uma empresa especializada.¹⁸⁴

Na documentação que consta no processo, a proposta para laudo técnico elaborada pela UFSC em abril de 1987 não foi aceita pelo DER em razão do alto custo que a contratação acarretaria. A justificativa se baseou na inflação mensal do Brasil que no período era inconstante, o que, para o DER, poderia fazer com que se gastasse muito em um terceiro laudo. Assim, consideraram que os laudos já existentes (elaborados pelo IPT e pela empresa *Steinman*) seriam suficientes para uma inspeção e planejamento da restauração. Apesar disso, no ano de 1988, o professor de engenharia mecânica do Departamento de Materiais da UFSC, Berend Snoeijer, elaborou um parecer sobre a ponte.

Até então, a restauração se dava como necessária diante das atividades do Estado e o tombamento não era o principal enfoque dos estudos, embora, como visto, se considerasse o caráter histórico da estrutura. O parecer elaborado pelo professor Berend Snoeijer, datado de 1988, diferentemente dos estudos feitos no início da década de 1980, indicou a intenção de se tombar a estrutura como patrimônio cultural, provavelmente já devido a movimentações e ao processo ter sido aberto no IPHAN em 1985. O professor advertia sobre a segurança da ponte diante da proposta patrimonial e, com isso, transparecia a ambiguidade da concepção patrimonial e de obsolescência sobre a ponte.

A ponte Hercílio Luz é sem dúvida alguma um monumento que hoje embeleza a paisagem, mas que no passado representava antes de mais nada um símbolo de conquista tecnológica. Somos totalmente pela preservação deste monumento,

¹⁸⁴ Reportagem escrita por Marcia Quadros. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

porém deve ficar bem claro que se a ponte representa um perigo para o tráfego de veículos, também o representa sem o tráfego.

O professor Snoeijer justificou esta afirmação ao considerar a hipótese da ruptura pela falta de isostacidade da ponte, causada pela tensão que os pinos faziam ao tentar se movimentar. Este excesso de tensões não teria como causa o tráfego de veículos, pois este não chegaria a 10% das tensões provocadas pelo próprio peso da estrutura. Desta forma, de acordo com ele, sem a garantia de conservação da estrutura “o mero tombamento como patrimônio histórico poderia representar um descompromisso dos órgãos públicos de zelar pela integridade da estrutura.” Para ele, havia duas possibilidades de ação:

Ou é recuperada e aberta ao tráfego, podendo ao mesmo tempo ser tombada, ou é desmontada para que apesar de um lindo cartão postal para Florianópolis não represente uma constante ameaça àqueles que estão em sua proximidade. Trata-se de uma obra de mais de 60 anos, construída com um aço que hoje jamais seria usado para a construção de tal responsabilidade.¹⁸⁵

Em 1988, a manutenção da ponte estava sendo realizada pelo DER, juntamente ao andamento da viabilização de recursos para a recuperação definitiva da estrutura.¹⁸⁶ Neste mesmo ano, 1988, em março, a ponte foi reaberta ao tráfego leve, ou seja, somente era permitida a travessia de bicicletas, motocicletas, carroças e pedestres.

¹⁸⁵ “Parecer, Ponte Hercílio Luz”, datado de 22 de abril de 1988, de autoria do professor Berend Snoeijer, então supervisor do LACIMAT – UFSC. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN). Atualmente o laboratório é chamado de LABMAT – Laboratório de Materiais – porém no ano de 1987 houve parceria entre os cursos de Mecânica, Civil, Química, Física e em 1988 surgiu o LabMat. Mais em: <<http://labmat.ufsc.br/institucional/>>.

¹⁸⁶ Ofício n. 00056 de 3 de janeiro de 1988. De Sílvia Ribeiro Lenzi, então diretora presidente do IPUF para Neri dos Santos, Secretário de Transportes e Obras, solicitando informações sobre o estado de conservação da estrutura. É feito também um relatório de acompanhamento técnico do processo de tombamento pela arquiteta Maria Isabel Kanan, do Escritório Técnico de Santa Catarina, em 26 de maio de 1988. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

Esta abertura foi vista de forma desconfiada. Para Berend Snoeijer, em 1988, “nada foi feito no sentido de se poder afirmar que a segurança do tráfego na ponte em relação à época de interdição foi melhorada.” No DER, porém, constava que havia sido feito o reforço nas barras danificadas para a reabertura de 1988¹⁸⁷ e a recuperação do viaduto do lado continental que já havia sido executada pelo Estado em 1982¹⁸⁸. Os jornais estaduais também corroboravam que havia atuação na estrutura, pois de acordo com reportagem d’ *O Estado* de 28 de março de 1984, o então presidente da Comissão de Obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz, Cleones Bastos, indicava que a única movimentação que estava acontecendo na ponte naquele ano era a manutenção, a inspeção constante e a nova pintura. Uma empresa paranaense estava fazendo os reparos e preparando a troca da barra de olhal. Neste sentido também, em Suplemento Especial do jornal *Diário Catarinense* de 13 de maio de 1995, reportagem indicou que entre 1982 e 1988 “algumas reformas foram feitas, além dos reparos costumeiros. O viaduto de acesso do lado continental foi melhorado e a barra de olhal que apresentava problema foi reforçada.”.

Porém, para fins de tombamento, de acordo com o DER, o IPUF e professores do Departamento de Materiais da Engenharia Mecânica da UFSC, em 1988, a ponte estaria dentro dos requisitos de integridade: integridade de projeto, de técnica construtiva, de entorno e de uso. Estas questões iam ao encontro do tombamento federal, o único então já aberto. Porém, para Silvia Puccioni¹⁸⁹, engenheira civil que atuava na SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), eram necessários maiores estudos sobre a estrutura para a determinação de uma conclusão sobre o tombamento¹⁹⁰. Até então, em sua inspeção

¹⁸⁷ Ofício Gab. n. 1229 de 22 agosto 1996. De José Ancelmo Gio, então Secretário Adjunto dos Transportes e Obras para Paulo Arenhart, então diretor da FCC. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁸⁸ Ofício de 22 de abril de 1997. De José Augusto Hulse, então Secretário de Estado dos Transportes e Obras e Vice-Governador do Estado para Glauco Campello, então Presidente do IPHAN. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁸⁹ Funcionária aposentada do IPHAN (1983- 2012), com formação em engenharia civil e especialização em restauração de bens culturais, arquitetura e arqueologia. (Entrevista com Puccioni (2015), arquivo pessoal.).

¹⁹⁰ Foram solicitados por ela os estudos do IPT, da *Steinman* e parecer do DER sobre a situação da ponte. Ofício n. 200/99/SPHAN-RJ do Secretário do

realizada na ponte no mês de maio de 1988,¹⁹¹ ela indicava importantes questões estruturais sobre a ponte, que corroboravam a historiografia, a integridade documental da estrutura (não adulteração e ausência de perda de informação) e sua singularidade para compor o rol de patrimônios culturais federais. Porém, para ela, semelhante aos outros laudos técnicos de engenharia, a ponte estaria com problemas na conservação de seu material, o que seria um perigo potencial até que se provasse o contrário. Ou seja, a integridade física estaria comprometida. Salientava, por fim, duas importantes questões:

Dada a magnitude do bem em questão, (...) o tombamento deverá estar vinculado, primeiramente, à sobrevivência do mesmo e, em segundo lugar, a sua utilização como elemento de ligação viária, pois o seu custo de recuperação e manutenção é enorme. Não se justifica a perpetuação da ponte sem seu uso de projeto. (grifo meu).

Ao indicar que a perpetuação da ponte sem o uso de projeto não

SPHAN, Osvaldo José Campos Mello para o governador Pedro Ivo Figueiredo Campos em 21 de junho de 1988, solicitando: “projeto de reintegração urbana de Florianópolis; cópia do relatório n.16.177, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, datado de 3/12/81, referente ao exame preliminar da Ponte Hercílio Luz; cópia dos relatórios de inspeção elaborados por *Steinman Boynton Gronquist & Birdsall Consulting Engineers*, datado de fevereiro e outubro de 1982; proposta para laudo técnico elaborado pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina”. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁹¹ Informação n. 008/88. Assunto Ponte Hercílio Luz. De autoria da Eng. civil Silvia Puccioni, consultoria técnica da SPHAN/FNPM em 26 maio de 1988. Constante no processo federal do IPHAN. De acordo com ela, o material da ponte “possuía resistência à tração três vezes superior aos aços comuns empregados em construções de pontes.” Tinha integridade, mesmo com o reforço colocado após a ruptura da barra de olhal, pois era uma ação de emergência e provisória. E para ela, “foi um fato de enorme importância para cidade catarinense na época” e ainda em 1988 era “o principal referencial da cidade.” Assim, a evolução da cidade estava ligada à ponte, “no seu sistema viário, na sua economia, como impacto social e político.” (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

se justificaria, é possível observar que a materialidade do bem cultural é primordial. A singularização da ponte, aqui, é condicionada à manutenção de sua utilidade primária; desta forma, não se justificaria, para a técnica, fazer de uma ponte - uma estrutura de grandes dimensões, com altos custos de manutenção - um semióforo. A materialidade do bem cultural se tornava mais significativa do que seu significado simbólico. Para Puccioni, em 1988, a necessidade mais primordial era a de sua manutenção estrutural, ou seja, o alcance das condições necessárias e seguras de sua estrutura para que a ponte não viesse a tombar, não viesse a cair.

Dois documentos internacionais, resultados de encontros sobre questões urbanas e patrimoniais, de alguma forma orientam as ações relativas à restauração. São elas, a Carta de Veneza, de 1964¹⁹², e a Carta de Restauo, de 1972. As opiniões de ambos os engenheiros - Snoeijer e Puccioni - corroboram as concepções de ambas as cartas. A Carta de Restauo indica que a restauração é “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento (...) a transmitir integralmente ao futuro as obras” de arte (Carta de Restauo, 1972, art. 4º) e a Carta de Atenas defende a restauração para a salvaguarda da obra de arte e do testemunho histórico (Carta de Atenas, 1964). A destinação a sua função primária condizia com uma terceira carta, anterior àquelas, a Carta de Atenas, de 1931, que recomendava a destinação dos monumentos “sempre a finalidades de seu caráter histórico e artístico”.

Tanto Snoeijer quanto Puccioni prezavam a conservação em nome do que seria a sua função útil à sociedade (art. 5º Carta de Veneza 1964): continuar servindo como uma estrutura de ligação. A manutenção do uso estaria relacionada ao caráter técnico da construção, ou seja, a funcionalidade entraria como pauta para a preservação. Mas o parecer de Snoeijer não se ateu à questão do tombamento de forma tão enfática quanto a inspeção de Puccioni, sobretudo pelos objetivos de ambos nas pesquisas: Snoeijer objetivava um parecer técnico diante de concepções funcionais de engenharia que visavam a recuperação da estrutura sem relação com a Instituição de preservação federal. Puccioni, por sua vez, elaborava seu parecer observando particularidades de engenharia, mas tendo em vista o tombamento.

Utilizando-se também das conclusões dos dois engenheiros, em 1991, o parecer para o tombamento federal foi elaborado pelo

¹⁹² II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

engenheiro e historiador de arte integrado ao então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural IBPC, Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, como visto no segundo capítulo.¹⁹³ Este parecer recomendava o acompanhamento e assessoria do IBPC para que a recuperação fosse efetiva:

o IBPC deve procurar promover o estabelecimento de convênios ou outro tipo de parceria entre entidades que atuem na área de pesquisa tecnológica no Brasil e os órgãos responsáveis pela manutenção da ponte, no sentido de garantir o acompanhamento e assessoramento técnicos necessários para a recuperação, em definitivo, do bem em apreço¹⁹⁴

Neste sentido, nenhum deles foi contrário ao tombamento, mas problematizaram a restauração que seria necessária juntamente à ação de proteção, de alguma forma, sabiam estar tombando uma virtual ruína tecnológica, pois apenas a proteção legal e institucional não seria suficiente. A intenção de se tombarem um bem cultural é sinônimo da conservação da estrutura, pois o tombamento se constitui de uma das formas de preservação institucionalizadas. Soa como obviedade, mas a fim de que isso fique ainda mais claro, a forma de identificação de um patrimônio cultural pressupõe o interesse público em conservá-lo, conforme indica o artigo 1º do Decreto-Lei n. 25/37: “Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”. Ou seja, além de obrigar legalmente à preservação da estrutura, os esforços deveriam ser voltados para viabilizar seu uso, sua restauração, sua recuperação e manter sua integridade. Eram de grande vulto as obrigações e responsabilidades com a ação. Afinal, sua constituição física de grandes dimensões implicaria riscos, tanto de integridade física e documental, sob o prisma cultural, quanto de segurança social, tendo

¹⁹³ O parecer foi encaminhado primeiramente ao diretor do Departamento de Proteção do IBPC, arquiteto Jayme Zettel em fevereiro de 1991 e posteriormente para Vera Bosí de Almeida, diretora do Departamento de Proteção, para que fosse, após sua aprovação, encaminhado à 12ª Coordenadoria Regional. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁹⁴ Parecer técnico n.01/91, página 32. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

em vista que havia tráfego próximo às suas cabeceiras e sob ela, pelo mar – situação que trazia urgência à restauração. Foi, inclusive, corroborando esta concepção que o primeiro pedido municipal foi negado no SEPHAN/IPUF em 1990, e que os interesses estaduais estavam voltados à equacionalização da questão federal. Mas afinal, qual era o “preço” de tombá-la e mantê-la?

A diretora do Departamento de Proteção, Vera Bosi de Almeida, em 1994, indicou preocupação do Instituto Federal. De acordo com ela, as condições do IBPC eram “de extrema dificuldade de recursos de toda a ordem para exercer seu papel, diante do imenso e valioso patrimônio já tombado” e que dependia “de ações efetivas cobradas inclusive, pelo Ministério Público e pela UNESCO, em diversas regiões do Brasil.” De acordo com ela, poder-se-ia

fazer uma avaliação da importância da Ponte Hercílio Luz, enquanto patrimônio cultural, considerando atualmente as suas precárias condições de uso e a quase comprovada impossibilidade de recuperação. Caso isto fosse possível, os recursos seriam de difícil cálculo face aos resultados sociais, aparentemente incertos diante dos pareceres técnicos contidos no processo quanto a sua efetiva recuperação e consequente utilização. Embora indiscutível a importância cultural da Ponte Hercílio Luz, especialmente para o Município e para o Estado, vale indagar se o é para a área federal. Em que medida o tombamento deverá influir em sua preservação?

Pela primeira vez, as problemáticas da conservação e restauração são postas no processo de forma direta, através da reflexão sobre a “validade” de se efetivar o tombamento federal. Até então o valor simbólico para a União era reconhecido. Dalmo Vieira Filho (2015), arquiteto vinculado ao IPHAN entre 1995 e 2006, inclusive indicara que a Instituição Federal via de forma unânime a ponte como um monumento a ser tombado em nível federal, mas que o grande problema era a restauração. Houve no parecer de Vera Bosi de Almeida a tentativa de não trazer para si (federal) a responsabilidade do tombamento, justificada principalmente pelas dificuldades do Instituto em responder pelos bens já tombados, aspecto reiterado pela entrevista com as arquitetas do SEPHAN/IPUF, Betina Adams (2015) e Suzane Albers Araujo (2015). A ponte, nesta conjuntura, viria a ser mais um problema

para as políticas de preservação federal. A solução seria, então, preservá-la sim, mas pelas esferas mais “próximas”, como a diretora indicou ao fazer referência ao parecer de Marcus Tadeu Ribeiro (em nome do IBPC):

Desta forma, considerando o parecer positivo já exarado por este Departamento, o posicionamento ora apresentado não confronta com a posição anterior, uma vez que é inegável a necessidade de documentar, promover e proteger esse bem cultural, porém essas ações podem ser desenvolvidas sem o tombamento federal: O Município ou o Estado poderão fazê-lo.¹⁹⁵

Cabe lembrar que na instância municipal, a ponte já havia sido tombada dois anos antes, em 1992, mas não havia sido realizada qualquer outra ação visando à conservação da ponte. A esfera executiva estadual, apesar de estar participando dos estudos e ter sido consultada a iniciar um processo de tombamento estadual, não atuava com movimentações nesse sentido, tendo em vista também que a responsabilidade estrutural era do DER. A FCC, responsável pela preservação, tampouco (o processo estadual ainda não tinha sido aberto). A presença estadual se limitava ao DER, na contratação de estudos e em processos licitatórios.¹⁹⁶

¹⁹⁵ A diretora se utiliza de uma citação do professor Carlos Lemos, que é ex-conselheiro do CONDEPHAAT e na época, era conselheiro consultivo do patrimônio cultural, na qual diz “que acredita que tudo que deveria ser tombamento já o foi”. Que seria um contrassenso tomar o que ainda não é tombado, ou seja, o que “sobrou”. Essa “sobra” seria representativo do processo cultural, e tomar isso faria com que a quantidade de bens crescesse significativamente. A indicação do professor é de que, após levantamento e reconhecimento possa-se pensar na possibilidade da preservação, mas que esta seja de responsabilidade do município e não do estado ou da federação. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

¹⁹⁶ Em 1993, foi aberto processo licitatório pelo DER/SC para o projeto de recuperação e atual viabilização da licitação do projeto cuja previsão de início era em março de 1993 e término em sete meses. Informação enviada para Edna June Morley, em 13 de janeiro de 1993 (Coordenadora Regional da 11ª CR/IBPC) de Edgar Antonio Ronan (diretor geral DER). (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

No novo parecer emitido por Silvia Puccioni em 1994¹⁹⁷, a engenheira civil recomendou o não tombamento federal enquanto não houvesse certeza sobre as reais condições de durabilidade da estrutura. Mesmo considerando-a representativa para a esfera federal por ser “um bem incomum no âmbito dos bens tombados como patrimônio cultural brasileiro, por se tratar da primeira ponte pênsil cogitada como monumento”, considerava também que se tratava de um projeto tecnologicamente fracassado, e que ela vinha apresentando “evidentes sinais de degradação dos materiais com frequentes rupturas em peças estruturais”. Caso ela fosse tombada, o IBPC que não seria o responsável pela obra em si, deveria “se responsabilizar por no mínimo uma orientação técnica sobre sua conservação, estabelecendo inclusive critérios específicos para sua preservação”. De acordo com a engenheira, o IBPC não tinha capacitação técnica especializada para o acompanhamento de situações assim, seu quadro de engenheiros era deficiente para tal obra, e, por isso, a ponte não deveria ser tombada. Por outro lado, seria da alçada do IBPC, trabalhar pela elaboração de estudos para descortinar sobre questões relativas à estrutura, como: “valoração cultural desse tipo de bem enquanto projeto estrutural”; “longevidade desse tipo de estrutura”; “e critérios de intervenção neste bem cultural”, para que fosse “anexado ao processo de tombamento, como subsídio para uma efetiva preservação do monumento.” no futuro.

Segundo Puccioni (2015), em entrevista realizada para esta pesquisa,

após o tombamento qualquer solução para a manutenção da ponte ficaria mais amarrada. O Instituto não tinha um quadro técnico para fazer os estudos necessários para deliberar acerca das ações e das soluções quanto aos materiais e à estrutura da ponte. Tendo em vista que a vida útil das barras de olhal era determinada, como o IPHAN iria se posicionar quanto à restauração após o tombamento ou se a ponte tombada caísse? O próprio escritório do projetista que a construiu previa a troca das barras de olhal por cabos estaiados assim que elas se rompessem. Então, antes do tombamento, eram necessários estudos,

¹⁹⁷ Parecer n. 159/94 de 7 de julho de 1994. De Silvia Puccioni, engenheira civil para José Anchieta Leal, diretor substituto Departamento de proteção do IBPC. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

equação de questões dentro do IPHAN, projetos comprometidos com a restauração do bem.

De acordo com as inspeções e estudos técnicos feitos até então, a ponte seria um problema de tão grandes proporções quanto seu tamanho para as instituições de preservação e para o DER, e seu tombamento era claramente inviabilizado em nível federal. A Instituição Federal de preservação sequer teria as orientações para a restauração de um bem como a ponte e nem o governo do estado, nem o município, nem o Ministério da Cultura garantiriam recursos para sua conservação. Conforme indicado principalmente pelas reportagens nos jornais locais, mas também pela engenheira civil Silvia Puccioni em 1994, os recursos para o vulto necessário para restaurar a ponte Hercílio Luz eram altos e inexistentes nas instâncias envolvidas¹⁹⁸, além de haver grande complexidade na ação, “agravado pelo uso de material sujeito à ruptura instantânea.”¹⁹⁹ Desta forma, sem a capacitação e os meios para fazer a restauração, não se devia tomar a ponte em nível federal: não se conseguiria alcançar os altos valores que o tombamento demandaria. O tom de alerta dos jornais estaduais permanecia. A capa do caderno especial do jornal *AN Capital* do dia 13 de maio de 1996 era estampada por fotos da ponte e o título “70 anos de resistência”. O foco estava na estrutura da ponte e o *lead* da reportagem alertava:

Condenada pelos técnicos, ela resiste ao tempo e permanece imponente e bela, como se desse uma lição de dignidade àqueles que a abandonaram. Embora pareça uma possibilidade distante, a “velha ponte” pode desabar a qualquer momento.

Nesta perspectiva, as ações se voltaram para o valor monetário necessário à restauração e, com isso, ao tombamento. Reportagem do *AN Capital* de 13 de maio de 1996 indicava que o Estado não dispunha do montante necessário para fazer a restauração, ou seja, a ponte seria uma despesa para além do que dispunha os cofres públicos (situação

¹⁹⁸ Baseio-me nas divulgações por jornais estaduais e na concepção dos atores deste processo. Não fiz, portanto, nenhuma análise quanto ao valor necessário ou o gasto nas obras até então.

¹⁹⁹ Dalmo Vieira Filho em reunião do Conselho Consultivo federal em março de 1996. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

coincidentalmente análoga à de sua construção). A fim de captar esses recursos, uma medida proposta em 1996, pelo então governador Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB) foi a cobrança de pedágios, de forma semelhante a como acontecia nos primeiros anos após sua abertura, e como também fora proposto em 1967²⁰⁰, mas nas duas outras pontes que ligam Ilha e Continente: Colombo Machado Salles e Pedro Ivo Campos. De acordo com o então deputado estadual Lício Mauro da Silveira, em 1996, esta não seria a melhor forma de captação, pois ele considerava que “cobrar pedágio da população, além de ser uma operação extremamente delicada, é uma ação antipática e irracional”.²⁰¹

A forma encontrada, por sua vez, foi a mobilização política para garantir empréstimos²⁰², e foi o que aconteceu através de reuniões com representantes do Fórum Pró-Restauração da Ponte Hercílio Luz, articulação suprapartidária formada principalmente por deputados estaduais, vereadores (auxiliados por Senadores, deputados federais) que se comprometeram com a causa da ponte.²⁰³ O então deputado estadual

²⁰⁰ “Quem passa, paga” em “Política & Atualidade”, de autoria de Marcílio Medeiros Filho no jornal *O Estado* de 19 de dezembro de 1967. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

²⁰¹ Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN.

²⁰² Não tratarei de valores, pois me faltariam fontes para embasá-las. Em jornais e nas documentações anexas ao processo federal, os custos estariam na casa dos milhões.

²⁰³ Através de uma listagem dos convidados a participar das reuniões do Fórum é possível ter uma noção da amplitude do movimento. Foram convidados: Sergio Grando, então Prefeito Municipal; Norberto Ungaretti Jr., representante da Fundação Pró-Florianópolis; Adolf Ern Filho e Luiz Moretto, representante da SANTUR; Tarcisio Schmidt, representante do Sindicato dos Hoteis; Homero Gomes, Secretaria Municipal de Turismo; Giovanni Boneti, IAB/SC; Carlos Leite, PROTUR; Antonio Hannes, BRDE; Rogerio Caldana, RBS; Derly Anunciação, Diário Catarinense, Francisco Xavier, CDL, Armando Gonzaga e Wagner Fernandes, Associação Comercial de Florianópolis; Francisco Lumertz da Silva, SEBRAE; Fernando Marcondes de Mattos, Presidente do Fórum de Turismo Permanente de Florianópolis; Walkiria Rafael, Fundação Catarinense de Cultura; Marcelo Petreli, TV O ESTADO, Paulo Veloso, TV Barriga Verde, Salim Miguel, Fundação Franklin Cascaes.; Edna June Morley, IPHAN; Jose Augusto Hulse, Secretaria de Transporte do Estado; deputado Pedro Bittencourt Netto, ALESC; Daniel Araujo, Sindicato das Agências de Propaganda, Marcio vieira, AEMFLO; José Matusalem Comelli, O ESTADO; Zacarias Xavier, ANCapital; José Lucio de Arruda Gomes, IPUF; Nelson Wedekin, BRDE;

Lício Mauro da Silveira, em agosto de 1996, demonstrava bastante preocupação com a situação estrutural da ponte e propunha a formação de uma Comissão especial que seria responsável por acompanhar as providências para que houvesse o aditamento federal em prol da recuperação da ponte Hercílio Luz. Cabe indicar que a solicitação para o tombamento estadual já havia sido encaminhada à FCC por aquela entidade em maio daquele mesmo ano.

O DER continuava trabalhando na manutenção da ponte. Conforme indicou o então Secretário de Transportes e Obras em 1996, José Augusto Hulse²⁰⁴, o DER/SC havia iniciado em agosto daquele ano a segunda fase de recuperação da ponte, que consistia na recuperação do viaduto insular, e a sua previsão de término era para 1998. O viaduto continental havia sido recuperado já em 1982. Com essas obras concluídas, seria possível a recuperação do vão central, que necessitaria de contratação de outra empresa especializada, cuja licitação seria aberta posteriormente.²⁰⁵

A mobilização da classe política em prol do tombamento e recuperação da ponte é notável em todo este processo. Para Andrino de Oliveira (2015) esta mobilização também denotava “o interesse do próprio governo em começar a trabalhar a recuperação da ponte por causa da mobilidade urbana”, uma questão central na gestão da capital. Ele, que em 1995 era deputado federal, manteve seu “envolvimento com questões de Santa Catarina e da Capital” em seu mandato em Brasília e, repetindo a atitude que tomou em 1987, reiterou aquele pedido para o Ministro da Cultura, a fim de “auxiliar a abrir as portas políticas para os interesses catarinenses” (ANDRINO DE OLIVEIRA, 2015). Nesse ano,

Valter Galina, DER; Jornalista Licurgo Costa e Hercília Catarina da Luz. (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin).

²⁰⁴ Ofício de 22 de abril de 1997. De José Augusto Hulse, Secretário de estado dos Transportes e Obras e Vice Governador do estado para Glauco Campello, Presidente do IPHAN. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

²⁰⁵ Cabe indicar que, de acordo com Suplemento Especial de 13 de maio de 1995, a manutenção estava esporádica no ano de 1995, pois havia a espera por parecer final da empresa *Steinman*, que estava avaliando e estudando as condições da ponte. Apesar das obras já realizadas, de acordo com engenheiro mecânico do DER, Antonio Carlos Xavier, em entrevista ao mesmo periódico, para haver a abertura depois de tanto tempo, deveria haver nova restauração em alguns pontos das cabeceiras, para que ela pudesse ser aberta ao público. (Pasta “Ponte Hercílio Luz” – Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina).

a cadeira era ocupada por Francisco Correa Weffort, e o então deputado fez menção à vontade popular, ao indicar a opinião pública, e à vontade política de ver a ponte tombada nacionalmente:

a Câmara Municipal de Florianópolis movimenta a opinião pública²⁰⁶ e os Poderes Estaduais no sentido de conseguir o tombamento da ponte ‘HERCILIO LUZ’, movimento esse digno de apoio pelo muito que representa aquela obra de arte para Florianópolis e para Santa Catarina. (grifo do próprio texto).

Vê-se, pois, que apesar das contrariedades da Instituição Federal, as manifestações favoráveis a este tombamento ainda eram presentes nas ações políticas, sobretudo, pautadas no ideal de convencimento através da garantia de fonte de recursos, mas também da mobilização da memória coletiva. Desta forma, se o preço pela manutenção do bem tombado era alto e o tombamento federal era duvidado em nível técnico e administrativo nas instituições de preservação, quais eram os interesses em buscar recursos e sensibilizar autoridades, na insistência em se fazer este e os outros tombamentos? No que implicava o tombamento da ponte Hercílio Luz?

3.3 A que interessa o tombamento?

Também importa para a pesquisa em patrimônio cultural observar duas questões: por que e para quem se preserva? Indo além das questões e dos critérios mobilizados pelo quadro técnico das instituições de preservação para as justificativas de tombamento. Llorenç Prats (2005) fez refletir sobre o motivo que leva a se recorrer mais à patrimonialização que a outros sistemas de símbolos como forma de legitimar identidades. Nesse sentido, se a ponte já exercia a função de identificação, se era uma “obviedade” para a população e se era “implicitamente tombada”, por que o tombamento legal da Hercílio Luz importava? Como visto, Elsa Peralta (2009) indicara que uma das funções do patrimônio era política, em consonância com Prats (2005, p.19) que indicou que os poderes políticos são os que agem sobre as

²⁰⁶ Para Becker, (2003, p.190) o uso da opinião pública nos meios políticos acaba “escondendo uma vontade de dissimular as próprias escolhas por trás daquelas tomadas de empréstimo da opinião pública”.

ativações do patrimônio. Ele destacou ainda que, estes poderes devem negociar com outros poderes importantes e com a própria sociedade. Nesse sentido, dentro de uma sociedade plural, o poder político normalmente tem apoio no poder econômico, nos interesses acadêmicos e na habilidade dos técnicos de preservação.

Nem todas as manifestações de solicitação para tombamento são acatadas nos meios institucionais de preservação.²⁰⁷ As solicitações para o tombamento da ponte Hercílio Luz, mobilizadas pelos meios políticos, foram acatadas nas três esferas institucionais e, prolongando-se por mais ou menos tempo, devido aos estudos sobre as condições da estrutura, resultaram no tombamento legal.

O tombamento municipal, que foi o primeiro a ser realizado, aconteceu por uma exigência do executivo municipal em 04 de agosto de 1992. Como visto, em 1990, uma solicitação foi acatada pelo SEPHAN/IPUF, mas teve como conclusão o reconhecimento da incapacidade do município em preservá-la. A mesma vereadora, Jalila El Achkar (PV), solicitou novamente o tombamento municipal em 03 de agosto de 1992, mas dois meses antes, em junho de 1992, um ofício enviado do IPUF para o então prefeito, Antonio Henrique Bulcão Viana²⁰⁸ dava indícios de que o processo já estava em vias de finalização, pois nele constava a justificativa de tombamento e a minuta do decreto de tombamento²⁰⁹. De acordo com as arquitetas do

²⁰⁷ Há casos em que o quadro técnico não reconhece no objeto da solicitação os “requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico” tanto nacional, quanto estadual ou municipal. Assim como há casos em que, o tombamento é feito por solicitação da equipe técnica e é o proprietário do bem que não reconhece tais requisitos. Estes também são casos interessantes acerca dos efeitos do tombamento e da constituição da valoração.

²⁰⁸ Em 17 de junho de 1992, o então presidente do IPUF, Ulf Hermann Mondl envia ofício n.443/DIPRE/92 para o então prefeito municipal Antônio Henrique Bulcão Vianna, encaminhando a justificativa de tombamento e a minuta do decreto.

²⁰⁹ “Considerando ser dever do município colocar em guarda os bens considerados de valor histórico, artístico e arquitetônico; Considerando a importância do monumento como marco histórico de Engenharia Civil em Santa Catarina; Considerando que sua construção na época, foi o resultado de uma antiga reivindicação da Sociedade Catarinense, contribuindo significativamente para a comunicação entre a Capital e o interior do Estado; Considerando que a construção da ponte contribuiu significativamente para o incremento sócio-econômico de Florianópolis, permitindo sua expansão em direção ao

SEPHAN/IPUF, Betina Adams (2015) e Suzane Albers Araujo (2015)

Foi tudo muito rápido. Pediram [para fazermos os encaminhamentos] e fizemos. Não demoramos mais que três dias para fazer os encaminhamentos necessários, porque já tínhamos a pesquisa sobre a ponte feita desde 1987, quando a elaboramos para o tombamento federal. Preparamos a documentação, indicamos o entorno, englobando as áreas das cabeceiras, e repassamos ao prefeito.

A COTESPHAN, instância importante para o prosseguimento do processo, que havia se manifestado contrariamente em 1990, desta vez não foi ouvida. Ela estava suspensa no ano de 1992 - e assim permaneceu até 1995 (ADAMS, 2002) - e, de acordo com as arquitetas, o executivo não achou necessária uma reunião extraordinária com a Comissão para discutir o tombamento da ponte. O entorno tombado é até hoje contestado por elas, uma vez que, por decisão do prefeito, abrangeu apenas “dez metros dos pontos mais salientes da superestrutura em cada lado da ponte.” (Decreto n. 637/92, art. 4º). Ou seja, a proposta que comportaria a área “representativa da antiga zona portuária e do primeiro ciclo industrial da cidade”, de acordo com elas, “responsável pelo seu arranque econômico” (constituída pelo conjunto “Rita Maria”, (tombado pela prefeitura em 1986); Fábrica de Pregos e Pontas (de 1896); Estaleiro Arataka (de 1907); Fábrica de Rendas e Bordados (de 1917); Forno Incinerador de Lixo (de 1914); e Forte Sant’Ana (tombado pelo SPHAN em 1938)²¹⁰ solicitada no *Memorial Descritivo*), que estava em consonância com as últimas formulações legais para a preservação urbana (Áreas de proteção) elaborada e desenvolvida pelo SEPHAN/IPUF, foi desconsiderada. Por outro lado, o então presidente do IPUF, engenheiro Ulf Hermann Mondl, considerou que: “A preservação deste importante monumento, símbolo da cidade e único exemplar do gênero no mundo” constituiria “certamente num

Continente; Considerando a excepcional pureza plástica de suas linhas, as quais se tornaram um marco paisagístico tanto de dia como de noite, no entorno urbano da região” (Decreto n. 637/92 – Arquivo SEPHAN/IPUF).

²¹⁰ Enfatizo aqui os anos de construção das edificações, exceto do Forte, datados do início da República e início século XX, mesmo período da construção da ponte Hercílio Luz.

marco na política de preservação do Município de Florianópolis.”²¹¹

Neste processo, há diferentes concepções de políticas de preservação, pois qual é o “marco na política de preservação do município” que a ponte representaria? Em razão do quê este tombamento foi realizado, uma vez que a esfera municipal, através de seu Conselho, considerava que seu tombamento era inviável? Tombar a ponte - e só a ponte, pois os dez metros não abrangiam ambiência – sem estar em consonância com as políticas de preservação aplicadas no município marcaria que tipo de política? Para Adams (2015) e Araujo (2015), um marco positivo na política de preservação seria tombar a ponte Hercílio Luz e seu entorno, fazendo da ação, a preservação de um conjunto dentro da cidade. Porém, tombar apenas a ponte e não fazer uma área de preservação parecia indicar uma abstenção da responsabilidade sobre o tombamento da estrutura, no sentido de não ir contra aos interesses – normalmente econômicos - que são observados corriqueiramente em ações de proteção patrimonial.

Dalmo Vieira Filho (2015) considerou que o tombamento municipal da ponte respondeu “à falta de responsabilidade pública sobre a real preservação de um bem cultural”. Para ele, sem a proteção da ambiência, a paisagem cultural formada pela ponte Hercílio Luz estaria ameaçada, tanto quanto a própria estrutura. De acordo com sua interpretação:

O tombamento municipal foi feito às pressas na época e todos tivemos a impressão de que ele tinha mais o objetivo de justamente liberar o entorno. [Tivemos a impressão de que foi] Alguma ação que pudesse haver para liberar empreendimentos que estavam naquele momento sendo propostos do que para outra coisa. É quase um caso inédito, um bem que é tombado já com a noção de entorno e praticamente abstrai a noção de entorno, eu acho que foram injunções.²¹²

²¹¹ Ofício n.443/DIPRE/92, de 17 de junho de 1992, do então presidente do IPUF, Ulf Hermann Mondl envia ofício n.443/DIPRE/92 para o então prefeito municipal Antônio Henrique Bulcão Vianna.

²¹² Após o tombamento municipal, foi construído o edifício residencial Boulevard Hercílio Luz, aprovado em 1993, na cabeceira continental da ponte, fora do entorno determinado pelo decreto que tombou em nível municipal, (ADAMS, 2002, p. 184, nota 66) mas muito próximo da cabeceira continental. Jalila El Achkar (2015) fez menção a uma estratégia do executivo, semelhante a

O Decreto municipal n.637/92 que tombou a ponte Hercílio Luz prezava, no artigo 3º, pelas características do bem como ponte pênsil, mas permitia que o proprietário (o Estado de Santa Catarina) promovesse reformas que fossem necessárias para manter a segurança estrutural, “podendo inclusive trocar a catenária de barras com olhais, por cabos de aço ou outra solução”. Ou seja, este decreto buscou preservar o monumento, principalmente sua forma, mas demonstrava não haver maiores estudos ou soluções para o problema estrutural, que permaneceu sobre a alçada do Departamento de Estradas de Rodagem, sem a especificidade da preservação patrimonial.

Por outro lado, pode-se considerar a ação também como uma estratégia política que visava ao tombamento federal e à busca de recursos para a restauração. De acordo com Araujo (2015), considerava-se, na época, que a proteção da ponte Hercílio Luz, em nível municipal, era vista como um pré-requisito, no sentido de que o reconhecimento municipal era necessário para que pudesse haver também o reconhecimento federal, principal interesse do processo: “Se nem o município reconhece seu patrimônio, por que a União o faria?”, enfatizou Araujo (2015), como uma indagação presente em 1992. Esperidião Amin Helou Filho (2015) também corroborou esta concepção sobre o tombamento municipal, considerou-o “uma etapa para isso”, ou seja, uma etapa para chegar ao tombamento federal.

Já as homologações dos tombamentos estadual e federal têm uma característica importante: são marcados por uma interessante intersecção (vide tabelas 2 e 3). Indo ao encontro desta concepção que via os tombamentos locais como pré-requisitos, os movimentos mais incisivos que visavam ao tombamento federal (meios políticos) se voltaram também ao tombamento estadual, talvez com o objetivo de somar forças para o federal, mas a decisão de tombar (que cabe ao Conselho da

do tombamento da Inspeção de Rios e Portos de Florianópolis, localizado na Avenida Beira Mar Norte, decretado também em 1992. (Entrevista em arquivo pessoal). Adams (2002, p. 150) indicou que o tombamento da Inspeção de Rios e Portos foi emergencial, porque a demolição do edifício estava em andamento após um alvará emitido pela administração pública. Assim, houve a intervenção do Ministério Público Estadual, através de uma Ação Civil Pública. “Sua localização de interesse é imobiliário evidente e as ações sobre o imóvel apresentaram repercussões em vista da grande visibilidade da edificação, situada na Av. Rubens de Arruda Ramos (Av. Beira Mar Norte).”

Instituição de Preservação) em nível estadual foi posterior à homologação federal. O tombamento estadual foi homologado no dia 13 de maio de 1997, no ano seguinte da solicitação feita pela ALESC à FCC. Foi acatado na Fundação e aceito por unanimidade no Conselho Catarinense de Cultura também em maio daquele ano. O tombamento federal, por sua vez, teve Portaria divulgada dois dias depois da homologação daquele, em 15 de maio de 1997, mas foi acordado após a reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, que aconteceu em 28 de abril de 1997. Esta informação, porém, não foi apenas destinada aos conselheiros e demais presentes na reunião, mas foi publicizada. O encarte “Marcos do Desenvolvimento de Santa Catarina” do Jornal *O Estado*, datado de 13 de maio de 1997, ao mesmo tempo em que indicava a homologação do decreto de tombamento estadual feita pelo governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, informava sobre a decisão federal: “O tombamento, em nível nacional, ocorreu no dia 28 de abril e agora a ponte pertence ao Patrimônio Histórico Nacional”. Então, “informalmente”, o tombamento estadual aconteceu após o tombamento federal.²¹³ Araujo (2015) também indicou na entrevista que o tombamento federal havia sido realizado anteriormente ao tombamento estadual, fazendo menção a esta decisão do Conselho e indicando a repercussão daquela decisão.

Dalmo Vieira Filho, Superintendente estadual do IPHAN em Santa Catarina em 1997, participou da reunião que tombou a ponte em nível federal, em 28 de abril. Ele foi também o conselheiro relator que decidiu pelo tombamento estadual em 5 de maio de 1997, através do Conselho Estadual de Cultura. De acordo com ele, a ponte não foi tombada anteriormente pelo Estado, pois as decisões tomadas dentro da Fundação Catarinense de Cultura, por exemplo, nos anos em que este arquiteto foi o Diretor Geral da Instituição (1991-1994) buscavam se relacionar a tombamentos e projetos que tivessem resultados efetivos; ou seja, que garantissem, realmente, a preservação através de obras de conservação/restauração e seu uso social. Para Vieira Filho (2015), a ponte era um diferencial para a Instituição Estadual naqueles anos, pois:

²¹³ Cabe também indicar que a primeira discussão do Conselho Consultivo, que visava ao tombamento federal, foi para pauta em março de 1996, três meses antes de a solicitação estadual ser enviada à FCC, em junho de 1996. Posteriormente, a reunião aconteceu em agosto de 1996. E por fim, em abril de 1997. (Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

tombar a ponte na circunstância em que estava, fechada, era possível. Mas fazer o tombamento enquanto estava o processo nacional seria praticamente inócuo. E os efeitos do tombamento já estavam produzidos, porque ela já fazia parte do sentimento da população.

Neste sentido, para Vieira Filho (2015), a própria questão de haver o “tombamento implícito” da ponte era motivo para a espera da equacionalização da questão nacional e da conservação. Assim, a Instituição Estadual não se envolveu completamente com o processo. Para ele, tombar a ponte na época, seria “praticamente um tombamento simbólico de um bem do estado, no qual o tombamento não surtiria nenhum efeito complementar.” (VIEIRA FILHO, 2015) Por isso, a decisão pelo tombamento se deu após a decisão federal.

Esta também foi a concepção do Conselho Consultivo do IPHAN, após a primeira reunião que discutiu o tombamento da ponte Hercílio Luz. Com as últimas conclusões dos estudos técnicos realizados entre 1987 e 1996, que visavam ao tombamento federal, todo o processo seguiu para o Conselho Consultivo para que fosse analisado pelos conselheiros e relatado pelo responsável, o Almirante Max Justo Guedes²¹⁴. Em março de 1996, houve a primeira reunião. Como conclusão, foi acordado que o processo da ponte seria arquivado, pautado nos estudos técnicos realizados até então, até que se tivessem soluções sobre o problema da restauração. Foi considerada imprescindível a prévia restauração para viabilizar o tombamento. O conselheiro relator foi enfático indicando que o maior interessado na preservação da ponte deveria ser o governo do estado de Santa Catarina, seu proprietário. E, embora não estivesse ali relatado por ele, a ponte não havia sido tombada pelo estado e sequer a solicitação havia sido enviada para a FCC naquela data. Para ele, somente após a restauração, a discussão poderia ser reaberta para tomar um caráter definitivo de tombamento. Corroborando as conclusões técnicas já vistas, para Max Justo Guedes, se a ponte fosse tombada da forma como estava, ficaria sob o risco de ruir mesmo após o tombamento, uma vez que o Instituto

²¹⁴ Max Justo Guedes era almirante e especialista em História Naval Brasileira e História da Cartografia e faleceu em 2011. Tem diversos livros publicados sobre a história naval e, dentre eles, escreveu “Almirante Lucas Alexandre Boiteux: marinheiro e historiador”.

Federal – assim como o municipal que já a havia tombado e o proprietário, governo do estado - não dispunha de recursos para arcar com as despesas do restauro.

Porém, esta não foi a concepção de políticos e de alguns cidadãos de Florianópolis e de Santa Catarina, cujas manifestações deram outro rumo ao processo. Em especial, dois senadores, um vereador e duas entidades formadas em Florianópolis são imprescindíveis para entender o que se passou. Uma delas, a primeira a ser formada, em 1995, foi a Fundação Pró-Florianópolis, entidade “isenta politicamente” (GALVÃO, 2015; UNGARETTI JR., 2015), não governamental e sem fins lucrativos²¹⁵. Ela participou direta e ativamente da busca pelo tombamento e restauração da ponte, através principalmente de seu então presidente Norberto Ungaretti Jr.²¹⁶ (advogado do TRE-SC), que atuou junto ao Conselho Consultivo e ao conselheiro relator Max Justo Guedes, e, posteriormente, de Luiz Gonzaga Galvão (economista, professor da UFSC), com Seminários realizados na UFSC que objetivavam discutir a restauração após o tombamento.

De acordo com Fantin (2000), mobilizações sociais foram aparecendo em Florianópolis nos fins da década de 1980 e início de 1990, pois a cidade havia recebido grande contingente populacional, devido à busca por empregos na Ilha, nas empresas e instituições fundadas desde a década de 1960, mas também devido aos atrativos que a Ilha oferecia por causa de sua natureza. A chamada “indústria turística”, que se tornou objetivo das gestões governamentais de Florianópolis, vinha também se desenvolvendo e o crescimento da cidade foi constante e sem um planejamento urbano eficiente para isso, o que fez com que, de acordo com ela, a preocupação com a preservação ambiental e cultural fosse se intensificando.

²¹⁵ Seu “mentor” foi Luiz Gonzaga Galvão. Para Ungaretti Jr. (2015) “foi dele que partiu a ideia de reunir pessoas para defender a cidade”. (Entrevista em arquivo pessoal).

²¹⁶ Norberto Ungaretti Jr. é filho de Norberto Ungaretti, que foi desembargador, escritor, político e professor do curso de Direito da UFSC. Ele também foi membro da Academia Catarinense de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Publicou um livro “Laguna: um pouco do passado.”. A mudança da idade da cidade de Florianópolis, aprovada recentemente através de um projeto de lei indicado pelo vereador Afrânio Boppré (PSOL) foi levado à votação na Câmara a partir de uma proposta feita pela família de Norberto Ungaretti. Ou seja, foi um cidadão participante da vida política e social da cidade.

De acordo com Márcia Fantin (2000, p. 56), a partir de 1985 surgiu com mais força, em Florianópolis, uma “outra dinâmica na disputa de projetos e também uma mudança na cultura política local”, se comparada a que se tinha até então. Esta nova dinâmica estava relacionada ao fortalecimento das organizações e de movimentos ecológicos e comunitários, e da eleição de vereadores populares. Jalila El Achkar (2015) já havia indicado essa modificação nas eleições de 1988 e Fantin (2000) indicou esta nova conjuntura, principalmente devido à concepção da existência de um grupo “do contra”. Tratavam-se de diferentes forças atuando na cidade, gerando um tipo de conflito. Conforme indicou Lohn (2002, p.274)

Qualquer tipo de manifestação de oposição foi [a partir de meados do século XX] e, muitas vezes, ainda costuma ser qualificada sob o argumento de ser proveniente dos “contras”, ou seja, daqueles que se oporiam a qualquer ação ou tentativa de implantação de projetos na cidade por parte dos grupos de poder que a dominam.

Eram disputas políticas, as quais levavam à luta de representações, devido às ideias e planos propostos para a cidade e os resultados das eleições para governo do estado e para a prefeitura de Florianópolis. Fantin (2000) e Lohn (2002) consideram que a expressão foi muito utilizada em campanhas publicitárias que colocavam a questão de quem eram os “amigos” e quem eram os “inimigos” da cidade, no início da década de 1990. Para Fantin (2000), considerava-se “amigo” quem defendia o desenvolvimento econômico, o progresso e apoiava a investimentos em grandes empreendimentos turísticos e o “inimigo” ou “do contra”, os críticos a este progresso, os críticos aos aterros, à construção de hotéis de luxo, marinas, ecologistas que buscavam a preservação da Ilha, etc. ou seja, os contrários às demandas empresariais de desenvolvimento.²¹⁷ Fantin (2000) indicou que, inserido nestes pontos de conflito, o que era posto em jogo era a representação e a apropriação do “amor pela cidade”, uma bandeira muito utilizada em política, e mobilizada por ambos os setores.

²¹⁷Jalila El Achkar (2015) também faz menção a esta dicotomia entre “prós” e “contras” utilizando semelhante definição. De acordo com ela, sua eleição no ano de 1991 foi inviabilizada por estas campanhas que a colocaram no terreno dos “contra”. (entrevista em arquivo pessoal).

Esta bandeira de amor e defesa de Florianópolis foi assumida por entidades como a Protur (Fundação Pró Turismo), a Propague (empresa de publicidade) e a Fundação Pró-Florianópolis. (FANTIN, 2000). Norberto Ungaretti Jr. (2015), primeiro presidente da Fundação Pró-Florianópolis, corroborando a existência destas bandeiras e expressões, indicou que “o amor por Florianópolis era a causa principal da Fundação, tanto que estava no nome da ONG: era Pró-Florianópolis e não Contra Florianópolis.” O primeiro folheto de divulgação da Fundação indicava que, com ela, a comunidade poder-se-ia “afinar” com um mesmo objetivo. Assim a comunidade poderia “por em prática todas as ideias que beneficiem nossa cidade e nossa população. Afinal, todos somos pró-Florianópolis”. É possível analisar esta fundação, com base em Barnes, (2010, p.172), que indicou que uma das formas de atuação das associações é em rede, forma pela qual é possível encontrar “processos por meio dos quais indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações de seus seguidores”.

Ungaretti Jr. (2015) indicou que a Protur deixou herança para a Fundação Pró Florianópolis. De acordo com ele,

a Protur ganhava espaços consideráveis na mídia local, nos fins da década de 1980 e início de 1990, pois defendia interesses que visavam ao crescimento de Florianópolis, com destaque para os interesses turísticos. Seus associados eram pessoas jurídicas ligadas ao turismo. (UNGARETTI JR, 2015)

A Fundação Pró-Florianópolis, por sua vez, de acordo com Galvão (2015) e Ungaretti Jr. (2015), tinham pessoas físicas como associadas, embora pessoas com expressão política e proprietárias de empresas²¹⁸, o que, de alguma forma, indicava interesses empresariais

²¹⁸ Membros efetivos do Conselho Curador: Airton Oliveira, Aldírio Simões, Amauri Silva Junior, Andrey Cunha Amorim, Anita Pires, Antonio Pereira Oliveira, Ari Santos, Armando Gonzaga, Bernadete Piazza, Carlos Berenhauer Leite, Claudio Prisco Paraíso, Colombo Machado Salles, Dalmo Manoel Veras Junior, Eduardo Viana Reitz, Fábio Fontes Philippi, Fernando Marcondes de Mattos, Guilherme da Silva Grillo, Hamilton Peluso, Jair Francisco Hamms, José Matusalém Comelli, José Nazareno Vieira, Lúcio Botelho, Luiz Heitor Simone Ferrari, Luiz Ricardo Martinelli Machado, Luiz Roberto Barbosa,

na opção pela associação a um determinado grupo

[éramos] um grupo de pessoas nascidas em Florianópolis. Havia empresários, membros da imprensa, donos de agência de propaganda, funcionário da CASAN, funcionário da UFSC, funcionário do Tribunal Eleitoral, profissional liberal, essas poucas pessoas, que se autodenominavam manezinhos da Ilha (...) - nenhum xenófobo²¹⁹ - que tinham amor pela cidade. (UNGARETTI Jr. 2015)

Na Fundação havia gente de diversas áreas: engenheiros, economistas, advogados, e todos trabalhando voluntariamente, de graça. E o interessante é que esse grupo era praticamente, 99% de nativos, manezinhos da Ilha, que realmente incorporaram esse nosso pensamento de ajudar, porque ainda havia tempo de mudar alguma coisa. (GALVÃO, 2015)

Interessa observar que ambos deram ênfase à natividade dos

Maurício Amorim, Moacir Pereira, Nereu do Vale Pereira, Norberto Ulyssea Ungaretti Junior, Othon D'êça Cals de Abreu, Paulo Bastos Abraham, Paulo Gil Alves, Paulo Roberto Fagundes de Freitas, Ricardo Bastos Ferreira, Roberto da Luz Costa, Roberto Henrique Barreiros Silva, Sérgio da Costa Ramos, Tertuliano Xavier de Britto, Walter da Silva Koerich, Zeferino Costa Junior. Membros Suplentes: João Jorge de Lima, Nicolau Jorge Haviaras, Odorico Antonio Gonçalves, Walter Shappo, Vilmar Nunes da Silva, Arnaldo R. C. Glavam, Jorge Daux Filho, Vera Sabino, Edu Aguiar, José Nunes Pires. Membros efetivos do Conselho Fiscal: Presidente Luiz Gonzaga Galvão, Newton César Viegas, Paulo Ricardo Caminha. Membros Suplentes: Luiz Osnilo Martinelli, José Antonio de Souza e George Alberto Peixoto. Diretoria Executiva: Presidente Norberto Ulyssea Ungaretti Junior, Diretor Administrativo Financeiro Luis Carlos Godinho, Diretora de Patrimonio Histórico Cultural Lélia Pereira da Silva Nunes, Diretor de Projetos Especiais Luiz Gonzaga Galvão, Diretor Jurídico Andrey Cunha Amorim e Diretor de Eventos Luiz Roberto Barbosa; conforme indica um Folder da Fundação Pró Florianópolis, concedido à autora por Luiz Galvão.

²¹⁹ A fim de reiterar que o grupo não era xenófobo, Ungaretti Jr. (2015) indicou que havia a participação “gaúchos radicados em Florianópolis e outras pessoas”, à medida que a Fundação ia crescendo. (Entrevista em arquivo pessoal).

participantes e a não existência de xenófobos neste grupo. Esta caracterização é fundamental para entender os processos sociais, culturais e políticos da década de 1990 em Florianópolis, além de lançar luz também à ação movida pelo “amor pela cidade”, representado pelos “manezinhos”. Márcia Fantin (2000) indica o reiterado conflito político e social entre o que chamou de “nativos” e “estrangeiros” na década de 1990 em Florianópolis, sobretudo quanto à gestão e a projetos da cidade. Era a disputa por quem falava pela cidade. A eleição municipal de 1996, por exemplo, é emblemática do uso eleitoral da figura do “manezinho” e da construção de um discurso xenófobo contra os “de fora”.²²⁰

Galvão (2015) indicou que a Fundação foi criada “para colaborar, para dar subsídios, dar ideias para a prefeitura” porque consideravam “que a equipe do prefeito na época [Sergio Grando (PPS)] não estava preocupada com o desenvolvimento caótico e sem sustentabilidade que estava acontecendo.” O slogan da Fundação era, inclusive, “regendo ideias para a comunidade”, em uma alusão a uma orquestra, a fim de “harmonizar as ideias e canalizar as energias”. De certa forma, indicar um único discurso e uma única direção para as ações políticas (uma voz uníssona). De acordo com Galvão (2015), em Florianópolis, no início de 1990,

Havia problemas graves na área social: menores na rua, aumento dos moradores de rua e no nosso próprio patrimônio, artístico, cultural, por exemplo, a ponte Hercílio Luz, as nossas igrejas, a catedral, no Ribeirão da Ilha, na Lagoa, a própria figueira também, porque também batalhamos na

²²⁰ Márcia Fantin (2000, p. 179) indica que “ser manezinho ou porta-voz dos manezinhos era uma espécie de pré-requisito disputado pelos diversos candidatos e forças políticas divergentes. Cada um, a seu modo, reivindicava a condição de “ser mané” ou utilizava simbologia ou expressões características, produzindo caricaturas do manezinho e transformando-o num ícone da Ilha.” Indico aqui as coligações e candidatos com mais expressão na eleição para a prefeitura de 1996. A coligação “Frente Popular” (PT, PDT, PCdoB), cujo candidato era Afrânio Boppré (nascido na capital), “Força Capital” (PPB, PSDB, PTB), cuja candidata era Angela Amin (nascida em Indaial) e partido único, Edison Andrino de Oliveira (PMDB) (nascido em Florianópolis). Interessa notar aqui que a mobilização e manipulação deste discurso fez com que a “identidade mané” indicava para a candidata da Força Capital, nascida em Indaial se sobrepôs a dos outros candidatos, inclusive, qualificando o candidato da Frente Popular como “estrangeiro”. Força Capital venceu aquelas eleições no segundo turno, com 53% dos votos.

área verde... dentre outras coisas. Estava tudo se deteriorando, desaparecendo. A ponte Hercílio Luz estava para cair na época, estava sem manutenção há anos. A figueira também estava precisando de cuidados especiais. Essas coisas são simbolismos nossos: a figueira, a ponte, a catedral, as igrejas; e as nossas próprias tradições: as festas do Divino, o nosso boi de mamão, e outras.

Ungaretti Jr. (2015) alertou ainda que a Fundação surgia pela necessidade de encontrar uma solução para “manter, resgatar, defender as coisas de Florianópolis”, pois

Florianópolis estava passando por mudanças bruscas: o carnaval já não era mais o que tinha sido; velhos costumes que desapareciam; a Ponte Hercílio Luz que tanta importância teve especialmente para a Ilha, [estava] absolutamente abandonada. (UNGARETTI Jr., 2015).

Tratava-se de um movimento de revivalismo cultural encabeçado e sustentado por voluntários - pois não havia, por exemplo, uma cobrança de mensalidade por parte da presidência - com poder de influência e preocupada com a "perda da identidade local" provocada pela ênfase no desenvolvimento turístico – ou a forma com que a gestão pública agia sobre esse desenvolvimento – e com o que poderia ser considerado as distorções do que fora sonhado para a Ilha de Santa Catarina em décadas anteriores.

A motivação para a Fundação, a partir dos relatos de ambos, se assemelha à perda da identidade nacional, conforme sugerida por Gonçalves (1996), mas em nível local. A retórica da perda foi o motivador para a criação do movimento, com um discurso de que se não houvesse a preservação, esses símbolos se perderiam. De acordo com Ungaretti Jr. (2015), foi uma reportagem veiculada na mídia, sobre “a perda de algo simbólico”, que fez com que esse sentimento aflorasse nos “manezinhos da ilha” que compuseram a Fundação²²¹. Segundo Galvão

²²¹ De acordo com Ungaretti Jr. (2015) a discussão que indicou que era necessário agir antes que os símbolos da Ilha fossem destituídos aconteceu na sauna do Clube 12 de agosto, local de sociabilidade que frequentavam.

(2015), a ideia da criação da Fundação surgiu a partir da percepção de “que a cidade estava crescendo desordenadamente” e “que era necessário fazer alguma coisa”. As falas de ambos corroboram os nove objetivos da Fundação, que tem, em primeiro e em segundo lugar, a preservação e a valorização do patrimônio natural, histórico e cultural em consonância com o desenvolvimento do município e estímulo, difusão e valorização das tradições culturais florianopolitanas:

- I – Fomentar e propugnar o desenvolvimento integrado do município de Florianópolis de forma organizada, articulada e permanente, preservando e valorizando o patrimônio natural, histórico e cultural;
- II – resgatar, preservar, estimular, difundir e valorizar as tradições culturais de Florianópolis;
- III – buscar maior integração entre Florianópolis e as demais cidades de Santa Catarina;
- IV – estimular o conagraçamento e integração de todos os habitantes do município;
- V – estimular e promover a realização de estudos e pesquisas sobre a realidade econômica, social, cultural, física e política de Florianópolis, divulgando-os amplamente;
- VI – apoiar ações de organizações públicas ou privadas, cujas finalidades sejam compatíveis com os objetivos da Fundação;
- VII – criar condições, visando suprir as deficiências da comunidade e atender aos objetivos dos seus programas, mantidos diretamente ou em regime de convênios com outras instituições;
- VIII – representar, perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, os interesses gerais e específicos dos municípios quando a consecução dos objetivos desta Fundação;
- IX – lutar pela intensificação da solidariedade social, buscando através de ações dirigidas e integradas, a conquista de um grau maior de cidadania entre os habitantes do município.

Os objetivos enunciados e as falas do mentor e do primeiro presidente corroboram Rioux (2003, p.130) que sugere que as

associações, através de “sua plasticidade, sua capacidade de se mobilizar em todas as frentes sociais, de ativar o debate de ideias”, são colocadas “em confronto também com todas as formas organizadas do poder, local e nacional, socioprofissional, administrativo e político.” Se a prefeitura não agia conforme os “manezinhos” consideravam correto, estes auxiliariam a prefeitura a agir. Tratava-se de uma força civil, mas com poder de influência e força política na cidade, uma vez que atuava em âmbitos variados em nome de um objetivo político de apelo afetivo: “o amor pela cidade”. Embora não concorressem para o exercício direto do poder político, “em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas tem acesso ao político, mas contribuem para estruturar o (...) sistema político”. (RIOUX, 2003, p.103)

Ungaretti Jr. (2015) considerou que a Fundação não surgiu por causa da Ponte Hercílio Luz, mas foi a partir dela que ficou mais conhecida. A reportagem de Suplemento Especial do *Diário Catarinense* de 13 maio de 1995 indicava que a preservação da ponte era uma das bandeiras da Fundação e que o interesse era de não deixar ruir o maior patrimônio histórico da cidade que naquele momento dependia apenas de uma solução governamental. De acordo com Galvão (2015) e Ungaretti Jr. (2015) a ponte foi o carro chefe da Fundação, a primeira causa abraçada pela ONG e foi com ela que a primeira ação foi realizada:

Nós colocamos um coração de neon – fizemos com uma mangueira vermelha no formato de um coração grande - e o penduramos no meio da Ponte Hercílio Luz, voltado para o lado das pontes [Colombo Salles e Pedro Ivo]. E de dia ninguém percebia, porque ficava apagado e a noite o coração acendia e piscava, como se o coração estivesse batendo. E aquilo não tinha quem não visse, porque todo mundo passava nas pontes. Aí aparecia o coração pulsando ali. Aquilo teve uma repercussão muito grande, a imprensa veio atrás [da gente para saber o porquê daquilo] e foi aí que começou. A partida foi daí, para querer saber o porquê. E aí dissemos que aquele coração estava lá, porque tinham dois significados: o primeiro significado é o amor que o florianopolitano tem por aquele que é o seu símbolo, é o símbolo da cidade. Não adianta você dizer que o símbolo de Florianópolis é uma peça produzida pelas

rendeiras da Lagoa da Conceição - que é um artesanato maravilhoso, finíssimo, mas que se você mostra uma toalha de renda de bilro lá fora, em outro estado, ninguém vai identificar que é Florianópolis. O símbolo da cidade é a ponte, isso é indiscutível. Se mostrar uma foto da ponte, vão dizer “isso é lá em Florianópolis, isso é lá em Santa Catarina”. Então o primeiro significado era esse, era o amor. O segundo significado era dizer que a ponte estava pedindo socorro, o coração estava batendo, mas estava batendo fraquinho. A ponte pedia socorro, porque ninguém olhava por ela. (UNGARETTI Jr., 2015)

De acordo com Galvão (2015), esta ação foi da campanha “S.O.S. Ponte Hercílio Luz” feita pela Fundação Pró-Florianópolis, e teve a intenção de chamar a atenção da população, das autoridades estaduais e federais para a situação em que a ponte se encontrava. E chegou ao objetivo, pois, segundo Galvão (2015), incomodou o então “governador Paulo Afonso que pedia para falar para o responsável que ele estava determinando que o coração deveria ser retirado”. Ainda de acordo com ele, a ação teve transmissão nacional pelo Jornal Nacional²²² e internacional: “[A imagem da ponte com o coração] Passou no Jornal Nacional, na Alemanha, na França. Professores amigos meus ligaram falando”. Ungaretti Jr. (2015) relatou que essa ação “foi o que deu a grande publicidade da Fundação Pró-Florianópolis, foi o grande *start*, e foi a primeira atividade dela.” De acordo com ele,

Foi uma coisa simples, mas com um *marketing* absolutamente fantástico. (...) O que a gente queria era dizer: nasceu a Fundação Pró-Florianópolis e a primeira coisa que vamos fazer é abraçar a ponte, é o nosso símbolo, nós a amamos e ela está pedindo socorro, porque ela pode cair de uma hora para outra e ninguém faz nada. (UNGARETTI Jr., 2015)

²²² Considerado o telejornal brasileiro, cuja audiência é a de maior abrangência no Brasil. É transmitido pela Rede Globo de Televisão, segunda maior emissora de televisão comercial do mundo e a maior rede de televisão do país. Tem também transmissão internacional, pela TV Globo Internacional.

Para Chagas (2009, p. 239), a recorrência a valores socialmente compartilhados - como o amor e a defesa da cidade -, através de fontes documentais, como monumentos, é uma forma de afirmação para grupos políticos e sociais. O uso da ponte Hercílio Luz como símbolo da Fundação e como primeira ação é sinalizador desta afirmação de valores. A atuação na defesa de um patrimônio que é, em larga escala, considerado identificador da cidade e do estado - um patrimônio implicitamente tombado - foi o carro chefe desta associação e, foi também o motivador da formação de outra associação, o Fórum Pró-Tombamento e Restauração da Ponte Hercílio Luz.

O Fórum, por sua vez, foi uma articulação suprapartidária, com engajamento político, formada, principalmente, por políticos, dentre os quais, vereadores do município e deputados da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina²²³, mas também por outras entidades sociais. Reportagem do jornal *O Estado* de 13 de maio de 1996 indicou a participação dos senadores Vilson Kleinubing (PFL), Casildo Maldaner (PMDB) e Esperidião Amin (PDS)²²⁴, que apoiavam o Fórum ao agendar audiências em Brasília, embora Amin e Kleinubing tenham sido diretamente mais atuantes. Edison Andrino de Oliveira (PMDB), então deputado federal, também indicara apoio à luta do Fórum para o tombamento da ponte.²²⁵

²²³ Criado em 10 de abril de 1996, após a negativa dos conselheiros do IPHAN para o tombamento da ponte Hercílio Luz e de duas outras reuniões, conforme indica Ofício PRE-043/96 de DJ Machado, presidente da Câmara de Vereadores para o então ministro da Cultura Francisco Weffort, em 25 de abril de 1996. Tal ofício solicitava audiência com o ministro sobre o tombamento federal da ponte. A primeira reunião foi realizada no dia 10 de abril daquele ano, e, de acordo com minutos de convites para as próximas, elas aconteciam semanalmente (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin). Reportagem de Mônica Correa da Silva no jornal *A Notícia* de 21 de junho de 1996 indica a participação da então deputada estadual Ideli Salvatti (PT) e da vereadora Zuleika Lenzi (PMDB). (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

²²⁴ Vilson Kleinubing (PFL) foi eleito senador com Casildo Maldaner (PMDB) em 1994. Esperidião Amin fora eleito senador pelo PDS 4 anos antes, em 1990. Em 1994 concorreu à presidência da República pelo PPB mas não foi eleito. De acordo com *A Notícia* de 27 de junho de 1996, Casildo Maldaner (PMDB) também compunha esta articulação suprapartidária dos senadores para a busca dos recursos. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

²²⁵ Ofício sem numeração datado de 19 de outubro de 1995 de Edison Andrino de para DJ Machado. (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin).

Ungaretti Jr. (2015) afirmou que o Fórum foi uma idealização de Demóstenes José Machado (PDS), então vereador de Florianópolis (1993-1996)²²⁶, após sua participação em reuniões da Fundação Pró-Florianópolis. De acordo com Ungaretti Jr. (2015) havia intenções políticas por parte de D.J. Machado, mas a Fundação não correspondia a estes interesses, por ser uma entidade civil. Por isso ele decidira se mobilizar com os deputados, senadores e vereadores a fim de auxiliar neste processo. Já Galvão (2015) indica que o Fórum foi uma exigência da própria Fundação Pró-Florianópolis para o tombamento da ponte. Para ele era necessária a formação de uma comissão, pois havia a responsabilidade dos poderes políticos em conseguir o reconhecimento nacional. A partir disso, com base em Rioux (2003, p.127), é possível se atentar que as associações estão “ao redor, aquém ou além dos partidos” e “é no contato de todas as forças que marcam o universo da política que se pode testar a ação das associações.” A ação da Fundação Pró-Florianópolis é próxima à política, uma vez que suas ações além de serem consideradas atos políticos, refletem nas ações políticas. Reportagem d’*O Estado* da edição de 5 e 6 de abril de 1997 indica que a motivação para o Fórum entrar na campanha foi o alto valor estipulado pela empresa *Steinman* para a restauração da estrutura. Havia a percepção de que a busca pelo tombamento seria política, ou seja, dependeria de influências políticas. Mas seria suprapartidária, conforme indicou reportagem de 13 de maio de 1996 d’*O Estado*:

a luta agora é política, ou seja, será necessária a união de forças para convencer o Iphan da necessidade do tombamento. A recuperação depende deste processo, já que tornaria possível os incentivos fiscais para quem investisse na sua restauração.

A luta política era colocada em prática através de ações destes

²²⁶ DJ Machado, como é conhecido, foi eleito vereador do município de Florianópolis em cinco eleições consecutivas, exercendo a função eletiva de 1983 até 2004. (Legislaturas – Sítio da Câmara de Vereadores de Florianópolis. Disponível em < <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>> Acesso em 17 ago. 2015).

personagens, tanto da Fundação quanto do Fórum²²⁷, que atuavam em redes políticas, empresariais e de sociabilidade. Ungaretti Jr. (2015) indicou um jantar de confraternização promovido pela Fundação Pró-Florianópolis com o objetivo

de angariar sócios para a Fundação, reunir o maior número de florianopolitanos expressivos, fazer uma coisa profissional, uma coisa bacana, uma coisa bonita, ter um discurso afinado em defesa de Florianópolis, juntando todos os partidos, juntando tudo.²²⁸

Em ação do Fórum, uma reunião foi agendada com o então ministro da Cultura Francisco Weffort em Santa Catarina para tentar sensibilizá-lo e também o IPHAN sobre a “importância que a primeira ligação Ilha/Continente tem para a memória cultural do país”.²²⁹ O slogan da campanha do Fórum era “Ponte Hercílio Luz, 70 anos de história de Santa Catarina não podem ir água abaixo”, e reportagens mostravam os esforços do então vereador e presidente da Câmara de Vereadores D.J. Machado (PDS) em nome deste objetivo, pois ele enviara “correspondência para os presidentes da Casan, Celesc, Telesc, Besc e Bando Meridional solicitando a divulgação da frase no material distribuído no mês de maio”²³⁰, a fim de angariar adeptos influentes para a causa. Buscava constituir contatos que pudessem, então, viabilizar os objetivos da causa abraçada.

²²⁷ Indicação da “parceria” entre os grupos em reportagens de jornais de televisão de Florianópolis gravadas por Norberto Ungaretti Jr. e cedidas para esta pesquisa. (Arquivo pessoal de Norberto Ungaretti Jr.)

²²⁸ Em um álbum de fotografias do jantar, Ungaretti Jr. (2015) indicava as personalidades presentes: Esperidião Amin, Paulo Afonso Vieira, Colombo Salles (que era sócio da Fundação Pró Florianópolis), César Sousa, Rodolfo Pinto da Luz, Angela Amin, Armando Gonzaga (CDL), Roberto Costa (Propague), Fernando Marcondes de Mattos, Paulinho Bornhausen, Vilson Kleinubing, Paulo da Costa Ramos, etc. (Arquivo pessoal de Norberto Ungaretti Jr.)

²²⁹ Reportagem *d’O Estado* de 13 de maio de 1996. (Pasta “Hercílio Luz” – Hemeroteca Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

²³⁰ Datado de 19 de abril de 1994, Ofícios 425,426,427/96 da Câmara de Vereadores, de DJ Machado para Paulo Ernani da Cunha Tatim, Celesc; Victor Osvaldo Konder Reis, Telesc; Julio Cesar Garcia, Casan; respectivamente. (Arquivo do Gabinete Esperidião Amin)

Paralelamente, o cineasta catarinense Zeca Nunes Pires produzia e lançava em 1996 o documentário “Ponte Hercílio Luz - Patrimônio da Humanidade”²³¹. Segundo Galvão (2015), que participou deste projeto, tinha-se a intenção de auxiliar no processo que buscava o tombamento e a recuperação da ponte. O nome “patrimônio da humanidade” foi dado por Galvão, que, também incentivou a Câmara a buscar o tombamento pela UNESCO, elaborando, inclusive, um abaixo assinado.²³² Cabe indicar, porém, que a Fundação Pró-Florianópolis enquanto entidade não teve participação no documentário, conforme indicou Ungaretti Jr. (2015). O historiador Mário Coelho participou também das pesquisas para este documentário e elaborou, em 1997, sua dissertação de mestrado sobre a ponte Hercílio Luz.

Foi a partir destas mobilizações que o tombamento federal, que tinha sido solicitado em 1985, teve o direcionamento final e que o tombamento estadual foi solicitado, acatado e também finalizado. Como já visto, foi D.J.Machado, enquanto presidente do Fórum, que solicitou em maio de 1996 que a diretora da FCC determinasse estudos para tornar a ponte patrimônio do Estado, enquanto o pedido feito pelo então deputado César Souza era discutido pela ALESC. Nesta solicitação, D.J. fazia menção à participação da FCC nas reuniões do Fórum.

Ainda em 1996, enquanto o Fórum atuava na captação de recursos federais para a restauração da estrutura, que no período era patrimônio municipal, a Fundação Pró-Florianópolis, de acordo com Ungaretti Jr.²³³, já vinha lutando há um ano e meio em duas frentes: Uma delas, semelhante a do Fórum, na captação de recursos para viabilizar sua recuperação e a outra, pelo “reconhecimento oficial que dar-se-ia através do tombamento da Ponte Hercílio Luz como patrimônio histórico nacional”. O então presidente da Fundação havia se informado sobre o processo, e chegou à conclusão, juntamente aos demais associados, de que seria de bastante importância o tombamento federal, pois “nós achamos que nem o município, nem o governo do

²³¹ O documentário “Ponte Hercílio Luz – Patrimônio da Humanidade” foi patrocinado por: Governo do Estado de Santa Catarina; TeleCentro Sul; Projeto Cultura Viva; BESC; O Banco de Santa Catarina; Telesc Telecomunicações de Santa Catarina; Telebrás Telecomunicações de Santa Catarina

²³² Houve contato com o representante da UNESCO no Brasil para sondar sobre o pedido para a ponte Hercílio Luz e abaixo assinado com 69 assinaturas. (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin)

²³³ Processo n. 1137-T-85 (Arquivo Central do IPHAN).

estado tinham recursos suficientes para bancar a restauração da ponte Hercílio Luz, mas o governo federal sim” (UNGARETTI Jr., 2015). Então,

se o governo federal tinha condições, seria muito mais fácil e até mesmo uma obrigação [disponibilizar recursos], se ela fosse tombada a nível nacional. Porque se é um patrimônio histórico nacional não se pode afastar a responsabilidade do governo federal em querer preservar e cuidar de um patrimônio nacional. (UNGARETTI Jr., 2015)

A fim de alcançar este objetivo, Ungaretti Jr. (2015) salientou que tomou como necessária a decisão de entrar em contato com o IPHAN, para saber como proceder e foi informado da negativa do tombamento decidido no Conselho Consultivo, em março de 1996.

Aí descoberto isso, eu, a muito custo e com muita dificuldade, consegui o telefone do almirante Max Justo Guedes e telefonei a ele era um carioca, senhor já de idade. Ele foi muito atencioso ao telefone, muito protocolar, mas muito atencioso. Eu me identifiquei, falei da Fundação Pró-Florianópolis, falei do processo, ele disse que recordava e disse “quem não conhece a Ponte Hercílio Luz?”. Mas disse que na época não havia elementos para que ela fosse tombada, porque todo mundo acha que tombando algo passa a ser responsabilidade do IPHAN a manutenção e isso não é verdade. Mas não era um caso perdido. Se tivessem fatos novos, se a sociedade se mobilizasse, se houvesse vontade política dos governantes... aí ele não tinha a menor dúvida que pela sua história e por sua importância a época, ela merecia ser sim patrimônio histórico nacional. E aí relatei a ele da Fundação Pró-Florianópolis, do coração que toda noite ficava batendo e ele achou muito interessante, e muito educadamente me pediu para que encaminhasse documentos para que ele pudesse analisar e conforme fosse, reabrir o caso e levar à nova deliberação do Conselho. E aí eu montei um dossiê, com todas as matérias da imprensa, que não foram poucas, sobre esse coração e encaminhei para ele.

Após este contato, Ungaretti Jr. esteve presente em uma das reuniões do Conselho do IPHAN, mas o relator não estava presente. Ungaretti Jr. (2015) indicou que ficava monitorando os dias de reunião do Conselho em que a ponte fosse pauta e fazia as viagens a suas custas, sem auxílio monetário de nenhum órgão público ou Instituição, sequer da Fundação. Aproveitou aquela ida para fazer um discurso sobre a ponte. De acordo com discurso de Ungaretti Jr. em 1996 no próprio Conselho, essa mobilização para o tombamento foi incentivada por diversas esferas da “Sociedade Catarinense”, como Associações Comerciais, pela Câmara de Dirigentes e Lojistas, pelo Fórum de Debates, e pela própria Fundação Pró-Florianópolis. De acordo com ele, essa mobilização era a garantia do “envolvimento e engajamento de todas as vertentes políticas e sociais públicas e privadas da nossa sociedade, sem distinção partidária, sem nenhum interesse senão a recuperação e o tombamento da Ponte Hercílio Luz”²³⁴. Suas palavras buscavam indicar que a Fundação Pró-Florianópolis tinha o aval para falar em nome dos determinados setores e era uma entidade que pressionaria politicamente os poderes públicos pelo objetivo. Suplemento Especial do *Diário Catarinense* de 13 de maio de 1995 também indicava um amplo apoio social à causa: “Hoje, grande parte da população florianopolitana é unânime em afirmar que a ponte Hercílio Luz deve ser preservada”, pois ela era “considerada o principal ponto de referência do Estado”. Além da considerada aceitação pública, essa mobilização também possibilitou a liberação de recursos em nível federal, já que esse foi considerado um grande entrave para o tombamento, através das cartas dos senadores Esperidião Amin (PPB) e Vilson Kleinubing (PFL) ao Presidente da República, ao Ministro do Planejamento e ao Presidente do BID.

Os senadores Amin (PPB) e Kleinubing (PFL) buscaram, em junho de 1996, junto ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e ao então Ministro de Planejamento, Antônio Kandir, a viabilização de recursos também para a Ponte Hercílio Luz, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – que já viabilizaria recursos para obras federais na duplicação da BR-

²³⁴ Pronunciamento do então presidente da Fundação Pró-Florianópolis, Norberto Ungaretti Jr na Reunião do Conselho Consultivo de 27 de agosto de 1996 (Ata da reunião de 27 de agosto de 1996. Processo n. 1137-T-85 – Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

101.²³⁵

O tom observado nas cartas enviadas às autoridades federais demonstrava manifestação direta a valores nacionais e apelo à representatividade que a ponte Hercílio Luz tinha em Santa Catarina. Ambos deixavam claro que se dirigiam ao Ministro, crentes de que ele era um “cidadão brasileiro cômico da importância de se preservar o nosso valioso patrimônio cultural” e que sabiam que esta política estava de acordo com a do então presidente Fernando Henrique Cardoso, “na medida em que a preservação da identidade cultural do país [era] passo fundamental para a consolidação de seu papel entre as nações desenvolvidas”. A referência ao então presidente e às políticas desenvolvidas pela atual gestão presidencial sugere que os senadores se alinhavam àquela gestão. O apelo à representatividade da estrutura ficou a cargo da “certeza” de que cada “cidadão do nosso estado” reconheceria o empenho do Ministro “pela incorporação definitiva desse valioso bem cultural ao plantel dos marcos referenciais da nação.”, pois ambos estavam ali para desempenhar o “papel de transmitir o clamor” do “expressivo contingente de conterrâneos”, os quais eram representados pelos deputados do Fórum Pró-Restauração, pois eles eram os “porta-vozes dos anseios da população catarinense”. Este contato direto com o Ministro, assim como os outros que indicavam o uso da influência política, pode ser analisado, conforme indicou Kopytoff (2008, p.106), como uma troca política, concepção compartilhada coletivamente.

Os valores subjacentes a transações desse tipo [trocas políticas] abrangem no seu conjunto, a sociedade como um todo, ou são pelo menos compartilhados pelos grupos que detêm hegemonia cultural na nossa sociedade e definem a maior parte daquilo que tendemos a chamar de nossa cultura pública.

Este discurso, além de fazer coro ao das solicitações que mobilizavam os conceitos subjetivos da memória e identidade coletiva,

²³⁵ De acordo com Ideli Salvatti, então deputada estadual (PT), em reportagem no A Notícia de 27 de junho de 1996, o então vereador DJ Machado e ela foram os responsáveis pelo pedido para o então senador Wilson Kleinubing intermediar o caso com a União. (Pastas “Ponte Hercílio Luz”- Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina).

também fazia coro aos ideais da luta política pela preservação da estrutura. Se a luta era política e este tipo de troca faz parte de uma cultura pública, era necessário que os contatos fossem feitos e os caminhos disponibilizados. Esta ação é simbólica ao indicar a possibilidade de acesso dos senadores a aliados influentes, capazes de exercer maior pressão sobre a causa. (BOISSEVAIN, 2010) ou garantir o alcance do objetivo, no caso, investimentos. Andriano de Oliveira (2015) também indicou que suas reiteraões aos pedidos de tombamento federal aos Ministros da Cultura, em 1987 e 1995, foram formas de abrir portas e fazer transparecer aquele anseio: tombar a ponte em nível federal.

Esperidião Amin Helou Filho e Vilson Kleinubing fizeram referência também às políticas de preservação patrimonial, que, principalmente a partir da década de 1960, se viam aliadas às políticas de desenvolvimento urbano e ao fomento turístico, pois para ambos os senadores,

a consolidação da plenitude democrática e a modernização do Estado, propiciados pelo governo (...) vem colocando o Brasil no elenco dos países cuja política cultural visa à perpetuação de seus bens patrimoniais, enquanto instrumentos para um desenvolvimento harmonioso.

De forma a dar maior vulto ao movimento, paralelamente, Esperidião Amin fez um pronunciamento no Senado Federal em junho de 1996:

O processo que tramita no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN foi sobrestado, tendo em vista o parecer que, apesar de enfatizar a importância do bem, considerou prudente condicionar o seu tombamento à prévia restauração. Com todo o respeito à prudência dos eminentes conselheiros que aprovaram o parecer, ocorre-me que o caminho deveria ser antes o inverso. Pois se deixarmos de tombar um bem com receio de que ele venha a **tombar** por si próprio, de que serviria o tombamento? Se não é para salvar um bem, de alto valor patrimonial, do

perigo de sua destruição ou de sua descaracterização, para quê tombá-lo? (grifo do próprio texto)²³⁶

O trocadilho com o verbo “tombar” – o qual, aliás, me vali para este capítulo - é significativo do andamento do processo no período, pois os estudos e as informações noticiadas pelos jornais (tendo em vista que os periódicos correspondem também ao imaginário de uma época) indicavam o perigo iminente de a ponte ruir, caso não houvesse uma ação efetiva sobre ela. Essa ação se pautava na busca pelo tombamento a fim de garantir recursos para a restauração, medida vista inclusive no estudo elaborado pela Consultora Legislativa Vera Americano Bueno no Senado Federal para dar argumento ao discurso de Amin.²³⁷ O enfoque dele ia ao encontro dos investimentos empresariais possíveis e cada vez mais comuns a empreendimentos culturais no Brasil, proporcionados pela Lei Rouanet. Este também foi o enfoque do pronunciamento feito pro Ungaretti Jr. no Conselho Consultivo em 1996. Para ele, o tombamento da ponte em nível federal seria “parte vital do processo de nossa luta pela preservação e recuperação”, pois esse ato seria

de fundamental importância para a sensibilização do mecenato, de outras organizações não governamentais engajadas nessa gloriosa luta, como instrumento de pressão aos órgãos governamentais que tenham condições de dar sustentação ao projeto de recuperação, e acima de tudo, impedir o avanço especulador imobiliário, que na ânsia de dividendos financeiros, até torce pelo seu abandono geral.²³⁸

A referência do então presidente da Fundação ao mecenato e à necessidade de haver o tombamento anterior à restauração tem como

²³⁶ Pronunciamento de Esperidião Amin no Senado em 1996. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detalhes.asp?d=189462>> Acesso em 26 jun.2014.

²³⁷ (Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin)

²³⁸ Em reportagem do jornal *O Estado* de 13 de maio de 1996: “Caso a Hercílio Luz se torne parte do patrimônio histórico artístico nacional, explica Ungaretti, as empresas que doarem dinheiro para recuperação poderão se beneficiar das regras do Pronac (Programa Nacional de Apoio a Cultura). Esse programa possibilita uma isenção de até 70% do valor doado no Imposto de Renda.”.

base a dedução fiscal a partir de doações e patrocínio para projetos culturais, garantida, então, pelo PRONAC (Programa Nacional de Cultura), instituído pela Lei Rouanet. De acordo com a Lei federal n. 8313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, uma das finalidades do PRONAC é “preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro” (artigo 1º, inciso VI), através de projetos culturais que captassem recursos deste Programa com o objetivo de preservar e difundir o patrimônio artístico, cultural e histórico, também através da “conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;” e da “restauração de obras de artes e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural” (art. 3º, inciso III alínea b e c, respectivamente). Esta lei proporciona a prática destes objetivos através de mecanismos de incentivo à cultura, entre eles, doações e patrocínios para projetos culturais a partir da aplicação de parcelas do imposto de renda (art.18).²³⁹ Reportagem do jornal *O Estado* de 13 de maio de 1996 indicava que a recuperação dependeria de recursos que poderiam ser mais facilmente obtidos para um monumento nacional do que para um municipal, como era até então, através também de contribuição de entidades internacionais na recuperação. De acordo com a reportagem, D.J. Machado afirmava que naquele momento havia “mais esforço e interesse do governo do estado”.

Amin Helou Filho (2015) indicou que se envolveu “no tombamento federal por um motivo muito pragmático: o financiamento”, que “o tombamento foi um esforço para garantir recursos para a restauração”, pois se tinha a intenção de incluir a ponte “no programa Monumenta do Instituto Federal”, embora isso não tenha sido concretizado. A inclusão no Programa Monumenta constituiria uma estratégia de garantir essas verbas. Esperidião Amin Helou Filho (2015) indicou que estratégias políticas são realizadas a fim de disponibilizar recursos para obras diversas:

Para ter todos esses financiamentos, a ponte Hercílio Luz foi sempre considerada o marco zero da BR-282, para dar a ela o sentido nacional, estratégico, que abre portas para outros

²³⁹ Atualmente, a lei garante ações especificamente para a preservação do patrimônio, as quais foram inseridas nas disposições desta lei em 2001, pela Medida Provisória n. 2.228-1.

financiamentos. Eu seria capaz de colocar o aterro do Saco dos Limões ou o túnel (Antonieta de Barros) como marco zero para garantir dinheiro. Ou ainda, o Acesso ao Aeroporto [Hercílio Luz] como marco zero. Ou seja, é nesse sentido, são formas de você enquadrar [para financiamentos].

A captação de recursos através do tombamento federal era amplamente reconhecida e divulgada. Para Coelho (1997, p.120) a proposição do tombamento federal em 1985 já trataria de uma ação para “modificar a situação de inércia, ao possibilitar captação de recursos em órgãos federais e internacionais para a recuperação da ponte”, tendo em vista sua interdição em 1982, e a pendência de resultados efetivos nos três anos posteriores. Reportagem do *AN Capital* do dia 13 de maio de 1996 indicava de forma clara que “O tombamento da Hercílio Luz, como patrimônio nacional ou da humanidade, seria a última forma de levantar recursos para salvá-la.” É emblemática da década de 1980 e 1990, a crença nos patrocínios culturais de empresas privadas, com incentivo público, a ponto de haver cada vez menos atuação do estado, o qual, em meados de 1990 passou a apenas tramitar os processos, uma vez que as decisões sobre os financiamentos eram quase exclusivas das empresas financiadoras – a atuação privada em obras públicas relacionadas também à cultura. Tratava-se do fortalecimento da economia via consumo cultural.

Estas formas de incentivo à cultura remontam às Normas de Quito, resultado da “Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico (OEA. - Organização dos Estados Americanos) que aconteceu em 1967. Elas recomendavam que a preservação do patrimônio cultural representasse um valor econômico, e que estes bens fossem “susceptíveis de constituir-se em instrumentos de progresso”. De forma mais abrangente, as Normas propunham uma política que seria condizente com a “formulação de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social.” Quer dizer, a revitalização dos patrimônios culturais nacionais a fim de que se tornassem atrativos turísticos para que atraíssem visitantes e, por consequência, melhoria em infraestrutura local e mobilização da economia. Peralta (2003) ressaltou que uma das funções do patrimônio era a econômica, que estava diretamente ligada ao turismo. Este tipo de gestão, que buscava a conservação e a restauração para “utilização economicamente viável” (AGUIAR, 2008), também tinha por base o

ideal de preservação para uma função útil à sociedade, (vide Carta de Veneza de 1964) e para cumprir uma função social (vide Normas de Quito de 1967). De ação conjunta entre IPHAN e EMBRATUR, estas políticas foram marcadas no Brasil pelo Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, criado em 1975 e atualmente é englobada pelo *trade* turístico no chamado “turismo cultural” (COSTA, 2009).

O turismo, neste caso, relaciona-se à concepção de que a ponte Hercílio Luz é o cartão postal da cidade e à obrigatoriedade em restaurar a ponte Hercílio Luz para que ela tenha valor de uso. Sua recuperação, para Ungaretti Jr. (2015), traria diversos benefícios para a região: por exemplo, “faria renascer a parte continental que tem ligação direta com a ponte Hercílio Luz, sobretudo o comércio; possibilitaria revalorização imobiliária; a revitalização do Parque da Luz na cabeceira insular...”, os quais foram perdidos com a interdição. Um discurso bastante parecido com o da historiografia, indicando as mudanças ocorridas com a construção da ponte em relação a época anterior a ela. Por fim, Ungaretti Jr. (2015) concluía que “a ponte poderia ser um ponto turístico da cidade.”

Os interesses preservacionistas, desde a década de 1960, têm dialogado com os interesses da indústria turística, com os quais disputavam terreno. Naquele período, desenvolver o turismo nos espaços preservados era considerado a principal forma de captar recursos para a conservação e manutenção dos bens que integravam o patrimônio cultural nacional. O principal argumento para esta atividade era o de que o turismo “poderia financiar as urgentes obras de restauração dos bens imóveis e conjuntos urbanos do patrimônio cultural nacional, captando recursos da iniciativa privada e não somente do Estado” (AGUIAR, 2008, p. 75.), neste sentido, a preservação era feita por causa da capacidade de atratividade turística do imóvel em questão – ou seja, haveria uma contrapartida da preservação. Aguiar (2008) destacou que, através de relatório da UNESCO de 1968, considerava-se o turismo como a forma “necessária para salvaguardar a cultura dos diversos povos do planeta naquele momento” (AGUIAR, 2008, p. 76.) Conceção que, conforme indicou Kopytoff (2008, p.109) mostraria dois sistemas de valores: o mercado e o sistema das coisas singularizadas, pois “o que para as instituições é um patrimônio, tem valor monetário para as empresas privadas que visam o investimento para usufruto turístico”. Para Kopytoff (2008, p.110) as coisas ganham valor, na medida em que vão sendo transformadas em algo mais singular e ficam mais atraentes para os colecionadores (tendo em vista que a

preservação patrimonial também é um tipo de coleção).

A partir deste período, viu-se necessária a criação de novos destinos turísticos, devido ao desenvolvimento mundial desta exploração econômica. No Brasil, o Compromisso de Salvador, assinado em 1971, já indicava que os órgãos de turismo poderiam observar de forma mais atenta a utilização e divulgação dos bens culturais. Ainda nesta década, duas leis pautaram esta atividade no Brasil, a qual já estava sendo considerada prioridade nas políticas preservacionistas mundiais (AGUIAR, 2008, p. 79-80): são elas as Leis federais n. 6505/77, que dispunha sobre as atividades e serviços turísticos e estabelecia condições para o seu funcionamento e fiscalização (revogada pela lei n. 11.771/08) e a n. 6513/77, que dispunha sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. Esta última atuava na concepção de que “a preservação dos bens culturais brasileiros estaria legalmente atrelada à sua potencialidade enquanto atrativo turístico.”

Antonio Arantes indicou a permanência desta tendência da valorização do patrimônio cultural no século XXI:

a economia investe hoje pesadamente na reinvenção da diversidade cultural, assim como na re-qualificação dos fragmentos de história sobrepostos e amalgamados na paisagem urbana. Iniciativas de reabilitação de núcleos históricos e de edificações preservadas são praticadas por um número crescente de atores e grupos sociais e, ao mesmo tempo, tornam-se alvos de atenção de agentes de publicidade e *marketing*, com vistas à criação de negócios e mercadorias de inflexão cultural, ou com valor cultural agregado.” (ARANTES, 2009, p. 19)

Corroborando este processo, cabe dar luz à ação da rede Visa de Cartões de Crédito, que em 1996 estampou em seus cartões a ponte Hercílio Luz, no lançamento do Cartão especial chamado “Cartão Ponte Hercílio Luz”. Com isso, os dividendos seriam voltados ao fundo de recuperação da ponte. Esta ação foi utilizada como indicativo de mobilização visando à restauração, condição para o tombamento

federal.²⁴⁰ Brant (2009, p. 65) indica que a política do Ministério da Cultura em meados da década de 1990 foi concentrada no incentivo à captação de recursos no mercado e na promoção de iniciativas ligadas ao *marketing cultural*, indicando o apoio de empresas à cultura.

Ainda em 1995, em reportagem do Suplemento Especial do *Diário Catarinense*, o então Secretário Municipal de Turismo, Homero Gomes, dava enfoque a este caráter turístico:

Caso a sentença para a ponte seja mantê-la fechada para o tráfego, a Secretaria de Turismo defende a ideia de torná-la turística, ou seja, construir restaurantes nas suas cabeceiras, instalar um bondinho. Enfim, abrir espaço para que o turismo possa usufruí-la da melhor maneira possível, mas é claro, sem alterar a sua estrutura inicial.

Dalmo Vieira Filho, arquiteto que foi por muito tempo o representante estadual da Instituição Federal, em reportagem especial do dia 13 de maio de 1996, no jornal *Diário Catarinense* comparou a Ponte Hercílio Luz e a Torre Eiffel. Fez isso a fim de considerar a necessidade de pensá-la “não apenas como uma obra de engenharia, mas também como uma obra de arte de grande interesse turístico.” O arquiteto indicava a possibilidade de construção de restaurantes, palcos para shows nas cabeceiras, uma marina embaixo da ponte e elevadores panorâmicos nas duas torres para se ter uma visão das baías e da estrutura da ponte. Tomando por exemplo outras ações, ele fez comparação com a Ópera de Arame e a Pedreira Paulo Leminski em Curitiba, e o Centro Cultural Mario Quintana e a Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, os quais eram, de acordo com ele “centros culturais que exigiram investimentos superiores a US\$ 10 milhões.” Mesmo reiterando que estas seriam apenas ideias para uso da ponte, para ele, Florianópolis não poderia perder esta oportunidade de se desenvolver no

²⁴⁰ Carta do presidente da Fundação Pró-Florianópolis, Norberto Ungaretti Junior, para o Conselheiro Relator do processo da ponte Hercílio Luz do Conselho Consultivo Max Justo Guedes, datada de 23 de agosto de 1996. (Processo n. 1137-T-85 Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN). Outros exemplos podem ser vistos nos jornais estaduais que estampam as parcerias feitas, principalmente, com empresas de iluminação as quais patrocinam o sistema de iluminação da ponte.

setor turístico.²⁴¹ Cabe reiterar que nos primeiros anos da década de 1990, Florianópolis se auto intitulara Capital do Turismo do Mercosul e a Hercílio Luz, cartão postal da cidade, e única ponte do tipo no mundo poderia garantir este título.²⁴² De alguma forma, parecia se tratar novamente da função política – e agora cultural – da ponte Hercílio Luz na manutenção de uma capital na Ilha de Santa Catarina. Sua instituição na memória política local se converteria também e decisivamente na “imagem de marca”, em princípios turísticos, da cidade.

Porém, importa destacar que essas ideias surgiram com maior densidade posteriormente, embasadas nas possibilidades legais que dispunham, para dar corpo ao movimento pela preservação. Em princípio, importava reaver um equipamento urbano importante para a mobilidade da cidade, manter de pé um símbolo e buscar recursos para ambos os objetivos. Neste sentido, a preocupação dos conselheiros nas reuniões no Conselho Federal do IPHAN era se a ponte restaurada poderia absorver percentual do trânsito da cidade, tendo em vista que era essa sua função primária.

Ungaretti Jr. como representante da Fundação Pró-Florianópolis e da “sociedade civil” possibilitou que uma extensa documentação, que incluía as solicitações de Esperidião Amin e Vilson Kleinubing ao Ministro e ao presidente do BID, estudos acerca da mobilidade urbana e da função da Hercílio Luz aberta ao tráfego chegassem ao relator Max

²⁴¹ Atualmente, há projetos desenvolvidos e sendo estudados pela Prefeitura Municipal e diversas propostas para o uso da ponte Hercílio Luz como local de lazer no centro da cidade.

²⁴² Corroborando esta concepção, Márcia Fantin (2000, p.74), considera que: “Florianópolis (...) reúne diversos tipos de “símbolos” que facilitam a construção de uma imagem de cidade turística: belezas naturais (o Morro da Cruz, a Lagoa da Conceição, a figueira, as suas 42 praias); patrimônio histórico (a Ponte Hercílio Luz, o Mercado Público, a Praça XV, os antigos casarões); singularidade cultural (os pescadores, as rendeiras, o manezinho), além dos símbolos festivos como o carnaval, a Farra do Boi, a Festa do Divino, o Boi de Mamão”. Mas indica que a vocação turística de Florianópolis deveria se pautar em três alicerces: “desenvolvimento sustentável (nova concepção que busca o desenvolvimento econômico sem destruir o meio ambiente); ecoturismo (expressão das novas relações com a natureza, da ênfase na aventura, da necessidade de neutralizar o stress das grandes cidades); turismo cultural (expressão do movimento de valorização de manifestações culturais, de tradições e do patrimônio histórico)”. (FANTIN, 2000, p.78).

Justo Guedes e possibilitou que o tombamento da Hercílio Luz fosse pauta novamente da Reunião do Conselho Consultivo, agora, em agosto 1996.²⁴³ Estas documentações, conforme relatado pelo parecerista relator, eram “as provas” de que o estado de Santa Catarina estaria, “por órgãos e figuras públicas de excepcional relevo, disposto a efetuar a restauração do bem” e, para ele ficou claro que a “recuperação do bem era requerida de forma generalizada pelos catarinenses”. Com o envio das documentações que “garantiriam” as verbas para a restauração da ponte, esta pauta voltou a ser discutida em nova reunião do Conselho Consultivo, de forma com que o relator propusesse o tombamento da Ponte Hercílio Luz, “como parte do esforço conjunto para salvá-la”.

Na reunião de 28 de abril de 1997, então, foi acordado que a ponte deveria ser tombada em nível federal. A portaria, na qual o então ministro da Cultura homologou o tombamento foi do dia 15 de maio daquele ano e a inscrição no Livro Tombo foi registrada em 05 de agosto de 1998. Ungaretti Jr. (2015), que havia entrado em contato com o parecerista relator Max Justo Guedes por telefone durante o processo e havia viajado ao Rio de Janeiro para atuar junto ao Conselho, considera que sua arguição oral na reunião do Conselho foi de grande importância para o tombamento, mas que, se não fosse ele ou a Fundação Pró Florianópolis, outra pessoa ou outra entidade poderiam, com o mesmo esforço, alcançar esse objetivo.

Desta forma, o tombamento federal só foi realizado após uma mobilização política e de setores influentes da cidade, que através de redes políticas e de sociabilidade, desempenhavam trocas políticas sob a bandeira do “amor pela cidade”. A ponte, por ser considerada uma estrutura com valor simbólico para a região onde está localizada, e por ter sido interditada em 1982, creditou à restauração um dilema para os

²⁴³ Enviou ao parecerista relator Max Justo Guedes, documentações que comprovariam a efetiva mobilização política e social para a conservação do bem e que isentariam o IPHAN de responsabilidade quanto a recuperação total da estrutura, complicador principal da efetivação do tombamento, conforme mencionado pelo relator. As documentações eram referentes às trocas de correspondência entre o então presidente da República, o Ministro dos Transportes e o presidente do BID e os senadores supracitados, que garantiram recursos para a obra, a abertura de concorrência do DER para aquisição de material necessário para conservação e manutenção da estrutura e comprometimento de vertentes políticas e sociais com a causa, através de pronunciamento de Lício Mauro da Silveira e Glauco Campello. (Processo n. 1137-T-85 Ponte Hercílio Luz – Arquivo Central do IPHAN).

cofres públicos – que transferiam entre si a responsabilidade pela ação e consequente restauração - e também para os profissionais responsáveis pelo tombamento, fazendo-a ser decisiva para ação. Fica claro, portanto, que enquanto a instância de preservação federal, através dos Conselhos, condicionava o tombamento à prévia restauração, os meios políticos (institucionais e de associações) faziam o contrário: condicionavam a restauração ao prévio tombamento. Conforme esta intenção, desde a solicitação feita pela Prefeitura Municipal, acreditava-se que o tombamento federal poderia garantir a restauração, considerada pelos estudos técnicos e orçamentos das empresas de engenharia, tão dispendiosa. O tombamento estadual, homologado dias depois da reunião federal, esteve relacionado à definição do parecer federal (VIEIRA FILHO, 2015), quer dizer, com o tombamento federal e a garantia de recursos exposta por Ungaretti Jr., o Conselho Catarinense, representado pelo relator Dalmo Vieira Filho, acolheu também o tombamento estadual. Ele indicou que a Instituição Federal considerava a ponte “totalmente integrada na vida da cidade e do estado” (VIEIRA FILHO, 2015), mas não fez menção ao tombamento federal no parecer estadual. Destacou, porém, que o tombamento deveria “incidir em especial sobre as linhas que particularizam a ponte e a tornam símbolo do Estado e de sua gente.” Quer dizer, apesar de orientado o problema da restauração em vias federais, a instância estadual, assim como a municipal, não se responsabilizaria pela técnica da restauração, ou seja, a manutenção das barras de olhal.

Os tombamentos da ponte Hercílio Luz podem ser considerados um caso limite das políticas de patrimônio cultural. Enquanto os diagnósticos técnicos elaborados pelos engenheiros que a inspecionaram indicavam a inviabilidade do tombamento devido à não integridade em sua constituição física (ponte pênsil com barras de olhal), o envolvimento das elites políticas se sobrepôs e garantiu seus interesses e vontades. Conforme indicou Peralta (2003), o patrimônio cultural tem uma função política ao fazer perpetuar programas políticos. Assim, as ações políticas (institucionais ou não) dos determinados atores buscaram, através do tombamento, veicular sua imagem enquanto representantes de interesses coletivos, fazendo do tombamento um meio de captação de recursos para solucionar o problema estrutural do “símbolo da cidade”. De certa forma, tratavam-se dos “representantes da sociedade” determinando o valor da obra e a sua constituição como patrimônio cultural tombado, em detrimento das decisões técnicas sobre a preservação.

Para Pollak (1989, p.10), “toda organização política (...) veicula

seu próprio passado e a imagem que ela forja para si mesma”, desta forma os meios políticos buscaram estar vinculados a esta imagem de marca que é a ponte Hercílio Luz no imaginário político e social local, tanto ao reclamar a autoria dos pedidos – indicado como uma causa à memória da cidade, quanto à participação na mobilização efetiva de tombamento. A ponte, símbolo político de um momento da história da cidade e do estado, parece ter ficado como herança para novas ações políticas que agiram e agem em seu nome. A memória política está condensada neste lugar de memória que se tornou a ponte Hercílio Luz, que embora remeta à cidade como um todo parece habitar o imaginário da elite política local.

A partir da mobilização para o tombamento que, na visão das elites políticas, era a via necessária para a captação de recursos para a restauração, seus interesses dialogavam com os valores regionais representados pelos “nascidos em Florianópolis” que não poderiam perder suas referências e seus símbolos. Os interesses econômicos, mobilizados para dar coro às motivações para o tombamento, destituem da ponte a concepção de “semióforo” (POMIAN, 1984), pois sua utilização é novamente aventada. As políticas culturais de meados da década de 1990, que preconizam o consumo cultural são exemplificadas pelas ações que buscaram a captação de recursos através do tombamento da ponte. Se era necessária sua restauração, se a cidade necessitava de sua estrutura segura para servir como equipamento urbano novamente, o tombamento – representação da singularização - poderia garanti-lo.

O monumento histórico Ponte Hercílio Luz foi tombado pelas leis de preservação. As predições de que ela fosse ruir pela gravidade e obsolescência não se efetivaram, mas permanecem, ainda em 2016, em pauta. Ela permanece fixa entre a Ilha e o Continente, protegida pelas leis de preservação nas três esferas, desafiando as empresas de engenharia que se propõem a atuar em sua restauração, desafiando os poderes públicos que tem a responsabilidade de gerir os trabalhos na obra e desafiando, também, sua história social através da (re)construção e (re)transmissão na memória coletiva.

Considerações finais: A ponte ressoa...

“Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.” (GREENBLATT, 1991 apud GONÇALVES, 2007).

Para quem chega à cidade de Florianópolis por via terrestre, passando pela ponte que dá acesso à Ilha de Santa Catarina – Ponte Pedro Ivo Campos - olha para o lado esquerdo da janela, vê a ponte Hercílio Luz e a “insinuação de passados” (GONÇALVES, 2007). Conforme evidenciam os jornais estaduais, atualmente, há diferentes concepções acerca da representatividade urbana e social da ponte, da forma como ela ressoa: de um lado, é o símbolo da cidade e dos “manezinhos”, merecedora incontestemente do *status* de patrimônio cultural e da preservação; de outro, é representativa da má gestão política, pela não resolução das obras de restauração. De um lado o discurso é para que se “preserve”, do outro é para que se “deixe ruir”.

Seminários que visavam discutir e debater a restauração da ponte Hercílio Luz foram realizados em 1995, em 1996 e em 2011, antes e depois do tombamento federal, e organizados também pelo economista Luiz Galvão, um dos fundadores da Fundação Pró-Florianópolis. Estes Seminários foram encontros entre diversos profissionais e instituições, dentre os quais, funcionários da UFSC, do DER/DEINFRA, IPHAN, Governo do Estado, e Engenheiros que visavam à recuperação e à liberação do tráfego da ponte Hercílio Luz. Galvão (2015) indicou que uma das alternativas propostas pelos Seminários e posta em prática pelo Governo do Estado foi a captação de recursos pela Lei Rouanet, via PRONAC.²⁴⁴ Esta foi uma das bandeiras das manifestações que

²⁴⁴ Em maio de 2012 foi aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, o projeto cultural “Ponte Hercílio Luz: Patrimônio de Santa Catarina. Patrimônio do Brasil”, visando à captação de recursos para a restauração através da Lei Rouanet. Disponível em <<http://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/doacoes-para-a-reformada-ponte-hercilio-luz-estao-em-quase-r-4-milhoes-.html>>. Acesso em 15 nov. 2015; “As doações e patrocínios podem partir de pessoas físicas ou empresas e

aconteceram na década de 1990 para o tombamento federal. O projeto foi proposto pela Fundação Catarinense de Cultura²⁴⁵, denominado “Ponte Hercílio Luz, Patrimônio de Santa Catarina e Patrimônio do Brasil” e aceito na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura em 2012 para captar R\$ 64 milhões.²⁴⁶

Porém, o que foi captado pela lei (R\$4 milhões) e outros investimentos pontuais não resultaram na definitiva restauração e a ponte continua interdita.²⁴⁷ Em resposta a isso, é comum observar novas mobilizações, sobretudo virtuais, produzindo e reproduzindo discursos e um sentimento que parece bastante abrangente. Por exemplo, além de informações sobre sua localização, “Derrubem a ponte Hercílio Luz”, “Ponte Hercílio Luz: o fim” e “Mobilização popular para derrubar a Ponte Hercílio Luz” são as indicações de quem procura em uma rede

são descontados do imposto de renda. O projeto de restauração Ponte Hercílio Luz Patrimônio de Santa Catarina, Patrimônio do Brasil foi aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) e está cadastrado sob o número de PRONAC 12.0499. A FCC está autorizada a captar, por meio da Lei Rouanet, R\$ 64 milhões para investir na restauração da Ponte Hercílio Luz.” Disponível em < <http://crc-sc.jusbrasil.com.br/noticias/100133660/crcsc-apoia-projeto-de-restauracao-da-ponte-hercilio-luz>> Acesso em 15 nov. 2015.

²⁴⁵ Site “Ajude a Hercílio Luz” foi posto no ar para doações, com apoio da FCC, Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Governo de Santa Catarina, Ministério da Cultura e Governo do Brasil, no endereço: <<http://www.fcc.sc.gov.br/pontehercilioluz/>>.

²⁴⁶ “Ponte Hercílio Luz – vitória para Santa Catarina”. Disponível em <http://www.sicepot.com.br/index.php?pag=conteudo&id_conteudo=463&idmenu=78&ponte-hercilio-luz--vitoria-para-santa-catarina> Acesso em 1 out. 2015; “Santa Catarina consegue aprovar a maior verba da história da Lei Rouanet”. Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/03/santa-catarina-consegue-aprovar-maior-verba-da-historia-da-lei-rouanet-3695690.html>> Acesso em 1 out. 2015.

²⁴⁷ Não levo em conta os motivos diversos para que a restauração não tenha sido realizada. Atualmente, está sendo realizada investigação do Ministério Público do Tribunal de Contas de Santa Catarina sobre o que já foi gasto com a ponte Hercílio Luz. Disponível em <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/09/sc-gastou-meio-bilhao-em-reforma-da-ponte-hercilio-luz-diz-mptc.html>> Acesso em 01 de out. 2015; <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/284815-mais-de-r-500-milhoes-foram-investidos-em-obras-da-ponte-hercilio-luz-nos-ultimos-33-anos.html>> Acesso em 01 out. 2015

social no ano de 2015, por “Ponte Hercílio Luz”.²⁴⁸ Doze anos após o tombamento federal, o último e considerado o fundamental para que as obras de restauração fossem facilitadas e realizadas, há memórias que parecem estar cada vez mais voltadas à negação da manutenção da ponte.

Este movimento da memória coletiva diz respeito diretamente à “biografia cultural” (KOPYTOFF, 2008) da ponte Hercílio Luz e a sua história social. Arjun Appadurai (2008, p. 54) sugere que “é a história social das coisas, no decurso de longos períodos de tempo e em níveis sociais extensos, que constrói coercivamente a forma, os significados e a estrutura de trajetórias de curto prazo, mais específicas e particulares.”

Como abordado nesta pesquisa, a biografia cultural da Hercílio Luz não é peculiar à uma ponte, uma vez que sua função enquanto equipamento de ligação viária entre Ilha e Continente foi modificada. Após sua interdição ao tráfego e os tombamentos, ela se tornou patrimônio cultural em três níveis de proteção. Nas discussões sobre e após os tombamentos, porém, foi indicado que era importante a sua singularização, mas não bastaria à ponte ser um “semióforo” (POMIAN, 1984), a manutenção de sua função primária era essencial – ela deveria continuar sendo uma ligação entre Ilha e Continente, sobretudo devido à sua materialidade e função primária e pela condição insular de Florianópolis que a via como um importante equipamento urbano. Gonçalves (2007, p. 23) sugere que por vezes os patrimônios culturais são vistos apenas dentro de sistemas simbólicos sem dar ênfase a sua dimensão material, para ele, “Eles não são apenas “bons para pensar”, mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana.”

Há diferentes relações entre o equipamento-ponte e monumento-ponte que se reconfiguram no tempo, nas diferentes fases da biografia cultural da ponte, com desdobramentos específicos nas escalas do grupo social (políticos, agentes do patrimônio e engenheiros) e no conjunto de

²⁴⁸ Há discursos, por sua vez, que indicam que os movimentos pela derrubada da ponte são dos “de fora”, que não têm “amor pela cidade” e que querem “descaracterizar a Ilha” (GALVÃO, 2015), bastante semelhante aos discursos e movimentos vistos em Florianópolis desde meados do século XX (FANTIN, 2000; LOHN, 2002); Blog do Cacaú < <http://wp.clicrbs.com.br/cacaumenezes/2015/10/13/em-defesa-da-ponte/?topo=67,2,18,,38,67>>; < <http://wp.clicrbs.com.br/cacaumenezes/2015/10/13/a-piada-do-ano-2/?topo=67,2,18,,38,67>> Acesso em 13 nov. 2015.

habitantes de Florianópolis. Quando foi inaugurada na década de 1920, era um equipamento urbano, mas de caráter monumental. Ela já nasceu para ser patrimônio, mais precisamente legado de Hercílio Luz, ao qual é indissociável. Este “patrimônio” enquanto “propriedade” e em nível simbólico foi construído pelo partido republicano em alianças com alguns setores sociais, entre eles a imprensa, e consolidado com a ajuda da historiografia. Com a obsolescência técnica e física, observada a partir da década de 1960, mas principalmente a partir da interdição em 1982, o estatuto da ponte se inverteu: como estava interditada e, por isso, não poderia ser um equipamento urbano, buscou-se fazer dela um equipamento cultural da cidade, o que teria respaldo em sua situação implícita de tombamento, ou seja, em sua representatividade. No campo das representações, não era mais o progresso, mas a cidade que passava a ser representada pela ponte. Com isso, discursos que a inseriam no *trade* turístico da cidade – o qual estava em expansão – foram se enunciando, a fim de dar corpo às investidas de tombamento.

Para Llorenç Prats (2005, p. 19-20), existe na sociedade uma prévia valoração hierarquizada de alguns elementos patrimoniais, que são fruto de processos identitários, não necessariamente espontâneos, mas que podem atingir um alto grau de adesão subjetiva e consenso prévio. Esta situação exige a conservação e facilita ao poder político uma via rápida e segura de ativação patrimonial. Ele constata que este tipo de patrimônio é considerado como um bem absoluto, óbvio, cuja conservação é incontestável, como se respondesse a uma realidade já estabelecida e não como uma construção. Os processos sociais de produção e disseminação da crença no valor patrimonial da ponte Hercílio Luz não foram suscitados nas instituições de preservação, através dos tombamentos. Estes valores já haviam sido consolidados em décadas anteriores, pois, conforme discutido no primeiro capítulo, foi possível observar nos discursos que a ponte era um monumento implicitamente tombado, que estava exposto e representava a cidade em diversos logotipos e fotos que difundiam a imagem da cidade e do estado. Ou seja, os efeitos do tombamento, relacionados à identificação e à afetividade, já estavam estabelecidos antes mesmo do tombamento da ponte. Denominá-la “monumento” já era uma forma de valorar quanto a isso, sobretudo porque Choay (2006) sugere que o “monumento” tem destinação pensada *a priori*, para ser simbólico e recordar, dentre outros, um desígnio político. Neste sentido, a ponte Hercílio Luz foi construída para que o governador fosse lembrado como aquele que acabou com os problemas de travessia e que manteve a Capital na Ilha. A historiografia, por sua vez, possibilitou essa

manutenção simbólica, tanto relacionada ao governador quanto à obra que ele empreendeu para a posteridade; os discursos de autoridade em torno da ponte sustentaram esta posição representativa.

Posteriormente, o “monumento” se tornou “monumento histórico”, o que, para Choay (2006) é uma constituição *a posteriori*, cuja destinação, que serve à memória, é dada pelos olhares dos técnicos de preservação. As instituições de preservação procuraram integrar a ponte à sua “coleção” (CLIFFORD, 1994; POMIAN, 1984), pois desse reconhecimento dependia a legitimação, no sentido literal, de sua patrimonialidade. Neste sentido, a constituição da ponte como patrimônio cultural tombado foi uma construção narrativa (GONÇALVES, 2007), realizada pelos pareceres dos técnicos que justificaram seu tombamento. Apesar de as estratégias de patrimonialização não abrangerem a preservação de grandes monumentos como a ponte Hercílio Luz (caso municipal) e não abrangerem a garantia da restauração (caso estadual e federal), as justificativas elaboradas pelos representantes corroboraram o tombamento.

Ainda que houvesse predominância da razão simbólica sobre a razão prática nos discursos elaborados pelas instituições sobre o valor patrimonial da ponte, na prática, foram os desafios de natureza econômica impostos pela técnica de construção que determinou a nova inversão desses polos – entre um equipamento urbano e um equipamento cultural - partir do momento em que a restauração (tanto física quanto de função) se impunha como pré-condição da preservação e o tombamento aparecia como meio de captação de recursos. Foi a técnica – a partir dos engenheiros - que informou a inviabilidade da ideia de uma função puramente cultural e turística para a ponte Hercílio Luz e foi a constituição física do bem em questão que fez dela um caso limite para as políticas de preservação, por sua inviabilidade financeira. A conservação de monumentos demanda maior preocupação com a integridade física, através da restauração e da manutenção após a restauração, para que valores do bem tombado possam ser transmitidos também pela mediação do suporte físico (FONSECA, 2015). Neste sentido, além da preservação do lugar de memória, a própria preservação estrutural era necessária, pois garantiria a segurança de pessoas que estivessem no entorno da ponte. Neste sentido, não era apenas a “vida da ponte” que importava neste caso.

Para Chagas (2009, p.160) “preservar é ver antes o perigo de destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal.” De forma semelhante à memória

que joga permanentemente com o esquecimento, a preservação está em jogo permanente com a destruição. A retórica da perda, sugerida por Gonçalves (1996), condiz que a preservação seja entendida como a resposta a uma situação social e histórica em que valores culturais estão sob o risco de desaparecimento. Neste sentido, além dos contextos que englobam as solicitações, os contextos que englobam o desenvolvimento dos processos dialogam com a destruição, seja pelos discursos que constroem as urgências, seja pela causa humana ou natural: a destruição dos símbolos ilhéus, das construções históricas, dos costumes manezinhos, que ameaçam a cultura da Ilha de Santa Catarina; a destruição da Ilha pela descaracterização geográfica e demográfica; que ameaça a sustentabilidade e a qualidade de vida na Ilha. A partir destas prerrogativas, o tombamento em nível federal da ponte pode ser considerado uma ação para fortalecer a identificação cultural dos manezinhos da ilha (nós), em uma tentativa de legitimar este grupo, em detrimento dos “de fora” (outros) (FANTIN, 2000). Trata-se da apropriação da ponte como identificadora de valores regionais. Não se negligencia aqui que este fortalecimento e mobilização em nome do “manezinho” seja também um ato político. Trata-se da ação política (institucional ou não) nas ações de preservação (PERALTA, 2003). O reconhecimento de um bem cultural em nível federal como patrimônio cultural proporcionaria um capital cultural de distinção para a cidade (BOURDIEU, 1982), cuja abrangência seria nacional.

Em nome destas defesas, os tombamentos da ponte Hercílio Luz se efetivaram com mobilização política e de grupos politicamente engajados, através da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Assembleia Legislativa de Santa Catarina e senadores catarinenses (Fórum Pró-Restauração) e da Fundação Pró Florianópolis. As fontes orais produzidas²⁴⁹ permitiram acessar a apropriação do movimento pelos agentes, indicando ser uma pauta de interesse dos atores. Para Voldman (2006, p.258)

testemunhar, dar uma versão e uma visão do passado, formar para a história um ponto de vista

²⁴⁹ Das fontes orais produzidas, também tentei entrar em contato com D.J. Machado, então vereador participante ativo do processo junto ao Fórum Pró-Restauração, porém não consegui nenhum tipo de contato com ele. As versões sobre a formação do Fórum, portanto, ficaram condicionadas às entrevistas com Ungaretti Jr (2015), Galvão (2015), Amin Filho (2015), jornais estaduais e documentação do Gabinete do Esperidião Amin.

sobre os fatos e permitir estabelecer a sua veracidade também é controlar a posteridade, ter domínio sobre a imagem que será legada à eternidade: em suma, deter ou acreditar deter a legitimidade de todo o movimento.

Cabe observar a rede que se formou nessas interações, pois integrantes da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa se aliaram na associação formada pelo Fórum Pró-Restauração, constituindo assim um grupo com interesses em comum, que se utilizava da força política, visando também divulgar um papel social, ao proteger um símbolo de carga representativa para a cidade. Chamam também para si a identificação afetiva com a ponte, principalmente pela reiteração com que ela é associada a variados aspectos da cidade e do estado. Ela tem, assim, uma inscrição na memória política e na memória urbana da cidade, que são corroboradas pela fala dos atores, já influenciadas pelos desfechos dos processos.

Interessa também notar a maneira com que diferentes grupos vão investindo-a de uma carga memorial específica, neste sentido, a biografia da ponte atravessa e se deixa atravessar pelas mudanças impressas à trajetória de uma coletividade. Na história política, ela demarca a consolidação da República e dos vencedores (condição sempre instável e contingente) das lutas pela condição de capital. Conforme indicou Chagas (2009, p.137) a memória política é resultado da “herança cultural articulada com fatos, acontecimentos, processos, conjunturas políticas”. Nos processos também sobressai o grande investimento dos políticos na patrimonialização da ponte e a discordância dos critérios de autenticação mobilizados pelo tombamento. Politicamente, parecia haver menos preocupação técnica e mais a intenção em aliar o ato (o tombamento) à autoria (políticos e indivíduos engajados) das ações na forma de um legado passível de ser representado pela ponte, esse símbolo de significativa participação na história política do estado. Pode-se concluir, então, que a ponte Hercílio Luz é um monumento (relativo aos desígnios políticos de Hercílio Luz) e é um patrimônio político (relativo aos desígnios políticos dos que a tomaram como herança política e se mobilizaram para seus tombamentos, buscando elaborar um legado e uma imagem pública para o futuro).

A ponte é um lugar de memória da política, o que não invalida a sua apropriação pelos políticos e pela mídia, como patrimônio da cidade. Francisco Weffort, Ministro da Cultura em 1996, sentenciou na

reunião que a tombou em nível federal que a ponte era “tão amada pelo povo que unifica[va] a opinião pública e a opinião política do estado de SC”²⁵⁰. De forma parecida fazia o jornal *O Estado* de 13 de maio de 1997, dia da homologação estadual, que por fim, determinou o tombamento nas três esferas:

A Ponte Hercílio Luz consegue o que nenhum outro tema consegue: unir numa mesma batalha as mais diferentes correntes políticas e ideológicas. Em discursos de lideranças catarinenses não se encontra uma única palavra contra a ponte. É recuperação, tombamento, preservação. Em torno dessa tarefa estão empresários, autoridades, técnicos e o povo catarinense e florianopolitano, que há muito sabe o que é passar num pôr de sol perto da Hercílio Luz.

Cabe dar ênfase ainda à ambivalência entre uso e simbólico da ponte Hercílio Luz nos processos de tombamento, pois o turismo se tornou uma das justificativas para seu tombamento: uma vez assegurado o valor simbólico da estrutura, o valor de uso seria alcançado com os recursos privados e com a sua exploração no turismo da cidade – embora este tipo de turismo concorresse com as praias e demais belezas naturais da Ilha. Apesar de o turismo ser uma vertente que cresceu nas últimas décadas em todo o mundo, o turismo como um aliado remetendo ao capital monetário leva a concepção do patrimônio – que remonta a noções de propriedade (OLIVEIRA, 2008; CHOAY, 2006) - ao eixo econômico. Ou seja, nesta concepção, o patrimônio deveria ser um bem com valor de uso para que não fosse um fardo para outros setores econômicos do Poder Público.

Também com este sentido, um patrimônio poderia ser integrado ou recusado pelas comunidades. De acordo com Arantes (2009, p.17), essa reação dependeria dos usos sociais a que este patrimônio viesse a servir. Para ele

Em suma, tendo em vista que a dialética de afirmação e contestação de hegemonias constantemente modifica, refaz e desloca as identidades, e que a criatividade humana reinventa

²⁵⁰ Ata de Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN em 28 de abril de 1997. (Processo n. 1137-T-85 - Arquivo Central do IPHAN).

incessantemente o social, entende-se que o patrimônio possa ser esquecido, re-encontrado, refeito, reinventado, ou desencadeie a construção de sentidos simbólicos inesperados. A proteção oficial não lhe garante um lugar seguro no panteão institucional da cultura. Este é um desafio perene e estrutural que se coloca às instituições responsáveis pela proteção, conservação e uso desses tesouros oficialmente protegidos.

Desta forma, as patrimonializações auxiliariam na transmissão de uma memória social, porém, cabe ter em mente que a transmissão implica também na atualização da memória. No caso da ponte Hercílio Luz, esta nova memória está relacionada, sobretudo, às questões da restauração. Conforme já dito, a iminente perda da estrutura foi motivadora dos processos de patrimonialização, pois através dela, haveria a garantia de recursos para que a restauração pudesse ser realizada. Além disso, o tombamento da ponte atualizou a memória da estrutura ao se elaborar um imaginário social para que legitimasse a perpetuação da estrutura, para que ela não se tornasse uma inimiga da sociedade – no sentido de despesas sem retorno, um fardo.

Porém, a extensa duração do processo restauração da estrutura (1982-2015) vem atualizando a memória sobre a ponte, e esta tem sido considerada um problema. As concepções dos atores sociais e políticos que atuaram nos processos se modificaram, inclusive, daquela época para atualmente. Por exemplo, para o engenheiro Berend Snoeijer no ano de 2015, diferentemente de sua concepção no final da década de 1980, considera que o tombamento da ponte Hercílio Luz “foi um erro cometido pelo Poder Público, pois ela não foi construída para ser um monumento histórico, mas para ser uma ligação entre duas porções de terra, responsável pelo desenvolvimento econômico e político da região.” Analisando esta concepção de acordo com Arjun Appadurai (2008), ela estaria relacionada a um fetichismo metodológico, de forma com que não houvesse atenção às transações realizadas com as coisas, mas atenção às coisas em si mesmas. Esperidião Amin Helou Filho (2015), que atuou nas esferas federais enquanto senador para conseguir financiamento com bancos internacionais, também tem outra concepção após todo o processo. Considera que se deve “substituir a ponte toda, desmontar e fazer a nova, preservando o perfil, a silhueta” que “é a identidade dela”.

Estas concepções estão relacionadas a um tipo de memória diferente do que é enquadrado pela historiografia aqui analisada, pelas

justificativas que acataram a proposta de tombamento e pelos políticos que o solicitaram no dado momento. A memória não está nas coisas, mas nas relações que se pode manter com elas. Desta forma, ela é retrospectiva e prospectiva, pois pode fornecer a cada um de nós “uma perspectiva para a interpretação das nossas experiências no presente e para a previsão do que virá a seguir” (FENTRESS e WICKHAM, 1992 apud CHAGAS, 2009, p.165). Se durante a década de 1980 e 1990, os discursos em torno das necessidades de restauração e de preservação feitos pelos periódicos, pelos movimentos políticos e civis, pela historiografia e pela memória urbana construída levavam a uma concepção sobre a representatividade da ponte, esta não seria fixa de uma vez por todas, mas móvel com o passar dos anos.

É possível notar de forma mais clara a identificação de uma memória conflitante (POLLAK, 1989) da “coletiva” difundida pelos discursos oficiais da década de 1990. Afinal, a apropriação a partir das representações, usos e práticas das populações não precisam estar necessariamente em sintonia com as do poder público (RODRIGUES, 2012, p.202). Ou, conforme sugere Castells (2012, p.27) “a atribuição de significado por parte da população local aos bens referenciais do patrimônio não corresponde à atribuição de valor e ativação por parte dos poderes locais.” Por isso, neste momento, a ponte parece representar uma memória ambígua: “representante de um passado moderno e símbolo identificador da região” *versus* “representante do descaso das autoridades”, pois, “A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.” (CHAGAS, 2009)

Kopytoff (2008, p.107) sugere que

Não apenas ocorre que a versão de cada indivíduo ou rede das esferas de troca seja idiossincrática e diferente das versões alheias, mas ela também se modifica contextual e biograficamente, conforme mudam as perspectivas, as afiliações e os interesses do classificador original. O que resulta disso é uma polêmica não apenas entre pessoas e grupos, mas também no interior de cada pessoa.

Esta ambiguidade, por sua vez, é reflexo de outra, entre o valor de uso e o valor simbólico da ponte Hercílio Luz, vista em todo o processo. Esta dicotomia está também ligada ao relacionamento que a população tem, de forma geral, com patrimônios culturais e a forma com

que as políticas de preservação se utilizam do discurso econômico para garantir a sobrevivência dos bens preservados. Para Fonseca (2015), a conservação deve acontecer em parceria entre o poder público e a sociedade. Mas é largamente difundida a ideia de que construções antigas são “ociosas ou antieconômicas” (ARANTES, 1984, p. 7), sem valor de uso. Esta concepção defende a potencialidade comercial dos bens e o lucro em curto prazo que pode vir de sua reutilização. Nesta perspectiva, um patrimônio cultural que não se adequa a estas propriedades se tornaria um fardo: geraria despesa, sem gerar lucro; e, assim, poderia claramente ser substituído por outro equipamento urbano que alcançasse o objetivo que o primeiro não alcança – tanto para a população quanto para o poder público.

Appadurai (2008, p.54) sugere que “há casos de alterações na biografia que a longo prazo modificam a história social.” Desta forma, da mesma maneira que a nova localização da ponte enquanto um patrimônio cultural é uma modificação da biografia da ponte, sua restauração e a forma com que a “memória coletiva” é mobilizada nesta nova “fase de vida” pode caracterizar mais mudanças futuras. Segundo ele, quanto maior for a distância temporal alcançada pela estrutura, tanto em nível institucional, espacial ou temporal, mais parcial, contraditório e diferenciado se torna o conhecimento sobre ela. (APPADURAI, 2008, p.77).

Não pretendi, nesta pesquisa, encontrar uma solução ou uma resposta para os discursos de “preservar” ou “deixar ruir”, mas refletir sobre as condições sociais, sobretudo de Florianópolis, nas quais foram produzidos e se desenvolveram os processos e os discursos de patrimonialização da ponte Hercílio Luz, à luz dos acontecimentos e urgências presentes. Procurei observar que existe mais de uma versão oficial em jogo sobre a ponte: por exemplo, a dos técnicos, a dos políticos e a dos engenheiros - que tem em comum o consenso previamente firmado sobre a monumentalidade intrínseca da ponte. Consenso, aliás, que parece não se manter nas décadas seguintes ao tombamento. De alguma forma, procurei dar luz aos limites econômicos da preservação cultural, assim como da representatividade da ponte na memória política local, tanto para os que “fazem política”, quanto para os que condenam os investimentos políticos e econômicos direcionados para a estrutura.

Referências

Documentos de arquivo

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Centro de Memória

Projeto de lei n.089/96 - de autoria do deputado César Souza.

Arquivo da Câmara de Vereadores de Florianópolis

Pastas “Gualberto César dos Santos”; Pastas “Jalila El Achkar”.

Arquivo Central do IPHAN/SC – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SC

Processo de tombamento federal de Ponte Hercílio Luz –
Processo n.1137-T-85

Inventário da Ponte Hercílio Luz

Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin Helou Filho

Pastas relativas à sua participação no processo de tombamento federal da Ponte Hercílio Luz e ao Senado Federal.

Arquivo Pessoal de Luiz Gonzaga Galvão

Folder da Fundação Pró-Florianópolis

Arquivo Pessoal de Norberto Ulysséa Ungaretti Jr.

Reportagens e participações de Norberto Ulysséa Ungaretti Jr. (presidente da Fundação Pró-Florianópolis) em jornais e programas de televisão gravadas na década de 1990 (imagens DVD);

Propaganda televisiva da campanha SOS Ponte Hercílio Luz (imagens DVD);

Documentos diversos relativos ao processo de tombamento federal da Ponte Hercílio Luz e à Fundação Pró-Florianópolis;

FCC – Fundação Catarinense de Cultura / Diretoria de Patrimônio Cultural

Decreto n.1830 de 13 de maio de 1997 - Homologação do tombamento da ponte Hercílio Luz.

Processo de Tombamento estadual da Ponte Hercílio Luz – PFCC103/977.

Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Jornais das pastas “Ponte Hercílio Luz”.

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / SEPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município

Decreto n. 637/92 de 04 de agosto de 1992 – Tomba, como Patrimônio Histórico e Arquitetônico a Ponte Hercílio Luz.

Processo de Tombamento Municipal da Ponte Hercílio Luz – Processo n.03/92

Documentos avulsos (COTESPHAN diversos)

Setor de Obras Raras da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina

Revista Santa Catarina Filatélica– edição de aniversário da Ponte Hercílio Luz. Ano de 1951.

Entrevistas orais

ADAMS, Betina; ALBERS, Suzana. Entrevista realizada com as arquitetas em abril de 2015 no SEPHAN/IPUF. 70 min 43 seg.

ALTHOFF, Fátima Regina. Entrevista realizada com a arquiteta em maio de 2014 no Atecor/FCC. 40 min.

AMIN HELOU FILHO, Esperidião. Entrevista realizada com o político em outubro de 2015 em seu gabinete no centro de Florianópolis. 55 min.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. Entrevista realizada com a historiadora em outubro de 2015 em sua residência em Florianópolis. 44 min 38seg.

ANDRINO DE OLIVEIRA, Edison Adrião. Entrevista realizada com o político no Hotel Majestic em outubro de 2015. 17 min.

EL ACHKAR, Jalila. Entrevista realizada no Café La Boheme, em Florianópolis em 4 setembro de 2015. 96 min.

GALVÃO, Luiz Gonzaga. Entrevista realizada com o economista em outubro de 2015 no Centro de Eventos da UFSC. 41 min.

PUCCIONI, Silvia Nunes de Oliveira. Entrevista realizada com a engenheira em setembro de 2015, em sua residência, no bairro Flamengo no Rio de Janeiro. 71 min.

SNOEIJER, Berend. Entrevista realizada com o engenheiro em maio de 2015 no Laboratório de Materiais do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC. 36 min 59 seg.

UNGARETTI Jr., Norberto. Entrevista realizada em sua residência no centro de Florianópolis, em agosto de 2015. 1h 49 min.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Entrevista realizada com o arquiteto em agosto e setembro de 2015 na Antiga Casa da Alfândega, no Centro de Florianópolis. 46 min 56 seg e 11 min 17 seg, respectivamente.

Audiovisual

Documentário “Ponte Hercílio Luz: patrimônio da humanidade”. 1996.

Cartas Patrimoniais

Carta de Veneza (1964) – Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 6 de maio 2015.

Compromisso de Brasília (1970) – Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>> Acesso em 14 jun. 2014.

Compromisso de Salvador (1971) – Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241>> Acesso em 14 jun.2014.

Carta do Restauro (1972). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>> Acesso em 10 maio 2015.

Normas de Quito (1967). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em 15 jan. 2016.

Legislação

Federal

BRASIL. Constituição Federal de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em 01 fev. 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em 01 fev. 2014.

BRASIL. Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937 – “ Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm> Acesso em 8 jan. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n.25 de 30 de novembro de 1937 – “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.” Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 29 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 3866 de 29 de novembro de 1941 - “Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm> Acesso em 10 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 3849 de 18 de dezembro de 1960 – “Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3849.htm> Acesso em 8 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 3924 de 26 de julho de 1961 – “Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm> Acesso em 9 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 4845 de 19 de novembro de 1965 – “Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4845.htm> Acesso em 10 jan. 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 01 fev. 2014.

BRASIL. Decreto n. 74 de 21 de novembro de 1966 – Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0074.htm> Acesso em 10 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 5727 de 4 de novembro de 1971 - “Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm> Acesso em 10 jan. 2016.

BRASIL. Lei federal n.6292, de 15 de dezembro de 1975 – “Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6292.htm> Acesso em 23 abr. 2014.

BRASIL. Lei n. 6513 de 20 de dezembro de 1977 – “Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6513.htm> Acesso em 8 jan. 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 01 fev. 2014.

BRASIL. Lei n. 8313 de 23 de dezembro de 1991 – “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm> Acesso em 15 jan. 2016.

BRASIL. Medida Provisória n. 752 de 6 de dezembro de 1994 – “Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/752.htm> Acesso em 10 jan. 2016.

BRASIL. Lei n. 11771 de 17 de setembro de 2008 – “Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm> Acesso em 12 jan. 2016.

Estadual

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 1.463, de 30 de abril de 1956. Dá nova denominação à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, organiza seus serviços e cria e suprime cargos no Quadro Único do Estado. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 2.975, de 18 de dezembro de 1961. Dispõe sobre educação e cultura. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 4086 de 27 de novembro de 1967 – “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 4394 de 20 de novembro de 1969 – “Dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 8.245, de 18 de abril de 1991.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei estadual n.5056 de 22 de agosto de 1974 – “Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado e dá outras providências” – Disponível em<<http://www.alesc.sc.gov.br> > Acesso em 14 jun. 2014.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 5089 de 30 de abril de 1975 – “Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa, e dá outras providências”. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n.5516 de 28 de fevereiro de 1979 – “Dá nova redação à Lei Nº 5.089, de 30 de abril de 1975, que dispõe sobre a organização de Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa, e dá outras providências.”. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 5512 de 20 de fevereiro de 1979 - “Dá denominação ao Palácio dos Despachos, em Florianópolis” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto n. 7.439 de 24 de abril de 1979 – “Institui a Fundação Catarinense de Cultura – FCC e dá

outras providências.” Disponível em: <www.alesc.sc.gov.br> Acesso em 28 de julho de 2013.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 5.846 de 22 de dezembro de 1980 – “Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado e dá outras providências.” Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br>>. Acesso em: 29 de julho de 2013.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 5.719 de 24 de junho de 1980 – “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá providências correlatas.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Constituição Estadual de 1989. Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC_16_11_2009.pdf> Acesso em 01 fev. 2014.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 7986 de 04 de julho de 1990. “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 15 jan. 2016.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 8.245 de 18 de abril de 1991 – “Dispõe sobre a organização da Administração Pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n.9342 de 14 de dezembro de 1993 – “Altera o art. 2º e o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, e dá outras providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 14 jun. 2014.

SANTA CATARINA (Estado). Lei 9343 de 14 de dezembro de 1993 – “Dá nova redação ao art. 57 da Lei nº 8.245, de 18 de abril de 1991.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei 8952 de 07 de janeiro de 1993 – “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá outras

providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 22 dez. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 10308 de 26 de dezembro de 1996. “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e adota outras providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 15 jan. 2016.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 12343 de 07 de julho de 2002. “Estabelece nova redação ao art. 6º da Lei nº 10.308, de 1996, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 15 jan. 2016.

SANTA CATARINA (Estado). Lei n. 14367 de 25 de janeiro de 2008. “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências.” Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br>> Acesso em 15 jan. 2016.

Municipal

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1202 de 02 de abril de 1974 – “Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria órgão competente.” Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em: 28 de julho de 2013.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1440 de 31 de maio de 1976 – “Altera o Plano Diretor Urbano da Cidade e dá outras providências”. Disponível em <<http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1494 de 24 de março de 1977 – “Cria o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e dá outras providências”. Disponível em <<http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1674 de 23 de novembro de 1979 – “Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Florianópolis”. Disponível em <<http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 20 de junho de 2014.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1715 de 14 de abril de 1980 – “Altera dispositivos da Lei n. 1440, de 31 de maio de 1976 e dá outras providências”. Disponível em < <http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Decreto municipal n.046 de 27 de março de 1984 – “Regulamenta as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAN, e da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município.” Disponível nos arquivos SEPHAN.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 2193 de 03 de janeiro de 1985 – “Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os Área Especial de Interesse Turístico e dá outras providências”. Disponível em < <http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Decreto n. 270 de 30 de dezembro de 1986 – “Tomba, como Patrimônio Histórico e Artístico do Município, conjuntos de edificações existentes na Área Central do território municipal.”. Disponível em < <http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Decreto n.521/89-A de 21 de dezembro de 1989 – “Designa o presidente e os demais membros da COTESPHAN”. Disponível nos arquivos SEPHAN.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 7955 de 02 de setembro de 2009 – “Dispõe sobre a implantação do Programa Cultural Locais de Memória”. Disponível em < <http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 8209 de 19 de março de 2010 – “Altera a ementa e dispositivos da Lei n. 7955 de 2009”. Disponível em < <http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 15 jan. 2016.

Câmara Municipal de Florianópolis - <
<http://www.cmf.sc.gov.br/>> Acesso em 10 jan. 2016.

Fundação Catarinense de Cultura - <<http://www.fcc.sc.gov.br/>>
 Acesso em 10 jan. 2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em 10 jan. 2016.

Laboratório de Materiais da Universidade Federal de Santa
 Catarina - <<http://labmat.ufsc.br/pt/>> Acesso em 10 jan. 2016.

Ponte Hercílio Luz Patrimônio de Santa Catarina Patrimônio do
 Brasil - <<http://www.fcc.sc.gov.br/pontehercilioluz/>> Acesso em 10
 jan. 2016.

Prefeitura Municipal de Florianópolis – Instituto de Planejamento
 Urbano de Florianópolis – SEPHAN - <
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>> Acesso em 10 jan. 2016.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - <<http://www.tre-sc.jus.br/>> Acesso em 10 jan. 2016.

Fontes Bibliográficas

ACORDI, Carla. **Dos desterrados aos motorizados:** os
 “milagres” do regime militar em Florianópolis (1968-1978). Trabalho de
 Conclusão de Curso (graduação) História. Florianópolis: UDESC, 2011.

ADAMS, Betina. **O patrimônio de Florianópolis :** trajetória da
 gestão para sua preservação. Florianópolis, SC. 218 f. Dissertação
 (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
 Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em
 Geografia. 2002.

AGUIAR, Leila Bianchi. O IPHAN e o desenvolvimento turístico
 nos conjuntos urbanos preservados. In: Instituto do Patrimônio Histórico
 e Artístico Nacional. **Anais da I Oficina de pesquisa: a pesquisa
 histórica no IPHAN.** Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008. p.71-88.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense** : a gestão do patrimônio urbano de Joinville. Florianópolis, SC, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade Disponível em : <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGAU0006-D.pdf>>. Acesso em : 1 out. 2013.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado. História. UFSC. 1978.

_____. **Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1981. 171p

_____. Fontes para o estudo da História de Santa Catarina. In: **Anais IX Simpósio Nacional da Anpuh**. Ed. IV. Jul.1977. p. 1145-1171. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S09.53.pdf>> Acesso em 30 mai. 2014.

ARAUJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo (SP), 1989. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. pp.102-113

ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da pacata Florianópolis em capital turística**. Florianópolis, 2000. 127f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

BLASS, Arno; GUERRA, Rogerio F. Caspar Erich Stemmer e o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EdUFSC. v.4, n.1 e 2, abr. e out. de 2007. p.9-46.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Ed. Peirópolis. 2009.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli. 1987.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Florianópolis 1982-2004. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EdUFSC, n.40. out. 2006. pp. 385-401.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: EdUFSC, 2001. pp.297-344.

COELHO, Mario Cesar. **Moderna ponte velha: imagem & memória da Ponte Hercílio Luz** /. Florianópolis, 1997. 172f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

COSTA, Sandro da Silveira. **Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960)**. Mestrado em História UFSC. 2002.

DALLABRIDA, Norberto. A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.4, 1996, p.9-19.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In. MACHADO, Mario Brockmann; MICELI, Sergio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cid Futura, 2000.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192.

FONSECA, Karla. **Patrimônio em contraste**: as ações de litígio na proteção do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010). Dissertação (mestrado). História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A prática de Tombamento: 1970-1990. In: **O Patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997, p.205-246

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN. n.24, p.153-163, 1996.

_____. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Registo. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

FONTANA, Remy. **Governo Amin** - um voto de desconfiança ("A opção pelos pequenos" como meio de realizar a política dos grandes). Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 16-51, jan. 1982. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23573>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

GOMES, Valter Manoel. **Formas do pensamento historiográfico catarinense**. UFSC, 1984. Dissertação de mestrado (História).

GONÇALVES, Janice. Arquivos e historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002). In: **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. 2003. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.335.pdf>> Acesso em 29 mai. 2014

_____. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: **Anais do XXVI – Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011, São Paulo. p. 1-11. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308188681_ARQ_UIVO_anpuh_2011_janice.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2013.

_____. Oswaldo Rodrigues Cabral - um “homem de letras” na periferia do patrimônio cultural. In: **Anais XIV Encontro Regional Anpuh-Rio: memória e patrimônio**. 2010. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743688_ARQUIVO_artigo_cabral_rio.pdf> Acesso em 12 jun. 2014.

_____. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século xx. 2006. 2 v. : Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social.

GOULARTI FILHO, Alcides. Integração e consolidação do capital industrial (1962-1990). **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. pp.185-303.

GUERRA, Rogério F. Henrique da Silva Fontes e a Universidade Federal de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis. v.45, n.1, abril 2011. pp.9-77.

GUIDI, Eduardo Zons. **Victor Antonio Peluso Junior:** pioneiro da geografia catarinense. Florianópolis: UFSC. Tese de doutorado em Geografia. 2010.

HAYASHI, Fernando Augusto Yudyro. **Ponte Hercílio Luz:** caracterização do projeto, construção, intervenções e estado atual de conservação. 2012. 233 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

IPHAN. **Coletânea de Leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. Lista dos bens culturais inscritos nos livros do tomo (1938-2012). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>> Acesso em 10 de março 2015.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP. v.52, n.2, 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana**. Florianópolis, 1950 a 1970. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. 2002.

MAGALHÃES, Aloisio. **E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. RJ: Nova Fronteira, 1997.

MICELI, Sergio. O Processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: MACHADO, Mario Brockmann; MICELI, Sergio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MEIRINHO, Jali; PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). A república em Santa Catarina (1889-1900). Florianópolis, 1979. v, 124f.

MEIRINHO, Jali. O poder legislativo e as instituições políticas. In: **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 2000. pp.195-219.

OLIVEIRA, Franklin de. **A morte da memória nacional**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Patrimônio como política cultural. In: **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Mauricio de Lima. **Ponte Hercílio Luz: tragédia anunciada**. Florianópolis: Insular, 1997.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à 'indústria pós-moderna'**. 1996. viii, 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

PEREIRA, Julia Wagner. **O tombamento : de instrumento a processo na construção de narrativas da nação**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em Museologia e Patrimônio.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização** (Um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, 1974.

PIAZZA, Walter F. Fontes para a história catarinense: os “documentos biográficos”. In: **Revista de Ciências Humanas**. v.3, n.6, 1984.

_____. A pesquisa histórica em Santa Catarina. In: **Revista IHGSC**. v.1, n.1, 1982. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/23718/21296>> Acesso em 5 ago. 2015.

_____. **Santa Catarina sua história**. Florianópolis: Ed da UFSC, Lunardelli. 1983.

_____; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 6ª. edição. 2003

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RICHTER, Fábio Andreas. **Corpo e Alma de Florianópolis: o patrimônio cultural na ação do governo do município – 1974-2008**. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado em História.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Espaço como representação das políticas patrimoniais no Brasil. In: CASTELLS, Alicia N. G. de; NARDI, Letícia. **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: EdUFSC, 2012.

ROSSATO, Luciana; SERPA, Élio Cantalício. **Imagens construídas imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)** /. Florianópolis, 1999.

SANTOS, Maria Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, 1996. n. 24 p.77-96.

SANTOS, Paulo Cesar dos. **Espaço e memória: o Aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis**. UFSC, 1997. Dissertação de mestrado (História).

SILVA, Adalberto Ribeiro da. **Ponte Hercílio Luz: um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História): UDESC, 2007.

SILVA, Roberto Toffoli Simoens da. **Preservação e Sustentabilidade: restauração e retrofit**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP. 2013.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conturbada de Florianópolis**. Tese (doutorado) Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2002

TREMEL, Edy Leopoldo. **Ponte Hercílio Luz: redondilhas**. Florianópolis: IOESC, 1982.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.2, 1994, p.5-15.

ZEFERINO, Augusto César. Victor Antonio Peluso Junior (in memoriam). In: **Revista GEODESUL**, n.16, ano VIII. 2º semestre de 1993. Pp. 149-154.

Bibliografia complementar

APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: **A vida social das coisas** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008. pp.15-87

ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Patrimônio Cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (orgs.) **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009. pp.11-24.

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo (SP): Global, 2010. Pp.171-204.

BECKER, Jean-Jacques. Opinião Pública. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos”: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo (SP): Global, 2010. Pp.171-204.

BOURDIEU, Pierre. Ritos de Instituição. In: **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EdUSP, 1996. pp.97-107

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTELLS, Alicia Norma González de; NARDI, Leticia (orgs.) **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: EdUFSC, 2012.

CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp.136-167

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade. Unesp. 2006.

CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, 1994. n. 23 p.69-89.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In:_____. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo (SP): Global, 2010. Pp.171-204.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 63º ano, nº 3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.)

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, Garamond, 2007.

_____. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 22, n.36. jul.-dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>> Acesso em 15 jan. 2016.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008. pp.89-121.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP. 1990.

MAFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (entrevista) **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 15, agosto 2001. Disponível em <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/285/217>>

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Discurso Fundador**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1: A reinterpretação do passado histórico. **Revista Arquitextos**. São Paulo, ano 01, v, agosto de 2000.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Conferência Magna. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN, I **Fórum Nacional do patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto/MG, 2009. Distrito Federal: Iphan, 2012. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4181>> Acesso em 10 de março de 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, S. Paulo, n.10, p.7-28, dez, 1993.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes antropológicos** [on line], v.9, n.20, p. 83-96, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf> > Acesso em 15 jan. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 2, n. 3, 1989. pp.3-15. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em 10 de junho de 2015.

POMIAN, Krzyszot. Coleção. In: **Enciclopedia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v.1, p.51-86.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social**. n.1, 2005. pp.17-35

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. **Conferência “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”**. 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. As associações em política. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, Ph (orgs.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.247-266.

Apêndices

APÊNDICE I – Breve sistematização de datas relativas aos processos analisados sobre a ponte Hercílio Luz

1922	Início da Construção da ponte “Independência”, no governo de Hercílio Pedro da Luz.
1926	Inauguração da ponte Hercílio Luz, com a nova nomenclatura em homenagem ao ex-governador Hercílio Pedro da Luz, morto em 1924.
1967	Queda da “ponte-irmã”, <i>Silver Bridge</i> , localizada nos Estados Unidos.
1978-1981	Defesa da dissertação “A Influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina” / Lançamento do livro “Hercílio Luz uma ponte integrando Santa Catarina”, ambos resultado da pesquisa de mestrado em História da historiadora aposentada Djanira Maria Martins de Andrade.
1982	Interdição de todo tráfego sobre a ponte Hercílio Luz, após inspeções de empresas que diagnosticaram corrosão

	e problemas estruturais.
1985	Solicitação feita pela Prefeitura de Florianópolis para tombamento em nível federal da Ponte Hercílio Luz. Abertura do processo no IPHAN.
1987	Elaboração do <i>Memorial Descritivo Ponte Hercílio Luz</i> pelas arquitetas vinculadas ao SEPHAN/IPUF, Betina Maria Adams e Suzane Albers Araujo.
1988	Reabertura da ponte Hercílio Luz para tráfego leve, ou seja, passagem de carroças, motocicletas, bicicletas, pedestres.
1990	Solicitação feita pela vereadora Jalila El Achkar (PV) para tombamento em nível municipal da Ponte Hercílio Luz. Abertura do processo no SEPHAN/IPUF.
1991	Elaboração do Parecer Técnico n. 01/91 para tombamento federal, pelo engenheiro e historiador de arte, Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, vinculado ao IPHAN.
1991	Nova interdição de todo tráfego sobre a Ponte Hercílio Luz.

1992	Homologação do tombamento municipal via Decreto n.637, de 04 de agosto de 1992, pelo então governador Antônio Henrique Bulcão Vianna.
1996	Solicitação feita por Moção de deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para tombamento em nível estadual. Abertura do processo na FCC.
1996	Elaboração da Justificativa n. 004/96 para o tombamento estadual, pela arquiteta vinculada à FCC, Fátima Regina Althoff.
1997	Reunião que definiu o tombamento federal da ponte Hercílio Luz no Conselho Consultivo do IPHAN em 28 de abril de 1997. Relator Almirante Max Justo Guedes.
1997	Parecer favorável ao tombamento estadual da ponte Hercílio Luz relatado por Dalmo Vieira Filho no Conselho Estadual de Cultura, em 05 de maio de 1997.
1997	Homologação do tombamento estadual via Decreto n. 1830 de 13 de maio de 1997, pelo então governador Paulo Henrique Evangelista Vieira.

1997	Homologação do tombamento federal via Portaria n.78 de 15 de maio de 1997, pelo então Ministro da Cultura Francisco Weffort.
1997	Defesa da dissertação “Moderna Ponte Velha: Imagem & Memória da Ponte Hercílio Luz”, resultado de pesquisa de mestrado em História do arquiteto e doutor em História Mário César Coelho.
1998	Inscrição da Ponte Hercílio Luz, classificada como “equipamentos e infraestrutura urbana”, de natureza “Arquitetura Civil”, no Livro-Tombo Histórico do IPHAN. Inscrição n. 547, do dia 05 de agosto de 1998.
2002	Defesa da dissertação “Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960)”, resultado da pesquisa de mestrado em História do doutor em História Sandro da Silveira Costa.
2007	Defesa do trabalho “Ponte Hercílio Luz: um olhar sobre o Jornal República (1920-1926) e sua relação com a construção da ponte e do mito”, resultado da pesquisa de final de graduação em História de Adalberto Ribeiro da Silva.

2012	Defesa da dissertação "Ponte Hercílio Luz: caracterização do projeto, construção, intervenções e estado atual de conservação", resultado de pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo do arquiteto Fernando Augusto Yudyro Hayashi.
------	---

APENDICE II – Tombamentos em nível federal de pontes. Fonte (Lista dos Bens Tombados pelo Iphan)²⁵¹

De 1938 até 1988 – não metálicas					
Ano de tombamento	Ano de abertura de processo	Nome da ponte	Local (estado, cidade)	Material	Livro Tombo
1938	1938	- Ponte Jesuítas	Rio de Janeiro, capital, sobre o Rio Guandu	Pedra e Alvenaria	Histórico e Belas Artes
1939	1938	- Ponte Grande (ou Ponte Zacarias de Góis e Vasconcellos)	Piauí, Oeiras	Pedra	Histórico e Belas Artes
1950		- Ponte da Barra; - Ponte Antonio	Minas Gerais, Ouro Preto	Pedra e Alvenaria	Belas Artes

²⁵¹Informações retiradas da Lista de Bens Tombados pelo IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>> Acesso em 23 de maio de 2015.

		<p>Dias;</p> <p>- Ponte São José (Ponte dos Contos ou - Ponte Grande de São José;</p> <p>- Ponte do Pilar;</p> <p>- Ponte do Rosário (ou Caquende);</p> <p>- Ponte Seca.</p>			
1988	1985	<p>Ponte do Imperador</p>	<p>Rio Grande do Sul, Ivoti</p>	<p>Pedra</p>	<p>Histórico</p>

APÊNDICE III - Tombamentos em nível federal de pontes metálicas. Fonte (Lista dos Bens Tombados pelo Iphan)²⁵²

De 1998 até 2014 – Pontes Metálicas				
Ano de tombamento	Ano de abertura do processo	Identificação da ponte	Local (estado, cidade)	Livro de Tombo
1998	1985	Ponte Hercílio Luz	Santa Catarina, Florianópolis	Histórico
2011	1989	Ponte João Luis Ferreira (Ponte Metálica) – não pênsl	Piauí, Teresina e Maranhão, Timon	Histórico e Arqueológico, etnográfico e paisagístico
2012	2009	Ponte Internacional Mauá	Rio Grande do Sul, Jaguarão e Uruguai,	Histórico, Artes Aplicadas e

²⁵²Informações retiradas da Lista de Bens Tombados pelo IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf> > Acesso em 23 de maio de 2015.

			Rio Branco	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
2014	2009	Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra – marco da arquitetura moderna brasileira	Mato Grosso do Sul, Corumbá	Histórico, Belas Artes e Arqueológico, etnográfico e paisagístico
2014	2010	Ponte Pênsil Affonso Pena	Goiás e Minas Gerais	Histórico e Belas Artes

APÊNDICE IV - Tombamentos Federais em Santa Catarina. Fonte (Lista dos Bens Tombados pelo IPHAN)²⁵³

Solicitações e Tombamentos Federais em Santa Catarina (1938 até 1975)				
Ano de tombamento	Ano de abertura do processo	Identificação	Local	Livro Tombo
1938	1938	"Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos e suas defesas anexas, incluindo a ilha de Ratonos Grande, onde se situa, e seu material de artilharia, assim como a ilha de Ratonos Pequeno"	Florianópolis	Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Belas Artes

²⁵³ Informações retiradas da Lista de Bens Tombados pelo IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf> > Acesso em 23 de maio de 2015.

		Fortaleza de Santana, Fortaleza de São José da Ponta Grossa	Florianópolis	Histórico e Belas Artes
		Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	Governador Celso Ramos	Histórico e Belas Artes
1939	1938	Palácio dos Príncipes de Joinville ou Palácio do Domínio Dona Francisca	Joinville	Histórico e Belas Artes
1950	1944	Casa à rua Saldanha Marinho, onde nasceu Victor Meirelles	Florianópolis	Histórico

1954	1953	Casa à Praça da Bandeira	Laguna	Histórico
1962	1962	Conjunto Arquitetônico: Cemitério Protestante	Joinville	Arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico
1965	1965	(Jardim Histórico) Parque à Rua Marechal Deodoro	Joinville	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
1969	1968	Vila de São Miguel: conjunto arquitetônico e paisagístico: Igreja, Aqueduto, Carioca	Biguaçu	Arqueológico, etnográfico e paisagístico

1969	1968	Sobrado (Museu Etnográfico)	Biguaçu	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
1975	1974	Prédio na rua Conselheiro Mafra, que foi sede da antiga Alfândega e da Delegacia da Receita Federal	Florianópolis	Histórico e Belas Artes

APÊNDICE V – Pontes tombadas em nível estadual em Santa Catarina até 2015²⁵⁴

Ano de abertura do processo	Ano de homologação do processo	Identificação da Ponte	Localização
2000	2002	Ponte Metálica Rio Negro Mafra	Mafra
1998	Em processo	Ponte Coberta sobre o Rio Cubatão	Joinville

²⁵⁴ Informações do site da Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em < <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4388/benstombados>> Acesso em 23 de maio de 2015.